

TIMOR LESTE



**A Pobreza Numa
Nova Nação:
Análise Para Acção**



Public Disclosure Authorized

Public Disclosure Authorized

Public Disclosure Authorized

Public Disclosure Authorized

Timor-Leste

A POBREZA NUMA NOVA NAÇÃO: ANÁLISE PARA ACÇÃO

Maio de 2003



EQUIVALÊNCIAS CAMBIAIS
(A 28 de Abril de 2003)

Unidade Monetária = US\$

ANO FISCAL
1 de Julho – 30 de Junho

SIGLAS E ABREVIATURAS

ADB	Asian Development Bank - Banco Asiático de Desenvolvimento
CFET	Consolidated Fund for East Timor – Fundo Consolidado para Timor-Leste
DPT	Diphtheria, Pertussis, Tetanus - Difteria, Tosse Convulsa, Tétano
ETTA	East Timor Transitional Administration – Administração Provisória de Timor-Leste
GDP	Gross Domestic Product – Produto Interno Bruto – PIB
JICA	Japan International Cooperation Agency – Agência do Japão para Cooperação Internacional
MDG	Millenium Development Goal – Metas de Desenvolvimento do Milénio - MDM
MICS	Multiple Indicators Cluster Survey – Levantamento de Múltiplos Indicadores
MoPF	Ministério do Plano e Finanças
NDP	National Development Plan – Plano de Desenvolvimento Nacional – PDN
NGO	Non-Governmental Organization – Organização Não Governamental – ONG
PNG	Papua Nova Guiné
PPA	Participatory Potential Assessment – Avaliação Participativa de Potencial
PPP	Purchasing Power Parity – Paridade de Poder de Compra
PTA	Parent Teacher Association – Associação de Pais e Professores - APP
SUSENAS	Levantamento Sócio-Económico Indonésio de Núcleos Familiares
TLSS	Timor-Leste Living Standard Measurement Survey – Levantamento para Avaliação das Condições de Vida em Timor-Leste
UN	United Nations – Organização das Nações unidas - ONU
UNDP	United Nations Development Programme – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD
UNICEF	United Nations Children’s Fund – Fundo das Nações Unidas para as Crianças
UNMISSET	United Nations Mission of Support in East Timor – Missão de Apoio das Nações Unidas para Timor-Leste
UNTAET	United Nations Transitional Administration in East Timor – Administração Provisória das Nações Unidas para Timor-Leste

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

PREFÁCIO	i
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	vii
1. UMA NOVA NAÇÃO	3
Introdução	3
Projecto de Avaliação da Pobreza	3
O Plano de Desenvolvimento Nacional	5
Objectivos e Organização do Relatório	6
2. TRANSIÇÃO PARA A INDEPENDÊNCIA	11
Desenvolvimentos Desde a Violência: Tendências Económicas e Sociais	11
Desenvolvimentos Desde a Violência: A Perspectiva da População em 2001	13
Resumo	19
3. PERFIL DO BEM-ESTAR	23
Metodologia	23
Perfil da Pobreza	25
Desigualdade	35
Resumo e Questões Políticas	36
Questões a Estudar	37
4. OPORTUNIDADE	41
Emprego e Pobreza	44
Condições de Vida Rurais	45
Resumo e Questões Políticas	
Condições de Vida Nas Urbes	53
Questões a Estudar	60
5. SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS	63
Gasto Público para Serviços Básicos	66
Educação	81
Saúde	81
Resumo e Questões Políticas	81
Questões a Estudar	81
6. SEGURANÇA DO NÚCLEO FAMILIAR	95
Grupos Desfavorecidos	96
Segurança Alimentar	96
Resumo e Questões Políticas	105
Questões a Estudar	106

7. O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO	109
· Metas de Desenvolvimento do Milénio	109
· Pobreza, Crescimento e Desigualdade: Projecções	114
· Determinantes da Pobreza	116
· Resumo e Questões Políticas	120
8. MONITORIZAÇÃO DA POBREZA	127
9. REFERÊNCIAS.....	132
ANEXO	135

FIGURAS

Figura 2.1:	Indicadores Sociais em 1999 e 2001	14
Figura 2.2:	Mudanças nas Condições de Vida entre 1999 e 2001	15
Figura 2.3:	Situação Económica e de Poder, 1999 e 2001	16
Figura 2.4:	Mudanças sobre a Corrupção Desde a Violência de 1999	17
Figura 2.5:	Suficiência das Condições de Vida	18
Figura 2.6:	Prioridades das Pessoas Para o Futuro	18
Figura 3.1:	Taxas de Pobreza Nacionais	25
Figura 3.2:	Pobreza e Tamanho dos Núcleos Familiares	26
Figura 3.3:	Pobreza e Geografia	27
Figura 3.4:	A Pobreza e a Idade do Chefe do Núcleo Familiar	28
Figura 3.5:	Pobreza e o Nível Educacional do Chefe do Núcleo Familiar	29
Figura 3.6:	Pobreza e Situação de Emprego do Chefe do Núcleo Familiar	30
Figura 3.7:	Pobreza e Tamanho da Propriedade: Rural versus Urbana	31
Figura 3.8:	Pobreza e Criação Animal: Rural versus Urbano	32
Figura 3.9:	Pobreza e Infra-estruturas	34
Figura 3.10:	Desigualdade e Geografia: O Coeficiente Gini	35
Figura 3.11:	Decomposição da Desigualdade	36
Figura 4.1:	Taxas de Participação da Força de Trabalho por entre a População	44
Figura 4.2:	Sector do Emprego por Sexo	45
Figura 4.3:	Rendimento por Trabalhador, 2001	45
Figura 4.4:	Fontes de Rendimento dos Núcleos Familiares nas Zonas Rurais	46
Figura 4.5:	Ganhos Diários nas Zonas Rurais	46
Figura 4.6:	Posse de Terra Per Capita (ha)	48
Figura 4.7:	Valor Médio de Animais per Capita nas Zonas Rurais (US Dólares)	49
Figura 4.8:	Irrigação nas Zonas Rurais	51
Figura 4.9:	Valor da Venda de Produtos Per Capita e Taxa de Pobreza	52
Figura 4.10:	Taxa de Desemprego	56
Figura 4.11:	Valores de Ordenados Urbanos	59
Figura 5.1:	Incidência do Gasto Público na Educação	68
Figura 5.2:	Taxas de Frequência Escolar por Idade, 1998/99 – 2000/2001	69
Figura 5.3:	Frequência Escolar por Grupo e Sexo, 1999 e 2001	70
Figura 5.4:	Quem Frequentou a Escola por Grupo e Idade	72
Figura 5.5:	Situação de Matrícula das Crianças (Ano Lectivo 2001/2002)	73
Figura 5.6:	Razões para Nunca Ter Frequentado a Escola, 7-12	76
Figura 5.7:	Língua de Ensino na Escola	77
Figura 5.8:	Manuais Escolares Disponíveis por Grupo	78
Figura 5.9:	Percentagem de Crianças com Menos de 1 Ano sem Vacinação	81
Figura 5.10:	Utilização dos Serviços de Saúde	82
Figura 5.11:	Percentagem de Problemas de Saúde Apresentados no Último Mês	84
Figura 5.12:	Razões para Não Procurar Cuidados de Saúde Apesar de Ter um Problema de Saúde	84
Figura 5.13:	Taxas de Utilização nos Últimos 30 Dias	85

Figura 5.14: Utilização de Serviços de Saúde Ambulatórios no Último Mês	86
Figura 5.15: Distribuição do Tipo de Serviços para Cuidados Ambulatórios	86
Figura 5.16: Duração da Deslocação num Sentido Até ao Serviço de Saúde	88
Figura 5.17: Percentagem que Paga Serviços Médicos por Tipo de Serviço.....	88
Figura 6.1: Segurança Alimentar do Núcleo Familiar por Mês	102
Figura 6.2: Pobreza e a Data da Entrevista	103
Figura 6.3: Estratégias para Lidar com a Situação de Insuficiência Alimentar	104
Figura 7.1: Línguas	112
Figura 7.2: Pobreza no Leste Asiático	113
Quadro A 1: PERFIL POR REGIÃO	136
Quadro A 2: PERFIL URBANO E RURAL POR POBREZA	139
Quadro A 3: PERFIL REGIONAL POR POBREZA.....	142

QUADROS

Quadro 4.1: Produção Anual Per Capita de Diferentes Produtos Agrícolas (kg/capita)	50
Quadro 4.2: Taxas de Pobreza por Condição Laboral	56
Quadro 4.3: Taxas de Desemprego e Características dos Desempregados	57
Quadro 5.1: Estrutura da Despesa por Fonte de Fundos e Sector (%)	65
Quadro 5.2: Comparação Internacional: Despesa Sectorial como Percentagem do PIB	66
Quadro 5.3: Gasto na Educação por Fonte de Fundos e Programa, FY2002 (%)	67
Quadro 5.4: Despesa Mensal em Escolas Públicas Primárias, 2001 (US Dólares)	71
Quadro 5.5: Relação entre Matrícula Bruta e Líquida	73
Quadro 5.6: Taxas de Repetição, Passagem e Desistência por Grau (%)	74
Quadro 5.7: Indicadores de Saúde para Timor-Leste	80
Quadro 5.8: Gasto na Saúde por Fonte de Fundos, Programa e Nível de Serviço, FY2002, (%)	82
Quadro 5.9: Razões para as Visitas Ambulatórias por entre os Não Pobres e Pobres	87
Quadro 6.1: Grupos por Sexo-Idade e Bem-Estar (%)	97
Quadro 6.2: Liderança Feminina e Bem-Estar (%)	99
Quadro 6.3: Bem-Estar da Criança e Situação Parental (%)	100
Quadro 7.1: Metas de Desenvolvimento do Milénio no Leste Asiático	112
Quadro 7.2 Pobreza, Crescimento e Desigualdade – Cenários, 2002-2007	115
Quadro 7.3: Simulações de Mudanças no Consumo e Pobreza (%)	122
Quadro 7.4: Cinco Vertentes da Acção Pública	123

CAIXAS

Caixa 1.1:	Visão de Timor-Leste para 2020	5
Caixa 1.2:	Estratégia para Redução da Pobreza: Capacitação	7
Caixa 3.1:	Construindo O Indicador de Bem-Estar	24
Caixa 4.1:	Estratégia de Redução da Pobreza: Oportunidades para Participação	42
Caixa 4.2:	Electricidade.....	43
Caixa 4.3:	Características de Trabalhadores Agrícolas e Não Agrícolas	47
Caixa 4.4:	Quão Grandes e Consistentes são as Diferenças Regionais	52
Caixa 4.5:	Emprego em Dili/Baucau	54
Caixa 4.6:	Dois Conceitos sobre Desemprego	55
Caixa 5.1:	Estratégia de Redução da Pobreza: Melhorando a Prestação de Serviços Sociais Básicos.....	64
Caixa 5.2:	Quem são as crianças que não frequentam a escola?	75
Caixa 6.1:	Estratégia de Redução da Pobreza: Segurança	95
Caixa 7.1:	MDMs – Lista de Metas, Objectivos e Indicadores	111
Caixa 7.2:	Quem são os pobres?	117
Caixa 8.1:	Fontes de Dados de Pobreza	128

PREFÁCIO

Este relatório apresenta o desafio que constitui a redução da pobreza em Timor-Leste. Tem como base o primeiro levantamento de núcleos familiares representativo do país, o qual foi coligido no período que vai de Agosto a Dezembro de 2001. Este trabalho foi realizado pelo projecto de Avaliação da Pobreza, uma parceria entre o Governo de Timor-Leste, (com o Ministério do Plano e Finanças encarregue da orientação global), Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF) e Missão de Apoio das Nações Unidas para Timor-Leste (UNMISSET). O Projecto de Avaliação da Pobreza foi lançado para disponibilizar informação actualizada sobre as condições de vida após o período de violência registado em 1999, de forma a contribuir para o Plano de Desenvolvimento Nacional. O Projecto de Avaliação da Pobreza engloba três actividades de recolha de dados sobre diferentes aspectos das condições de vida, os quais, quando considerados em conjunto, oferecem uma imagem compreensiva do bem-estar em Timor-Leste nas vésperas da independência:

- *Levantamento de Suco* – É um censo de todos os 498 sucos existentes no país e oferece uma lista das características sociais, infra-estruturas físicas, económicas e populacionais existentes em cada suco. Foi realizado entre Fevereiro e Abril de 2001 e o relatório, redigido pelo ADB, foi publicado em Outubro de 2001.
- *Avaliação Participativa Potencial* – Este levantamento comunitário qualitativo ajudou 48 aldeias a inventariar os seus bens, capacidades e pontos fortes, a identificar os principais desafios e prioridades e a formular estratégias que lhes permitam lidar com estes desafios no seio das suas comunidades. O trabalho de campo foi realizado entre Novembro de 2001 e Janeiro de 2002. Esta actividade foi gerida pelo PNUD e o relatório foi finalizado em Maio de 2002.
- *Levantamento de Núcleos Familiares* – O Levantamento para Avaliação das Condições de Vida em Timor-Leste é um levantamento representativo de todo o país, que envolveu 1 800 núcleos familiares de 100 sucos, abrangendo um por cento da população. Este levantamento compreensivo foi elaborado para diagnosticar a extensão, natureza e causas da pobreza, e analisar as opções disponíveis a nível de políticas para o país. A recolha de dados foi realizada entre fins de Agosto e Novembro de 2001.

Este relatório, em dois volumes, é o resultado de um esforço conjunto dos membros do Projecto de Avaliação da Pobreza, tendo o Banco Mundial liderado esta análise. Os objectivos deste relatório são modestos – definir uma base comparativa para o novo país relativamente à extensão, natureza e vertentes da pobreza, ajudar o recém eleito governo no processo de tomada de decisões e no seu esforço de formulação, implementação e monitorização da Estratégia de Redução da Pobreza. O objectivo não era apresentar os elementos da estratégia da pobreza, mas sim apresentar testemunhos que possam servir de base para os timorenses definirem e redefinirem a sua própria estratégia para a redução da pobreza. Esperamos que este seja apenas o início de uma série de análises que se debrucem sobre as consequências

das políticas governamentais para os diferentes grupos de pessoas, e em particular para os pobres.

A análise preliminar do levantamento dos núcleos familiares foi apresentada numa workshop, realizada em Dili, em Fevereiro de 2002. Os resultados iniciais serviram de contributo para o Plano de Desenvolvimento Nacional apresentado pelo Governo no momento da independência. Análises sectoriais para a saúde, educação e agricultura foram igualmente apresentadas durante a workshop e em discussões mais detalhadas com os Ministérios relevantes. O relatório na sua totalidade foi objecto de discussão com o Governo em Janeiro de 2003. O Ministério do Plano e Finanças organizou uma série de seminários que tiveram lugar entre 13 e 24 de Janeiro de 2003. A divulgação foi realizada antes de os Ministérios se devotarem ao estabelecimento de prioridades e sequência do Plano de Desenvolvimento Nacional para o orçamento do FY2004. Foram realizados vários seminários no Conselho de Ministros e vários Ministérios (Educação, Saúde, Agricultura, Trabalho e Solidariedade e Plano e Finanças). Foi organizada uma workshop de maior dimensão em Dili e três workshops regionais em Baucau, Ainaro e Maliana, que tiveram como destinatários funcionários governamentais centrais e distritais, representantes da sociedade civil, incluindo a Igreja, grupos de mulheres, estudantes e jovens, ONGs, Chefes de Sucos e parceiros de desenvolvimento. Os resultados do Levantamento de Indicadores Múltiplos (MICS), patrocinado pela UNICEF, foram igualmente apresentados pelos seus funcionários e consultores nestas workshops e nos seminários realizados no Conselho de Ministros e Ministério da Saúde. O relatório foi revisto à luz dos comentários recebidos e a secção relativa à saúde foi actualizada, com base nos resultados do MICS.

AGRADECIMENTOS

Este relatório é o resultado de um processo de extrema colaboração entre o Governo e os nossos parceiros doadores, ADB, JICA, PNUD, UNICEF e UNMISSET. A Comissão Dirigente de Avaliação da Pobreza, presidida por Emília Pires, Assessora, Ministério do Plano e Finanças (MPF), prestou uma orientação global. Estamos muito gratos aos membros da Comissão Dirigente pela sua orientação estratégica. Os membros da Comissão Dirigente incluíam Emília Pires, Robin Boumphrey (Representante Residente do ADB), Gwi Yeop Son (Vice-Representante Residente, PNUD), Sarah F. Cliffe (Chefe da Missão, Banco Mundial) e Sr. Takehara Masayoshi (JICA). Com as mudanças verificadas ao nível dos representantes dos doadores em Dili após a Independência, tornaram-se membros da Comissão Dirigente Meeja Hamm (Representante Residente do ADB), Shoji Katsuo (Representante Residente, JICA), Haoliang Xu (Vice-Representante Residente, PNUD), Yoshi Uramoto (Representante Especial, UNICEF) e Elisabeth Huybens (Administrador Nacional, Banco Mundial). Estamos muito gratos a Emília Pires pela sua capacidade de liderança, apoio constante e entusiasmo revelado durante este projecto. Gostaríamos de agradecer igualmente a Aicha Bassarewan, Vice-Ministra, MPF, pela sua capacidade de liderança durante a divulgação do Relatório da Pobreza.

Estamos muito gratos à equipa de estatísticas (MPF) pela sua enorme colaboração e parceria. A equipa do Gabinete de Estatísticas realizou um trabalho extraordinário ao implementar o Levantamento de Sucos e Levantamento de Núcleos Familiares sob condições adversas. A equipa central foi liderada por Manuel Mendonça, Director do Gabinete Nacional de Estatísticas, e dela fizeram parte também Lourenço Soares (Gestor de Dados), Elias dos Santos Ferreira (Gestor no Terreno) e Afonso Paixes (Gestor no Terreno). As suas responsabilidades incluíam a implementação dos levantamentos, controlo de qualidade e supervisão, as quais foram geridas exemplarmente. Estamos também gratos às equipas de levantamento responsáveis pela distribuição dos questionários. Os seus nomes encontram-se anexados a este agradecimento. Sónia Alexandrino do Gabinete do Plano prestou um excelente apoio logístico em Dili e David Brackfield, Assessor no Gabinete de Estatísticas, esteve sempre pronto a prestar uma ajuda valiosa. Reconhecemos gratamente o apoio de Gastão de Sousa e outros funcionários da Divisão de Planeamento e Gestão de Assistência Externa do MPF.

O escritório do Banco Mundial em Dili prestou um apoio constante extraordinário. Annette Leith e Diana Isaac encontraram sempre uma forma de resolver os nossos problemas e a restante equipa ajudou-nos de inúmeras maneiras, pelo que lhes estamos muito gratos. A equipa nacional para Timor-Leste em muito contribuiu para todo o programa de actividades e gostaríamos de agradecer as contribuições de Sofia Bettencourt, Gillian Brown, Lisa Campeau, Alfonso de Guzman, Adrian Fozzard, Dely Gapasin, Francis Ghesquiere, Ronald Isaacson, Natacha Meden, Ian Morris, Janet Nassim e King Bing Wu.

A equipa do Banco Mundial era constituída por Benu Bidani, Kaspar Ritcher, Martín Cumpa, Juan Muñoz e Rodrigo Muñoz de Sistemas Integrales, Valerie Evans, David Madden,

Kathleen Beegle, Paolo Nicolai e Wawan Setiawan. A equipa do Banco Asiático de Desenvolvimento era constituída por Craig Sugden, Zacharias da Costa e Jessie B. Arnucu, com Etienne van de Walle do Escritório em Manila. A equipa do PNUD era constituída por António Assunção, Jonathan Gilman, Janne Niemi, Sam Rao, António Serra e Ian White. A equipa da JICA incluía Charles Greenwald. A equipa do MICS, na Unicef, incluiu Yoshi Uramoto, Vathinee Jitjaturunt, Stenberg Vasconcelos, Rashed Mustafa, Peter Gardiner e Mayling Oey-Gardiner.

Este relatório foi redigido por Benu Bidani e Kaspar Ritcher, com a maravilhosa assistência global de Martín Cumpa. Os documentos de antecedentes foram redigidos por Kin Bing Wu, com as contribuições de Deon Filmer, Kathleen Beegle e Martín Cumpa na área de Educação, Jean Foerster, com análise de Martín Cumpa na área da Agricultura, Janet Nassim, com análise de Martín Cumpa na área da Saúde, Kathleen Beegle e Martín Cumpa na área de Mercados de Trabalho e de Kaspar Ritcher na área de Perfil do Bem-Estar, Grupos Desfavorecidos e Segurança Alimentar. Taranaki Mailei prestou assistência à tarefa e produção do relatório. Walter Meza-Cuadra também ajudou na formatação do relatório. Filipa Bowes traduziu este relatório para português. Santi Sugiarti Santobri teve a seu cargo a parte logística associada à impressão do documento. Os revisores entre pares foram Pierella Paci e Lant Pritchett.

Este Relatório foi preparado sob a orientação geral de Homi Kharas (Economista Sénior e Director de Sector, EASPR), Klaus Rohland (Antigo Director Nacional), Xian Zhu (Director Nacional) e Tamar Manuelyan Atinc (Gestor de Sector, Pobreza). A equipa em muito beneficiou dos conselhos e orientação prestada por Tamar Manuelyan Atinc. Estamos igualmente muito agradecidos a Sarah Cliffe (Chefe de Missão) e Elisabeth Huybens (Administrador Nacional) pela sua constante orientação e enorme apoio no terreno e a Sanjay Dhar (Economista Líder) pelo seu conselho na sede. Em muito beneficiámos dos extensos comentários enviados pelos participantes dos seminários de divulgação, e o comentário pormenorizado por escrito do Ministério da Saúde, Pierella Paci e Lant Pritchett (revisores entre pares), Sofia Bettencourt, Elisabeth Huybens, ADB (Meeja Hamm e Craig Sugden), revisores do PNUD, Sam Rao, Caritas e Oxfam.

O programa global de actividades sob o Projecto de Avaliação da Pobreza foi financiado em conjunto pelos doadores parceiros. O Banco Mundial agradece ao Programa de Parceria Banco-Países Baixos e ao Fundo Mutuário Norueguês para o Desenvolvimento Ambientalmente e Socialmente Sustentável pelo seu apoio financeiro a este projecto.

Por último, mas não menos importante, os mais sinceros agradecimentos à população de Timor-Leste, que tão generosamente cedeu o seu tempo para nos ajudar a recolher a informação sobre a qual se baseia este relatório.

Membros da Equipa de Levantamento das Condições de Vida em Timor-Leste

1	Akilis Moniz do Rosário	Supervisor
2	Antoninho dos Santos	Supervisor
3	Manuel da Silva	Supervisor
4	António Soares	Supervisor
5	Félix Celestino da C. Silva	Supervisor
6	Batista Leos	Supervisor
7	De Francisco Barreto	Supervisor
8	Tornas Gusmão	Supervisor
9	Julião da Cruz	Recenseador
10	Samuel Fátima	Recenseador
11	Armando Da Costa	Recenseador
12	Gertudes de Amaral	Recenseador
13	Henriqueta da Costa Bráz	Recenseador
14	Armando Martins	Recenseador
15	Aníbal Cardoso	Recenseador
16	Miguel Pereira	Recenseador
17	Manuel Ribeiro	Recenseador
18	António C. Alves	Recenseador
19	Raúl Pinto	Recenseador
20	Manuel Soares Pereira	Recenseador
21	Rodolfo Soares	Recenseador
22	Dilva do Rosário de F. da C.	Recenseador
23	Januário Ximenes	Recenseador
24	Amaro da C Tilman	Recenseador
25	Eva Femandes	Recenseador
26	Délia Nunes	Recenseador
27	Dominggos Moniz	Recenseador
28	Filomena M. Guterres	Recenseador
29	Julieta F. Silva	Recenseador
30	Jaimito do Rego	Recenseador
31	Gil Vicente Madeira	Recenseador
32	Rogério Castro	Recenseador
33	Sebastião Dias Saldanha	Recenseador
34	Saozina da Costa	Recenseador
35	Maria L. De Jesus	Recenseador
36	António B.S. Dasilva	Recenseador
37	Rogério Babo	Inserção de Dados
37	Inácia Vilena	Inserção de Dados
38	Silvina Suares	Inserção de Dados
39	Maria Odette	Inserção de Dados
40	Suzana Leong da Costa	Inserção de Dados
41	Eduardo Martinho Ximenes	Inserção de Dados
42	Maria Odete Baros	Administração
43	Vicente Lean de Jesús	Administração no Terreno
44	Saul do Carmo Ximenes	Administração no Terreno
45	Kintao de Deus	Administração no Terreno
46	Tomas Pereirra	Administração no Terreno
47	Rafael C. Lobato	Administração no Terreno
48	Nicolau Pereira	Administração no Terreno
49	Manuel da Costa Silva	Administração no Terreno
50	Alvaro Maia	Administração no Terreno

RESUMO

1. A 20 de Maio de 2002, Timor-Leste tornou-se a primeira nova nação deste milénio, após ter vivido um quarto de século sob ocupação e em conflito. O país foi palco de uma convulsão social e económica fundamental depois de a sua população ter votado a favor da independência da Indonésia, através de um referendo realizado em Agosto de 1999. A maioria da população foi deslocada nas semanas que se seguiram à divulgação dos resultados da consulta popular e quase todas as infra-estruturas físicas foram destruídas ou seriamente danificadas. Pouco depois do fim da violência, o país iniciou a sua reconstrução com o apoio de agências da ONU, da comunidade internacional de doadores e ONGs.

Timor-Leste emerge de um legado de violência como primeira nova nação do milénio.

2. Timor-Leste alcançou um significativo progresso na reabilitação da sua economia, reconstruindo as suas infra-estruturas, reintegrando os seus refugiados e desenvolvendo os elementos chave de um processo político sustentável num ambiente de paz a nível interno. Enfrenta agora muitos desafios ao nível da construção da nação e ultrapassando as privações que afectam as vidas dos pobres. Na véspera da independência, o governo apresentou a sua visão para o ano 2020 e a sua estratégia para concretizar esta visão foi apresentada no Plano de Desenvolvimento Nacional. O Plano de Desenvolvimento Nacional apresenta uma estratégia para os próximos cinco anos (2002-2007) com dois objectivos principais:

Enfrenta desafios associados à construção de uma nação e redução da pobreza.

- Reduzir a pobreza em todos os sectores e regiões da nação; e
- Promover um crescimento económico que seja equitativo e sustentável, melhorando a saúde, educação e bem-estar de todos.

3. A Estratégia de Redução da Pobreza do Governo é constituída por quatro elementos principais: (i) promover oportunidades para os pobres; (ii) melhorar o seu acesso a serviços sociais básicos; (iii) aumentar a segurança, incluindo a redução da vulnerabilidade a choques e melhorando a segurança alimentar (iv) e capacitar os pobres. O principal objectivo deste relatório é apoiar os esforços do Governo na implementação e monitorização do seu PDN. Ele estabelece uma base comparativa do padrão, dimensão e natureza da pobreza, que pode ser usada para traduzir os elementos alargados da estratégia de redução da pobreza em planos de acção que reflectam as prioridades e sejam consistentes com o enquadramento de despesas a médio prazo.

O relatório estabelece uma base comparativa para a implementação e monitorização da Estratégia de Redução da Pobreza do Governo.

Perfil da Segurança Social

A pobreza, afectando duas em cada cinco pessoas, é predominantemente rural, e mais acentuada no Leste do que no Oeste.

4. A pobreza é um fenómeno complexo que envolve variadas privações. Nós usamos uma definição económica de pobreza, na qual um indivíduo é considerado pobre se for incapaz de atingir um padrão de qualidade de vida mínimo. Com base nesta definição, duas em cada cinco pessoas em Timor-Leste são pobres. O bem-estar económico varia por todo o país. Aqueles que vivem nas zonas urbanas, especialmente Dili/Baucau encontram-se em melhor situação do que aqueles que vivem em zonas rurais. Ao passo que um em sete é pobre em Dili/Baucau, mais de quatro em dez são pobres nas zonas rurais. E a pobreza é concentrada nas zonas rurais. Três quartos da população vive em aldeias, mas seis em sete dos pobres, ou 280.000 pessoas vive nessas áreas. A pobreza também aumenta do Leste para Oeste. Os três distritos ocidentais (Oecussi, Bobonaro e Covalima) acolhem um quinto da população, mas representam um quarto dos pobres. Por outro lado, os três distritos do leste (Baucau, Lautem e Viqueque) representam um quarto da população, mas menos de um quinto dos pobres.

A Educação diminui a pobreza.

5. Um maior capital humano, através de uma melhor educação, conduz a um menor nível de pobreza. Por exemplo, perto de uma em duas pessoas são pobres em núcleos familiares onde o chefe de família não completou os estudos primários. Isto é comparável a menos de um em sete, onde o chefe de família realizou pelo menos os estudos secundários. A demografia também é importante – núcleos familiares maiores e famílias com um maior número de crianças e idosos são os mais pobres.

A pobreza diminui com uma maior área de terra e maior número de animais de criação

6. Bens são uma forma de segurança contra a insegurança económica e uma maneira de se preparar para futuras despesas. Estes bens são constituídos principalmente pela casa, terra e animais de criação. A incidência da pobreza diminui tanto nas áreas urbanas como nas rurais à medida que a área de terra aumenta. Para as famílias nas aldeias e cidades, um maior número de animais é um indicador de menor pobreza.

Existe uma divisão entre as zonas urbanas e rurais relativamente ao acesso a infra-estruturas.

7. Um acesso assegurado a serviços infra-estruturais, indo da água potável, saneamento, passando pela electricidade, é essencial para escapar à pobreza. Em todo o território, três em cada quatro pessoas vivem sem electricidade, três em cada cinco vivem sem saneamento adequado e uma em cada duas não tem água potável para beber. Existe uma grande divisão entre zonas urbanas e rurais. Nas áreas urbanas, 70 por cento das pessoas têm acesso a todos estes serviços. Nas áreas rurais, a diferença é de 25 pontos percentuais para a água potável, 37 por cento para saneamento e 61 por cento para a electricidade. Aqueles que não têm infra-estruturas são geralmente mais pobres do que aqueles com acesso a estas. Por exemplo, ao passo que apenas um em sete habitantes da cidade com electricidade é pobre, quase um em dois sem electricidade vive abaixo do limiar da pobreza.

8. A desigualdade é medida pelo coeficiente Gini, que é de 37 e mais alto nas cidades do que nas aldeias. Considerando a geografia, sexo, idade e educação do chefe da família, encontramos uma explicação para pelo menos um terço da desigualdade em geral. É necessário compreender melhor os factores determinantes das desigualdades.

9. É igualmente notável que apesar dos trágicos acontecimentos de 1999, a avaliação geral subjectiva das pessoas, em finais de 2001, era positiva, relativamente às mudanças registadas nas suas vidas. Em 2001, a população sentia-se significativamente mais capacitada do que nos tempos de governação indonésia e o bem-estar económico tinha aumentado, principalmente, para o terço mais pobre da população. Em 1999, as pessoas acreditavam não ter qualquer poder, sendo que cada seis em dez se incluía na categoria mais baixa de uma escala de nove categorias, e quase nenhum se incluía nas primeiras quatro categorias. Em 2001, esta situação era muito diferente. Apenas uma em vinte pessoas acreditam fazer parte da categoria mais baixa, e perto de três em dez colocaram-se nas primeiro cinco categorias. Em termos de estatuto económico, a vasta maioria considerava estar numa situação desvantajosa em 1999, com dois terços a colocar-se por entre as duas categorias mais baixas. Em 2001, mais de metade dos mais carenciados melhorou subindo uma ou duas categorias, disparando a representação na segunda e terceira categoria mais baixa.

Em 2001 a população sentia-se significativamente mais capacitada em comparação com os tempos de governação indonésia, e a maioria dos mais carenciados possuíam um estatuto económico mais elevado.

Oportunidades

10. O Plano de Desenvolvimento Nacional coloca ênfase na criação de um ambiente favorável à criação de oportunidades para a participação económica dos pobres. Os principais elementos são a melhoria da produtividade na agricultura e sector informal; criar um ambiente favorável ao desenvolvimento do sector privado; disponibilização de infra-estruturas e políticas de despesa pública favorável aos pobres. Assegurar um ambiente favorável a empresas privadas, incluindo regulamentos comerciais, lei da terra e propriedade, política comercial, lei do trabalho e questões infra-estruturais, especialmente relativas à energia e transporte, é essencial para a geração de emprego. Uma maior segurança e criação de emprego são prioridades urgentes na ordem do dia do Governo.

É essencial um ambiente favorável à participação económica dos pobres.

11. Nas zonas rurais, a agricultura é a fonte predominante de emprego, representando quatro quintos de todo o mercado de trabalho. No entanto, contribui apenas para um quarto do PIB não petrolífero devido a um baixo nível produtivo por trabalhador. Um motor chave para um padrão de vida rural mais elevado é a diversificação através de actividades não agrícolas. Nos núcleos familiares agrícolas os rendimentos estão relacionados ao número de bens. Os núcleos familiares rurais pobres possuem metade da terra per capita e metade do valor de bens em animais de criação e um mais baixo nível educacional do que os não pobres. Um

A diversificação através de actividades não agrícolas e uma melhor mistura de produção agrícola são os factores chave para melhores padrões de vida rurais.

maior valor de terra per capita traduz-se por uma maior produção agrícola per capita para os não pobres do que os para os pobres. É mais provável que os não pobres cultivem produtos mais recompensadores (como o café, frutas e legumes) e produzam quantidades significativamente maiores destes produtos e das principais culturas básicas (arroz, milho e mandioca).

A baixa produtividade na agricultura está associada ao baixo uso de contribuições, qualidade da terra e acesso aos mercados.

12. A baixa produtividade em geral, e especialmente por entre os pobres, está associada ao uso limitado de contribuições chave complementares, a qualidade da terra e acesso aos mercados e outras infra-estruturas. Por exemplo, apesar de a irrigação ser limitada, no geral os não pobres possuem mais terra irrigada per capita (0,12 ha) do que os pobres (0,04 ha). Nos núcleos familiares agrícolas, apenas 3 por cento usa fertilizantes, adubo vegetal ou pesticidas, e este uso é quase na totalidade por entre os não pobres. A falta de produtos disponíveis é mencionada em 2001 como sendo a principal razão para esta situação.

As maiores áreas urbanas são marcadas pela coexistência de elevada taxa de desemprego e salários altos.

13. Os mercados de trabalho urbanos são caracterizados tanto pelos altos salários como pelo elevado nível de desemprego. Em Dili/Baucau, um quinto da população em idade activa encontra-se desempregada. A taxa de desemprego é mais alta junto das mulheres do que junto dos homens. O desemprego diminui acentuadamente com a idade: a taxa de desemprego dos jovens (15-24) é de 43 por cento, e cai para 17 por cento para aqueles entre os 25-34 anos, e nove por cento para os com mais de 35 anos. Os desempregados são mais pobres do que aqueles que têm um emprego. A maioria dos desempregados em Dili e Baucau é do sexo masculino, jovem e escolarizado. Apesar da elevada taxa de desemprego, os salários são bastante altos. Os salários dos trabalhadores timorenses são entre duas e três vezes superiores aos da Indonésia. O fluxo de estrangeiros durante o período de transição para a independência conduziu a um boom no sector dos serviços nos maiores centros urbanos, acompanhado de níveis salariais reais elevados, concentração urbana e investimento mal direccionado na indústria de serviços. Afigura-se um ajustamento difícil no futuro à medida que a procura diminui, prevendo-se que as taxas de desemprego exerçam pressão sobre os salários urbanos. Por muitos dolorosa que seja esta transição, esta correcção deve ser realizada para benefício, a longo prazo, das perspectivas de crescimento da economia. Testemunhos relativos a 2003 demonstram que os salários do sector privado estão a diminuir. À medida que o sector dos serviços comece a reduzir, será essencial criar um ambiente favorável ao sector privado para sustentar a criação de empregos.

Melhores Serviços Básicos

O orçamento do Governo reflecte a ênfase nos sectores sociais.

14. O Plano de Desenvolvimento Nacional estabelece como prioridade a prestação de serviços sociais básicos, especialmente a educação primária e secundária e cuidados de saúde primários, incluindo programas preventivos, como vacinação e saúde pública. Um instrumento

importante no alcance dos objectivos nacionais de desenvolvimento é a despesa pública. A despesa pública no período pós independência apoia de forma alargada as funções de prestação de serviços, sendo que a educação representa um quarto da despesa pública e a saúde outros dez por cento em 2002. A despesa do governo (CFET) em 2002 atingiu os US\$19 per capita na educação e US\$7 per capita na saúde. Estes números são substancialmente mais elevados do que noutros países com um baixo rendimento, mas mais baixos do que países com um rendimento médio. A despesa total, que inclui apoio de doadores e bilateral, foi de US\$58 per capita na educação e US\$32 per capita na saúde. Estes custos elevados globais são um reflexo de despesas de capital para instalação de sistemas de educação e saúde. Estes números são mais altos do que em países com um rendimento médio, mas estão mais perto dos níveis de despesa de países pós conflito na fase imediatamente pós conflito.

15. As principais questões dizem respeito à afectação de fundos para serviços prioritários que cheguem até aos pobres e assegurem a sustentabilidade no futuro. Tanto a saúde como a educação canalizam uma grande fatia para serviços terciários. Na saúde, metade do gasto CFET no FY2002 destina-se a cuidados terciários. Isto diminuiu para 41 por cento, estando mais de acordo com o objectivo da política de saúde de 35-40 por cento. Dado que os núcleos familiares pobres recorrerão mais a serviços de saúde primários do que a hospitais públicos, a despesa com hospitais públicos é regressiva, beneficiando os núcleos familiares mais ricos. Na educação, apenas a educação primária é progressiva e recebe cerca de metade da despesa CFET para a educação, ao passo que a despesa com educação global é regressiva. À medida que o apoio dos doadores diminui e os custos de funcionamento transitam para o orçamento, será importante assegurar a sustentabilidade das despesas sociais. Isto provavelmente implicará recuperação de custos para a educação terciária e serviços de saúde para os não pobres.

16. Na educação, até à data, os maiores sucessos são a reconstrução do sistema escolar e o aumento acentuado do número de matrículas, especialmente para os pobres, raparigas e crianças dos meios rurais, em parte devido à redução do custo da educação. As taxas líquidas de matrícula aumentaram de 65 por cento em 1998/99 para 75 por cento em 2000/2001. O aumento ao nível das raparigas foi maior do que para os rapazes.

17. Contudo, a educação ainda tem à sua frente vários desafios. O sector da educação encontra-se apenas agora a desenvolver uma política quadro para o sector, que oriente as suas decisões na implementação do PDN. Esta política precisa de abordar estas três questões. Primeiro, a população em idade escolar é numerosa e a crescer e a taxa de analfabetismo é elevada, com mais de sete pessoas em dez com idade superior a 30 anos que nunca foram à escola. Segundo, a eficácia interna do sistema educacional é reduzida, com um elevado número de crianças de idade pós escolar ainda fazendo parte do sistema escolar, o qual é demonstrado

A atribuição de recursos intra-sectoriais e a sustentabilidade são as maiores preocupações

A reconstrução das escolas e maior taxa de matrícula são os principais sucessos alcançados.

Os principais desafios são o desenvolvimento de uma política quadro, a elevada percentagem de população em idade escolar, elevada taxa de analfabetismo adulto e reduzida taxa de matrícula no ensino primário

pela diferença entre a relação entre matrículas líquidas no primário (75 por cento) e brutas (113 por cento). As taxas de repetição (entre 20 e 30 por cento) e de abandono escolar (10 por cento) na escola primária são altas. De acordo com o actual nível de eficácia interna, apenas dois terços daqueles que se encontram matriculados na primeira classe atingirão a quarta classe, e apenas metade terminaria a sexta classe. O custo por estudante para seis anos de estudos é de cerca de US\$300, mas o custo de finalização dos estudos é cerca do dobro, por causa da elevada taxa de repetição e abandono. Por fim, apesar do aumento, a taxa de matrícula continua baixa, com um quarto das crianças entre os 6 e 18 anos não tendo nunca frequentado a escola. A melhoria dos resultados da educação está associada tanto a factores laterais de procura como oferta (disponibilidade de professores qualificados e outras contribuições, língua de ensino). O sector da educação enfrenta o desafio de formular e implementar a sua estratégia, estabelecendo prioridades nas acções e tentando que elas atinjam os objectivos na educação no âmbito do enquadramento a médio prazo da despesa. Ao preparar os planos de acção da educação, terão de ser considerados compromissos entre o alargamento ao acesso, aumento de qualidade e escolaridade gratuita.

Mantém-se um baixo nível de utilização dos serviços, assim como as grandes diferenças entre rural-urbano relativamente ao acesso e escolha de prestador.

18. Os resultados na saúde em Timor-Leste encontram-se entre os mais baixos no Leste Asiático. A vacinação é uma das intervenções disponíveis a nível da saúde mais rentável e igualitária. Uma vez vacinada, cada criança, rica ou pobre, está igualmente protegida para a vida. No entanto, apenas uma em cada dez crianças com idade inferior a 12 meses recebeu a vacinação completa DPT em 2001 e um ano mais tarde esta percentagem não era ainda superior a um em cinco. As taxas de utilização de cuidados de saúde são igualmente baixos, mas não por falta de necessidade. Menos de uma em cada dez pessoas procuram cuidados médicos quando estão doentes. Muitos não recorrem a centros de saúde, porque estes estão situados a uma grande distância, especialmente nas áreas rurais. Relativamente à escolha de serviço de saúde, existe uma grande divisão entre as zonas urbanas e rurais. Os centros de saúde comunitários são o principal prestador de serviços de saúde nas zonas rurais, servindo metade da população. Os hospitais públicos e serviços privados desempenham um importante papel nas cidades, com mais de dois quintos a usar os serviços privados ou da igreja para cuidados externos. Os cuidados externos não são prestados gratuitamente. Um terço da população paga pelo transporte e serviços médicos. Em média, um indivíduo que recorre a um serviço de saúde gasta em serviços externos e medicamentos cerca de US\$2 por mês. Os pobres pagam metade da quantia paga pelos não pobres, mas isto representa para eles uma maior percentagem da sua despesa.

19. A prestação de serviços de saúde acessíveis e a baixo custo, especialmente aos pobres das zonas rurais será importante. Um outro desafio é limitar o uso dos hospitais quando se trate de serviços que

possam ser mais adequadamente prestados em centros de saúde e resistir às exigências das populações urbanas de mais recursos hospitalares às custas de cuidados de saúde primários nas zonas rurais. O Ministério da Saúde desenvolveu a partir do zero uma política quadro alargada a todo o sector e firmou no âmbito desta o esforço de reconstrução. Assim, apesar de um arranque lento, está agora bem posicionado para alcançar uma melhor prestação de serviços.

A principal prioridade é a prestação equitativa de serviços de saúde.

Segurança do Núcleo Familiar

20. O Plano de Desenvolvimento Nacional apresenta os principais elementos de uma rede de segurança social para os mais vulneráveis. As áreas de preocupação chave incluem: grupos desfavorecidos, tais como viúvas e órfãos da resistência; melhorar a segurança alimentar para os núcleos familiares; e melhorar a segurança dos meios de subsistência criados pela falta de reconhecimento da posse e arrendamento de terra de cultivo, ou falta de acesso a florestas ou outras terras comunitárias. Esta secção irá focar estas duas questões: grupos desfavorecidos e insegurança alimentar.

A vulnerabilidade é uma importante vertente da pobreza.

21. A análise sobre grupos desfavorecidos coloca uma ênfase na questão do sexo e crianças órfãs. Os núcleos familiares cuja cabeça é a figura masculina encontram-se consistentemente em melhor situação dos que os núcleos familiares cuja cabeça é a figura feminina em relação à educação, saúde e bem-estar subjectivo, mas não tanto com base na pobreza de consumo – mas falta-nos informação sobre a distribuição intra-núcleo familiar. Por exemplo, enquanto que uma em duas crianças com idade inferior a seis anos está vacinada contra o sarampo nos núcleos familiares chefiados pela figura masculina, menos de duas em cinco estão vacinadas nos núcleos familiares liderados pela figura feminina. As crianças órfãs de pai estão sujeitas a um maior nível de pobreza, sendo esta maior em 6 por cento do que no caso das crianças cujo pai ainda está vivo. E as crianças órfãs (de pai e mãe) têm os indicadores de educação e saúde piores do que as crianças que vivem com ambos os pais.

Os núcleos familiares onde a cabeça é a figura feminina e onde há crianças sem pai ou mãe são mais carentes.

22. Uma avaliação subjectiva da suficiência alimentar sugere que a insegurança alimentar é geral. Perto de nove em cada dez pessoas em certas épocas do ano sofre insuficiência alimentar. A segurança alimentar está directamente associada à falta de arroz e milho em quantidades suficientes. A existência de alimentos está relacionada com os ciclos das colheitas a nível nacional e regional. A falta de alimentos é mais grave durante o período de Novembro a Fevereiro, no final da colheita do arroz e antes do início da colheita do milho. A insegurança alimentar durante as épocas “magras” está também associada a uma maior nível de pobreza. Os maiores centros urbanos têm normalmente acesso a suficientes alimentos durante todo o ano, ao passo que outras partes do território sofrem variações em relação aos alimentos disponíveis. Os núcleos familiares resolvem a questão de insegurança alimentar de variadas

A carência alimentar durante o período de Novembro a Fevereiro, entre as colheitas do arroz e do milho, está relacionada a um maior grau de pobreza.

Monitorização da Pobreza

Um plano para monitorizar a pobreza é essencial para avaliar o progresso na implementação do PDN.

28. Timor-Leste possui muitas e variadas fontes de dados que apresentam uma imagem coerente da pobreza e que oferecem uma base de comparação para monitorizar o progresso na redução da pobreza – de acordo com os objectivos do Plano de Desenvolvimento Nacional. O desafio chave apresenta-se agora na formulação de um plano de monitorização da pobreza que inclua tanto elementos quantitativos como participativos, e que apresente os mecanismos institucionais para análise de dados e para divulgação, de forma a assegurar que a recolha de dados enquadre a formulação de políticas e os objectivos do programa.

Perspectiva sobre Timor-Leste: Estatísticas Sociais 1999 e 2001

	Timor Leste 2001	Timor Leste 1999	Indonésia	Leste Asiático & Pacífico	Países de baixo Rendimento
População					
População (<i>milhões</i>)	0.83	0.91	210	1,855	2,460
Densidade Populacional (<i>peças por km quadrado</i>)	55	60	116	116	76
População Urbana (<i>% da população total</i>)	24	11	41	35	32
População com idade 0 - 14 (<i>% da população total</i>)	49	41	31	27	37
População com idade 15 - 64 (<i>% da população total</i>)	49	57	64	67	59
População com idade 65 e mais (<i>% da população total</i>)	2	2	5	6	4
Proporção de dependência (<i>% de dependentes em idade activa</i>) *	93	77	54	50	70
Esperança de vida à nascença (<i>anos</i>)	57 a/	56	66	69	59
Mulheres	59 a/	58	68	71	60
Homens	56 a/	54	64	67	58
Pobreza					
(%)					
População abaixo de \$1 por dia	20	..	8 b/	12 b/	..
População abaixo de \$2 por dia	63	..	58 b/	44 b/	..
População abaixo do limiar nacional de pobreza	40	..	20
Rural	44	..	22
Urbano	25	..	18
Desigualdade					
(%)					
Índice Gini **	37	..	31 b/
Proporção de Desigualdade (<i>proporção de grupo descendente</i>)	658
Grupo mais baixo	7
2º grupo	11
3º grupo	15
4º grupo	22
Grupo mais elevado	45
Saúde Infantil					
Taxa de mortalidade infantil (<i>% por 1.000 nados vivos</i>)	88 c/	86	46 d/	35	77
Taxa de mortalidade para menos de 5 anos (<i>% por 1.000 nados vivos</i>)	125 c/	159	58 d/	43	107
Vacinação, DPT (<i>% de crianças com menos de 12 meses</i>)	9	13	64	70	82
Vacinação, sarampo (<i>% de crianças com menos de 12 meses</i>)	6	24	71	83	64
Uso de redes nas camas, última noite (<i>% de crianças menos de 5 anos</i>)	48 c/
Educação					
(% oficial de população em idade escolar)					
Matrícula líquida na primária (<i>crianças idade oficial escola primária</i>)	75	65	99	99	76
Matrícula líquida na secundária (<i>crianças em idade oficial escola secundária</i>)	30	27	43	67	51
Matrícula bruta primária (<i>população independente de idade</i>)	113	90	113	107	91
Matrícula bruta secundária (<i>população independente de idade</i>)	38	34	48	69	..
Alfabetismo					
Taxa de alfabetismo junto de jovens (<i>% da população com idade 15 - 24</i>)	77	79	98	97	76
Taxa de alfabetismo adulto (<i>% da população com idade 15 e mais</i>)	48	48	87	86	62
Sexo					
Proporção de raparigas para rapazes na escola primária e secundária (%)	97	83	91	93	..
Proporção raparigas alfabetizadas/rapazes (<i>% da população com idade 15 - 24</i>)	96	97	98	97	..
Saúde Reprodutiva					
Partos assistidos por pessoal médico qualificado (%)	24 c/	27	57 d/
Prevalência de Contraceptivos (<i>% de mulheres com idade 15 - 49</i>)	7 c/	21	57	52	24

	Timor Leste 2001	Timor Leste 1999	Indonésia	Leste Asiático & Pacífico	Países de baixo Rendimento
Força de Trabalho					
Taxa de actividade da força de trabalho (% da população idade 15 - 64)	60	61	75	85	77
Taxa de desemprego (% da força de trabalho total)	6	..	6
Infra-estrutura					
Acesso a fonte de água potável ***	50	66	76	75	76
Rural (% da população rural)	44	62	65	66	70
Urbano (% da população urbana)	69	93	91	93	88
Acesso a água canalizada ou bombas	42	30
Rural (% da população rural)	35	24
Urbano (% da população urbana)	64	81
Electricidade no Núcleo Familiar	26	35	80
Rural (% da população rural)	11	28
Urbano (% da população urbana)	72	83
Animais					
Número em núcleos familiares rurais (% população)	90	80
Número em núcleos familiares rurais (2001 US Dólares per capita)	96	222
Número entre núcleos familiares rurais proprietários (2001 US Dólares per capita)	107	242
Alojamento					
Danificado na violência 1999 (% de núcleos familiares)	30
Rural	27
Urbano	38
Totalmente destruídos na violência 1999 (% danificada)	83
Rural	89
Urbano	69
Reabilitado (% danificada)	68
Rural	71
Urbano	60
Totalmente Reabilitado (% reabilitado)	35
Rural	35
Urbano	36

Nota: Os dados de Timor-Leste são calculados para 2001 a partir de TLSS, e para 1999 de SUSENAS 1999, o Levantamento Indonésio de Núcleos Familiares. A não ser quando especificado, as restantes estatísticas referem-se aos últimos números avançados pela Bases de Dados SIMA do Banco Mundial. A leitura de comparações internacionais deve ter em conta as diferenças em termos de conceitos, recolha de dados, fontes de levantamento e métodos de estimativa.

a/PNUD (2002).

c/ UNICEF (2002).

b/ Banco Mundial (2002a).

d/ Levantamento Indonésio Demográfico e de Saúde 1997.

* A proporção de dependência é a proporção entre pessoas com menos de 15 anos e com mais de 64 e aquelas com idade entre 15 e 65 anos.

** O índice Gini aumenta com a desigualdade. Um índice Gini de zero indica perfeita igualdade, ao passo que um índice de 100, perfeita desigualdade.

*** Acesso a fonte de água potável refere-se acesso a água não contaminada, como por exemplo de nascentes, poços privados ou água canalizada.



Uma Nova Nação

1. UMA NOVA NAÇÃO

INTRODUÇÃO

1.1 Timor-Leste tornou-se o primeiro novo estado do século XXI, a 20 de Maio de 2002, no seguimento de um quarto de século sob ocupação e conflito. O país viveu uma profunda convulsão social e económica depois de o seu povo ter votado a favor da independência da Indonésia, no referendo de Agosto de 1999. Mais de dois terços da população foi deslocada nas semanas que se seguiram à comunicação dos resultados da votação e cerca de 70 por cento das infra-estruturas públicas foram destruídas ou inutilizadas. Pouco depois do fim da violência, Timor-Leste iniciou a sua reconstrução com o apoio das agências das Nações Unidas, da comunidade internacional de doadores e ONGs.¹

1.2 Timor-Leste registou um tremendo progresso na reabilitação da sua economia, reconstruindo as suas infra-estruturas, reintegrando os refugiados e desenvolvendo elementos chave de um processo político sustentável num ambiente de paz interna. No entanto, Timor-Leste continua ainda a enfrentar muitos desafios na construção da nação. A existência limitada de recursos humanos, instituições em estado embrião, uma economia estagnada e pobreza generalizada por um lado e por outro, as enormes expectativas relativas a um progresso palpável a sentir-se nos meios de subsistência das pessoas conduzem a tensões sociais e políticas. Na véspera da independência, o governo apresentou, no seu Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), a sua visão para o ano 2020 e a sua estratégia para alcançar esta visão. O PDN apresenta uma estratégia para os próximos cinco anos (2002-2007), incluindo dois objectivos principais – promoção célere, equitativa e sustentável do crescimento económico e redução da pobreza. Em Janeiro de 2003, o Governo anunciou um Programa de Estabilidade, realçando as áreas do PDN com prioridade imediata, abrangendo a governação, criação de emprego e prestação de serviços para a redução da pobreza.

PROJECTO DE AVALIAÇÃO DA POBREZA

1.3 O Projecto de Avaliação da Pobreza constituiu uma importante contribuição para a preparação do Plano de Desenvolvimento Nacional. A elaboração de um plano nacional e de uma estratégia de redução da pobreza exigia dados sobre a pobreza e condições de vida. Dadas as profundas alterações registadas nas vidas das pessoas em 1999, uma nova recolha de dados seria necessária para determinar com rigor as condições em que vive a população de Timor-Leste. A Comissão de Planeamento da Autoridade Transitória de Timor-Leste conduziu um Projecto de Avaliação da Pobreza em estreita parceria com o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agência do Japão para Cooperação Internacional (JICA) e Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF).² Acima de tudo, a Avaliação da Pobreza não

¹ Rohland e Cliffe (2002)

² A Agência do Japão para Cooperação internacional foi parceira na actividade de recolha de dados para o levantamento de núcleos familiares. Os resultados do Levantamento de Indicadores Múltiplos (MICS) da UNICEF foram divulgados em conjunto com os resultados do levantamento de Núcleos familiares.

teria sido possível sem a colaboração da população de Timor-Leste, que partilhou com as equipas de entrevistadores informação detalhada sobre as suas vidas. Este projecto envolveu três actividades de recolha de dados sobre diferentes aspectos das condições de vida, os quais, considerados em conjunto, oferecem uma imagem compreensiva do bem-estar em Timor-Leste:

- *Levantamento de Suco*: Este é um censo de todos os 498 sucos³ do país. Fornece um inventário das infra-estruturas sociais e físicas existentes e das características económicas de cada suco, para além de números populacionais ao nível das aldeias. Foi realizado entre Fevereiro e Abril de 2001.
- *Levantamento de Núcleos Familiares*: O levantamento de Avaliação das Condições de Vida em Timor-Leste (TLSS – *Timor-Leste Living Standards Measurement Survey*) é uma amostra nacional representativa de 1.800 núcleos familiares de 100 sucos, abrangendo mais de um por cento da população. O levantamento foi elaborado para diagnosticar a extensão, natureza e causas da pobreza e para analisar as opções políticas à disposição do país. Reúne informação detalhada sobre a demografia, habitação e bens dos núcleos familiares, despesas e alguns componentes de rendimento dos núcleos familiares, agricultura, dados do mercado de trabalho, saúde básica e educação, percepções subjectivas da pobreza e capital social. A recolha de dados foi realizada entre o fim de Agosto e Novembro de 2001.
- *Avaliação Participativa de Potencial (PPA – Participatory Potential Assessment)*: Este levantamento qualitativo comunitário apoiou 48 aldeias em 13 distritos do país na inventariação dos seus bens, aptidões e pontos fortes, na identificação dos principais desafios e prioridades, e elaboração de estratégias para lidar com estes no seio das suas comunidades. A recolha de dados começou em Novembro de 2001 e terminou em Janeiro de 2002.

1.4 A informação recolhida pelo Projecto de Avaliação da Pobreza, sobre a pobreza e as condições de vida, tornou-se parte integral do Plano de Desenvolvimento Nacional. Os resultados foram partilhados e discutidos com a Comissão de Planeamento, os seus oito grupos sectoriais, ONGs e sociedade civil em geral. Uma *workshop* de dois dias em Dili, em Fevereiro de 2002, apresentou os resultados preliminares do levantamento dos núcleos familiares. O Relatório de Levantamento de Sucos foi apresentado em Outubro de 2001 e o Relatório de Avaliação Participativa de Potencial foi concluído em Maio de 2002. Uma versão provisória deste relatório foi largamente divulgada e discutida numa série de seminários organizados em Janeiro de 2003 pelo Ministério do Plano e Finanças. Os seminários foram realizados no Conselho de Ministros e vários Ministérios. Uma *workshop* de grande dimensão em Dili a três *workshops* regionais em Baucau, Ainaro e Maliana, foram organizadas para os funcionários governamentais centrais e distritais e representantes da sociedade civil, incluindo a Igreja, grupos de mulheres, estudantes e jovens, ONGs, Chefes de Sucos e parceiros de desenvolvimento. Os resultados do MICS, patrocinado pela UNICEF, foram igualmente apresentados nestas *workshops* e seminários de divulgação. Estes seminários precederam o exercício Ministerial de estabelecimento de prioridades e sequências para o orçamento do

³ O número total de sucos tem como base as entrevistas com chefes de suco de todo o país. De acordo com fontes da Administração Interna, existem 446 sucos no país.

FY2004. Um relatório conjunto, apresentando as principais mensagens destes documentos, foi concluído em Março de 2003.

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

1.5 O Plano de Desenvolvimento Nacional do Governo, apresentado na Independência, foi preparado no seguimento de uma vasta abordagem participativa.⁴ O Governo lançou uma consulta a nível nacional, na qual cerca de 38.000 pessoas participaram em reuniões, para articular a visão de 20 anos e discutir as prioridades nacionais. No Governo foram estabelecidos oito grupos de trabalho intra-sectoriais liderados por ministros. Estes grupos encarregaram-se da formulação de visões temáticas, metas de desenvolvimento, princípios orientadores e estratégias. A visão de Timor-Leste para 2020 foi definida com base nestas vastas consultas (ver Caixa 1.1). Em 2003, os Ministérios realizaram um exercício de estabelecimento de prioridades e sequências, tendo como base as prioridades do Programa de Estabilidade. Estas são associadas ao quadro de despesa a médio prazo e processo anual de orçamento e estes planos ministeriais estão a ser integrados num Mapa Orientador para a implementação do PDN durante o período FY04-07.

1.6 Com o intuito de concretizar esta visão, o PDN apresenta uma estratégia para um período de cinco anos a fim de alcançar dois objectivos principais:

- Reduzir a pobreza em todos os sectores e regiões do país; e
- Promover um crescimento económico equitativo e sustentável, melhorando as áreas da saúde, educação e bem-estar de todos.

Caixa 1.1: Visão de Timor-Leste para 2020

- Timor-Leste será um país democrático, com uma cultura tradicional vibrante e um ambiente sustentável;
- Será uma sociedade próspera com suficiente comida, abrigos e roupa para todas as pessoas;
- As comunidades viverão em segurança, não sofrendo qualquer forma de discriminação;
- As pessoas serão alfabetizadas, conhecedoras e aptas. Elas gozarão de boa saúde e viverão uma vida longa e produtiva. Elas participarão activamente no desenvolvimento económico, social e político, promovendo a igualdade social e unidade nacional;
- As pessoas não mais viverão isoladas por falta de boas estradas, transportes, electricidade e formas de comunicação nas cidades e aldeias, em todas as regiões do país;
- A produção e emprego aumentará em todos os sectores – agricultura, pescas e florestas;
- A qualidade de vida e serviços melhorarão para todos os timorenses e o rendimento será distribuído de forma equitativa;
- Os preços serão estáveis e existirá segurança alimentar, com base numa boa gestão e uso sustentável dos recursos naturais;
- A economia e finanças do estado serão geridas de forma eficaz, transparente e livre de corrupção; e
- O estado terá como base o estado de direito. O Governo, sector privado, sociedade civil e líderes da comunidade serão responsabilizados perante aqueles que os escolheram ou neles votaram.

⁴ Plano de Desenvolvimento Nacional de Timor-Leste, Comissão do Planeamento, Dili, Maio de 2002.

ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA POBREZA

1.7 O crescimento económico é encarado como pré-condição para a redução sustentável da pobreza, tendo como força motora os cidadãos e sector privado, e como facilitador o Governo. De forma a assegurar um impacto significativo do desenvolvimento económico na redução da pobreza, o Plano de Desenvolvimento Nacional propõe esta Estratégia de Redução da Pobreza constituída por quatro elementos:

- **Oportunidade:** criar um ambiente favorável à criação de oportunidades para a participação económica dos pobres, melhorando a sua produtividade e aumentando os rendimentos.
- **Serviços Sociais Básicos:** Prestar aos pobres, e/ou encorajar e ajudar outros a prestar, serviços sociais básicos a baixo custo;
- **Segurança:** Prestar ou ajudar a prestar segurança das pessoas e bens, e protecção contra situações imprevistas de choque ou desastre (vulnerabilidade), incluindo segurança alimentar ao nível dos núcleos familiares e nacional;
- **Capacitação:** Capacitar os pobres e outros grupos vulneráveis através de participação popular na tomada de decisão, gerindo o desenvolvimento das aldeias e a todos os níveis da administração.

OBJECTIVOS E ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO

1.8 O objectivo deste relatório é apoiar os esforços do Governo na implementação e monitorização da Estratégia de Redução da Pobreza. Este documento, juntamente com as outras contribuições do Projecto de Avaliação da Pobreza, determina uma linha comparativa para a extensão, natureza e vertentes da pobreza. Uma boa compreensão do padrão e fontes de pobreza ajudará Timor-Leste a concentrar os seus esforços e recursos para alcançar as suas metas de desenvolvimento. Diagnósticos exactos da pobreza constituirão um pilar na tradução de elementos alargados da estratégia de redução da pobreza em planos de acção, estabelecendo prioridades e adequando-se ao enquadramento das despesas a médio prazo. Será crucial para a redução sustentável da pobreza a eficácia com que a ajuda e riqueza *offshore* será canalizada em direcção à formação de uma base de capital humano.

1.9 No entanto, este relatório, e o Projecto de Avaliação da Pobreza no todo, não pode aspirar a ser uma análise compreensiva da pobreza em Timor-Leste, ou uma revisão política completa, ou uma estratégia pormenorizada para auxílio à pobreza. Ainda que a cobertura das questões associadas à pobreza seja vasta, o nosso enfoque é colocado na disponibilização de uma linha comparativa para no futuro referenciar o progresso na redução da pobreza. Existem ainda várias lacunas importantes que resultam da falta de dados ou do cuidado em evitar a duplicação. Em especial, não há uma secção particular no quarto componente da Estratégia de Redução da Pobreza, a capacitação, que trate do enquadramento institucional para a descentralização e participação da sociedade civil e comunidade (Caixa 1.2).⁵A infraestrutura está fortemente associada à redução da pobreza, mas a nossa análise na área de

⁵ Este tema foi coberto em partes na gestão da Despesa Pública de Timor-Leste e Nota de Responsabilização de Abril de 2002, e uma análise mais aprofundada está prevista nas Revisões de Despesa Pública de 2003 a 2004.

oportunidades incide sobre o emprego e agricultura. Também apenas discutimos ao de leve as questões relativas ao estabelecimento de um sistema de monitorização da pobreza. Estas omissões sublinham que este estudo é apenas o primeiro passo numa mais aprofundada análise sobre a redução de pobreza em Timor-Leste.

1.10 Este relatório pretende apoiar a tomada de decisões do Governo recentemente eleito. A fim de facilitar o uso deste relatório, como contribuição para o debate sobre políticas anti-pobreza em Timor-Leste, os dados são apresentados associados a políticas e estratégias a dois níveis. No início da maioria dos capítulos, uma caixa resume as principais estratégias do PDN e as mensagens correspondentes da nossa análise. No final desses capítulos, realçamos os resultados chave, prevemos implicações políticas e realçamos questões que merecem atenção num futuro estudo. Para além disto, o último capítulo reúne as principais mensagens.

Caixa 1.2: Estratégia para Redução da Pobreza: Capacitação

A capacitação engloba a voz e participação dos pobres no processo de tomada de decisão sobre questões económicas, sociais, culturais e políticas. O Plano de Desenvolvimento Nacional, que foi elaborado a partir de vastas consultas com a população de Timor-Leste, é o testemunho da dedicação do Governo à capacitação dos seus cidadãos. O Governo pretende construir a partir desta experiência, criando um enquadramento institucional para dar continuidade à consulta com a sociedade civil, no processo de formulação e monitorização de planos operacionais, aos níveis nacionais e sectoriais. Os principais elementos deste pilar são:

- Participação da comunidade na gestão de prestação de serviços, para aumentar a eficiência e aumentar a capacitação.
- Descentralização, a fim de assegurar a participação das pessoas em geral, e dos pobres e mulheres em particular. O Governo está empenhado em implementar um processo gradual de descentralização. Isto acarretará a transferência de recursos e autoridade para tomada de decisões dos Ministérios da tutela para o nível mais perto da comunidade, com estruturas de gestão comunitárias e a atribuição de recursos a nível distrital e sub-distrital. Implicará igualmente a reforma do Governo local, criando oportunidades para a participação local e da comunidade no estabelecimento de prioridades e gestão de serviços.
- A educação cívica desempenhou um papel importante na promoção de participação popular no processo político e de desenvolvimento. As organizações de sociedade civil, incluindo a Igreja, serão mobilizadas para promover a consciencialização dos direitos civis e direitos do utente de serviços públicos. A educação cívica será incluída no curriculum escolar revisto. O Governo também procurará promover um maior conhecimento sobre o papel das instituições públicas, como o Parlamento e polícias.

1.11 O relatório completo está dividido em dois volumes. O Volume I resume as principais mensagens e resultados da análise TLSS, os quais são mais desenvolvidos no Volume II. O Capítulo 2 do Volume I revê o progresso registado ao nível das condições de vida económicas e sociais desde a violência de 1999. O Capítulo 3 apresenta o perfil do bem-estar. Os restantes três capítulos tratam cada um deles de um dos três componentes da Estratégia de Redução da Pobreza. O Capítulo 4 aborda a oportunidade. Debate as condições de vida nas aldeias, com particular atenção para a agricultura, e nas cidades. O Capítulo 5 debruça-se sobre os serviços sociais básicos, em particular a educação e saúde. O Capítulo 6 debate a segurança dos núcleos familiares, abrangendo os grupos desfavorecidos e a segurança alimentar. O Capítulo 7 apresenta o desafio de desenvolvimento de Timor-Leste. Resume as principais determinantes da pobreza, inventaria as Metas de Desenvolvimento do Milénio e associa a

projectão de crescimento às metas de redução da pobreza. O último capítulo apresenta algumas das principais considerações relativas ao estabelecimento de um sistema de monitorização da pobreza.

1.12 O Volume II é um compêndio da análise técnica. Cada capítulo é um estudo aprofundado de um tema específico. O Capítulo 1 apresenta o objectivo do levantamento e metodologia da assistência social. O Capítulo 2 debate a percepção das pessoas relativamente à assistência social, incluindo as mudanças nas condições de vida desde a violência em 1999. O Capítulo 3 apresenta o perfil do bem-estar, abrangendo a pobreza, desigualdade e assistência social. O Capítulo 4 debruça-se sobre o emprego. O Capítulo 5 foca a educação. O Capítulo 6 debate os grupos desfavorecidos e o Capítulo 7 analisa a segurança alimentar. O Capítulo final apresenta um modelo de determinantes de consumo e pobreza.



2 Transição Para a Independência

II. TRANSIÇÃO PARA A INDEPENDÊNCIA

2.1 Ao chegar a finais de 2001, na aurora da independência, Timor-Leste tinha já vivido mudanças sociais, económicas, institucionais e culturais dramáticas registadas desde a violência de 1999. Neste capítulo, vamos debruçar-nos sobre este período de transição e perguntar que progresso foi alcançado, e de que tipo. A primeira parte resume as mudanças económicas e sociais ocorridas desde a violência de 1999, revendo os indicadores macroeconómicos e sociais. A segunda parte irá debruçar-se sobre o mesmo tema, mas sob a perspectiva da população.

DESENVOLVIMENTOS DESDE A VIOLÊNCIA: TENDÊNCIAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

Tendências Macroeconómicas

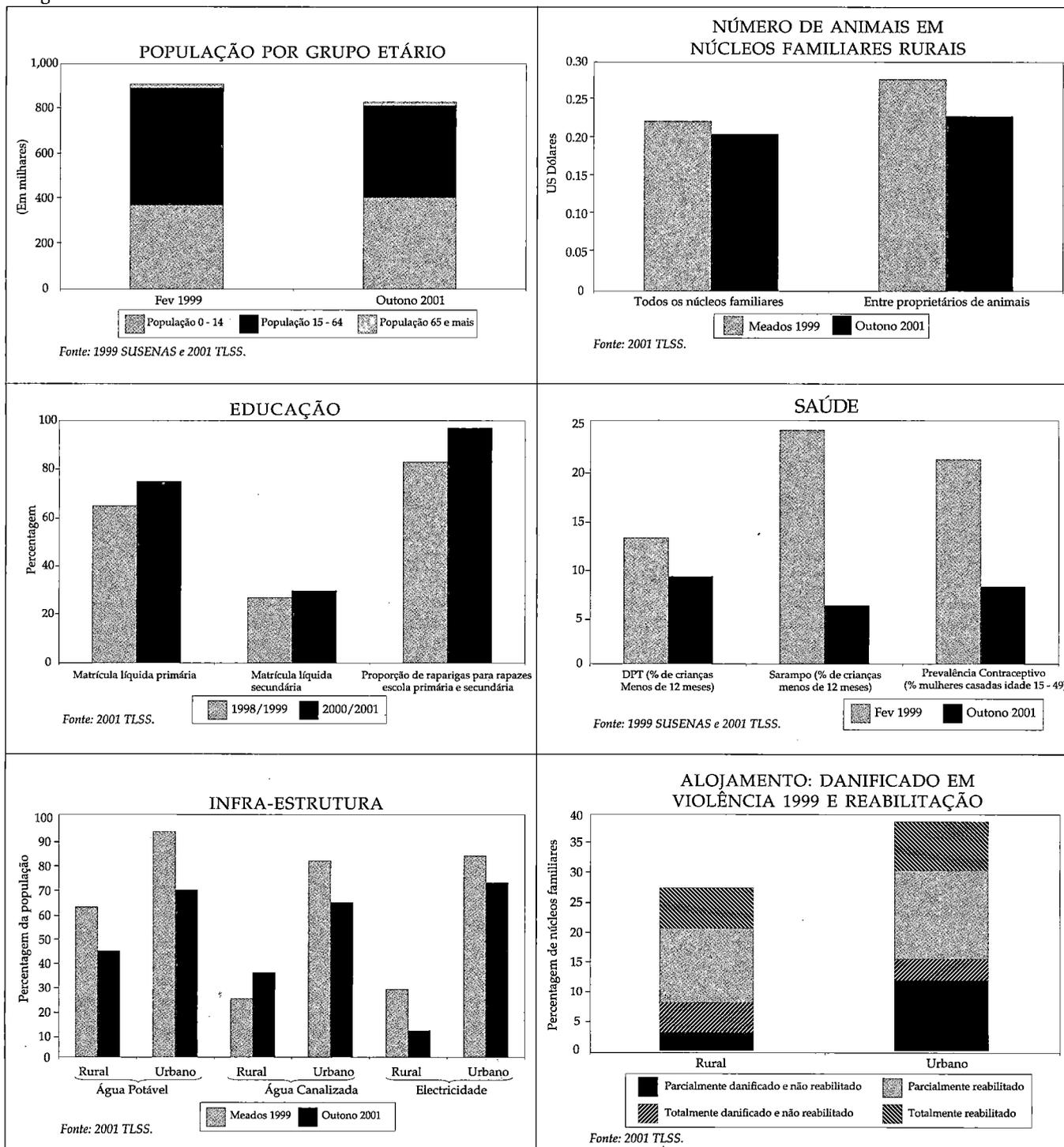
2.2 Nos últimos três anos a economia de Timor-Leste assemelhou-se a uma montanha russa. É apenas possível apresentar números aproximados do desempenho da economia, dada a falta de informação rigorosa sobre as contas nacionais. A destruição de grande parte da infra-estrutura nacional e a deslocação da população conduziram a um rápido declínio do rendimento em 1999. As estimativas iniciais do FMI indicavam um declínio de 38,5 por cento no PIB em 1999, com o rendimento agrícola a cair para 48,4 por cento.⁶ O peso do abrandamento foi mais sentido nas poupanças internas, as quais diminuíram de 26 por cento do PIB em 1998 para 5 por cento em 1999, e também no investimento, que caiu para pouco mais de metade dos níveis de 1998.

2.3 Em 2000 e 2001, a economia recuperou significativamente. Estima-se que o PIB real tenha crescido 15 por cento em 2000 e 18 por cento em 2001. O rendimento, que em 2001 foi estimado em US\$389 milhões, é agora comparável em termos reais a níveis pré-1999. A recuperação foi mais forte em Dili, a capital. A elevada presença internacional conduziu a um rápido retomar da actividade comercial e de serviços, como restaurantes e hotéis, ao passo que a reconstrução de residências e espaços comerciais despoletou um aumento da actividade no sector da construção. A rápida reabilitação de estradas rurais, associada a condições climatéricas favoráveis, conduziu igualmente a uma forte resposta nas zonas rurais. Em 2000 a produção alimentar (principalmente milho e arroz) aumentou em 15 por cento e a produção da maioria dos cultivos recuperou ainda mais em 2001. Actualmente, a produção da maioria dos cultivos alimentares atinge praticamente os níveis pré-1999, ainda que a

⁶ Informação mais recente leva a crer que estas estimativas iniciais exageravam o declínio na actividade económica em 2000. Por exemplo, as estimativas da FAO de Abril de 2000 apontam para um declínio de 35 por cento na produção de produtos alimentares agrícolas (principalmente arroz e milho). Para uma discussão pormenorizada sobre estas questões, ver Banco Mundial (2002).

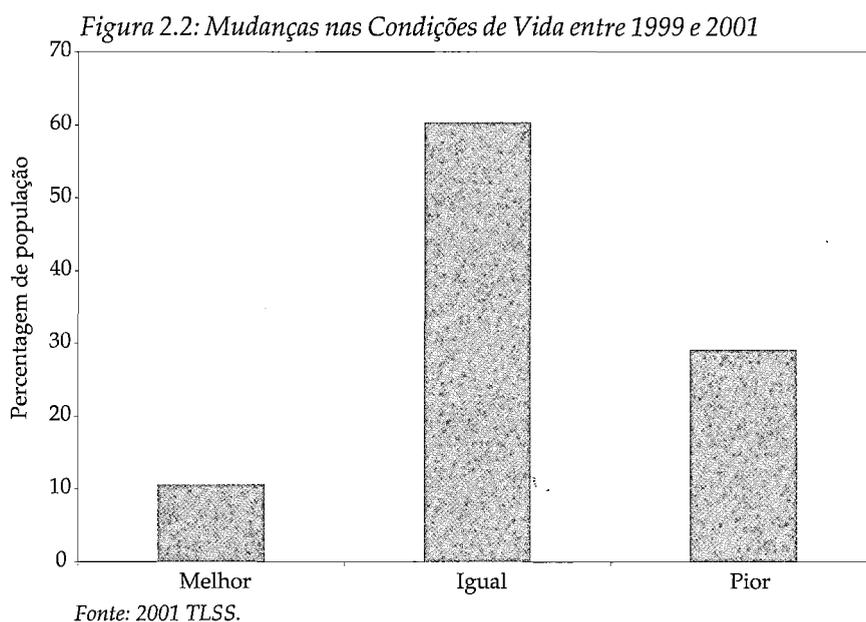
da presença internacional, poderá ter conduzido a uma deterioração nas percepções de bem-estar, especialmente em Dili. Os tumultos ocorridos na capital em Dezembro de 2002 e os recentes ataques a comunidades rurais vieram sublinhar a fragilidade da situação e colocaram as questões relativas à segurança na ordem do dia. O desemprego junto dos jovens, a exclusão notada em relação aos antigos combatentes e àqueles educados sob o sistema indonésio, a presença continuada de uma comunidade estrangeira bem remunerada, a frustração sentida pela lentidão nas mudanças, relativamente a enormes expectativas existentes, são algumas das razões avançadas para justificar os distúrbios sociais.

Figura 2.1: Indicadores Sociais em 1999 e 2001



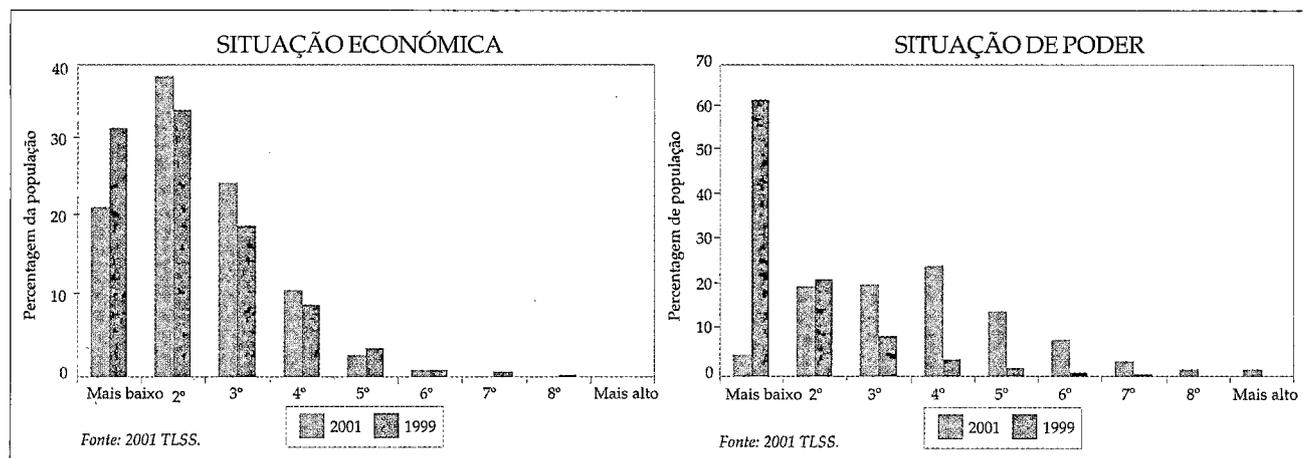
Mudança no bem-estar subjectivo dois anos depois da violência de 1999

2.11 De que forma mudou a vida desde a violência de 1999, segundo a perspectiva da população? No levantamento, foi pedido às pessoas que avaliassem as diferenças sentidas na sua vida desde a violência de 1999, de acordo com diferentes vertentes: condições de vida, situação económica e poder. As condições de vida estão estreitamente associadas às condições económicas e, tal como apresentado na secção anterior, elas têm-se mantido difíceis desde a violência. Na Figura 2.2, apresentamos as respostas dadas por todos os indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos a perguntas sobre as mudanças nas condições de vida registadas no final de 2001 por comparação a 1999. Cerca de três em dez pessoas acreditam que as condições de vida pioraram, comparado com apenas uma em dez pessoas que dizem ter melhorado. Isto aponta para dificuldades materiais significativas durante o processo de transição.



2.12 As condições de vida são importantes tanto para a situação económica, como para a capacitação. A Figura 2.3 ilustra as respostas a “perguntas de progressão”, onde foi pedido às pessoas que se posicionassem em relação à situação económica e poder, em 2001 e antes da violência. Vamos considerar primeiro a vertente económica. Quando lançando um olhar sobre o período anterior à violência de 1999, a vasta maioria considerava-se pobre: um terço dos inquiridos acreditava encontrar-se no degrau mais baixo, um outro terço posicionava-se no segundo degrau mais baixo, e outros 30 por cento posicionava-se entre o terceiro e quinto degraus mais baixos. Menos de dois por cento posicionavam-se nos primeiros quatro degraus. Em comparação, em 2001, a situação melhorou, especialmente para o terço mais baixo. A percentagem que se posiciona no degrau mais baixo diminuiu significativamente, impulsionando as percentagens no segundo e terceiro degrau mais baixo, ao passo que os restantes se mantêm inalterados. No geral, os dois terços mais baixos dos inquiridos acreditam que a sua situação económica melhorou ou permaneceu igual, ao passo que a situação para o terço mais alto se manteve inalterada.

Figura 2.3: Situação Económica e de Poder, 1999 e 2001

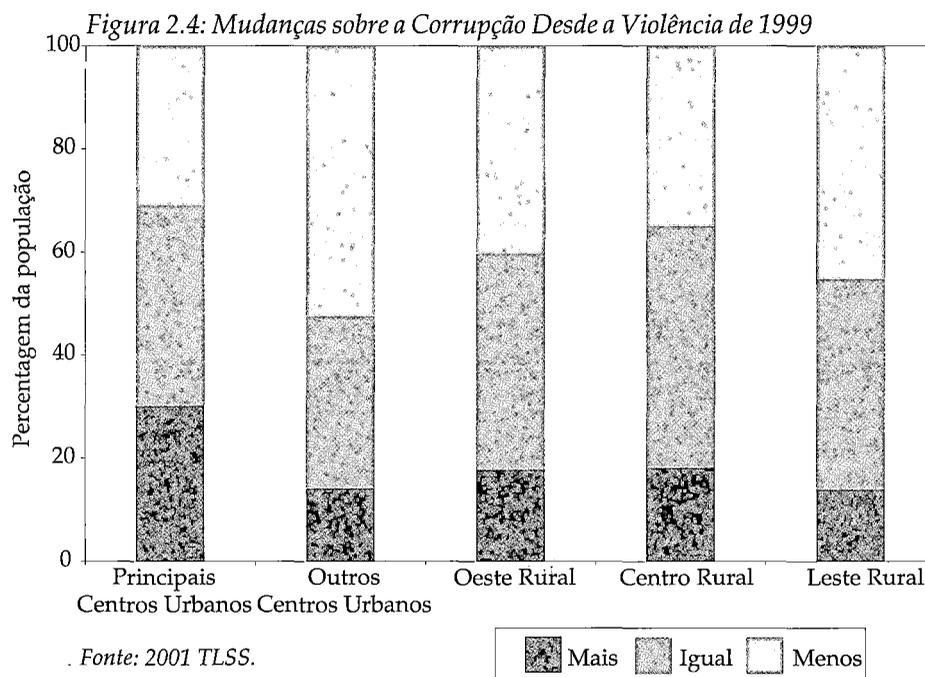


2.13 A questão em relação à situação do poder dá-nos uma imagem mais clara. A população actual via-se em 1999 totalmente sem poder, com seis em cada dez a colocar-se no degrau mais baixo, e outros dois em dez no segundo degrau mais baixo. Basicamente, ninguém se posicionava nos quatro degraus cimeiros. A situação em 2001 é completamente diferente. Apenas uma em cada dez pessoas acredita não ter qualquer poder, e perto de três em dez acredita estar posicionado nos cinco degraus cimeiros. Estes números sugerem que ainda que a situação económica tenha melhorado principalmente nos degraus mais baixos, as melhorias na situação de poder afectaram quase toda a população.

2.14 A corrupção é uma questão central da pobreza. Por exemplo, As Vozes dos Pobres do Banco Mundial registaram centenas de casos de corrupção denunciados pelos pobres e ocorridos quando estes procuravam cuidados de saúde, educação para as suas crianças, reivindicavam assistência social ou pagamento, tentavam aceder à justiça ou protecção policial, e tentavam entrar no mercado. Ao interagir com funcionários, homens e mulheres pobres são sujeitos a insultos, tratamento rude, hostil e, por vezes, vítimas de violência. A hostilidade para com os vendedores ambulantes nas zonas urbanas é geral. Políticos, funcionários governamentais e funcionários públicos são raramente vistos como sendo eficazes, de confiança ou participativos. A corrupção também é importante para o desempenho geral de um país. É um obstáculo ao desenvolvimento económico e social. Distorce o estado de direito e enfraquece as fundações institucionais das quais depende o crescimento económico. Estas consequências negativas são especialmente danosas para os pobres, que são quem mais sofre com o declínio económico, quem mais depende da prestação dos serviços públicos e quem menos capacidade tem para pagar custos extras associados a subornos, fraude, e apropriação indevida de privilégios económicos.

2.15 Na Figura 2.4 é ilustrada a opinião das pessoas sobre as mudanças registadas em relação à corrupção desde 1999. No geral, as pessoas pensam que a corrupção era em 2001 uma questão menor comparativamente a 1999. Apenas um quinto da população com idade igual ou superior a 15 anos acredita que a corrupção aumentou desde a violência, e dois quintos sente que a corrupção diminuiu. Ao longo de um espectro de categorias geográficas, etárias e de sexo, mais pessoas pensam que a corrupção era em 2001 menos prevalente. No entanto, há diferenças importantes. O mais surpreendente é o facto de, nos maiores centros

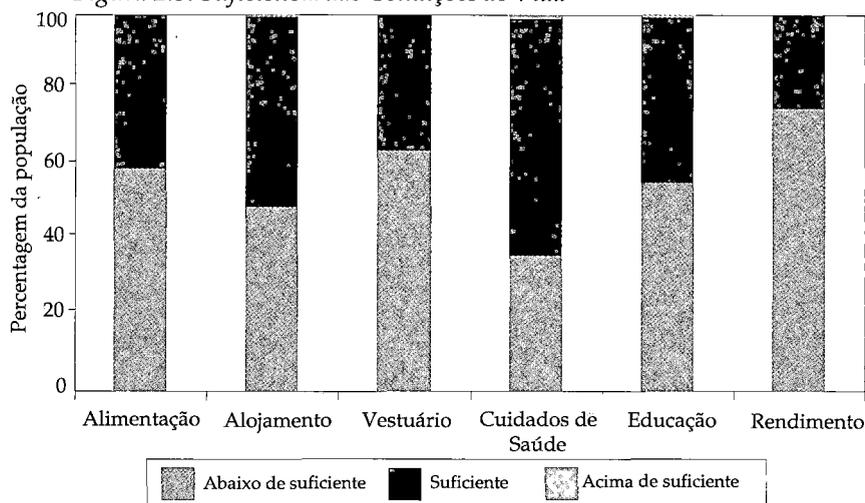
urbanos, três em cada dez pessoas pensarem que a corrupção piorou. Nas áreas rurais, a questão parece ser mais preocupante nas regiões do oeste e centro rural do que no leste rural, e mais nas zonas rurais altas do que nas zonas baixas rurais. Em relação ao sexo, os homens são mais pessimistas do que as mulheres, relativamente ao progresso registado na prevenção contra a corrupção, assim como as pessoas com idade inferior a 50 anos, comparativamente àquelas com idade superior a 50 anos. Uma possível explicação para esta situação poderá ser o envolvimento em actividades comerciais e administrativas. É interessante que a opinião mais optimista sobre as mudanças ao nível da corrupção registada no leste rural e terras baixas rurais coincida com um nível de pobreza superior a outras áreas rurais.



Bem-estar subjectivo: vertentes e prioridades

2.16 Quais eram as questões mais importantes para a população em 2001? Um instrumento comum para aferir o bem-estar subjectivo é constituído por perguntas “de suficiência”, abrangendo as diferentes categorias de necessidade da família. Na Figura 2.5, apresentamos as respostas daqueles que encabeçam os núcleos familiares a perguntas sobre as necessidades da sua família. Apresenta a percentagem para cada uma das três respostas possíveis (abaixo de suficiente; apenas o suficiente; e acima de suficiente) sobre áreas como a alimentação, abrigo, roupa, cuidados de saúde, educação e rendimento.

Figura 2.5: Suficiência das Condições de Vida

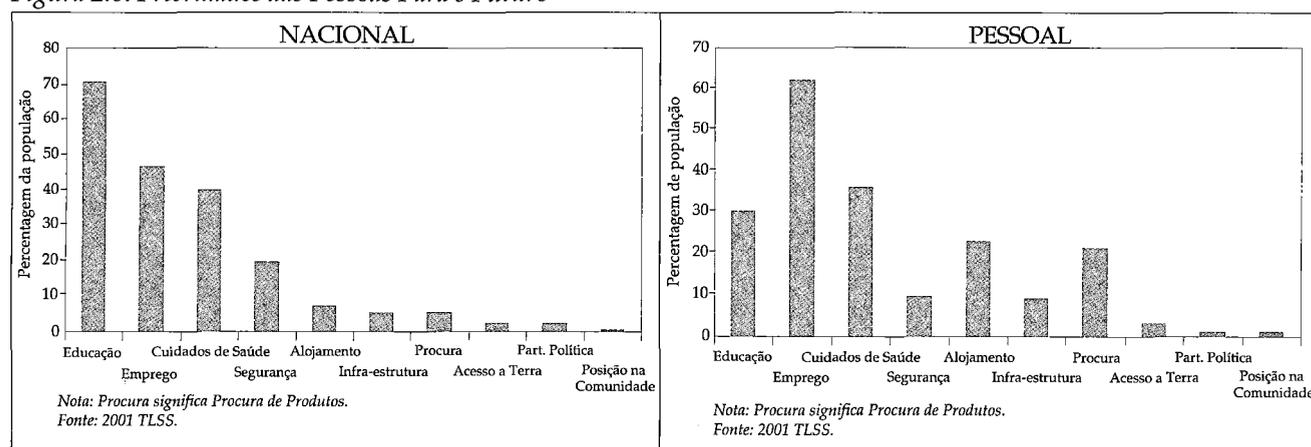


Fonte: 2001 TLSS.

2.17 A característica que salta à vista é a insuficiência generalizada e a extrema dificuldade da vida quotidiana. Independentemente da vertente específica das condições de vida que considerarmos, 99 em 100 pessoas diz, na melhor das hipóteses, ter apenas o suficiente, e entre mais de um terço e três quartos acredita ter menos do que o suficiente. A maior preocupação é o vestuário, seguido de alimentação, educação das crianças e habitação, e a menor é a prestação de cuidados de saúde. De acrescentar, mais de três em quatro pessoas vive em núcleos familiares onde o rendimento total é considerado insuficiente.⁹

2.18 Tendo em consideração estas insuficiências significativas nas condições de vida, quais são as prioridades pessoais e nacionais para o futuro? A TLSS pediu a indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos que indicassem a primeira e segunda prioridade, tanto do ponto de vista pessoal como nacional. Os resultados são ilustrados na Figura 2.6.

Figura 2.6: Prioridades das Pessoas Para o Futuro



⁹ Não fica claro se os inquiridos consideravam o rendimento como uma medida englobando outras vertentes, ou uma vertente separada das próprias condições de vida.

2.19 No topo da lista das preocupações pessoais encontramos factores económicos e sociais. Em primeiro lugar está o emprego, citado por três quintos dos inquiridos. De seguida aparecem as melhorias nos serviços sociais (educação, cuidados de saúde e habitação), e necessidade de produtos. Por outro lado, os principais sucessos alcançados nos últimos dois anos (segurança, participação política e estatuto na comunidade) aparecem nas posições mais baixas em termos de importância para as condições de vida individuais no futuro. As prioridades para as condições de vida em Timor-Leste estão no geral de acordo com as preferências individuais. As três categorias inferiores são exactamente as mesmas, e as mesmas três categorias aparecem no topo, ainda que a sua posição nesses três primeiros lugares possa ser diferente. A maior diferença diz respeito à ênfase na educação como chave para a prosperidade nacional, citada por sete em dez indivíduos, comparado com apenas três em dez nas preferências pessoais. O emprego, habitação e necessidade de produtos são citados por menos pessoas como prioridades nacionais do que como prioridades individuais. No geral, isto sugere que as preocupações económicas imediatas individuais são consideradas menos importantes do que o programa nacional. Tanto na categorização pessoal como nacional, as preocupações económicas e sociais dominam aspectos associados à capacitação, talvez como reflexo do já alcançado nesta área ao longo dos últimos anos.

RESUMO

2.20 No geral, aquando da independência de Timor-Leste, a população sentia-se mais capacitada, comparativamente ao tempo de governação indonésia, mas menos segura acerca do seu bem-estar económico. Quando questionados sobre a sua situação económica no fim do ano 2001 por comparação à sua situação antes da violência de 1999, ligeiramente mais pessoas acreditam que a sua situação económica melhorou ao invés de piorar, mas a grande maioria pensa que poucas foram as mudanças. Por outro lado, sete em oito pessoas acreditava ter mais poder em 2001 do que antes da violência de 1999. A opinião das pessoas confirma que foi registado progresso na área da segurança, participação política, educação e estatuto na comunidade, ao passo que factores económicos como a habitação, necessidade de produtos, emprego e infra-estrutura pioraram e continuam a ser prioridades para o futuro.



Perfil do Bem-estar

3. PERFIL DO BEM-ESTAR

3.1 Em que é que diferem os pobres dos não pobres? Neste capítulo, analisamos as características dos pobres. O perfil da pobreza inclui informação sobre onde os pobres vivem, o que fazem, como ganham a vida, e quais são as suas condições de vida em termos de educação, saúde e habitação. Também lançamos um olhar sobre a distribuição de recursos económicos no geral. Esta análise é importante por duas razões. Oferece uma análise sobre as características dos pobres, de forma a ajudar na formulação de programas para a redução da pobreza, e realça a ligação entre a pobreza e outras vertentes do bem-estar.¹⁰

METODOLOGIA

3.2 A pobreza é um fenómeno complexo que envolve múltiplas vertentes de privação. Pode significar falta de acesso a recursos e oportunidades, saúde fraca, desnutrição, analfabetismo, falta de água potável e saneamento, privação dos direitos básicos, segurança e falta de poder. Ainda que estas privações ocorram frequentemente em conjunto, a correlação entre estas diferentes vertentes da pobreza está longe de ser perfeita. O conceito de pobreza mais correntemente definido é um conceito económico, no qual um indivíduo é considerado pobre se não é capaz de atingir condições de vida mínimas. São múltiplas as decisões envolvidas na origem de uma quantificação de condições de vida (ver Caixa 3.1 para um resumo). A preferência pelo consumo como indicador das condições de vida, ao invés do rendimento, é largamente consensual. Seguindo uma prática comum na análise da pobreza, a medida nominal de consumo é convertida em consumo real para ajustar as diferenças de custo de vida de região para região, e para ter em conta as diferenças relativas à data das entrevistas. Nós seguimos a prática comum e usamos a despesa total do núcleo familiar per capita como indicador básico de bem-estar e presumimos que os núcleos familiares distribuem os recursos equitativamente pelos seus membros¹¹.

3.3 O limiar da pobreza é a condição de vida mínima que um indivíduo deveria atingir de forma a não ser considerado pobre. O estabelecimento de limiares de pobreza é muitas vezes uma tarefa difícil e extremamente contenciosa na construção de um perfil de pobreza. Seguindo a prática comum no Leste Asiático, definimos o limiar da pobreza como sendo o mínimo de despesa necessária para comprar um cesto de comida que forneça 2100 calorias por pessoa, por dia, e inclui um montante para necessidades de consumo não alimentares (tal como vestuário e habitação). Estima-se que o limiar da pobreza em Timor-leste seja de

¹⁰ Este capítulo refere-se ao Capítulo 1 e Capítulo 2, Volume II

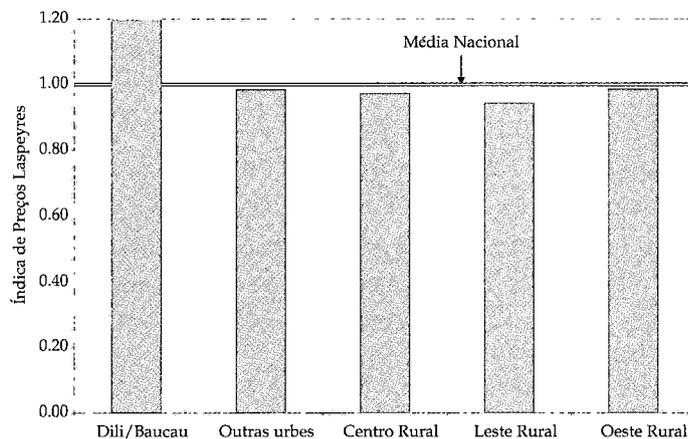
¹¹ Ao longo do relatório, analisamos até que ponto as conclusões dependem de ajustamentos feitos para as diferenças em relação ao tamanho e composição do núcleo familiar.

Caixa 3.1: Construindo O Indicador de Bem-Estar

Rendimento ou Consumo? O rendimento, juntamente com os bens, avalia as possíveis pretensões de uma pessoa ou núcleo familiar, ao passo que o consumo captura o nível de vida em termos da condição de vida que os indivíduos realmente atingem. A principal razão que leva à preferência pelo consumo actual como indicador de condições de vida, ao invés do rendimento, é a variabilidade (Ravallion, 1994). Numa economia predominantemente agrícola, o rendimento que as pessoas recebem não é frequente e os montantes variam conforme as estações. Provas empíricas, sugerem que os núcleos familiares em sociedades agrícolas de baixo rendimento conseguem consumir regularmente, apesar de uma grande inconstância no recebimento de rendimento (Deaton, 1997). Assim, o consumo é provavelmente um melhor indicador de consumo corrente do que o rendimento corrente; e o consumo corrente poderá também ser um melhor indicador do bem-estar a longo prazo, uma vez que oferece informação sobre outros momentos no tempo.

Per capita ou balança de equivalência? Os núcleos familiares diferem em tamanho e constituição. Em particular, as necessidades dos membros dos núcleos familiares diferem, especialmente entre adultos e crianças. Uma opção que tem sido usada é tentar usar um sistema de pesos onde, por exemplo, as crianças contam como uma fracção de um adulto, em termos de necessidades, e convertem todos os núcleos familiares num número de adultos equivalente. Mas existem também as economias de escala no consumo. Alguns itens não-alimentares (por exemplo, habitação, bens de longa duração) têm características de bens públicos, uma vez que a sua utilização por um elemento do núcleo familiar não reduz o seu valor em relação a outros membros do núcleo familiar. Assim, porque as pessoas podem partilhar os bens e serviços sem reduzir o seu bem-estar, o custo de atingir um determinado nível de bem-estar poderá ser mais baixo em núcleos familiares grandes do que em núcleos familiares mais pequenos. Dividir simplesmente o consumo do núcleo familiar pelo tamanho do núcleo familiar leva a ignorar estas economias de escala em consumo. O número de adultos equivalente pode ser ajustado para economias de escala de forma a conseguir o número de adultos equivalente "efectivo". Nós seguimos a prática comum e usamos a despesa total do núcleo familiar per capita como indicador de bem-estar básico e presumimos que os núcleos familiares distribuem os recursos por entre os seus membros de forma equitativa. Para o perfil da pobreza, é importante realizar uma análise de sensibilidade para ver até que ponto as conclusões gerais dependem de pressupostos relativamente a escalas equivalentes.

Diferenças do custo de vida: Os preços de bens e serviços varia consideravelmente de região para região e esta variação espacial de preços deveria ser levada em conta quando comparando os níveis de bem-estar em diferentes partes do país. Em Timor-Leste, os transportes são caros e difíceis e os mercados locais não têm bons acessos, dando azo a possivelmente grandes variações no custo de vida. Para elaborar um índice de preços, para converter consumo nominal em consumo real, seguimos a prática comum no Leste Asiático e usamos um Índice Laspeyres baseado num conjunto fixo de consumo. O índice de preços é construído para cinco partes diferentes do país: Dili/Baucau, outras áreas urbanas, o leste rural, o oeste rural e o centro rural. O índice de preços Laspeyres para cada região é determinado, estabelecendo uma comparação entre o custo da compra de um conjunto de produtos de referência nessa região e na região de referência. Para representar o padrão de consumo dos pobres, consideramos como conjunto referência o cesto de consumo do 2º e 5º decilos, de acordo com o consumo per capita. Nós testamos a sensibilidade das nossas estimativas de pobreza na escolha deste índice e descobrimos que os resultados são extremamente fortes.



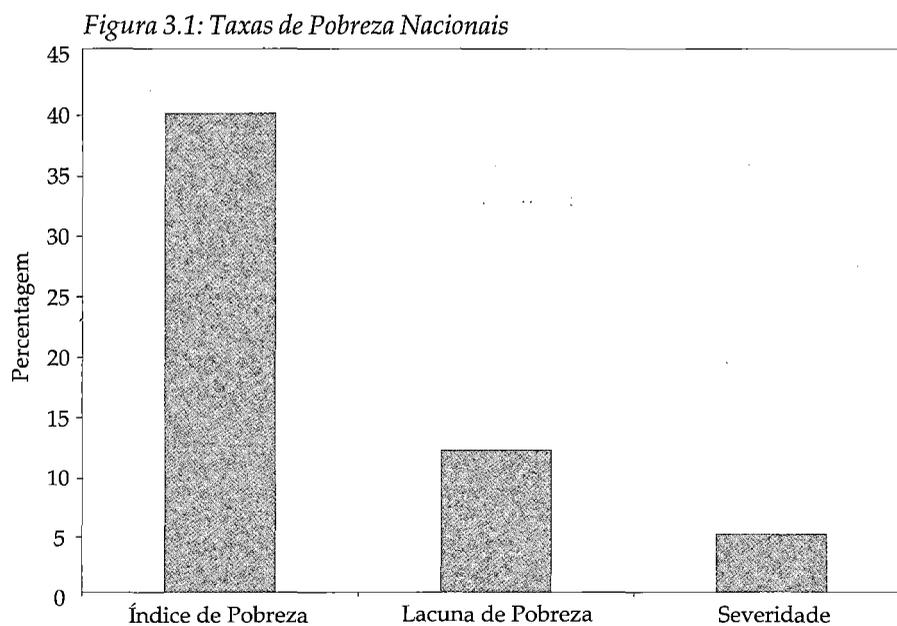
Fonte: 2001 TLSS.

US\$15.44 per capita, por mês ou pouco acima de cinquenta centimos por dia¹², ou US\$1,5 em dólares internacionais usando a Paridade de Poder de Compra¹³ ajustada às taxas de câmbio.

PERFIL DA POBREZA

Incidência da Pobreza

3.4 A incidência da pobreza (ou índice de pobreza) no país como um todo é de 39,7 por cento, ascendendo a 329.000 indivíduos (ver Figura 3.1). Por outras palavras, dois em cinco indivíduos em Timor-Leste não são capazes de responder às necessidades de consumo alimentares e não alimentares. A lacuna da pobreza não conta apenas o número de pobres, mas mede a média de carência de consumo relativamente ao limiar da pobreza. É igual a 11,9 por cento. Esta medida pode ser usada para calcular a transferência de rendimento mínima necessária para levar todos os pobres até ao limiar da pobreza, presumindo que a transferência é perfeitamente direccionada e totalmente concluída. Este número totaliza US\$1,84 por pessoa, por mês, ou US\$18,28 milhões no geral por ano. A medida de severidade da pobreza, que incorpora a desigualdade entre os pobres, dando um maior peso às lacunas da pobreza dos mais pobres, equivale a 4,9 por cento. Devido à sua sensibilidade à distribuição entre os pobres, a medida de severidade revela diferenças através de grupos populacionais que são ocultadas pelas outras duas medidas de pobreza.



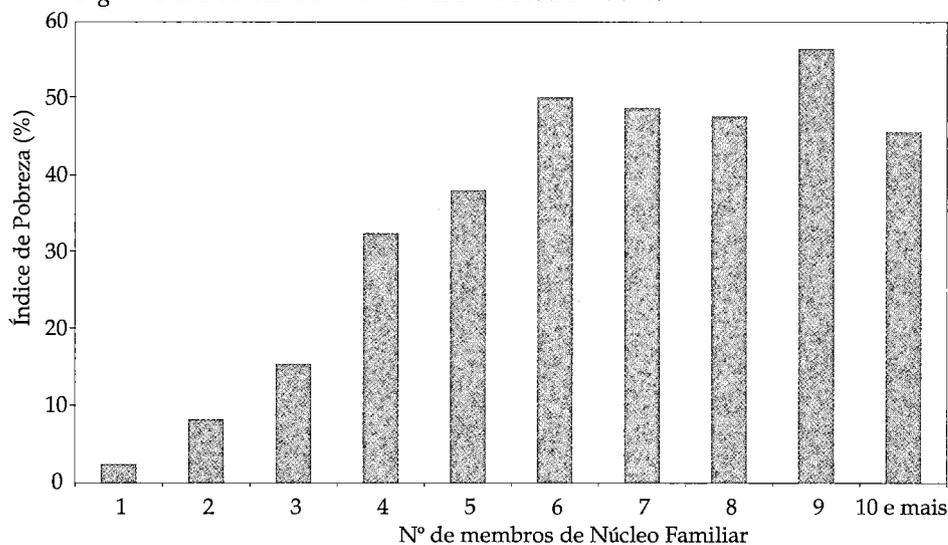
Fonte: 2001 TLSS.

¹² A maioria dos valores monetários mencionada no levantamento foi indicada em Rupia Indonésia, uma vez que era a unidade monetária em uso durante o período em que se realizou o levantamento. Todos os valores em Rupia no levantamento foram convertidos para US Dólar, usando uma taxa de câmbio de 10.000 Rupia/US Dólar, aproximadamente a taxa de câmbio média em vigor na altura do levantamento.

¹³ O valor da Paridade de Poder de Compra (PPP) permite uma comparação normal de níveis de preço reais entre países, da mesma forma que os índices de preços convencionais permitem realizar comparações de valores reais ao longo do tempo. Os PPPs derivam normalmente de levantamentos de preços efectuados pelo Programa de Comparação Internacional, um programa conjunto do Banco Mundial e agências da ONU. Timor-Leste ainda não tem um PPP, mas o PPP foi calculado usando uma metodologia alternativa que calibra o preço por caloria em Timor-leste e Indonésia. Um método semelhante foi usado noutros países do Leste Asiático onde não existe um PPP (como por exemplo o Vietname).

3.5 Qual é a sensibilidade da pobreza a pressupostos relativos ao tamanho e constituição do núcleo familiar? Usando uma medida per capita, a pobreza aumenta com o tamanho do núcleo familiar (ver Figura 3.2). Na maioria dos casos, um aumento no tamanho do núcleo familiar implica mais crianças e idosos. Núcleos familiares maiores, com mais dependentes não remunerados, como por exemplo crianças e idosos, são menos capazes de alimentar e vestir todos os membros do núcleo familiar.

Figura 3.2: Pobreza e Tamanho dos Núcleos Familiares



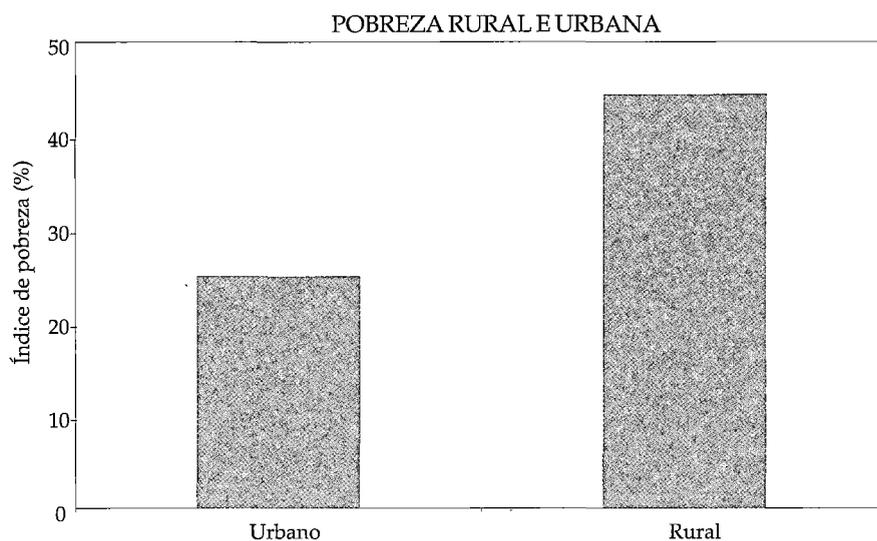
Fonte: 2001 TLSS.

Geografia

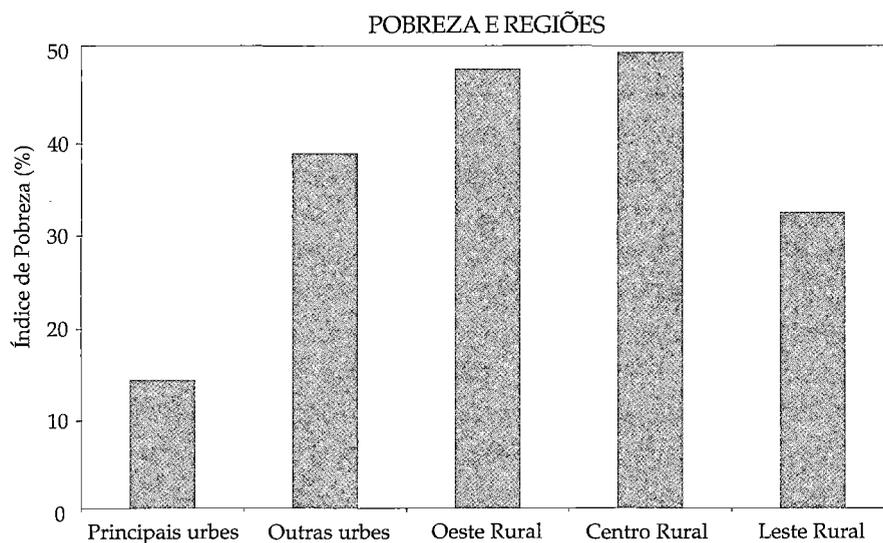
3.6 As taxas de pobreza nacionais ocultam uma extraordinária variação no país. A pobreza em Timor-Leste aumenta do Leste para Oeste. Os três distritos (Oecussi, Bobonaro e Covalima) que abrangem o oeste acolhem um quinto da população, mas representam um quarto dos pobres. Por outro lado, os três distritos do Leste (Baucau, Lautem e Viqueque) representam um quarto da população, mas menos de um quinto dos pobres. A pobreza também aumenta com a altitude acima do nível do mar, ao passo que os sucos costeiros e do interior vivem numa situação de pobreza semelhante.

3.7 Estes padrões geográficos são em parte, mas não totalmente, um reflexo do grau de urbanização. Em conformidade com experiências noutros países em desenvolvimento, a pobreza nas áreas rurais é maior do que nas áreas urbanas (ver Figura 3.3). Visto que três quartos da população vivem nas zonas rurais, a pobreza é claramente um fenómeno rural: seis em sete dos pobres vivem nas zonas rurais, ascendendo a 280.000 pessoas.

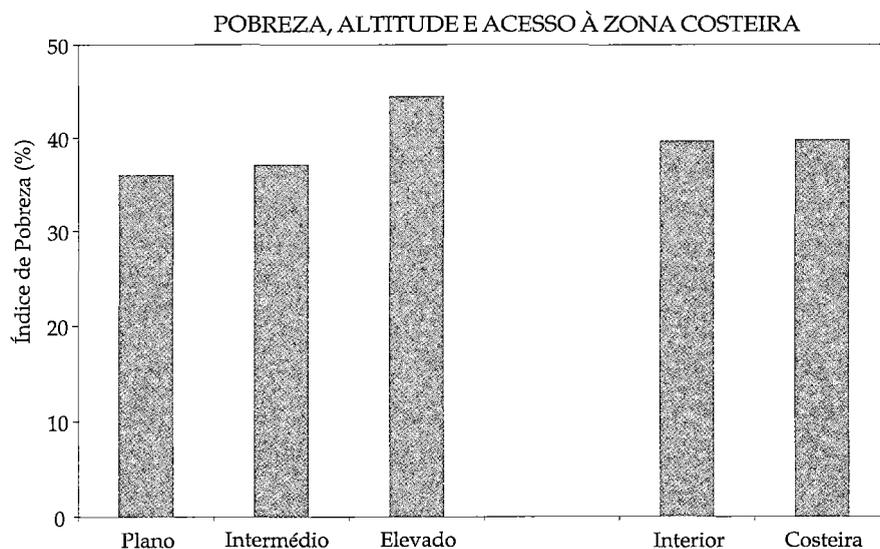
Figura 3.3: Pobreza e Geografia



Fonte: 2001 TLSS.



Fonte: 2001 TLSS.



Fonte: 2001 TLSS.

3.8 A investigação da sensibilidade dos graus de pobreza em relação às escalas de equivalência e limiares da pobreza conduz a estas conclusões:

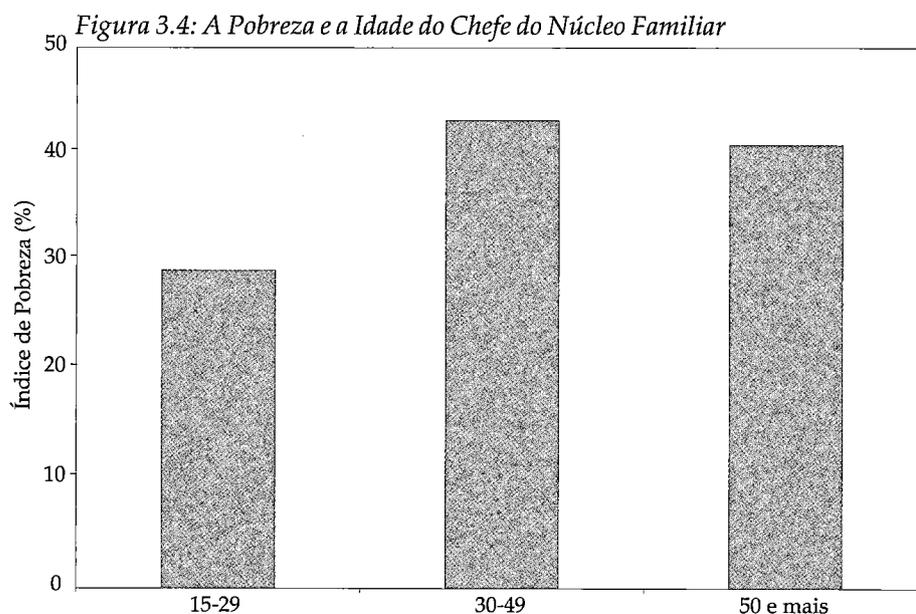
- As zonas rurais são significativamente mais pobres do que as zonas urbanas;
- Outros Centros Urbanos são significativamente mais pobres do que Dili e Baucau, as duas principais cidades;
- O Leste é o menos pobre, ainda que a posição entre o Centro e Ocidente seja ambígua – tanto a nível nacional e em apenas zonas rurais;
- Nas zonas rurais, o grau para o índice de pobreza com base na altitude é ambíguo. Mas em relação à lacuna de pobreza e medidas de severidade, as Terras Altas são as mais pobres, e as Baixas as menos pobres.¹⁴

Características do Chefe do Núcleo Familiar

3.9 Uma abordagem comum é categorizar os núcleos familiares a partir das características do chefe do núcleo familiar. O chefe é, na maioria dos casos, a principal fonte de rendimento, sendo as suas características especialmente importantes para o bem-estar de todo o núcleo familiar. As características do chefe são também indicativas das características do núcleo familiar em geral, incluindo o tamanho e constituição.

Idade

3.10 A pobreza está associada à idade do chefe do núcleo familiar. Na Figura 3.4, dividimos os núcleos familiares em três grupos, consoante a idade do chefe do núcleo familiar. Focamos a nossa atenção nos núcleos familiares encabeçados por figuras masculinas, visto que nove em dez pessoas são membros de um tal núcleo familiar. Quase dois em três indivíduos vivem em núcleos familiares cujo o chefe tem entre 30 e 50 anos de idade. A incidência de pobreza é mais alta entre os núcleos familiares chefiados por adultos mais velhos (30-49) e mais baixa entre os núcleos familiares chefiados por jovens adultos (15-29 anos).

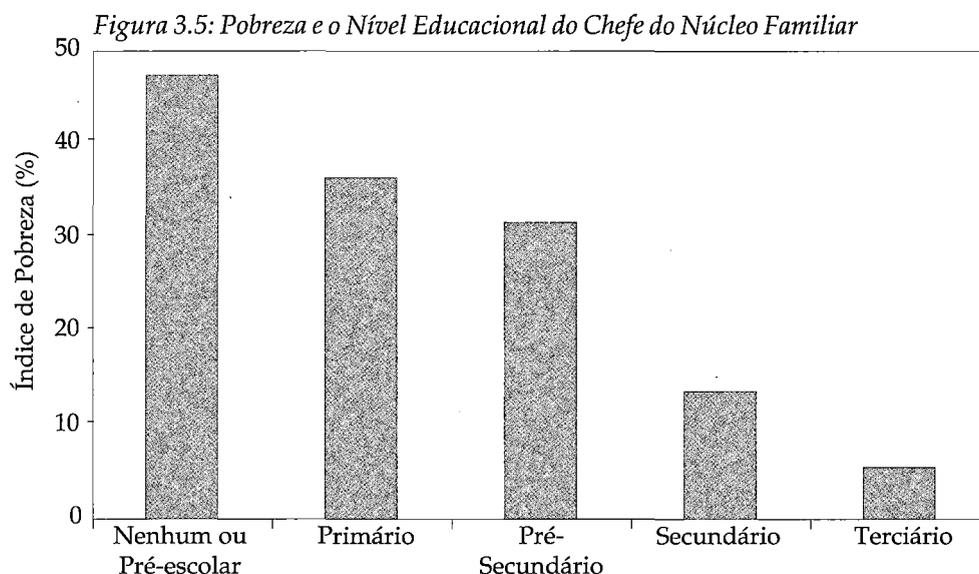


Fonte: 2001 TLSS.

¹⁴ As Terras Baixas referem-se a sucus que se encontram abaixo dos 500 m de altitude e as terras altas são aquelas que se situam acima de 500 m de altitude. Na Figura 3.3, baixo refere-se a sucus abaixo dos 100m de altitude e médio a sucus entre os 100 e 500 m de altitude.

Educação

3.11 Em todo o mundo, a educação é um importante indicador da pobreza. Tomando a conclusão de nível escolar como indicador de educação, constatamos que as habilitações académicas dos chefes dos núcleos familiares são muito fracas. Perto de três em cinco indivíduos vivem em famílias onde o chefe não completou o ensino primário. Não mais de um em cinco tem um chefe de núcleo familiar que tenha completado pelo menos o ensino pré secundário.



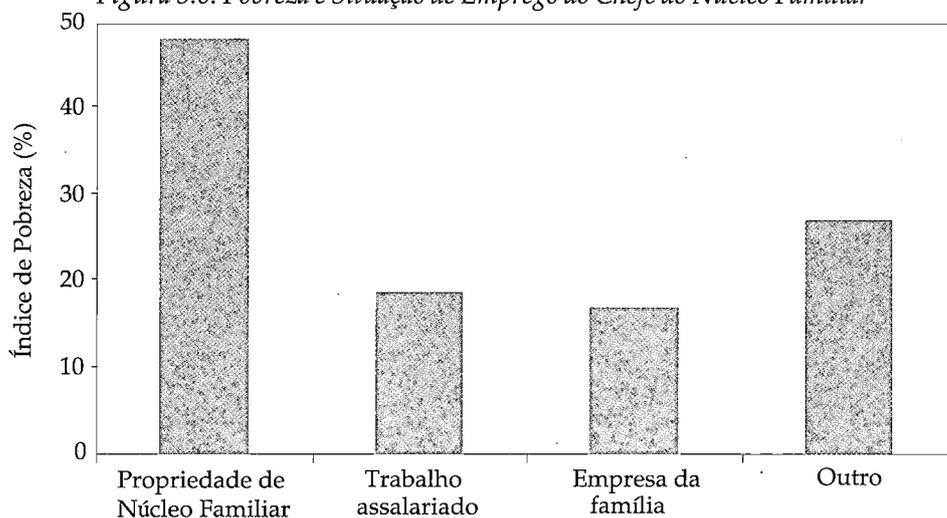
Fonte: 2001 TLSS.

3.12 De acrescentar, como era esperado, a pobreza piora à medida que o nível de ensino do chefe do núcleo familiar diminui (ver Figura 3.5). Por exemplo, perto de uma em duas pessoas são pobres em núcleos familiares onde o chefe não completou a escolaridade primária. Isto pode ser comparado a menos de um em sete, onde o chefe do núcleo familiar tem pelo menos o ensino secundário. Finalmente, a idade média do chefe do núcleo familiar cai à medida que passamos de nenhuma escolaridade, ou pré escolaridade, para educação secundária ou terciária. Isto reflecte em geral o aumento registado a nível das taxas de matrícula e consecução nas últimas décadas.

Emprego

3.13 Emprego e criação de rendimento são factores centrais para os meios de subsistência das famílias em todo o mundo. Em Timor-Leste, o desafio de criação sustentável de emprego é especialmente crítico devido ao recente legado. Antes de 1999, muitos trabalhadores tinham um emprego formal na função pública indonésia. A grande maioria desses empregos desapareceu com a passagem para a independência. Hoje em dia, muitas famílias dependem totalmente da actividade agrícola (cultivo, criação animal, florestal e aquacultura) e apenas uns poucos complementam este rendimento com ganhos oriundos de pequenos negócios familiares.

Figura 3.6: Pobreza e Situação de Emprego do Chefe do Núcleo Familiar



Fonte: 2001 TLSS.

3.14 Qual é a relação entre a pobreza e a ocupação do chefe do núcleo familiar? Limitamos a nossa atenção aos chefes com idade compreendida entre os 15 e 64 anos, normalmente considerada a fase da vida economicamente activa. A actividade económica pode assumir diferentes formas. Nós distinguimos quatro categorias (ver Figura 3.6): trabalhador independente na agricultura (propriedade agrícola do núcleo familiar), trabalho remunerado como empregado de outrem, trabalhador independente em área não agrícola (negócio familiar) e outros. Quase sete em cada dez indivíduos vivem com chefes que, durante o período de 12 meses, trabalharam apenas na sua propriedade agrícola. Quase metade deles é pobre. Para uma em dez pessoas, os recursos dos núcleos familiares eram ganhos pelo menos parcialmente através do negócio familiar (mas não de emprego remunerado), e para um em sete advinham de um salário. Estes dois últimos grupos são significativamente menos pobres, com menos de dois em dez a viver abaixo do limiar da pobreza. Finalmente, a categoria residual inclui chefes que não desempenham nenhuma destas três actividades, incluindo a viver de rendimentos. A sua situação é pior do que aquela em que os chefes têm empregos remunerados ou negócios familiares, mas encontram-se numa melhor situação do que os chefes que dependem totalmente da actividade agrícola.

Bens

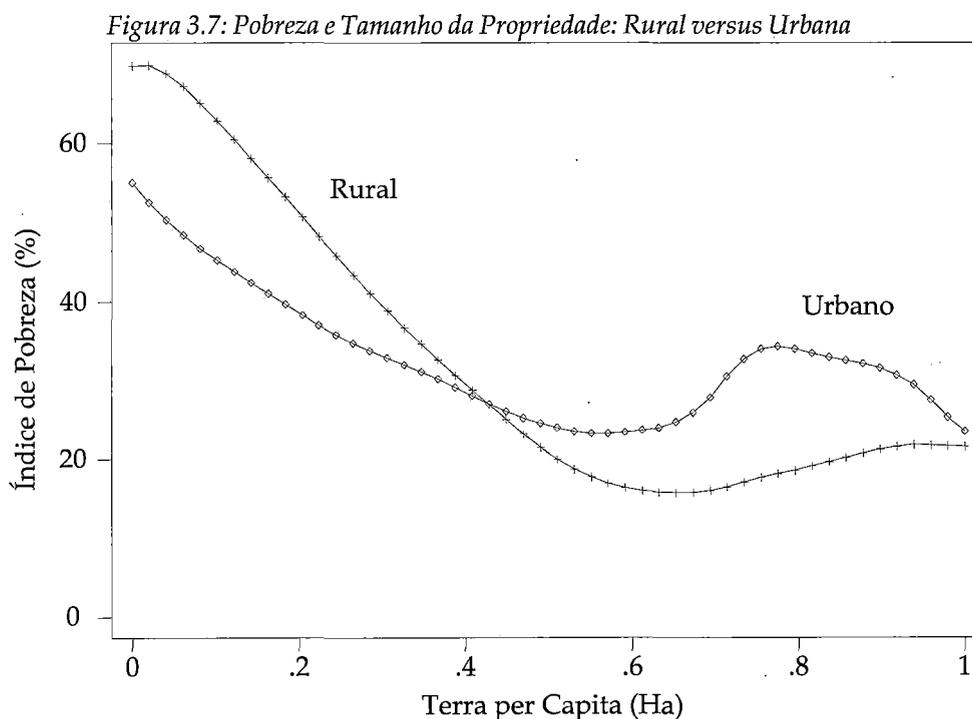
3.15 Ainda que o rendimento agrícola e salários permitam às famílias ser auto-suficientes, a aquisição de bens continua a ser a chave para alcançar a segurança económica. Os bens são um seguro contra a incerteza económica e uma forma de cobrir despesas futuras. Em Timor-Leste, os bens materiais assumem a forma de terra e animais. Iremos agora lançar um olhar sobre cada uma destas formas e explorar a sua relação com a pobreza.

Terra

3.16 A terra é o factor de produção mais importante na agricultura, a principal fonte de rendimento para três quartos da população. O acesso à terra é determinado por um sistema tradicional de posse de terra. Os núcleos familiares dizem possuir 95 por cento da terra sob o seu controlo. Quatro quintos desta terra foi herdada e dois terços é conservada com base no direito costumeiro. Apenas 4 por cento de lotes de terra são alvo de disputa.

3.17 A posse de terra é generalizada, sendo que 86 por cento da população vive em núcleos familiares com acesso à terra. Por entre aqueles que têm acesso à terra, as herdades estão normalmente limitadas a um ou dois lotes. O tamanho da propriedade é pequeno: a média de área por pessoa é de 0,4 hectares, a área mediana por pessoa é de apenas 0,22 hectares e menos de uma em vinte pessoas com acesso à terra possui mais de um hectare per capita. As famílias usam na totalidade as suas herdades, tendo 95 por cento cultivado a sua terra durante o último ano. A qualidade da terra varia – cerca de um quinto é irrigada e menos de dois quintos é plana. Existe uma grande diferença urbana-rural. Como seria de esperar, os núcleos familiares rurais são mais susceptíveis de possuir terra, e em média têm acesso a 70 por cento mais terra do que os cidadãos que habitam nas cidades. A sua terra é também de melhor qualidade, uma vez que a tendência é para ser mais irrigada e mais plana.

3.18 De forma a estudar a relação entre a pobreza e o tamanho das propriedades por entre os proprietários de terra, nós apresentamos a Figura 3.7. Ela ilustra a relação entre o índice de pobreza e a área de terra per capita até um hectare, abrangendo 95 por cento da população proprietária de terra. No caso de a área de terra per capita ser inferior a 0,4 hectares, a pobreza é maior nas zonas rurais do que nas áreas urbanas, ao passo que esta graduação é invertida no caso de propriedades de maior extensão. Mais importante, a pobreza diminui com propriedades de maior dimensão, tanto nas zonas urbanas como rurais: como seria de esperar, mais terra está associado a menor nível de pobreza¹⁵.



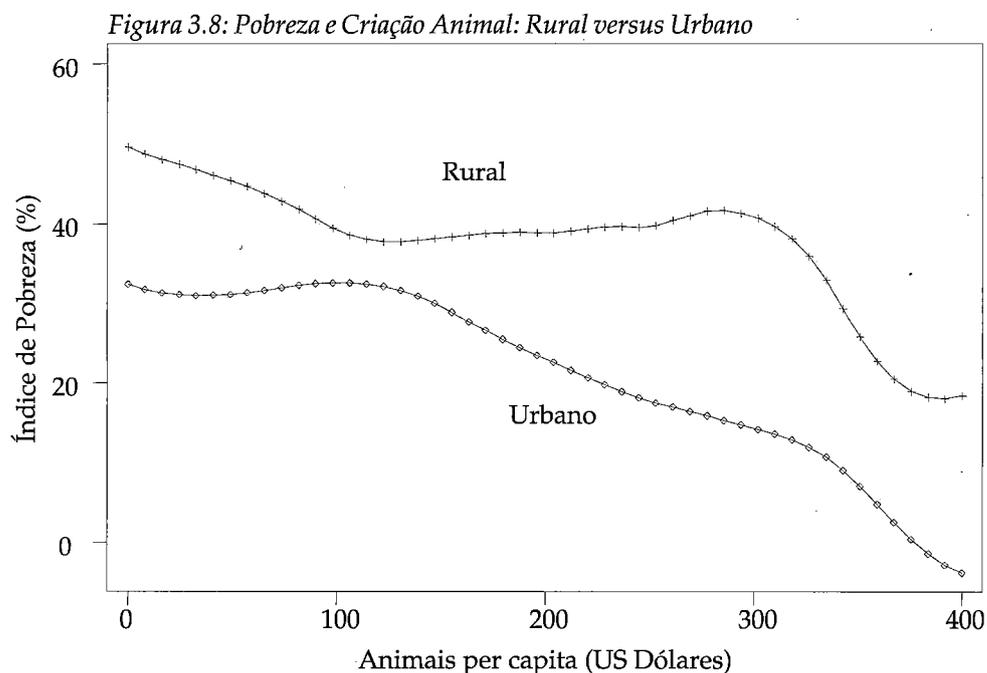
Fonte: 2001 TLSS.

¹⁵ Encontramos um padrão semelhante na relação entre pobreza e o valor estimado de venda da terra.

Criação Animal

3.19 Para além de terra e habitação, os animais são o bem mais valioso de um núcleo familiar. Gado, porcos, galinhas e outros animais melhoram e suportam a vida, alimentando tanto as pessoas como os solos. Para muitos, a criação animal é uma das poucas formas de bens e de escapar a pobreza. Nove em dez habitantes rurais vivem em núcleos familiares que possuem animais. O valor dos animais é de cerca de US\$100 per capita, o que ascende a quatro vezes a despesa mensal per capita. Cerca de uma em dez pessoas nas áreas rurais têm mais de US\$200 per capita em forma de criação animal. Nas cidades, 70 por cento da população vive em núcleos familiares que possuem animais, mas o valor dos animais é apenas cerca de metade do valor nas zonas rurais.

3.20 A posse de animais está relacionada com a pobreza em núcleos familiares rurais? Na Figura 3.8, apresentamos o índice de pobreza relativamente à posse de animais per capita, diferenciando as zonas rurais das urbanas. Concluímos que para as famílias das aldeias e das cidades, a posse de mais animais está associada com menos pobreza. No entanto, esta relação não se aplica a todos os valores de bens em forma de animais. Por exemplo, para bens animais entre US\$100 e US\$300, a pobreza parece não mudar muito nas zonas rurais, mesmo se diminui nas cidades. Isto faz-nos lembrar que ainda que a criação animal seja um factor chave para os meios de subsistências das famílias e comunidades, é ainda assim apenas uma das determinantes.



Fonte: 2001 TLSS.

Infra-estrutura

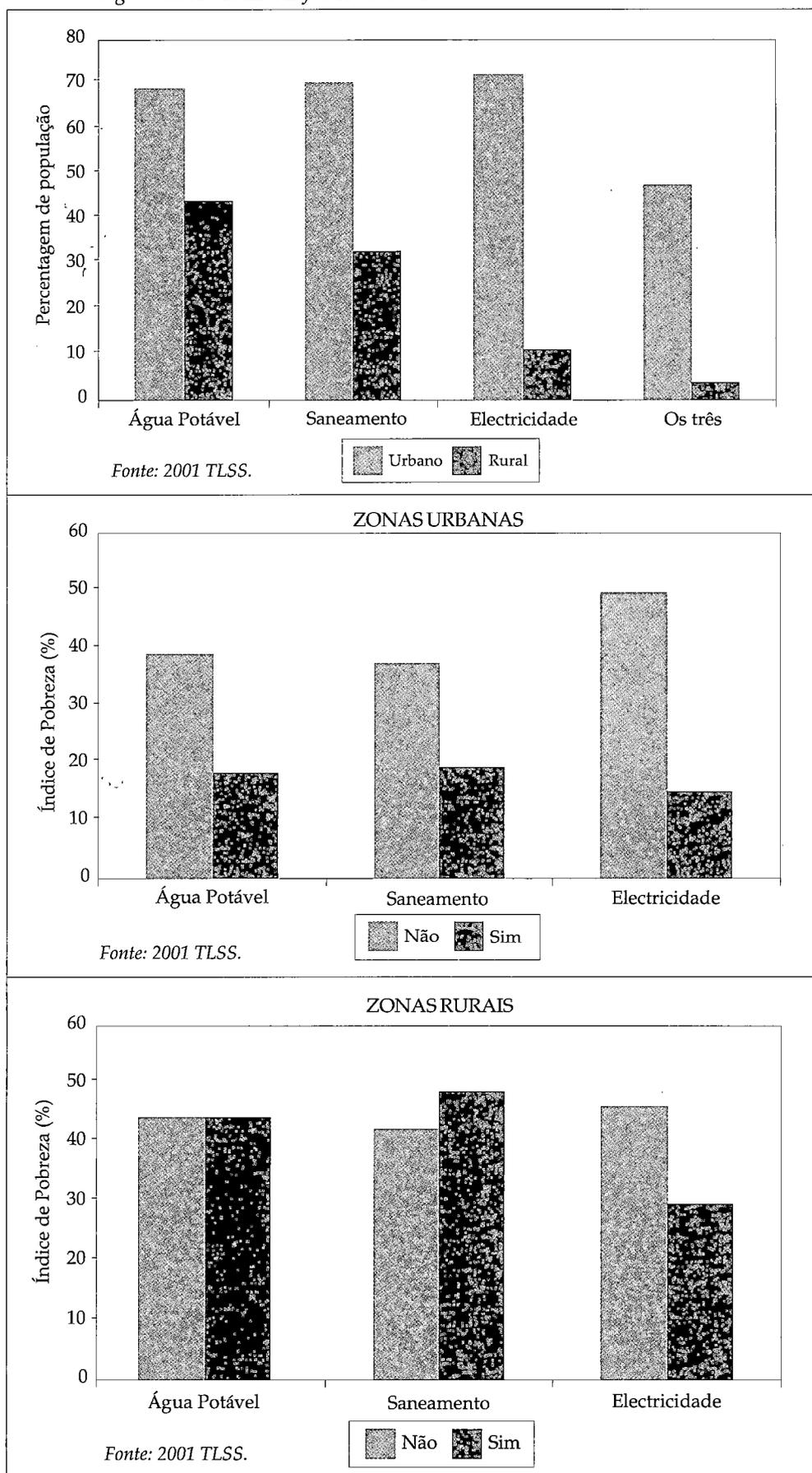
3.21 A importância da infra-estrutura para o desenvolvimento dificilmente pode ser exagerada. A experiência de muitos países de baixo rendimento demonstra que as condições de vida melhoram dramaticamente à medida que aumenta o acesso a serviços como água potável, saneamento, electricidade e transportes. No entanto, a quantidade não pode substituir

a qualidade. Funcionamento pouco eficiente, manutenção inadequada e falta de atenção para com as necessidades dos utentes pode conduzir ao rápido desaparecimento de ganhos alcançados com investimentos iniciais nas infra-estruturas. As infra-estruturas de Timor-Leste foram impulsionadas durante a ocupação indonésia. No entanto, incentivos institucionais inadequados para manutenção, em conjunto com a destruição que acompanhou a violência reduziram gravemente o acesso aos serviços por parte dos núcleos familiares.

3.22 A falta de serviços infra-estruturais, de água potável, saneamento e electricidade é, sem dúvida, uma vertente importante da pobreza. Os números retratam uma imagem sombria. A nível nacional, três em quatro pessoas vivem sem electricidade, três em cinco pessoas vivem sem saneamento adequado e uma em duas não tem água potável (ver Figura 3.9). Existe uma grande divisão entre as zonas rurais e urbanas. Nas zonas urbanas, 70 por cento da população tem acesso a estes serviços. A diferença nas áreas rurais relativa à percentagem urbana é de 25 pontos percentuais para a água potável, 37 para saneamento e 61 para a electricidade. Nas zonas urbanas, quase metade da população tem acesso a estes três serviços em comparação com apenas 4 por cento nas zonas rurais.

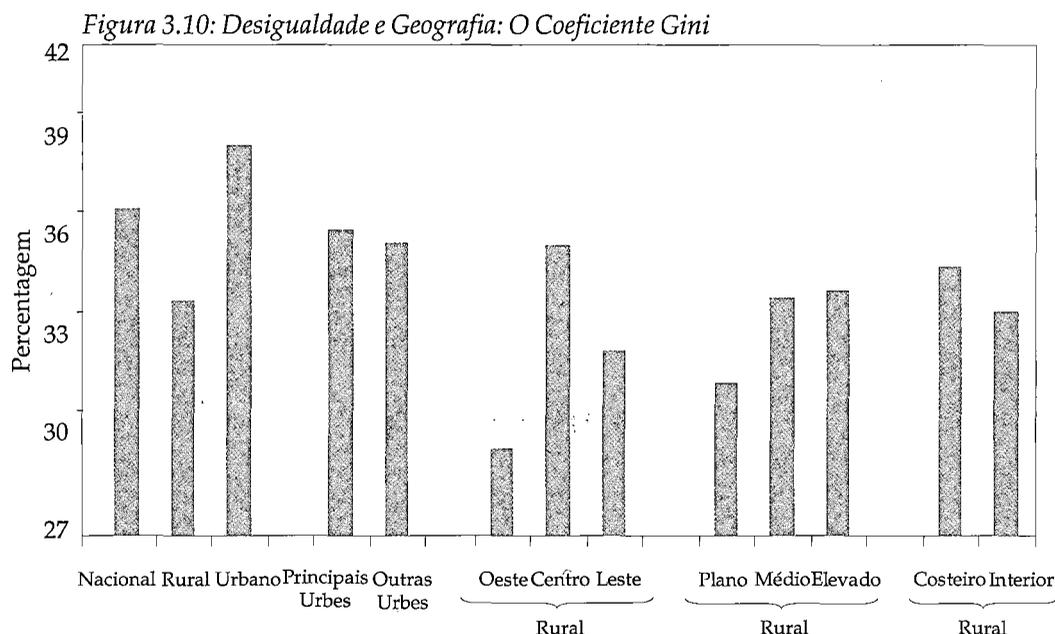
3.23 Os testemunhos confirmam que a falta de infra-estruturas é uma limitação chave para os pobres. As pessoas sem acesso a infra-estruturas são em geral mais pobres do que aqueles com acesso a infra-estruturas. Isto verifica-se especialmente nas zonas urbanas. Estas diferenças são mais acentuadas em relação ao acesso à electricidade, tanto nas zonas urbanas como rurais. Por exemplo, enquanto que um em sete habitantes da cidade com electricidade é pobre, quase um em dois sem electricidade vive abaixo do limiar da pobreza. A diferença correspondente nas áreas rurais é apenas de metade (17 por cento, comparado a 34 por cento). Em relação à água potável, pouco menos de um em cinco habitantes das cidades sem água potável é pobre, comparando com dois em cinco habitantes da cidade com água potável. Nas zonas rurais, as diferenças são muito menos acentuadas, sendo inexistentes as diferenças no índice de pobreza para todos os grupos com e sem água potável, mas as diferenças persistem para a lacuna de pobreza e medidas de severidade de pobreza.

Figura 3.9: Pobreza e Infra-estruturas



DESIGUALDADE

3.24 Até ao momento, a nossa atenção centrava-se sobre a metade mais baixa da distribuição. Agora, perguntamos como é a percentagem rica relativamente à pobre. Encontramos testemunho de desigualdades significativas. Por exemplo, os dois quintos da população mais pobres, com base na despesa per capita, têm uma percentagem de despesa que não é superior a 18 por cento, e têm uma despesa mensal per capita abaixo dos US\$15,49, situando-se ligeiramente acima dos US\$15,44 do limiar da pobreza. Por outro lado, os dois quintos da população mais ricos têm uma percentagem de despesa de cerca de dois terços, e têm uma despesa mensal per capita de pelo menos US\$18,22. O indicador de desigualdade mais popular é o coeficiente Gini, apresentado na Figura 3.10.¹⁶ Comparando as desigualdades através de diferentes categorias geográficas, existe uma diferença significativa ao longo da vertente Leste-Oeste, e variações mais pequenas para outros agrupamentos. A desigualdade é mais elevada nas zonas urbanas do que nas zonas rurais.



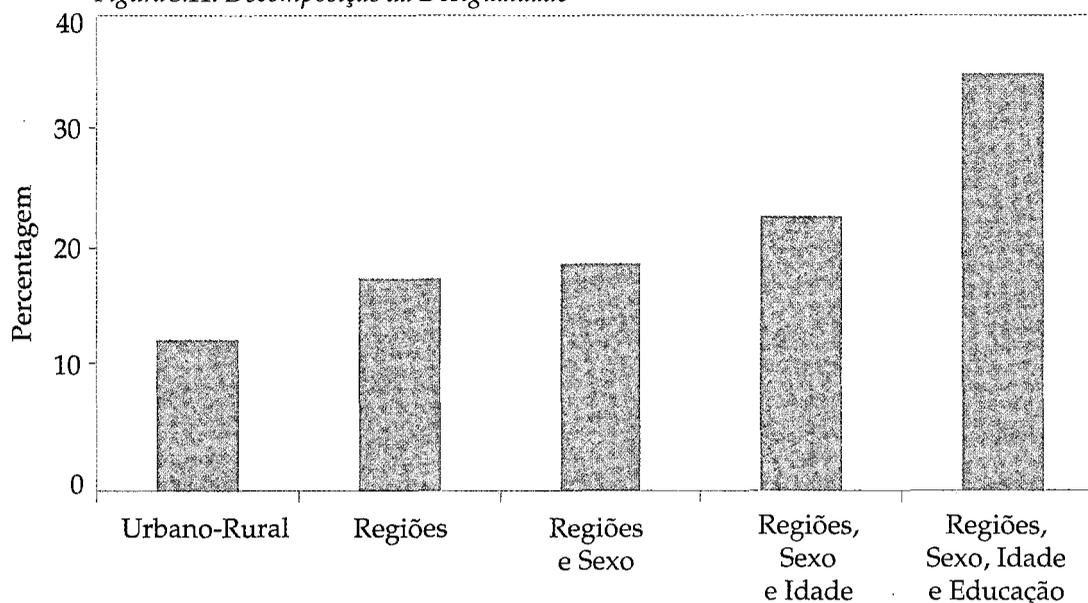
3.25 Qual poderá ser a razão para a variação na desigualdade? Na Figura 3.11, isolamos as cinco principais características dos núcleos familiares que poderão ser consideradas possíveis explicações para a estrutura de desigualdade, usando uma medida de desigualdade passível de decomposição.¹⁷ As duas primeiras são características geográficas, nomeadamente o grau de urbanização e a classificação de regiões em Principais Cidades Urbanas, Outros Centros Urbanos, Oeste Rural, Centro Rural e Leste Rural. As últimas três vertentes estão associadas ao chefe do núcleo familiar: sexo, idade (cinco grupos: menos de 25, 25-34, 35-44, 45-54, 55 e mais), e educação (cinco grupos: sem primária, primária, pré-secundária, secundária,

¹⁶ O índice Gini aumenta com a desigualdade. Um índice Gini de zero indica uma perfeita igualdade, e um índice de 100 uma perfeita desigualdade.

¹⁷ O tipo de desigualdade Entropia Geral (GE (\pm) – General Entropy) mede onde o parâmetro \pm determina o peso dado a distâncias de despesas na cauda da distribuição. GE(0) é idêntico a *mean log deviation* e atribui maior peso à cauda mais inferior. GE (1) é o índice Theil e aplica igual peso por toda a distribuição. As decomposições são apresentadas para GE (0).

terciária). Por exemplo, a separação das diferenças urbanas e rurais representa 13 por cento da desigualdade global. O maior contributo para a explicação da desigualdade tem origem na urbanização e educação. Se controlamos todas estas cinco categorias, não explicamos muito mais do que um terço da desigualdade verificada. A implicação é de que a verdadeira história da desigualdade deve ser encontrada nos grupos relativos à geografia, sexo, idade e educação.

Figura 3.11: Decomposição da Desigualdade



Nota: Regiões considera Principais Centros Urbanos, Outros Centros Urbanos, Oeste Rural, Centro Rural e Leste Rural.

Fonte: 2001 TLSS.

RESUMO E QUESTÕES POLÍTICAS

3.26 A pobreza está espalhada por todo Timor-Leste, com dois quintos da população incapazes de colmatar as suas necessidades básicas alimentares e não alimentares. As condições de vida variam consoante a zona do país. As zonas urbanas, especialmente as cidades principais de Dili e Baucau, têm melhores condições do que as zonas rurais. Ainda que apenas três quartos da população viva nas zonas rurais, seis em sete pobres vive nestas zonas. A pobreza aumenta igualmente do Leste para o Centro e Oeste e, mas não tão significativo, das Terras Baixas para as Terras Altas. Mais capital humano, através de melhor educação, conduz a uma menor pobreza. As características demográficas também são relevantes – núcleos familiares e famílias com um maior número de crianças e idosos são mais pobres. Nas zonas rurais, a posse preciosa de terra e animais equivale a menor pobreza. O acesso assegurado a serviços de infra-estruturas, desde a água potável e saneamento até a electricidade, é essencial para escapar à pobreza. A desigualdade é considerável e principalmente no seio de um grupo. A consideração da geografia, sexo, idade e educação do chefe do núcleo familiar explica no máximo um terço da desigualdade global.

QUESTÕES A ESTUDAR

3.28 Os pobres de Timor-Leste partilham uma série de características, incluindo a residência rural, baixo nível educacional e actividade agrícola, estando de acordo com as características dos pobres na maioria dos países em desenvolvimento. Específico ao país são os resultados sobre a distribuição geográfica da pobreza, sendo necessários mais estudos para melhor compreender as diferenças entre o Leste e Oeste, e entre as Terras Altas e Baixas. Para além disto, desde o estudo de campo de TLSS em finais de 2001, Timor-Leste foi alvo de importantes mudanças, incluindo a redução da presença internacional e o regresso de emigrantes. Será importante aferir as repercussões destas mudanças económicas e sociais sobre a pobreza, incluindo a divisão urbano/rural. Finalmente, tendo em conta a importância dos meios de subsistência rurais para a pobreza, qualquer trabalho no futuro deveria estabelecer um perfil da pobreza mais detalhado de comunidades agrícolas e explorar a importância e origem das diferenças intra-regionais nas condições de vida.

©oportunidade



4. OPORTUNIDADE

4.1 O crescimento económico é uma pré-condição para a redução sustentável da pobreza. O PDN apresenta o crescimento económico, juntamente com a redução da pobreza, como seu objectivo soberano. A criação de oportunidades para os pobres é o primeiro de quatro pilares da Estratégia do Governo para a Redução da Pobreza (ver Caixa 4.1). Antes de mais, implica permitir que os mercados funcionem para os pobres. A criação de um ambiente favorável ao sector privado é essencial à criação de emprego e prosperidade de pequenas e micro empresas. O PDN sublinha as políticas e legislação prioritárias para melhorar o ambiente político. Isto inclui regulamento empresarial, política e regulamentos comerciais, legislação da terra e propriedades, legislação laboral, a eficiência dos serviços da lei e ordem, e questões infra-estruturais, especialmente relacionadas à energia e transportes¹⁸. As questões relativas à energia constituem um importante obstáculo ao desenvolvimento do sector privado (ver Caixa 4.1). A clarificação de direitos de propriedade, em particular para bens como a terra e outros recursos naturais, é crucial à criação de incentivos ao investimento e para permitir que os pobres beneficiem dos dividendos desses bens. O Programa de Estabilidade de Janeiro de 2003, que apresenta as prioridades chave para o próximo ano na implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional, realça a governação e criação de emprego como áreas chave. Sob o tema geral da prestação de serviços para a redução da pobreza, prioridade é também dada a intervenções no sector agrícola, de forma a melhorar a segurança alimentar, acesso ao mercado e distribuição. Neste capítulo, discutimos o papel que o emprego, bens e produtividade desempenham na formação de meios de subsistência rural e urbana. A primeira parte apresenta a estrutura de emprego e a segunda parte realça os aspectos chave da actividade económica nas aldeias e cidades.¹⁹ A infra-estrutura económica, ainda que de importância crucial para reduzir a pobreza, não é discutida, uma vez que a informação retirada do levantamento sobre este aspecto era limitada.

¹⁸ Ver Banco Mundial (2002) para uma discussão sobre os elementos chave para melhorar o ambiente empresarial.

¹⁹ Este capítulo baseia-se Capítulo 4, Volume II, e Foerster (2002).

A estratégia do Governo para a redução da Pobreza engloba cinco elementos principais:

- Agricultura: A estratégia visa melhorar a produtividade na agricultura, fonte de meios de subsistência para a maioria dos pobres. A reabilitação e construção dos sistemas de irrigação, introdução de técnicas de controlo da água, maior distribuição de melhores sementes, frutos, protecção de animais e gestão sustentável das florestas, e outros recursos naturais, através de participação comunitária. Estão igualmente planeadas melhorias no marketing e infra-estruturas.
- Sector Informal: Está planeado o aumento de oportunidades e melhoria da produtividade no sector informal através de formação, introdução de tecnologias adequadas e outros serviços de apoio, incluindo o micro-crédito.
- Desenvolvimento do sector privado: Criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento do sector privado, área onde estão a ser redigidas políticas e legislação prioritárias de forma a melhorar o ambiente político e para encorajar tanto o investimento privado interno como externo.
- Infra-estrutura: Disponibilização de infra-estruturas, incluindo estradas e pontes, portos e aeroportos, electricidade, comunicações e serviços postais.
- Políticas macro-económicas para redução da pobreza e políticas de despesa pública.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Nacional (2002)

Principais Mensagens

A agricultura é o sector de emprego dominante, representando quatro quintos de todos os postos de trabalho a nível nacional e nove em dez postos nas zonas rurais. É necessária uma abordagem bi-direccionada para ultrapassar as privações enfrentadas por núcleos familiares com baixa produtividade e agricultura de subsistência volátil.

- Reduzir a dependência da agricultura através da promoção de oportunidades de emprego não agrícola e diversificação externa à agricultura. Isto inclui actividades realizadas durante períodos de descanso agrícola, sectores com laços fortes à agricultura (equipamento agrícola, agro-transformação, transporte, marketing e transformação alimentar), assegurando para que não hajam barreiras à migração rural-urbana.
- Melhorar a produtividade agrícola através do aumento de bens humanos e físicos dos pobres (educação, terra, animais) e melhorar os dividendos destes bens através do uso de melhores sementes, fertilizantes, diversificando para cultivos de maior valor, melhores tecnologias agrícolas e melhores infra-estruturas (acesso aos mercados e crédito). O investimento no capital humano também ajudará a esta passagem do trabalho agrícola para não agrícola.

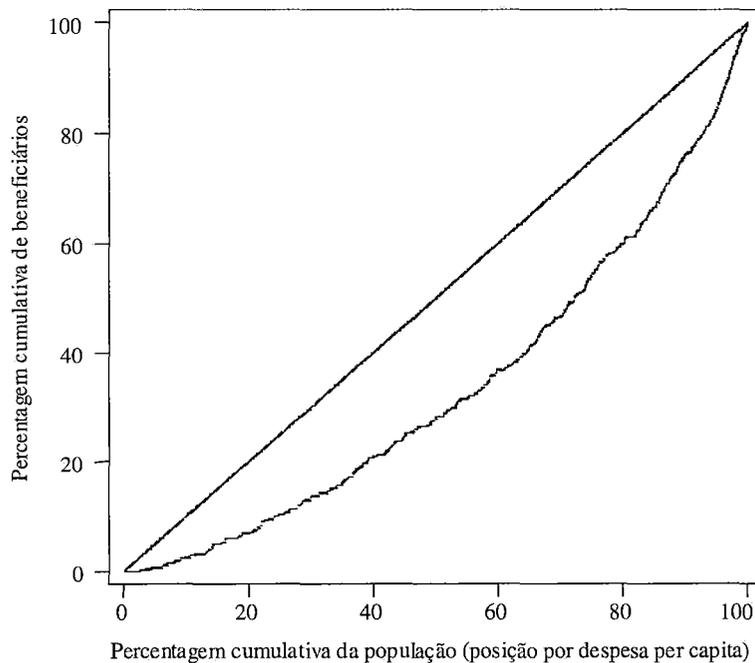
As zonas urbanas são caracterizadas pela coexistência de salários altos e elevada taxa de desemprego. Cerca de 15-20.000 jovens entram no mercado de trabalho todos os anos. Um sector público pequeno não será capaz de lhes oferecer emprego. O descontentamento da juventude desempregada, agravado pelas dificuldades materiais, poderá representar uma ameaça à estabilidade social frágil. Uma resposta política deverá incidir sobre as seguintes áreas:

- Criar postos de trabalho no sector privado. Isto requer a promoção de um clima empresarial favorável (oferecendo um ambiente legal e regulador transparente, incluindo a clarificação de direitos de propriedade e desenvolvendo serviços empresariais básicos, tal como contabilidade, finanças, seguros e infra-estruturas), especialmente para pequenas e micro empresas e sectores de trabalho intensivo.
- Assegurar que os regulamentos não distorcem o mercado de trabalho, desencorajando o emprego. Deveria ser possível ajustar os salários aos níveis de oferta e procura, à medida que a economia se ajusta à retirada da vasta presença internacional.

Caixa 4.2: Electricidade

Uma condição importante para um sector privado vibrante é uma fonte segura de electricidade. O fornecimento de electricidade em Timor-Leste depende inteiramente de gasóleo e os custos subiram acentuadamente, seguindo a subida dos preços internacionais do petróleo. A tarifa de electricidade em vigor desde Agosto de 2001 era de 24,9 cêntimos por kw/hora para as empresas e US\$1/mês para os primeiros 25kw/horas e 24,9 cêntimos para cada kw/hora adicional para os espaços residenciais. Esta tarifa é considerada alta por padrões internacionais, mas é um reflexo dos custos elevados de unidade. Desde que foi iniciada a facturação, a taxa de pagamento de facturas tem sido baixa. Apesar dos elevados custos, o fornecimento continua irregular.

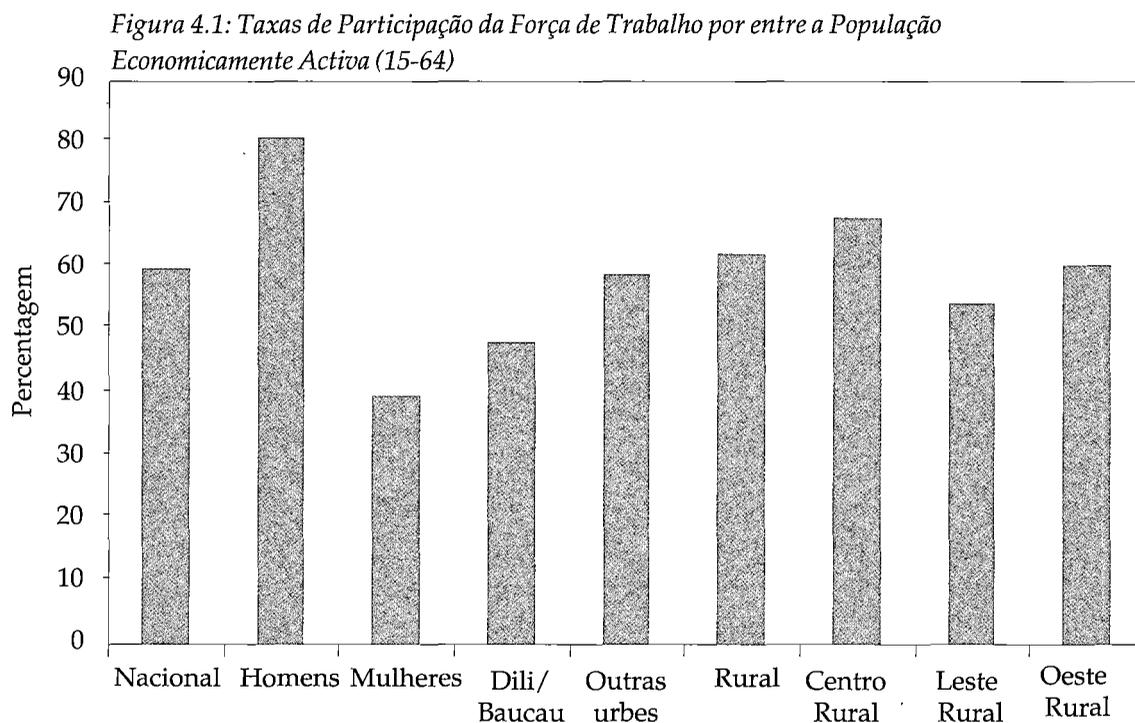
O governo gasta uma parte significativa do seu orçamento em subsídios para a electricidade. No FY2002, dos 20 por cento atribuídos aos serviços económicos, mais de metade destinou-se à energia (11 por cento). Do ponto de vista da pobreza, a elevada percentagem de despesa governamental atribuída a subsídios para o funcionamento de instalações de energia é motivo de preocupação. A imagem abaixo apresentada mostra que a distribuição de subsídios para a electricidade está em forte regressão, ou seja, beneficia os ricos mais do que os pobres. Dois quintos da população que tem electricidade pertence ao grupo mais rico. O levantamento de núcleos familiares apenas pergunta se o núcleo familiar tinha electricidade instalada, mas não qual era o consumo de electricidade. É assim difícil de quantificar a distribuição exacta do subsídio através de grupos de rendimento. No entanto, dado que a probabilidade é de que os ricos consomem mais electricidade, o subsídio estará em ainda maior regressão. Em princípio, uma maior e melhor recolha de receitas por entre os núcleos familiares ricos poderia contrabalançar a situação, mas, no momento, a recolha de pagamentos é fraca, mesmo em Dili. Assim, não restam muitas dúvidas de que os subsídios para electricidade beneficiam muito mais os ricos do que os pobres. Além disso, o custo de oportunidade dos subsídios para electricidade – 16% da despesa governamental real no FY20001 e pelo menos 11% no FY2002 – é enorme, desviando recursos que poderiam ser aplicados em programas de redução da pobreza.



Fonte: Banco Mundial (2002a), Banco Mundial (2002b) e 2001 TLSS

EMPREGO E POBREZA

4.2 O factor chave para escapar à pobreza é o emprego assegurado. A população vê no emprego a prioridade principal para melhorar as condições de vida da população e encontra-se entre as principais prioridades nacionais (Figura 2.6). A percentagem de participação da força de trabalho global é de 6 por cento (Figura 4.1). Este número é comparável a percentagens sob ocupação indonésia.²⁰ As taxas de participação da força de trabalho são mais altas para os homens do que para as mulheres, mais baixas em Dili, e mais altas no centro rural. São mais baixas entre os mais jovens (15-24). Nove em dez adultos em idade activa (25-54) participam na força de trabalho, ao passo que as taxas de participação das mulheres sobem nos anos que se seguem à maternidade.

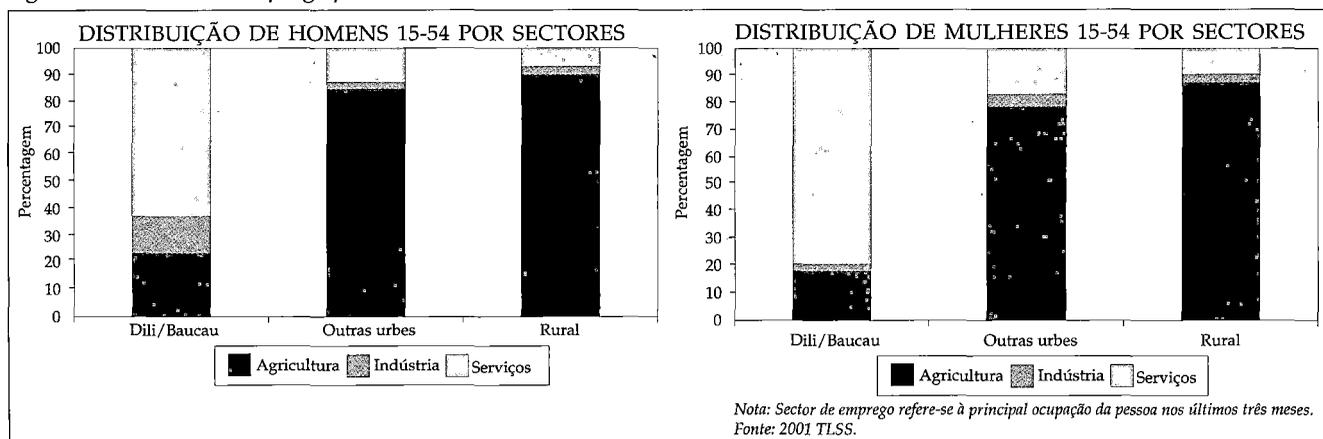


Fonte: 2001 TLSS.

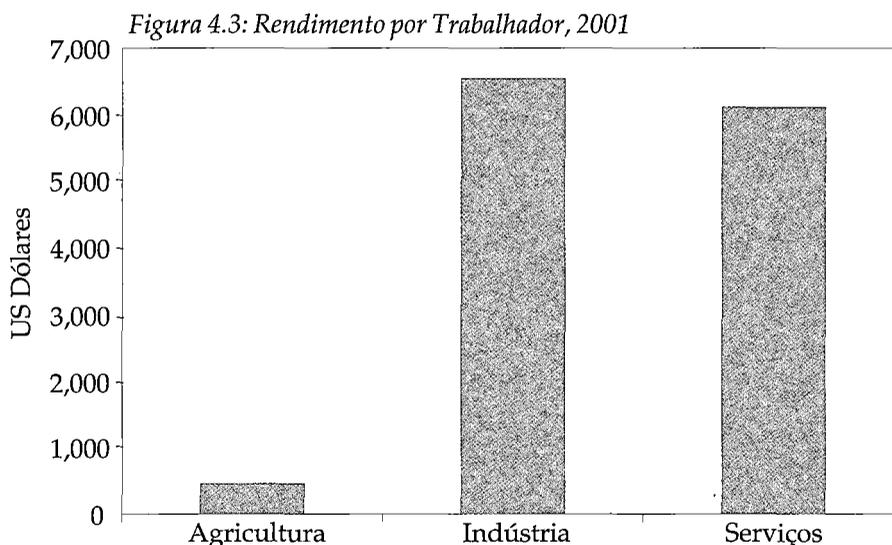
4.3 A agricultura é o principal sector de emprego, representando quatro quintos de todos os postos de trabalho. Apenas 4 por cento da força de trabalho está empregada na indústria. Em comparação, em 1998, 70 por cento de todos os trabalhadores estavam empregados na agricultura e 10 por cento na indústria. Isto indica uma redução nas oportunidades de emprego formal desde 1999, e uma mudança em relação ao emprego, que volta ao trabalho independente na agricultura. A constituição sectorial do emprego é diferente nas zonas rurais e urbanas. Nove em cada dez homens em idade activa entre os 15 e 64 anos trabalham na agricultura, nas zonas rurais, enquanto que em Dili, menos de um quarto trabalha na agricultura (Figura 4.2). Outras zonas urbanas encontram-se mais próximas das zonas rurais em termos da sua estrutura de emprego. Prevê-se que as mulheres, mais do que os homens, trabalhem em serviços de todas as áreas.

²⁰ As taxas de participação do levantamento indonésio sobre a mão-de-obra eram de 62,5 por cento em 1995, 61,5 por cento em 1996, 61,1 por cento em 1997 e 71,9 por cento em 1998.

Figura 4.2: Sector do Emprego por Sexo



4.4 Ainda que a agricultura seja a principal empregadora, a sua contribuição para o PIB não petrolífero é de menos de um quarto. A produtividade, definida como rendimento por trabalhador, na indústria e serviços é mais de dez vezes mais alta do que na agricultura (ver Figura 4.3).



Fonte: 2001 TLSS e Comissão de Planeamento (2002).

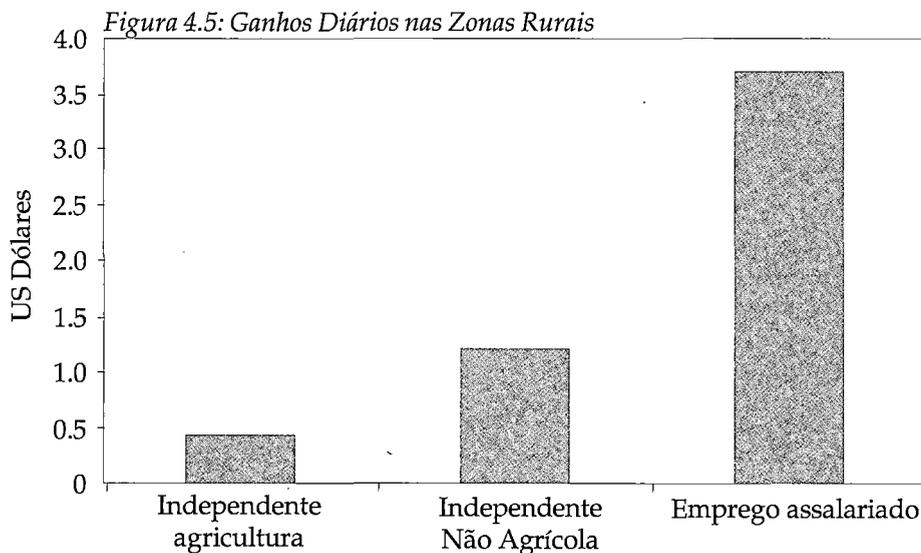
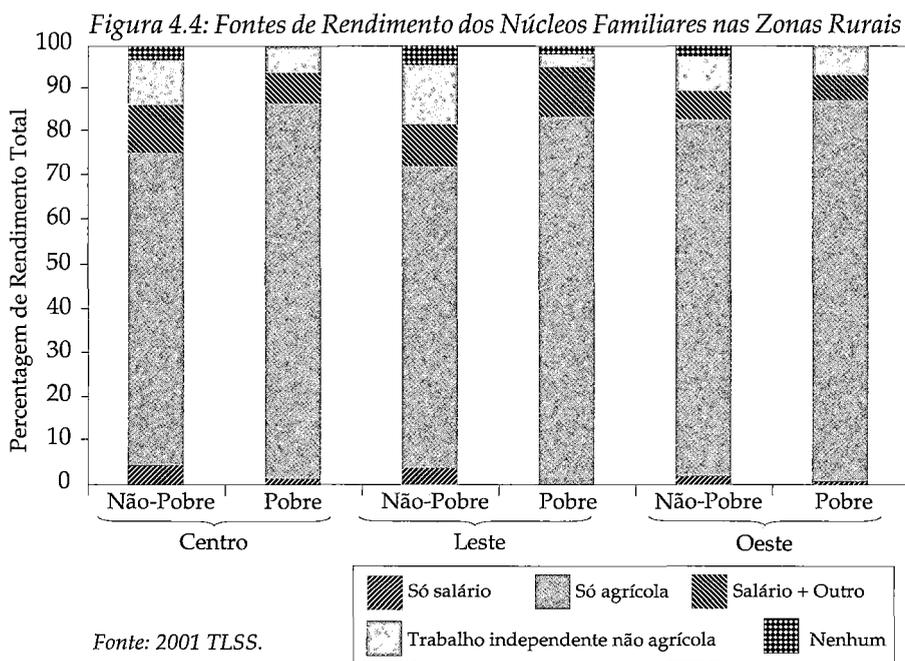
4.5 O afastamento relativo ao emprego formal reduziu igualmente os ganhos salariais. Apenas um em cada dez trabalhadores recebe um ordenado ou salário. Os trabalhadores do sexo masculino (13 por cento), mais do que os trabalhadores do sexo feminino (9 por cento), são quem recebe um ordenado. Em comparação, em 1998, 21 por cento dos trabalhadores do sexo masculino e 8 por cento dos trabalhadores do sexo feminino recebiam um ordenado. O emprego remunerado está fortemente associado a melhores condições de vida. Apenas 3 por cento dos trabalhadores do sexo masculino que recebe ordenado faz parte do grupo mais pobre e mais de um quinto faz parte do grupo mais alto.

CONDIÇÕES DE VIDA RURAIS

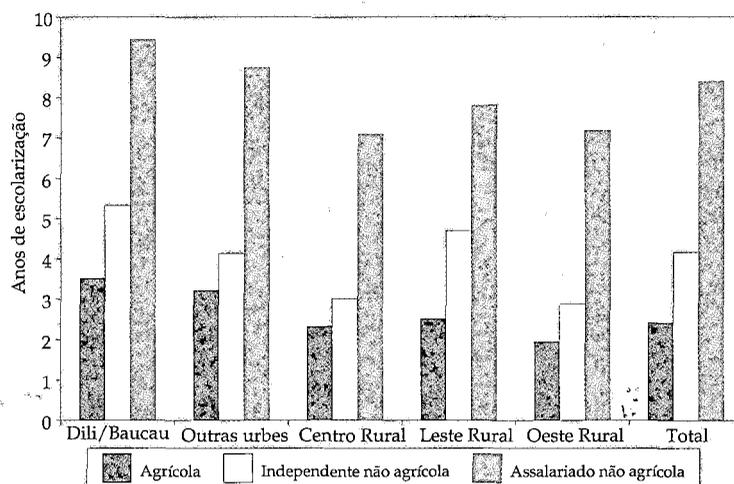
4.6 Timor-Leste é um país rural. Três quartos da população vive em aldeias e três em cada quatro núcleos familiares depende exclusivamente de rendimento oriundo da

agricultura. A Figura 4.4 apresenta os padrões de rendimento laboral por região e por estado de pobreza. A diversificação global das fontes de rendimento é limitada. No entanto, nas três regiões, os não pobres dependem menos do rendimento agrícola do que os pobres. A diversificação das fontes de rendimento por áreas não agrícolas é um mecanismo importante na resolução de flutuações do rendimento agrícola. Para além disto, as fontes de rendimento não agrícolas implicam maiores ganhos. Os ganhos salariais são oito vezes mais altos do que os agrícolas e três vezes mais altos do que o trabalho independente não agrícola (ver Figura 4.5).

4.7 Estes números ilustram que o emprego não agrícola é vital à melhoria de condições de vida nas zonas rurais. No entanto, por muitas mais décadas, a agricultura continuará a ser o principal sector de emprego e fonte de rendimento para a maior parte da população. Um factor importante para o aumento de oportunidades para os pobres é a melhoria da produtividade e rendimento agrícola, o que tem de ser perseguido em paralelo com a promoção da economia rural não agrícola.



Os trabalhadores não agrícolas representam apenas uma pequena percentagem da força de trabalho em Timor-Leste. Por entre aqueles com idade activa (15-64 anos) que estão empregados, quase um quinto tem como ocupação principal o trabalho não agrícola. O trabalho assalariado predomina, com 12 por cento da força de trabalho empregada, e o trabalho independente representa a fracção restante. Quatro em dez trabalhadores não agrícolas são de Dili, um outro quarto do Centro Rural, e as outras regiões representam cerca de um décimo cada. A característica mais importante que diferencia o trabalhador agrícola do não agrícola é a educação: as pessoas que se dedicam a trabalho assalariado não agrícola possuem mais de oito anos de escolaridade, os que se dedicam a trabalho independente não agrícola possuem metade desta escolaridade e os agricultores possuem apenas 2,4 anos de escolaridade (ver Figura). Este padrão é verificase em todas as regiões.



Fonte: 2001 TLSS.

Para além disto, os trabalhadores assalariados não agrícolas são também mais jovens dos que os trabalhadores agrícolas (33 anos versus 37 anos), especialmente nas zonas urbanas e no Oeste Rural. Finalmente, dois terços dos trabalhadores não agrícolas são homens, mas o padrão difere entre trabalhador assalariado e trabalhador independente. Três em cada quatro trabalhadores assalariados é homem, mas apenas 1 em 2 trabalhadores independentes não agrícolas é homem. A percentagem de homens no sector de trabalho não agrícola independente é mais alta em Dili (dois terços), mas apenas entre um terço e 40 por cento nas outras regiões.

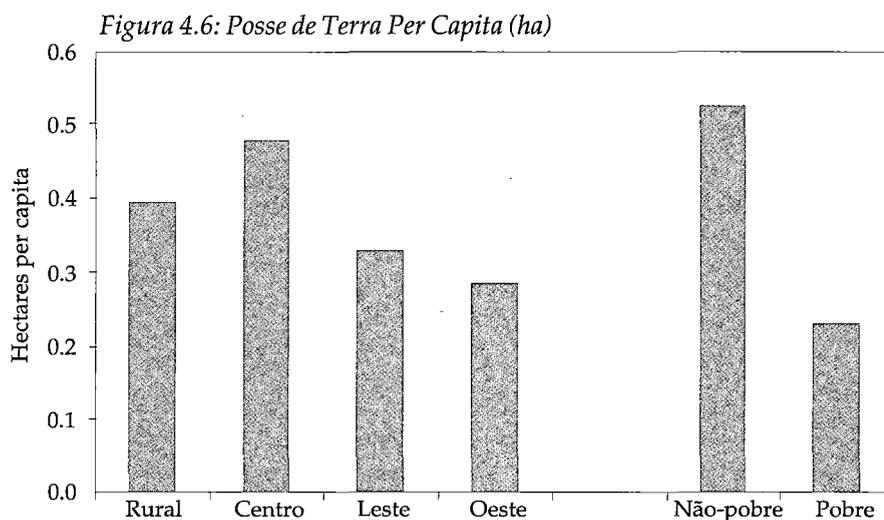
AGRICULTURA

4.8 A agricultura, abrangendo as actividades agrárias e pecuárias, pesqueira e florestal, representa cerca de 32 por cento do PIB não petrolífero entre 1993-1998 (Banco Mundial, 2002a). As actividades agrárias dominam o sector, com a actividade pecuária, pesqueira e florestal a desempenhar um papel muito mais pequeno. Em 2000, a percentagem da agricultura diminuiu para cerca de 26 por cento do PIB não petrolífero. A destruição de infra-estruturas e bens (animais, alimentos e stocks de sementes), deslocamento em massa da população, e a eliminação de subsídios de produção para culturas como o arroz e de ajudas como os fertilizantes, combustível, e óleo de cozinha, são factores que contribuíram para esta diminuição. A diminuição do rendimento agrícola, em conjunto com uma mudança, acima mencionada, na área do emprego em direcção à agricultura, significa que a produtividade agrícola diminuiu entre 1999 e 2002. A recuperação na produção da maioria dos cultivos (excepto arroz) em 2001 foi ameaçada pelos relatos de uma seca no sul do país, este ano.

4.9 A agricultura em Timor-Leste é dominada por agricultores de subsistência. Eles produzem para auto-consumo, produzem com ajudas básicas, como o trabalho familiar não remunerado, pequenos lotes de terra, instrumentos básicos, e dependem quase inteiramente da água das chuvas. A seguir, caracterizamos a agricultura em relação aos bens (terra e animais), produção das colheitas, factores de produção e venda das colheitas.

Bens

4.10 A terra é o principal bem dos núcleos familiares rurais.²¹ O núcleo familiar rural médio possui 1,2 ha de terra, ou 0,4 ha per capita. A posse de terra é generalizada e apenas 6 por cento da população rural não possui terra naturalmente. Mas, a posse de terra está distribuída de forma desigual. Por entre os proprietários de terra rurais, os pobres possuem metade da terra per capita, em comparação com os não pobres (Figura 4.6). O coeficiente Gini para posse de terra per capita é 0,55, o que é significativamente mais alto do que a distribuição do consumo (0,37). Tal como é descrito no Capítulo 3, a pobreza diminui quanto maior é a propriedade. A maioria dos núcleos familiares não possui títulos formais de propriedade, mas apenas 4 por cento de lotes de terra são alvo de disputa. A maioria possui a sua própria terra com base no direito costumeiro e refere ter recebido como herança.

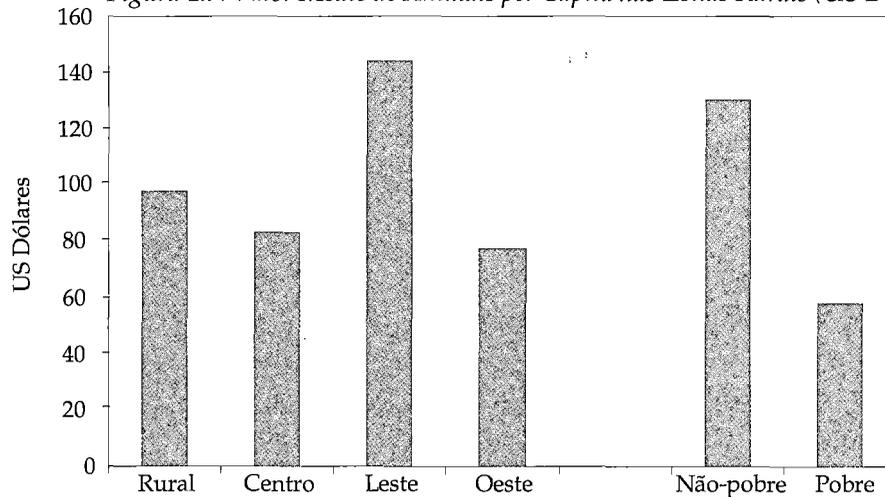


Fonte: 2001 TLSS.

4.11 À parte da terra, a maioria dos núcleos familiares rurais também possui animais. Sete em cada dez residentes rurais possuem galinhas e porcos, sendo os animais mais comuns. Um em cada cinco residentes rurais possui cavalos, ao passo que um em dez possui vacas e búfalos. O valor médio dos bens animais possuídos pelos não pobres é o dobro do pobre, numa base per capita (Figura 4.7). O valor de bens animais tidos por núcleos familiares no Leste excede em 75-85 por cento o valor no Centro e Oeste. Assim, os não pobres possuem mais bens – duas vezes mais a terra per capita e duas vezes mais animais do que os pobres, tendo também maior capital humano, um outro bem importante. Como foi mencionado no Capítulo 3, um maior número de animais é associado a menor nível de pobreza.

²¹ Uma grande proporção dos núcleos familiares nas outras zonas urbanas também depende da agricultura como meio de subsistência e por muitos motivos será combinada com a amostra rural. A posse média de terra nas outras zonas urbanas (0,25 ha per capita) é mais baixa nas zonas rurais (0,38 ha per capita).

Figura 4.7: Valor Médio de Animais per Capita nas Zonas Rurais (US Dólares)



Fonte: 2001 TLSS.

Produção das Colheitas

4.12 Os dados relativos à agricultura são reconhecidamente difíceis de recolher e as estimativas de produção e quantidade produzida devem ser consideradas com precaução. Uma maior percentagem de terra cultivável per capita traduz-se numa produção de colheitas per capita maior para os não pobres do que para os pobres. Os não pobres produzem per capita mais produtos principais (arroz, milho, mandioca)²². Eles produzem igualmente quantidades significativamente maiores de cultivos de maior valor, como o café, frutas e legumes (ver Quadro 4.1). Comparativamente aos pobres, os não pobres produzem, em termos per capita, mais 50 por cento de arroz, mais um quarto de milho e mais um quinto de mandioca. Eles produzem quatro vezes e meia mais grãos de café, e sete vezes a quantidade de fruta. As taxas de pobreza por diferente produto cultivado mostram que os núcleos familiares produtores de café são os menos pobres. Em resumo, uma maior percentagem dos núcleos familiares não pobres cultiva os produtos de maior valor (café, legumes e fruta) e produzem maior quantidade de todos os produtos, especialmente os produtos de maior valor.

²² As diferenças são ainda maiores quando se compara os grupos mais pobres com os mais ricos. O grupo mais rico têm parcelas de terra maiores para todos os cultivos (excepto rebento de soja). As diferenças são marginais para os amendoins, coco, abóbora, mandioca e milho, mas maiores para cultivos como arroz, arroz de terras altas, café, legumes e fruta. Estas diferenças são especialmente grandes nos cultivos de valor mais alto, como o café, legumes e fruta.

Quadro 4.1 Produção Anual Per Capita de Diferentes Produtos Agrícolas (kg/capita)

	Total (tons / ano)	Produção per capita (kg)		
		Nacional	Não Pobre	Pobre
Arroz Gogo	3,622	4.4	5.5	2.6
Arroz	53,845	65.0	75.2	49.5
Milho	64,931	78.4	85.5	67.6
Mandioca	48,056	58.0	62.5	51.2
Bagas de café	19,285	23.3	33.7	7.5
Grãos de café	14,134	17.1	20.2	12.3
Feijão frade	3,722	4.5	4.7	4.2
Batata doce	24,705	29.8	31.5	27.3
Batata	968	1.2	1.1	1.3
Inhame	13,111	15.8	17.1	13.9
Abóbora	8,932	10.8	14.0	5.8
Feijão	1,786	2.2	2.7	1.3
Rebento de soja	819	1.0	1.0	1.0
Côco	2,115	2.6	3.3	1.4
Amendoins	1,468	1.8	2.1	1.3
Vegetais	1,860	2.2	2.7	1.6
Bananas	19,138	23.1	23.9	21.9
Outras frutas	3,052	3.7	5.6	0.7

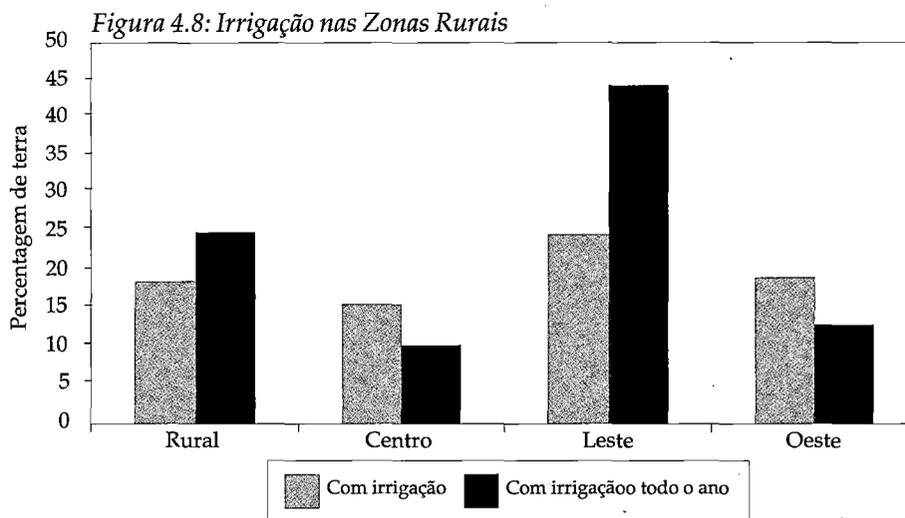
Fonte: 2001 TLSS.

Factores de Produção

4.13 O que explica o facto de os não pobres produzirem mais do que os pobres? Um factor chave é o uso de mais e melhor terra. Uma vertente importante da qualidade da terra é a irrigação.²³ Pouco menos de um quinto de todos os lotes eram irrigados e um quarto de todos os lotes irrigados usufruíam de irrigação ao longo do ano em 2001 (Figura 4.8). O investimento substancial para a reconstrução em 2002 terá expandido a percentagem de terra irrigada. As restrições a nível de irrigação deixam os agricultores à mercê das condições climáticas, estando a sua sorte associada à pluviosidade. A irrigação é usada principalmente no cultivo do arroz, mas não só. O Leste possui a maior percentagem de lotes irrigados e 44 por cento da irrigação é constante todo o ano.²⁴ E, ainda que a irrigação seja limitada, os não pobres possuem mais terra irrigada per capita (0,13 ha) do que os pobres (0,04).

²³ Também estão disponíveis dados sobre declive da terra. Declives acentuados estão associados a uma maior pobreza no Leste, mas a menor pobreza no Centro, onde os núcleos familiares cultivam o café nestes declives. No Oeste a correlação entre declives e níveis de pobreza é mínima.

²⁴ A quantidade terra possuída em outros centros urbanos é mais pequena, mas a diferença entre pobres e não pobres mantêm-se entre os proprietários.



Fonte: 2001 TLSS.

4.14 Associado a uma maior produção está também o uso da mão-de-obra e outras ajudas e um melhor acesso aos mercados. Para além da terra, o principal factor na produção é a mão-de-obra – na agricultura, 98,5 por cento são trabalhadores independentes a trabalhar sozinhos ou com a ajuda não remunerada da família ou membros do núcleo familiar. O uso de outras ajudas, como fertilizantes, pesticidas, adubo e melhores sementes, é diminuto. Por entre todos os núcleos familiares agrícolas, apenas 3 por cento deles usou fertilizantes, adubo ou pesticidas, sendo quase todos eles não pobres. Mais de três quartos dos agricultores, em finais de 2001, referiram não usar estas ajudas devido à dificuldade em obtê-la. Os núcleos familiares no Leste rural e Oeste rural usam mais estas ajudas. A preparação da terra é feita primordialmente com instrumentos básicos, sendo muito limitado o uso de equipamento como tractores.

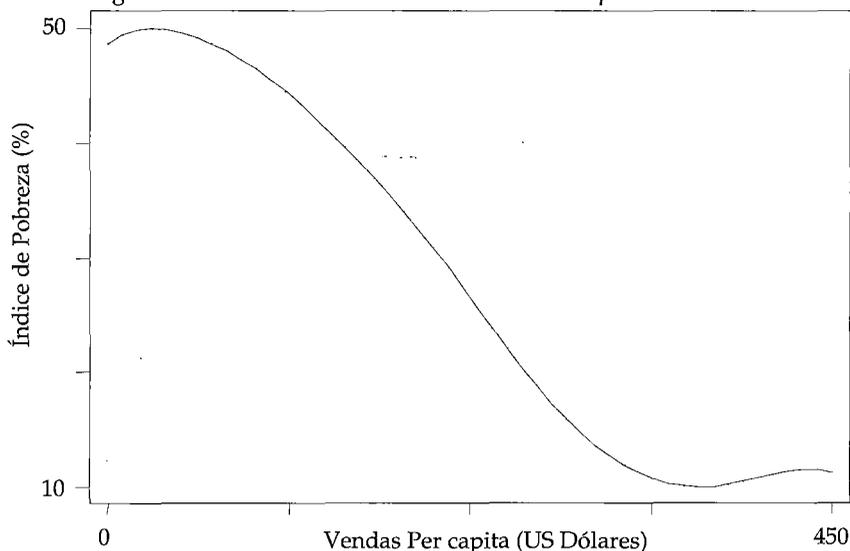
4.15 O acesso ao crédito de fontes formais é ainda muito limitado. Nos finais de 2001, a nível nacional, apenas 12 por cento da população pediu um empréstimo no ano que passou. Ao passo que 14 por cento dos pobres pediram um empréstimo, apenas 11 por cento dos não pobres o fizeram. Pouco menos de sete em dez pessoas pediram empréstimo uma vez, um quarto pediu empréstimo duas vezes. Nove em dez pessoas que pediram empréstimo, pediram-no a amigos e familiares e os empréstimos foram principalmente dirigidos ao consumo. Apenas 2 por cento pediu um empréstimo para cobrir despesas de ajudas agrícolas e 4 por cento para um negócio não agrícola.

Venda das Colheitas

4.16 A maioria dos agricultores são agricultores de subsistência, que produzem para auto-consumo. No geral, cerca de dois terços das colheitas são para auto-consumo. A integração nos mercados permite que os agricultores se envolvam na produção de produtos mais rentáveis. Ao nível nacional, constatamos que os núcleos familiares com vendas mais altas de produtos per capita são menos pobres (Figura 4.9). Os agricultores mais pobres vendem mais produtos de menor valor, como o arroz, milho, inhame, abóbora e diferentes tipos de feijão. Os agricultores não pobres vendem produtos de maior valor, como o café, legumes e fruta. Esta relação não se verifica, no entanto, no Leste, onde os núcleos familiares tendem a

vender menos, em média, mas são, no entanto, menos pobres do que os núcleos familiares do Centro e Oeste (Caixa 4.4).

Figura 4.9: Valor da Venda de Produtos Per Capita e Taxa de Pobreza



Fonte: 2001 TLSS.

Caixa 4.4: Quão Grandes e Consistentes são as Diferenças Regionais

A formulação de políticas eficazes, determinada por condições específicas de um país, representa um desafio para o governo e agências de desenvolvimento. Neste contexto, a dimensão das diferenças regionais é um factor importante a considerar no estabelecimento de políticas prioritárias. Se as regiões são marcadas por diferenças acentuadas e consistentes relativamente às condições de vida, então talvez seja apropriada uma estratégia geograficamente diferenciada (por exemplo, regras de transferência fiscal para transferências regionais que transfiram mais per capita para regiões pobres, incentivos ao investimento, etc). Ainda que outros factores devam ser tidos em conta na formulação destas políticas, a determinação da extensão e natureza das diferenças regionais constitui um importante primeiro passo.

Em Timor-Leste, encontramos em Dili/Baucau a mais baixa percentagem de população a viver em situação de pobreza, seguindo-se o Leste Rural e Outros Centros Urbanos. A pobreza é mais elevada no Centro Rural e no Oeste Rural. Estas diferenças são significantes? Uma primeira questão é até que ponto a determinação de posições depende do nível exacto do limiar da pobreza. Análises demonstram que nas zonas rurais, a posição entre o Oeste Rural e o Centro Rural é ambígua, e o Leste Rural é sem dúvida o menos pobre. A nível nacional, Dili/Baucau é a região que se encontra em melhor situação. No entanto, as diferenças entre Dili/Baucau e o Leste Rural diminuem sob suposições alternadas. Por exemplo, a exclusão de alojamento da medida de consumo e limiar de pobreza conduz a apenas um aumento ligeiro da pobreza no Leste Rural, relativamente a Dili/Baucau. Mas outros indicadores de bem-estar demonstram que Dili/Baucau se encontra numa melhor situação do que outras partes do país. Tem um significativo melhor acesso a serviços básicos (água potável, saneamento, electricidade e acesso a mercados), melhores resultados escolares (taxas de analfabetismo mais baixas, taxa de matrícula mais elevada ao nível primário e secundário), e programa de vacinação mais abrangente para crianças com idade inferior a um ano. Os indicadores de segurança alimentar confirmam igualmente que as principais cidades são as que se encontram em melhor situação: não mais de um terço refere que o consumo alimentar foi inferior ao necessário, em contraste com dois terços da população do Leste Rural. A distância média a percorrer até ao mercado local no Leste Rural é superior a 25 km, ao passo que esta distância é de apenas 1,6 km em Dili/Baucau. Em suma, ainda que as posições da pobreza, referente ao consumo, entre as principais cidades e o Leste Rural diminuam sob diferentes pressupostos, outros indicadores de bem-estar não relativos à despesa confirmam Dili/Baucau como a região em que melhor situação se encontra.

Voltando às zonas rurais, porque é que o Leste Rural é menos pobre apesar do acesso mais limitado aos mercados?

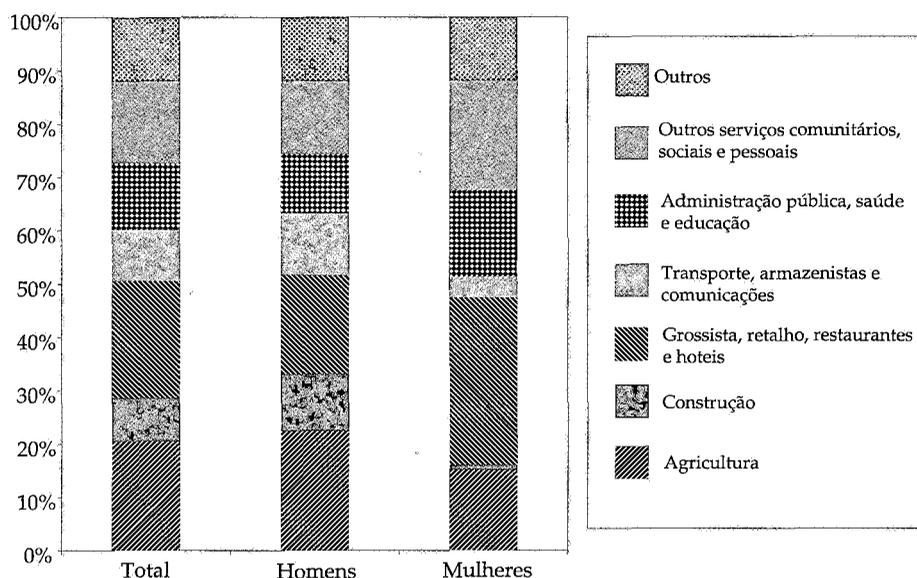
- Primeiro, por estar afastado da fronteira com a Indonésia, o Leste Rural foi relativamente poupado à violência registada em Setembro de 1999, tal como foi confirmado por valores de indicadores de levantamento da destruição de habitações e animais comparativamente a 1999. As áreas mais atingidas foram o Oeste Rural e Outros Centros Urbanos. Quase 6 em 10 casas no Oeste Rural foram destruídas durante a violência de 1999, comparativamente a menos de um décimo no Leste Rural. No Oeste Rural, a média de posse de animais per capita em 2001 era de apenas 17 por cento do seu valor em 1999 e 40 por cento em Outras áreas Urbanas, mas quase três quartos no Leste Rural. Dados subjectivos do bem-estar corroboram os testemunhos da população no Leste Rural relativamente a um menor nível de mobilidade em termos de bem-estar económico e poder, entre 1999 e 2001.
- Segundo, actualmente, a população do Leste Rural regista valores substancialmente mais altos relativamente a alguns tipos de bens – o valor médio de animais per capita no Leste Rural é o mais alto, quase 80 por cento mais alto do que no Centro Rural e quase o dobro do Oeste Rural. A posse de terra per capita no Leste Rural é de 0,33 per capita, mais baixo do que no Centro Rural (0,51). Mas, a extensão de terra irrigada per capita é significativamente mais alta no Leste Rural (0,15 ha per capita) do que no Centro Rural ou Oeste Rural (cerca de 0,05 ha per capita).
- Terceiro, dados do levantamento de suco indicam que algumas áreas no Leste Rural têm duas colheitas de arroz, sendo a segunda colheita em Outubro. Assim, a coincidência da realização do levantamento com a segunda colheita poderá explicar parcialmente o menor nível de pobreza.
- Por fim, os dados relativos ao emprego no levantamento de núcleos familiares indicam que, ainda que a taxa de participação da força laboral no Leste Rural seja mais baixa do que no Centro Rural ou Oeste Rural, em grande parte devido a menor taxa de participação da mulher, o número médio de horas de trabalho daqueles que desempenham uma função é significativamente mais alto (44 horas por semana em comparação com 36-37 horas). Isto poderá ser um reflexo da necessidade de mão-de-obra adicional na época das colheitas.

Os dados apontam para um número de factores que explicam a relativa prosperidade do Leste Rural em relação a outras zonas rurais. No entanto, é difícil determinar se isto reflecte uma posição transitória ou um fenómeno verdadeiramente estrutural. Ainda que indicadores de pobreza de consumo coloquem o Leste Rural na posição mais baixa, outros indicadores de bem-estar demonstram que o Leste Rural não se encontra consistentemente em melhor situação do que outras áreas rurais. Resumindo, ainda que Dili/Baucau seja claramente a região mais próspera, outras diferenças geográficas são menos fortes e poderão ser afectadas por factores transitórios.

CONDIÇÕES DE VIDA NAS URBES

4.17 As questões relativas ao mercado de trabalho são diferentes nas zonas urbanas e rurais. Ao passo que nas zonas rurais as principais preocupações centram-se na baixa produtividade e falta de emprego não agrícola, os trabalhadores urbanos enfrentam o problema fundamental de insegurança no trabalho. Com a retirada da vasta presença internacional, irão desaparecer muitos postos de trabalho nos principais centros urbanos, na área dos serviços. Tal como foi acima notado, o sector dos serviços é o principal empregador em Dili/Baucau (Caixa 4.5). Esta secção irá focar dois aspectos do mercado laboral urbano: desemprego e salários.

A maioria dos postos de trabalho em Dili/Baucau, em finais de 2001, encontrava no sector dos serviços, empregando sete em cada dez trabalhadores. Comércio grossista, retalho, restaurantes e hotéis constituíam o maior sub-sector na área de serviços, empregando um em cinco trabalhadores. Uma em três mulheres trabalha neste sector, por oposição a um em cinco homens. Quase três em dez postos de trabalho são nos serviços à comunidade, pessoais ou sociais, incluindo na educação e saúde, e estes postos de trabalho representam quase dois em cinco postos de trabalho preenchidos por mulheres. Uma em dez pessoas trabalha na área de transportes e comunicações e pouco abaixo de um em dez trabalha na construção. Nestas áreas, os homens são predominantes. A agricultura, o principal empregador em Timor-Leste como um todo, representa apenas um em cada cinco postos de trabalho nos principais centros urbanos. Esta situação é consistente em todas as faixas etárias, ainda que seja menos provável que indivíduos entre os 25-44 anos trabalhem na agricultura. Enquanto dois em cada cinco trabalhadores não escolarizados trabalham na agricultura, apenas um em vinte, entre aqueles que possuem parte do ensino secundário, trabalham neste sector.



Quatro em dez pessoas são trabalhadores independentes. Há uma maior tendência para trabalhadores mais velhos (45-64 anos) serem trabalhadores independentes, estando mais de metade envolvidos em negócios familiares. Há também uma maior tendência para as mulheres trabalharem por conta própria. Um em cada quatro trabalhadores trabalha no sector privado e um em cinco no sector público. Um terço de todos aqueles com idade compreendida entre 15 e 24 trabalha no sector privado. Habilitações literárias mais elevadas permitem aos trabalhadores aceder a postos de trabalho mais formais. Quatro em cinco trabalhadores, com pelo menos algumas habilitações ao nível secundário, são trabalhadores por conta de outrem, por oposição a apenas um quinto daqueles que não têm qualquer habilitação.

4.18 O desemprego é um fenómeno principalmente urbano. De acordo com os padrões internacionais, definidos pela Organização Internacional do Trabalho, os desempregados são pessoas que, fazendo parte da força laboral, não trabalharam nos últimos 7 dias, mas procuraram trabalho. Esta definição internacional poderá não oferecer uma imagem adequada dos desempregados em países em vias de desenvolvimento, devido à importância do trabalho sazonal e efeitos dos trabalhadores desencorajados, i.e., ter em consideração indivíduos que desejam trabalhar, mas que não mais procuram trabalho activamente. Esta definição é mais apropriada a trabalhadores assalariados e contratados. Nas áreas rurais, onde a maior parte dos indivíduos trabalha por conta própria na propriedade do núcleo familiar, este conceito de desemprego é de aplicação particularmente difícil – o subemprego e os postos de trabalho de baixa produtividade são as principais questões. Os nossos dados permitem classificação

alternativa de trabalhadores como “sem emprego”, com base na principal ocupação referida de todos os indivíduos em idade activa. No geral, há uma sobreposição considerável, mas imperfeita, entre duas definições (ver Caixa 4.6).

Caixa 4.6: Dois Conceitos sobre Desemprego

Apresentamos duas definições alternativas para desemprego. Primeiro, usamos a definição internacional comum. Em segundo lugar, usamos informação sobre a principal ocupação referida por cada trabalhador individual em idade activa. O período de duração da última definição é, implicitamente, mais longo, e sobre a qual a resposta dos indivíduos se baseia, por oposição à definição internacional, que se refere apenas aos últimos sete dias. Os desempregados são identificados como sendo aqueles que respondem “sem trabalho”, e excluídos da força laboral aqueles que se definem como “pensionista”, “dona de casa” e “estudante”. O quadro mostra a população em idade activa (15-64 anos) dividida em três grupos – a trabalhar, desempregado, e excluído da força de trabalho. Há uma considerável, mas não perfeita, sobreposição entre as duas definições. No geral, cerca de quatro em cinco indivíduos em idade activa são categorizados nestes três grupos (a trabalhar, desempregado ou excluído da força de trabalho) de forma idêntica pelas duas definições. No entanto, apenas cerca de um terço daqueles classificados como desempregados em Dili/Baucau, de acordo com a definição internacional, se auto-define como sem trabalho, e metade considera-se excluído da força de trabalho.

	Classificação Internacional			
	Activo	Desempregado	Fora da Força de Trabalho	Total
Nacional				
Actividade auto-declarada				
Activo	47	1	4	52
Sem trabalho	0	1	2	3
Fora da Força de Trabalho	10	1	34	45
Total	57	3	40	100
Dili/Baucau				
Actividade auto-declarada				
Activo	34	1	2	38
Sem trabalho	0	3	6	10
Fora da Força de Trabalho	5	5	43	52
Tòtal	39	10	52	100

Fonte: 2001 TLSS.

4.19 Aqueles que não têm um trabalho são mais pobres do que aqueles com trabalho? O Quadro 4.2 compara as taxas de pobreza em Dili e Baucau de indivíduos que trabalham, sem emprego e dos que estão excluídos da força de trabalho, de acordo com ambas definições de desemprego. Os que trabalham dividem-se ainda em aqueles que trabalham no sector da agricultura e fora deste sector. Para a população entre os 15 e 64 anos, a pobreza é mais alta entre aqueles que trabalham na agricultura. É cerca de duas a três vezes mais alta do que no caso de indivíduos desempregados ou sem trabalho, confirmando assim a estreita ligação entre pobreza e dependência da agricultura. A pobreza entre aqueles que não têm trabalho é mais alta do que no caso de indivíduos que estão empregados no sector não agrícola, mas a diferença é relativamente pequena. No entanto, entre os 15 e 34 anos, os desempregados são

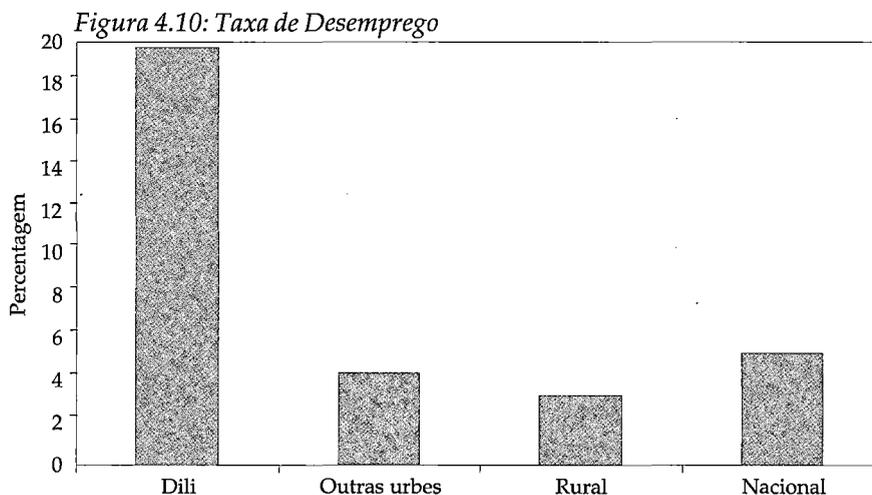
substancialmente mais pobres do que aqueles que trabalham fora do sector agrícola, em particular de acordo com a classificação onde o individuo se auto-define. A taxa de pobreza junto dos desempregados é quase duas vezes mais alta de acordo com a definição internacional, e três vezes mais alta de acordo com a definição ocupacional.

Quadro 4.2 Taxas de Pobreza por Condição Laboral

	Dili/Baucau	
	15-64	15-34
Classificação Internacional		
Activo	13.8	9.6
Agricultura	30.0	25.7
Não-agrícola	10.1	6.8
Desempregado	11.5	12.7
Fora da Força de Trabalho	12.0	11.5
Actividade auto-declarada		
Activo	13.0	9.7
Agricultura	30.5	26.4
Não-agrícola	9.1	5.7
Sem trabalho	14.8	17.1
Fora da Força de Trabalho	12.0	10.6
Total	12.6	11.1

Fonte: 2001 TLSS.

4.20 Ainda que a incidência da pobreza difira um pouco entre os dois conceitos de desemprego, as definições quase coincidem em relação às taxas de desemprego por diferentes características. No (Quadro 4.3) focamos o desemprego em Dili/Baucau, de acordo com a definição internacional. Os trabalhadores nos principais centros urbanos enfrentam as mais altas taxas de desemprego, sendo que um quinto da força de trabalho se encontra desempregada (Figura 4.10). Junto das mulheres as taxas de desemprego são mais altas – uma em quatro mulheres encontra-se desempregada, por oposição a um em sete homens. As taxas de desemprego diminuem acentuadamente com a idade: a taxa de desemprego na juventude (15-24) atinge uns impressionantes 43 por cento, diminuindo para 17% para os com 25-34 anos, e 9 por cento para aqueles com idade superior a 35 anos.



Fonte: 2001 TLSS.

4.21 Ao debruçarmo-nos sobre o impacto conjunto das características do trabalhador sobre o desemprego, recorreremos a uma análise multivariada.²⁵ O modelo inclui como características pessoais variáveis explicativas (idade, sexo, educação, estado civil) e variáveis do núcleo familiar (constituição do núcleo familiar e bens). São realizadas estimativas separadas para aqueles entre os 15-64 anos e para 15-34 anos em Dili/Baucau. Os resultados confirmam os primeiros achados. Entre a população em idade activa, as mulheres tendem a ser quem está desempregada. Controlando as outras características, a probabilidade de elas estarem desempregadas é 6 por cento mais alta. O desemprego piora também com a idade – entre os que têm mais de 24 anos, a probabilidade de estar desempregado é entre 13 e 16 por cento mais alta do que para os de 15 a 24 anos. Controlando outras características, as habilitações literárias não causam um particular efeito sobre o desemprego.²⁶ Estes resultados confirmam-se no sub-grupo de 15-34 anos. Neste caso, é 10 por cento mais provável que os que têm entre 25-34 anos estejam desempregados, em relação aos que têm entre 15-24 anos.

4.22 A seguir, debruçamo-nos sobre o grupo de desempregados. (Quadro 4.3). O grosso dos desempregados são homens jovens e escolarizados. Metade dos desempregados em Dili/Baucau são jovens (15-24 anos) e um outro terço tem entre 25 e 34 anos. Ainda que junto dos homens a probabilidade de desemprego seja menor, eles representam a maioria da força laboral – e daí também a maioria dos desempregados. Dois em três desempregados são do sexo masculino. Metade dos desempregados possui habilitações ao nível secundário ou superior.

Quadro 4.3 Taxas de Desemprego e Características dos Desempregados

	Taxas de desemprego		Perfil do desempregado	
	Dili/Baucau	Nacional	Dili/Baucau	Nacional
Total	19.7	5.3	100	100
Sexo				
Homens	17.6	4.6	63	57
Mulheres	25.0	6.8	37	43
Grupo etário				
15/24	43.0	14.9	50	56
25/34	16.5	5.0	31	27
35/44	10.8	2.3	13	10
45/54	8.3	1.0	5	3
55/64	5.6	1.6	1	3
Habilitações				
Não escolarizado	11.0	2.0	12	20
Primário	17.2	6.6	20	27
Pré-secundário	27.1	8.4	17	15
Secundário ou superior	23.7	14.9	50	38

Fonte: 2001 TLSS.

²⁵ Um modelo *probit* é estimado para indivíduos da força laboral. A variável dependente assume um valor 1 se a pessoa está desempregada, e zero se a pessoa está a trabalhar.

²⁶ Os coeficientes são positivos e, em alguns casos, quase significativos, sugerindo que em Dili/Baucau o desemprego é também um problema dos que possuem habilitações literárias.

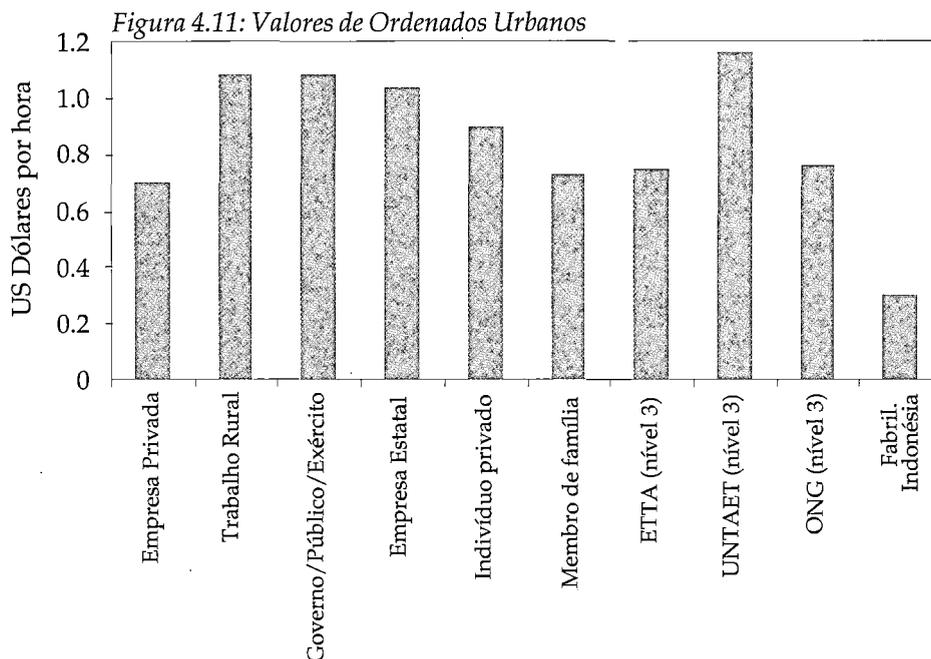
4.23 Apesar da elevada taxa de desemprego, os salários são altos. O elevado influxo de agências internacionais, ONGs e outras entidades patronais estrangeiras inflacionou os ganhos. A Figura 4.11 apresenta o rendimento à hora de trabalhadores urbanos e também o rendimento de trabalhadores fabris na Indonésia.²⁷ Para permitir uma análise comparativa, incluímos também os valores anunciados para o serviço público em Timor-Leste, que estão de acordo com as nossas estimativas sobre ordenados à hora TLSS para o sector público. Os ordenados para trabalhadores em Timor-Leste são cerca de duas a três vezes superiores aos ordenados na Indonésia. Estes dados confirmam testemunhos de outras fontes. Por exemplo, estima-se que os ordenados de trabalho agrícola não qualificado na indústria do café sejam três vezes mais altos agora, em comparação com os valores na Indonésia²⁸ (Banco Mundial 2002). De acordo com uma perspectiva largamente aceite em Timor-Leste, esta diferença justifica-se pelo facto de o custo de vida ser significativamente mais alto do que na Indonésia. Estes elevados ordenados, no entanto, corroem a competitividade de Timor-Leste. A coexistência entre ordenados elevados e desemprego é um quebra-cabeças. Os ordenados da função pública foram inicialmente fixados em US\$85 por mês, o que era três vezes superior à média na Indonésia. Estes ordenados relativamente altos em categorias mais baixas poderão ter determinado os valores de ordenados para o sector privado²⁹, conduzindo no geral a um ordenado real não competitivo. Informação mais recente indica que os ordenados do sector privado começaram a cair. No início de 2003, um dos maiores empregadores de Dili reduziu em um quarto o pagamento de trabalhadores não qualificados, para US\$90/mês. Dado que os salários do sector público não foram alterados, uma consequência deste ajustamento é que a diferença entre o ordenado privado e público está a aumentar.

4.24 É provável que salários urbanos elevados, alimentados por um *boom* no sector dos serviços provocado pela presença internacional, e número reduzido de postos de trabalho no sector público, tenham contribuído para o declínio do trabalho assalariado, relativamente ao emprego global de 1998 a 2001. Estes elevados ordenados têm consequências directas sobre as oportunidades de emprego no sector privado. Os empregadores privados, incapazes de manter os custos de ordenados elevados, poderão exportar trabalho e procurar tecnologias que reduzam a necessidade de mão-de-obra, reduzindo, por sua vez, o crescimento de companhias privadas em Timor-Leste.

²⁷ O valor indonésio é uma média nacional. Os ordenados em Bali e outras províncias do leste são ainda mais baixos.

²⁸ Ver Banco Mundial (2002) para uma análise sobre este assunto.

²⁹ Os salários da ETTA estão consideravelmente próximos dos salários médios acordados pelas ONGs e estas parecem ter usado os escalões da ETTA como ponto de referência (Banco Mundial, 2002).



Fonte: TLSS (2001), ETTA, UNTAET e ONG taxas do Banco Mundial (2002)

Resumo e Questões Políticas

4.25 O emprego e postos de trabalho são essenciais à melhoria das condições de vida. Antes de 1999, o emprego formal no inchado sector público indonésio era comum, ao passo que agora apenas algumas pessoas usufruem de um rendimento regular não agrícola. O sector público empregava 28.000 pessoas sob ocupação indonésia, ao passo que a actual folha de salários apresenta apenas metade deste número. O PDN enfatiza a necessidade de manter um sector público reduzido, disciplinado e transparente. Cerca de 15-20.000 jovens entram todos os anos no mercado de trabalho, um número muito acima das vagas esperadas no sector público. Um dos desafios chave de Timor-Leste é a criação de um número adequado de oportunidades de emprego formal e informal, de forma a colmatar as necessidades da juventude do país.

4.26 A Estratégia de Redução da Pobreza do Governo realça acertadamente as melhorias na produtividade agrícola. A agricultura é o sector que mais emprego oferece, representando quatro quintos de todo o emprego. Mas representa apenas um quarto do PIB não petrolífero, indicando o baixo rendimento por trabalhador neste sector. Um motor chave para melhorar as condições de vida nas zonas rurais é o acesso a oportunidades de emprego não agrícola e a diversificação desse emprego por áreas não agrícolas. Os núcleos familiares não pobres nas zonas rurais tendem a auferir um rendimento de empresas não agrícolas e/ou ganhos salariais. Ainda que seja importante melhorar as oportunidades de emprego não agrícola, continuará a ser indispensável o aumento da produtividade agrícola. Por entre os núcleos familiares agrícolas, as condições de vida são determinadas principalmente pela distribuição dos bens. Os núcleos familiares não pobres têm mais capital humano e o dobro da terra e animais per capita. Uma maior percentagem cultiva produtos de maior valor e produzem, per capita, mais colheitas principais e produtos de maior valor. Os núcleos familiares que mais bem integrados estão nos mercados têm indicadores de pobreza mais baixos.

4.27 Os mercados de trabalho urbanos são marcados pelo binómio de elevados salários e elevada taxa de desemprego. O fluxo de estrangeiros durante o período de transição para a independência alimentou um *boom* no sector dos serviços nos principais centros urbanos, conduzindo a níveis salariais reais elevados, concentração urbana e canalização inapropriada de investimento para a indústria de serviços. A coexistência de salários elevados e elevada taxa de desemprego é um quebra-cabeças. Os salários do sector público, estabelecidos três vezes acima da média indonésia, poderão ter influenciado outros salários no sector privado, conduzindo no geral a salários reais pouco competitivos. Aproxima-se uma transição difícil, na medida em que se espera que a diminuição da procura e as elevadas taxas de desemprego exerçam pressão no sentido de reduzir os salários urbanos. Dados recentes indicam que os ordenados do sector privado estão a reduzir. Independentemente de quão difícil possa ser esta transição, ela é necessária para um crescimento da economia a longo prazo. Antevendo o futuro, à medida que o sector dos serviços comece a diminuir será essencial possibilitar um ambiente favorável ao sector privado para assim se criar emprego sustentável. Com o aumento de novas fontes de emprego, os níveis salariais deveriam ajustar-se às novas condições de oferta e procura. Ainda que os custos laborais e a produtividade laboral possam ser uma restrição ao investimento privado, outras questões relacionadas com o desenvolvimento do sector privado são igualmente importantes (clarificação de direitos de propriedade, um ambiente legal e regulador, disponibilidade de serviços comerciais, tal como contabilidade, finanças, seguros e existência de infra-estruturas). Os tumultos de Dezembro de 2002, em Dili, colocaram a segurança e lei e ordem na ordem do dia. A criação de emprego é um componente para a estabilidade. Um desafio chave para Timor-Leste é assegurar que as qualificações oferecidas pelo sistema educativo estejam de acordo com as necessidades do mercado de trabalho. O regulamento laboral deve possibilitar a manutenção de protecção adequada do trabalhador enquanto mantendo a flexibilidade necessária do mercado de trabalho, de forma a assegurar a competitividade e criação de emprego.

QUESTÕES A ESTUDAR

4.28 Esta avaliação da pobreza possibilitou apenas o primeiro passo para a compreensão de fontes de emprego e aumento da produtividade nos sectores rurais e urbanos. A agricultura continuará a ser no futuro próximo a principal fonte de subsistência para a maioria da população. É necessária uma investigação mais aprofundada para identificar as determinantes, e restrições, da produtividade agrícola nas diferentes regiões. É essencial um sector não agrícola próspero para a melhoria de condições de vida rural, no entanto este emprega apenas uma pequena percentagem da força laboral. Uma área a merecer ser estudada no futuro é a questão dos motores essenciais à expansão de emprego não agrícola. A criação de emprego nas zonas urbanas é de elevada prioridade. Revisão da regulamentação e legislação laboral, análise das condições comerciais para pequenas e micro-empresas, identificação da falta de sintonia entre aptidões requeridas e oferecidas e o papel de empresas privadas na formação profissional são questões a estudar.



5

Serviços
Sociais Básicos

5. SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS

5.1 O acesso a serviços sociais básicos, como a educação, saúde, água e saneamento, é indispensável a um nível de vida aceitável. Melhora igualmente a capacidade de as pessoas de contribuir para a prosperidade do país. Os pobres não têm muitas vezes acesso a estes serviços básicos. São bem conhecidos os benefícios de um melhor desenvolvimento humano. A educação contribui para o aumento da produtividade laboral, o maior bem dos pobres. Existem provas suficientes dos efeitos da educação sobre o aumento da produtividade e rendimento na agricultura e emprego assalariado. Existe uma maior tendência para os agricultores escolarizados adoptarem mais novas tecnologias e alcançar melhores resultados na sua actividade agrícola.³⁰ O aumento do capital humano das crianças pobres conduz a um aumento significativo das suas oportunidades de escapar à pobreza mais tarde. Existem ainda outros efeitos positivos da educação. Por exemplo, há uma tendência para as mães escolarizadas terem crianças mais saudáveis, na medida em que há uma maior probabilidade de elas serem mais bem nutridas e imunizadas. Uma vida saudável, por sua vez, reduz o tempo de ausência na escola, ou no trabalho, devido a doença. Tal como é demonstrado pela experiência internacional, é bastante forte a defesa da melhoria de acesso e qualidade dos serviços básicos para os pobres.

5.2 Não é possível exagerar a necessidade de Timor-Leste em aumentar os padrões de desenvolvimento humano. As taxas de analfabetismo são elevadas e a saúde é fraca. Apenas uma em cada vinte pessoas fala português, e não mais de quatro em cinco fala tétum. A população coloca a educação e saúde no topo das prioridades para o futuro, a par apenas com o emprego. Na sua estratégia de redução da pobreza, o PDN atribui grande importância à prestação de serviços sociais aos pobres, particularmente educação primária de qualidade e cuidados de saúde, incluindo programas preventivos, como a vacinação e saúde pública (Caixa 5.1). O Programa de Estabilidade de Janeiro de 2003 reitera o compromisso do Governo em relação à prestação de serviços para a redução da pobreza, focando a sua atenção na educação primária e secundária, formação vocacional e expansão dos serviços básicos de saúde, aumentando o número de clínicas ambulantes e postos de saúde nas áreas inacessíveis. Este capítulo analisa, em primeiro lugar, os gastos com programas sociais e disponibiliza depois uma análise mais detalhada dos dois maiores sectores sociais, educação e saúde. A experiência nos dois sectores tem sido diferente. Uma lição chave do programa de reconstrução em Timor-Leste é de que existe um compromisso entre o desenvolvimento de uma política quadro coerente e a reconstrução da infra-estrutura.³¹ Apesar de a saúde ter inicialmente devotado a sua atenção ao desenvolvimento de uma estratégia a médio prazo, criação de instituições sustentáveis – com forte capacidade de gestão – revelou-se inicialmente mais

³⁰ Ao nível macroeconómico, a educação é uma das principais determinantes do rendimento agregado de um país.

³¹ Ver Rohland e Cliffe (2002) para uma discussão sobre as lições aprendidas com o programa de reconstrução de Timor-Leste.

lenta a atingir as metas de reconstrução física. Por oposição, a educação registou um rápido progresso na reconstrução de escolas e matrículas de crianças, mas a resposta de emergência não foi enraizada numa política quadro, o que agora dificulta a implementação.

Caixa 5.1: Estratégia de Redução da Pobreza: Melhorando a Prestação de Serviços Sociais Básicos

No Plano de Desenvolvimento Nacional é dada prioridade à prestação de **serviços sociais básicos**, particularmente educação primária e secundária de qualidade e cuidados de saúde primários, incluindo programas preventivos como a vacinação e saúde pública.

1. Na **educação**, o Plano apresenta programas que visam o aumento das taxas de matrículas, particularmente para crianças de famílias pobres, melhorando a qualidade da aprendizagem e ensino, através da atribuição de mais material de ensino e formação de professores, e para alfabetização de adultos.
2. No sector da saúde, a prestação de serviços de saúde básicos irá focar as necessidades das mulheres e crianças, aumentando o número de programas preventivos, curativos e educacionais ao nível da comunidade.
3. A disponibilização de **água potável** nas zonas urbanas irá a seu tempo ser feita com base na recuperação de custos, enquanto propriedade e funcionamento comunitário é já a norma nas zonas rurais, com o Estado a apoiar o investimento inicial.
4. O Governo reconhece que não pode ser o único prestador de serviços sociais básicos se quiser atingir os níveis desejados de cobertura. O Governo pretende **fortalecer as parcerias** com a Igreja, ONGs e sector privado, assim como com as comunidades, nas áreas da educação, saúde e fornecimento de água nas zonas rurais. As parcerias público-privadas nos sectores da educação e saúde serão estudadas, tendo em vista o aumento de serviços rentáveis e de qualidade para todos.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Nacional (2002)

Principais Mensagens

Gastos Públicos:

- Os gastos públicos no período pós-independência apoiam largamente as funções de prestação de serviços, com a educação a receber um quarto do gasto do Governo (CFET) e a saúde a receber 10 por cento. O desafio será a manutenção de atribuições adequadas a estes sectores de elevada prioridade à medida que o financiamento externo diminuir.
- Nos sectores da saúde e educação existe a preocupação de partilhar recursos atribuídos a serviços terciários, sendo os principais beneficiários os pobres. Por exemplo, os gastos hospitalares estão em regressão, mas metade do gasto CFET da saúde foi atribuído aos cuidados terciários no FY2002. O PDN determina o seu limite a 40 por cento, uma política que está a ser implementada pelo Ministério.

Educação:

- O número de matrículas aumentou drasticamente no período 1998/99-2000/01, com uma diminuição da diferença entre ricos e pobres, e rapazes e raparigas. Mas o sector da educação enfrenta ainda vários desafios:
- Desenvolver uma estratégia de sector para orientar as decisões;
- Prestar educação com qualidade a uma grande população escolar
- Melhorar a eficácia do sistema educacional, reduzindo o número de crianças acima da idade escolar, as taxas de desistência e repetição; e
- Matricular o quarto de crianças em idade escolar que nunca frequentou a escola.
- Estabelecimento do português e tétum como línguas de ensino, com um número suficiente de professores devidamente qualificados e materiais pedagógicos adequados.

Saúde:

- Os indicadores de saúde encontram-se entre os mais baixos no Leste Asiático e as taxas de imunização, já de si baixas, diminuíram entre 1999 e 2001. As taxas de utilização continuam baixas e a distância a percorrer até uma unidade de saúde é citada como sendo uma importante razão para não procurar cuidados de saúde, especialmente nas zonas rurais. A prestação de serviços de saúde a baixo custo e acessível, especialmente para os pobres rurais, será um desafio chave. Uma menor expansão dos serviços hospitalares possibilitará a libertação de recursos para cuidados de saúde primários, em áreas que não são tão bem servidas. O Ministério da Saúde encontra-se em boa posição para focar a sua atenção na prestação de serviços, uma vez ter desenvolvido a política quadro logo no início do processo.

GASTO PÚBLICO PARA SERVIÇOS BÁSICOS³²

5.3 O gasto do Governo é um poderoso veículo para alcançar os objectivos de desenvolvimento nacional. O gasto orçamental em 2002 reflecte a mudança de prioridades a nível de política, com um forte ênfase nos sectores sociais.³³ Apesar dos elevados custos iniciais no estabelecimento de instituições centrais do sector público, a parcela de gasto do sector social do Fundo Consolidado para Timor-Leste (CFET), o orçamento recorrente do Governo, aumentou de 29 por cento da despesa total CFET em 2001 para quase 40 por cento da despesa no FY2002 (Quadro 5.1). A educação representa um quarto do gasto CFET e a saúde quase um décimo. O padrão agregado da despesa segue largamente a estrutura CFET.

Quadro 5.1: Estrutura da Despesa por Fonte de Fundos e Sector (%)

	2001				2002			
	CFET		Total (Todas as fontes)		CFET		Total (Todas as fontes)	
	US \$	Percent.	US \$	Percent.	US \$	Percent.	US \$	Percent.
	(milhões)	(milhões)	(milhões)	(milhões)	(milhões)	(milhões)	(milhões)	(milhões)
Saúde	3.1	6	8.9	3	6.0	9	26.8	9
Educação	10.1	20	42.3	16	16.0	25	47.7	17
Outro Social	1.6	3	69.7	27	3.2	5	30.6	11
Total Social	14.8	29	120.9	47	25.1	40	105.2	37
Total	51.3	100	258.2	100	63.4	100	286.6	100

Nota: dados CFET do Orçamento Revisto FY02.

Fonte: Ministério das Finanças.

5.4 O padrão da despesa sectorial apoia largamente os objectivos imediatos do período pré-independência: estabelecimento e apoio às instituições governamentais centrais e restauração de serviços sociais básicos. O gasto com a educação, como percentagem do PIB e em termos per capita, é significativamente mais alto do que a média em países de baixo rendimento (Quadro 4.2), mas comparável a países com níveis de rendimento semelhante. O gasto CFET para a educação no FY2002 ascendeu a US\$19 per capita.³⁴ Quando todo o financiamento externo é tido em conta, o gasto per capita aumenta para \$58. A situação é semelhante no sector da saúde, onde as despesas CFET são mais altas do que em países de baixo rendimento, tanto como percentagem do PIB e numa base per capita, com US\$7,3 para o gasto CFET, mas mais baixo do que em países de rendimento médio.³⁵ No entanto, quando são consideradas todas as fontes de financiamento, as despesas com a saúde são

³² Esta secção refere-se a Banco Mundial (2002a). Uma análise actualizada sobre gasto público está disponível na próxima Revisão da Despesa Pública.

³³ O ano fiscal de 2002 começa em Julho de 2001 e termina em Junho de 2002. O gasto público em Timor-Leste é desembolsado através de quatro canais – o Fundo Consolidado para Timor-Leste, que representa 22 por cento das despesas programadas em 2002; o Fundo Mutuário de Timor-Leste, que é o programa capital do Governo e representa 19 por cento das despesas; projectos bilaterais, que representam 39 por cento das despesas programadas; e a contribuição avaliada da ONU, cobrindo alguns funcionários internacionais e alguns custos de funcionamento do governo, que representa 19 por cento das despesas programadas.

³⁴ O gasto com a educação foi de \$11 per capita no Vietname e \$8 per capita no Uganda, \$13 per capita no Paquistão e \$14 per capita na Índia. Estes são países com níveis semelhantes de rendimento. As despesas em países com rendimento mais alto, mostram níveis de gasto mais altos - \$36 per capita nas Filipinas e \$28 per capita no Sri Lanka e \$17 per capita na China.

³⁵ O gasto com a saúde foi de \$1 per capita no Vietnam, \$5 per capita no Uganda, \$4 per capita no Paquistão, \$2 per capita na Índia, \$12 per capita no Sri Lanka, \$15 per capita nas Filipinas e \$14 per capita na China.

significativamente mais altas do que em todos os países de baixo e médio rendimento, com US\$32 per capita e 7 por cento do PIB. No FY2003, o gasto CFET para a saúde está orçamentado em \$9 per capita para todas as fontes de financiamento.

Quadro 5.2: Comparação Internacional: Despesa Sectorial como Percentagem do PIB

	CFET		Total		Rendimento Baixo	Rendimento Médio	Leste Asiático Pacífico
	Gasto per capita	Percent. de PIB	Gasto per capita	Percent. de PIB			
Educação	19.3	4.1	57.6	12.4	3.4	3.8	2.5
Saúde	7.3	1.6	32.4	7.0	1.3	3.1	1.7

Fonte: Ministério das Finanças (Nota: Dados CFET de Orçamento Revisto de FY02); Indicadores de Desenvolvimento Mundial 2000/01 (Nota: Dados de Educação e Defesa referem-se a 1997; Saúde a 1990-98).

5.5 Os elevados níveis de financiamento externo em ambos os sectores reflecte o influxo de apoio a programas de reconstrução e reabilitação que terminarão dentro dos próximos dois a três anos.³⁶ À medida que os custos de funcionamento transitam para o orçamento, o desafio permanecerá em assegurar as atribuições adequadas aos sectores prioritários da educação e saúde. Por exemplo, para o gasto com a saúde atingir o marco internacional dos US\$12 per capita, o gasto CFET teria de aumentar em 50 por cento, com a percentagem da saúde no orçamento a aumentar de 10 para 15 por cento. Consequentemente, escolhas terão de ser feitas em relação ao estabelecimento de prioridades de programas, no caso de o pacote geral orçamental não aumentar em conformidade com a redução do financiamento externo. À medida que o gasto público é cortado, os serviços com maior resultado social e maior impacto a nível da redução da pobreza deveriam ser protegidos. É óbvio que significativa atenção deveria ser dada ao planeamento antecipado das despesas, a fim de avaliar as futuras implicações, ao nível de custos, de decisões políticas e assegurar que recursos suficientes são atribuídos às prioridades da política determinada pelo Governo.

EDUCAÇÃO

Gasto Público na Educação

5.6 A experiência internacional sugere que uma das determinantes chave da orientação do gasto nos sectores sociais para redução da pobreza é a distribuição do gasto entre níveis de prestação de serviços. As despesas nos serviços ao nível mais baixo, que são mais acessíveis aos pobres, tendem a ser progressivas e o gasto em serviços ao nível mais alto tende a ser regressivo. Em Timor-Leste encontra-se um padrão semelhante.

³⁶ Será talvez mais válido comparar o gasto de outros países pós-conflito nos anos que se seguirão ao conflito. Ainda que seja complicado estabelecer comparações entre países, devido ao nível de comparabilidade dos dados, a informação para um sub-conjunto limitado de países pós-conflito mostra que a percentagem do PIB de níveis de gastos per capita com a educação e saúde são mais comparáveis, ainda que haja uma variedade. Por exemplo, no Líbano, o gasto com a saúde e educação per capita foi de US\$50, e a percentagem de PIB foi entre 2 e 3 por cento. O gasto com a saúde na Nicarágua foi de US\$27 per capita, com uma percentagem do PIB de 6,8 por cento, e o gasto com a educação per capita foi de US\$13 e a percentagem do PIB foi de 3 por cento. O gasto com a saúde no Ruanda foi de US\$4,2 per capita e a percentagem do PIB foi de 2 por cento.

Quadro 5.3: Gasto na Educação por Fonte de Fundos e Programa, FY2002 (%)

Sector/Programa	CFET	TFET	Bilateral	Total	Total (US Dólares)
Educação para a Infância	1	-	-	0	212
Primária e Secundária, das quais	77	90	29	57	31346
Ensino Primário	54	90	3	39	21108
Técnico e Vocacional	3	-	17	9	4747
Não formal e língua	1	-	6	3	1827
Universidade	10	-	47	25	13711
Administração e Gestão	7	10	2	5	2913
Total	100	100	100	100	54756

Fonte: Ministério das Finanças.

5.7 No FY2002, 54 por cento das despesas CFET são atribuídas ao ensino primário, 23 por cento ao ensino secundário e 10 por cento aos serviços terciários (Quadro 5.3). Quando o financiamento externo³⁷ é tido em conta, a fatia do ensino primário no gasto total diminui significativamente para 37 por cento do total, ao passo que a fatia do ensino terciário aumenta para 25 por cento, tanto como apoio ao desenvolvimento de instituições nacionais como sob a forma de bolsas de estudo no estrangeiro. A Figura 5.1 contrapõe a percentagem cumulativa dos beneficiários com a percentagem cumulativa da população para escolaridade primária e secundária. Foram calculados os custos unitários de escolaridade pública por nível para a análise do documento de despesa pública. Visto que os custos unitários de escolaridade primária são constantes, a distribuição de beneficiários (alunos do ensino primário) é idêntica à distribuição do subsídio. O gasto público no ensino primário é progressivo, sendo os níveis mais baixos do ensino primário (1-3) mais progressivos do que os níveis superiores do ensino primário (4-6), porque os pobres tendem a desistir do ensino antes de completarem o ensino primário. Na medida em que um menor número de crianças pobres frequenta o ensino pré-secundário e ensino secundário, os alunos em melhor situação económica acabam por usufruir dos benefícios do gasto público a estes níveis. Consequentemente, o ensino pré-secundário é regressivo e o ensino secundário é mais regressivo do que o ensino pré-secundário. O grupo superior da população abrange 48 por cento dos alunos do ensino secundário. O ensino terciário é bastante regressivo, e o grupo superior da população abrange 65 por cento de todos os alunos terciários. Devido à percentagem relativamente alta de gasto na educação com serviços secundários e terciários, o padrão global do gasto na educação é regressivo, com o grupo mais rico a beneficiar de 35 por cento dos subsídios para a educação (Figura 5.1). Obviamente, a natureza regressiva do gasto na educação será ainda mais marcante se o financiamento externo for tido em consideração, visto que este aumenta significativamente o subsídio ao nível da universidade. O gasto bilateral, em particular, é muito orientado para o ensino superior, sendo metade de todo o gasto atribuído ao sector.

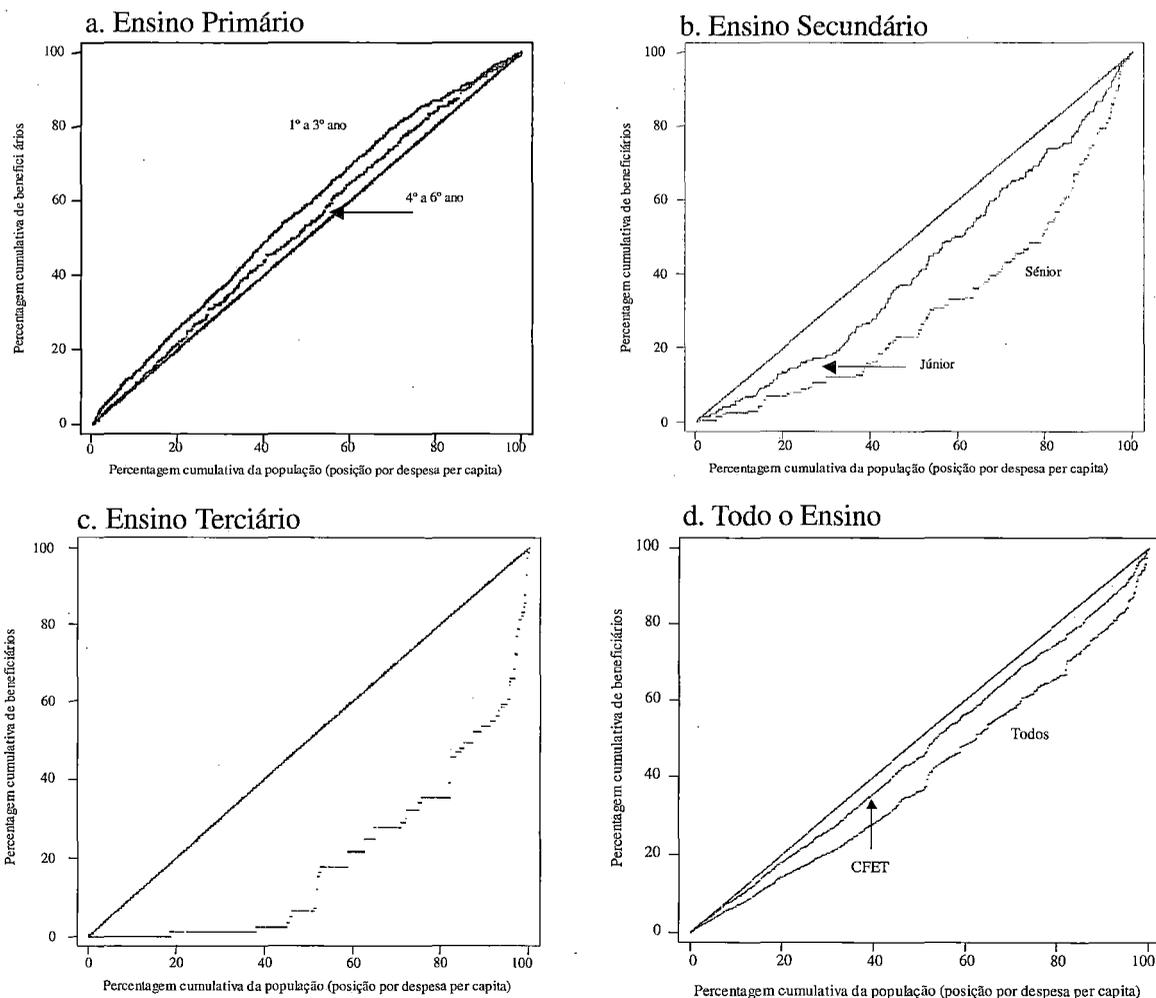
5.8 O sector público é o principal prestador de serviços educacionais, com 87 por cento de todos os alunos a frequentar o ensino público. Perto de um em cada dez alunos frequenta escolas religiosas e os restantes frequentam escolas seculares privadas. Os pobres tendem a

³⁷ Deve-se referir que a informação sobre o financiamento externo refere-se a compromissos, o que poderá ser significativamente diferente dos desembolsos. Não está disponível a informação sobre os desembolsos.

frequentar as escolas públicas. Ao analisar a incidência da educação por tipo de escola (pública, privada ou religiosa), é demonstrado que o gasto público no ensino primário é progressivo, mas não o é no ensino primário religioso e privado³⁸. Uma discriminação do gasto público no ensino pré-secundário e secundário indica que o ensino público é distribuído de forma mais igualitária do que o ensino religioso em ambos os níveis de ensino.

5.9 Esta análise apresenta apenas a incidência média de gasto. É provável que aumentos no gasto (incidência marginal) favoreçam mais os pobres do que os ricos. No entanto, isto depende de uma maior compreensão das determinantes da matrícula. É claramente necessário ponderar sobre a atribuição de gasto público entre os níveis educacionais, com uma maior percentagem de gasto público a ser atribuída ao ensino primário e pré-secundário, acompanhado de medidas que visem aumentar a taxa de matrícula no ensino secundário e universitário. A resposta política preferida pela maioria dos países nestas circunstâncias é aumentar a recuperação de custos de serviços de nível superior, enquanto disponibilizando subsídios dirigidos ao apoio a alunos de famílias pobres.

Figura 5.1: Incidência do Gasto Público na Educação

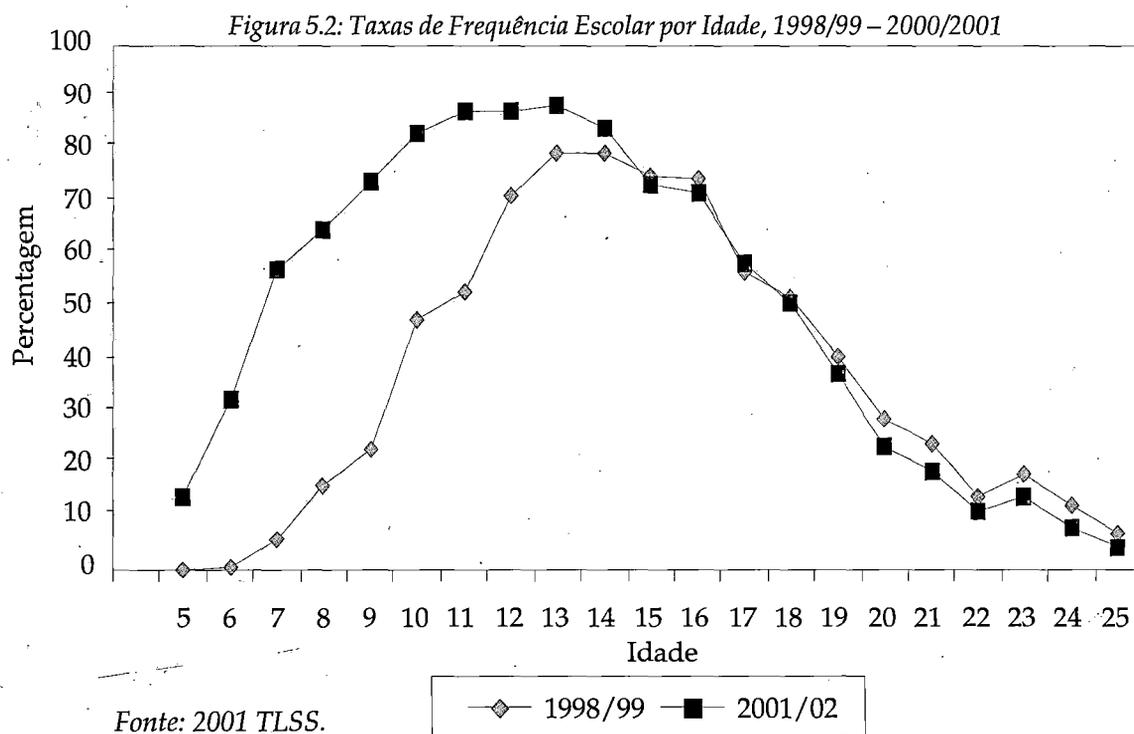


³⁸ Em 2001 existia um grau substancial de subsídio público às escolas religiosas. Os Directores e professores do quadro tendem a receber os mesmos salários públicos recebidos pelos seus congéneres nas escolas públicas, ainda que as escolas continuem a cobrar propinas para financiar o pagamento a professores em regime parcial ou complementar para melhorar o ambiente de aprendizagem.

Resultados Alcançados na Criação de um Sistema de Educação³⁹

5.10 Nos 18 meses que se seguiram à destruição, o sistema escolar, de uma maneira geral, foi reconstruído. No início de 2001, cerca de 86 por cento das salas de aula estavam já reabilitadas e prontas a serem utilizadas. 922 escolas estavam a funcionar, 82 por cento das quais a ministrar o ensino primário, 11 por cento ensino pré-secundário, 3 por cento ensino secundário e as restantes, outros tipos de ensino.⁴⁰

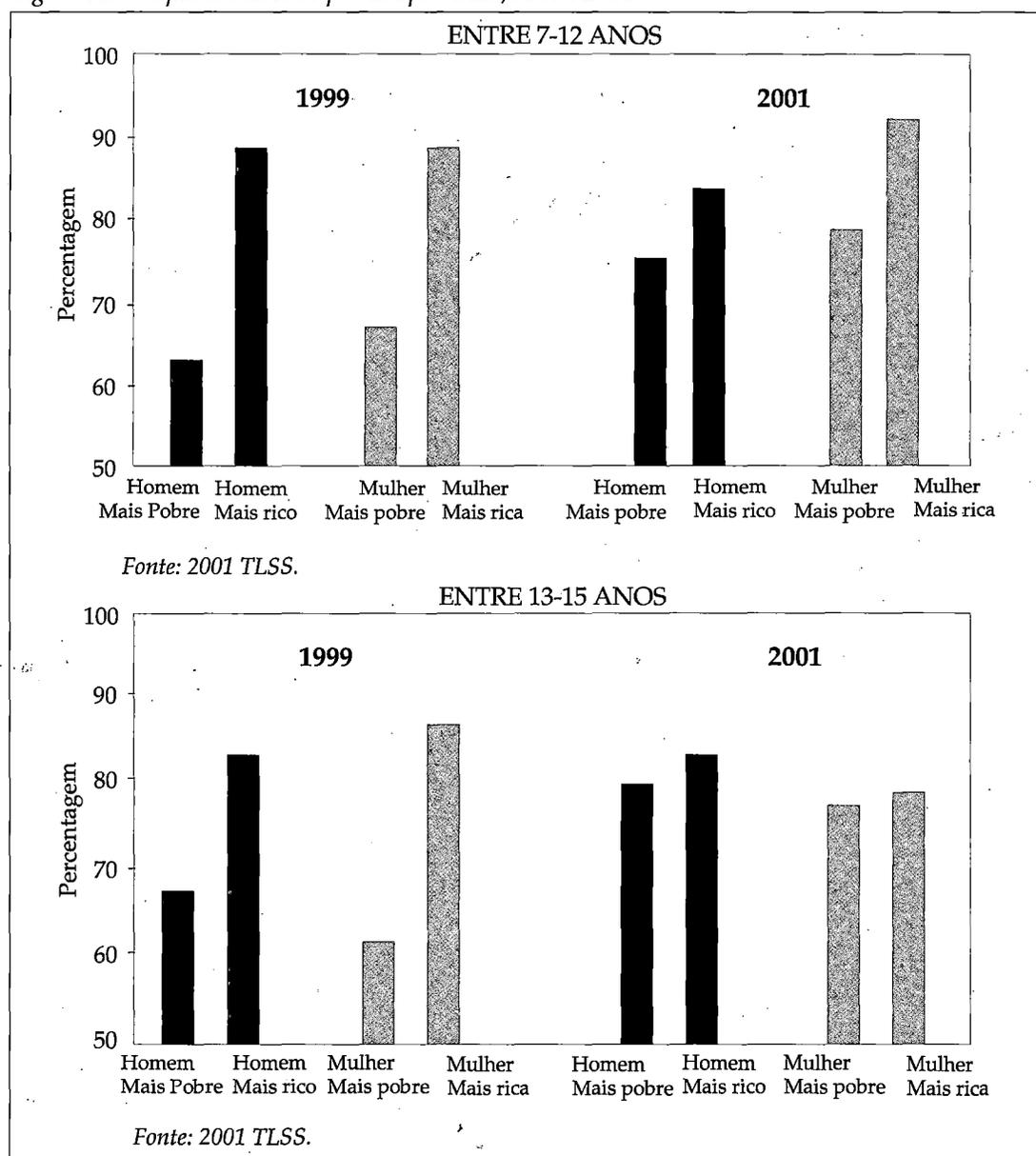
5.11 **Frequência Escolar:** Para além da reconstrução das escolas, as taxas de frequência escolar aumentaram drasticamente entre 1999 e 2001. O maior aumento ao nível do número de matrículas entre 1998/99 e 2001/02 foi registado entre as crianças com idade compreendida entre os 5 e 14 anos (Figura 5.2). Estes aumentos no número de matrículas, especialmente dos pobres, raparigas e crianças das zonas rurais, resultou numa diminuição da lacuna existente relativamente às taxas de frequência escolar entre os grupos mais ricos e mais pobres, rapazes e raparigas (Figura 5.3), e zonas urbanas e rurais. Isto é impressionante, dada a destruição registada durante a violência de 1999, que afectou 95 por cento das escolas e que conduziu ao êxodo de professores. Cerca de 20 por cento dos professores primários e 80 por cento de professores do ensino secundário, originários de outras partes da Indonésia, deixaram o país. Muitos migrantes que possuíam níveis educacionais e qualificações mais elevadas deixaram igualmente o país. Isto levou a uma falta de professores, especialmente ao nível do ensino secundário.



³⁹ Esta secção refere-se ao Capítulo 5, Volume II

⁴⁰ Dados do Levantamento de Mapeamento Escolar (2001)

Figura 5.3: Frequência Escolar por Grupo e Sexo, 1999 e 2001



Custo do Ensino

5.12 A redução do custo do ensino, através da abolição de propinas escolares, contribuições PTA e necessidade de uniformes, contribuiu provavelmente para o aumento do número de matrículas. A despesa mensal média de frequência da escola primária em 2001 era de US\$0,56, em contraste com os US\$1,55 em 1995 (taxa de câmbio e preços de 2001). O Quadro 5.4 ilustra a distribuição e níveis de despesa escolar nas escolas públicas primárias em 2001. Em 2001, o grupo mais pobre gastou US\$0,31 por mês, por estudante, ao passo que o grupo mais rico gastou US\$0,91 por mês. As propinas escolares, custos da APP (Associação de Pais e Professores) e os custos de manuais escolares eram muito baixos para os quatro grupos mais baixos. A principal despesa centrava-se em materiais escolares que não manuais.⁴¹ Em 1995,

⁴¹ O questionário em 2001 pedia informação sobre despesa com uniformes e outro vestuário, ao passo que os dados de 1999 referem-se a uniformes apenas. Visto que isto poderia causar ambiguidades, nós não discutimos esta categoria.

por seu turno, as despesas mensais com propinas variavam entre US\$0,82 para o grupo mais baixo e US\$2,67 para o grupo mais rico⁴².

Quadro 5.4: Despesa Mensal em Escolas Públicas Primárias, 2001 (US Dólares)

	Propinas	APP	Uniformes	Manuais	Outros materiais educativos	Refeição e transporte	Aulas Extra	Outros	Total
Mais pobre	0.003	0.002	0.178	0.001	0.098	0.000	0.000	0.028	0.310
G2	0.018	0.004	0.234	0.008	0.184	0.006	0.000	0.034	0.488
G3	0.018	0.004	0.338	0.007	0.162	0.009	0.009	0.041	0.588
G4	0.030	0.006	0.348	0.004	0.256	0.027	0.002	0.040	0.712
Mais rico	0.140	0.017	0.393	0.018	0.234	0.048	0.000	0.060	0.911

Nota: Todos os valores em Rupia do levantamento foram convertidos para US Dólares usando uma taxa de câmbio de 10.000Rupia/US Dólares.

Fonte: 2001 TLSS.

5.13 As consequências da redução dos custos escolares estão reflectidas na análise da regressão, a qual ilustra como a relação entre os recursos dos núcleos familiares (representados por despesa nominal do núcleo familiar) e a matrícula escolar era muito mais fraca em 2001 do que em 1999 ou 1995, após um controle por idade, sexo e residência urbana/rural.⁴³ Por cada aumento de 10 por cento nos recursos dos núcleos familiares, o número de matrículas aumentou em 2 pontos percentuais em 1995; 1,6 por cento em 1999; e 0,28 por cento em 2001.

Desafios na Educação

5.14 Apesar do progresso registado em relação à reconstrução e matrícula escolar, o sector enfrenta um número variado de questões a resolver. O sector da educação ainda se encontra a desenvolver uma política quadro do sector que oriente as decisões do sector para a implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional. Uma tal estratégia a médio prazo deve assegurar que questões relacionadas com a qualidade da educação, incluindo desenvolvimento de currículos, formação de professores e gestão, sejam abordadas, dado terem recebido muito pouca atenção durante o período inicial da resposta de emergência. Deve igualmente definir políticas específicas para lidar com três desafios: (i) contexto demográfico; (ii) eficiência interna do sistema educativo; e (iii) desafio de atrair para o sistema as crianças que dele ainda não fazem parte.

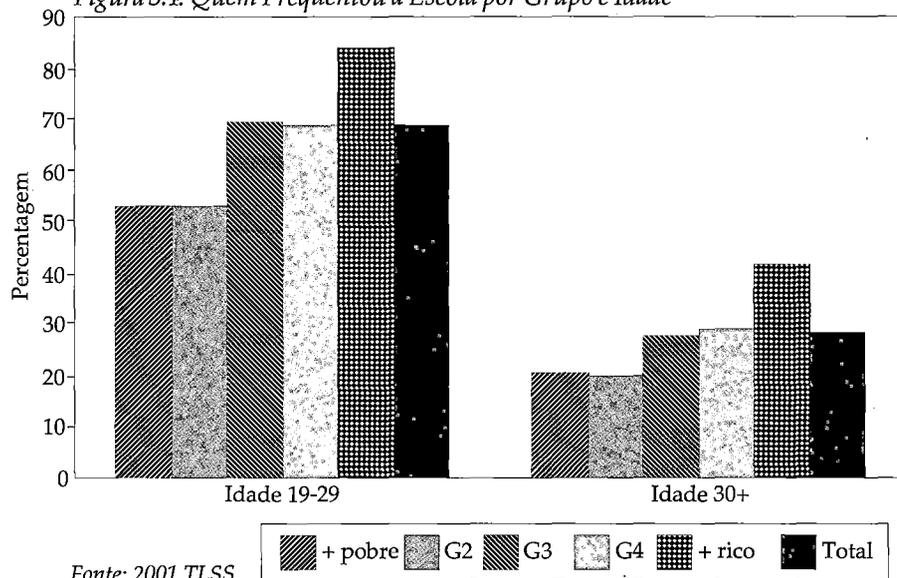
5.15 Número Elevado da População em Idade Escolar e Elevada Taxa de Analfabetismo: Timor-Leste é uma jovem nação com uma população jovem, onde cerca de 45 por cento da população tem idade inferior a 15 anos. O grande grupo de crianças em idade escolar exercerá pressão sobre o sistema de educação. Para além disso, a população adulta regista um nível educacional bastante baixo. No geral, 57 por cento não possui qualquer escolaridade ou pouca, 23 por cento possui apenas a escola primária, e 18 por cento o ensino secundário e 1,4

⁴² Em 1995 as propinas representavam 13 por cento do gasto do núcleo familiar no ensino público primário per capita do grupo mais pobre, PTA - 9 por cento, uniformes - 52 por cento, manuais escolares - 16 por cento e outros materiais escolares - 10 por cento.

⁴³ As despesas encontram-se em termos nominais, porque não estavam disponíveis deflacionadores apropriados para valores pré-2001. Em todas as outras estatísticas que fazem uso da despesa per capita, são em termos reais ajustadas a diferenças temporais e espaciais de preços.

por cento educação superior. Uma maior percentagem da geração mais nova frequentou a escola, em comparação com a geração mais velha. Cerca de 72 por cento de indivíduos com idade superior a 30 anos nunca frequentou a escola, ao passo que 31 por cento de indivíduos com idade compreendida entre 19 e 29 anos nunca frequentou a escola (Figura 5.4). No seio de cada grupo etário, os ricos tendem a ser aqueles que frequentam a escola. Quanto mais velha é a geração e mais pobres são, menos oportunidades tiveram para usufruir de qualquer tipo de educação. Como consequência, as taxas de analfabetismo adulto são muito elevadas,⁴⁴ sendo muito pequeno o grupo de pessoas devidamente habilitadas que poderiam ser recrutadas para ensinar nas escolas é muito pequeno, impondo uma limitação aos esforços para melhorar a qualidade de ensino.

Figura 5.4: Quem Frequentou a Escola por Grupo e Idade



5.16 Crianças de Idade Avançada: Uma forma de medir a eficácia interna do sistema é o binómio grau de ensino e idade da criança. O Quadro 5.5 apresenta a relação entre matrícula bruta e líquida para os diferentes graus de ensino. Existe uma grande diferença entre as duas taxas de matrícula. Ainda que muitos alunos, que não estavam matriculados em 1998/99, se tenham matriculado em 2000 e 2001, a sua maioria frequentou os graus mais baixos do ensino primário. Por exemplo, em 2000/01, mais de 70.000 alunos matricularam-se no Grau 1, mais do dobro do número estimado de crianças com 6 anos de idade. Dados mais recentes, parte do levantamento MICS de Agosto de 2002, abrangendo o ano lectivo de 2001/2002, confirmam o fenómeno de crianças de idade avançada e mostram que a taxa líquida de matrícula no ensino primário se manteve constante a 75 por cento.

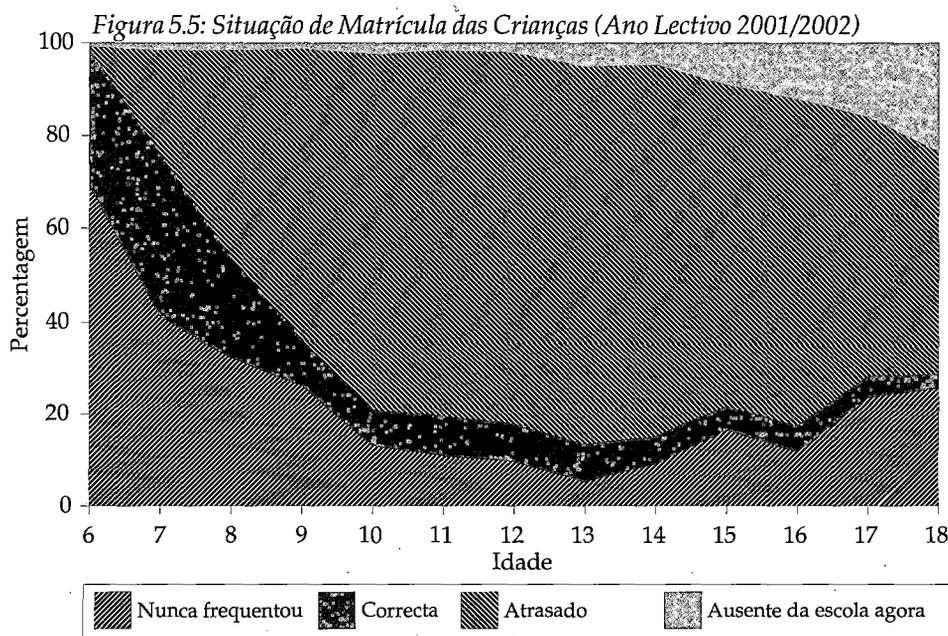
⁴⁴ As taxas de analfabetismo são também mais altas por entre os pobres e geração mais velha. Por entre as crianças com idade entre os 13 e 15 anos, estas disparidades desaparecem.

Quadro 5.5: Relação entre Matrícula Bruta e Líquida

	1998/99	1999/00	2000/01
Taxa líquida de matrícula			
Primária (7-12 anos)	65	57	75
Preparatória (13-15 anos)	24	21	22
Pré-Secundária (15-16 ano)	11	11	16
Secundária (13-17 anos)	27	25	30
Taxa bruta de matrícula			
Primária (7-12 anos)	90	85	113
Preparatória (13-15 anos)	44	42	47
Pré-Secundária (15-16 ano)	22	22	29
Secundária (13-17 anos)	34	33	38

Fonte: 2001 TLSS.

5.17 Isto pode ser visto ainda mais claramente na Figura 5.5, que apresenta o perfil de educação para as idades 6-18. Como a figura ilustra, apesar dos aumentos ao nível das matrículas, um terço das crianças com 8 anos de idade e um quarto das crianças com 9 anos de idade nunca frequentou a escola; no geral, um quarto de todas as crianças com idade entre os 6 e 18 anos nunca frequentou a escola. Existe claramente um elevado número de crianças de idade avançada no sistema de educação, tal como é demonstrado na divergência na relação entre matrícula bruta e líquida.



Fonte: 2001 TLSS.

5.18 A dimensão da pobreza manifesta-se parcialmente através da falta de harmonia entre idade e grau de ensino. Os estudantes mais pobres tendem a ser os mais velhos em qualquer grau de ensino. Por exemplo, apenas 10 por cento dos alunos pobres iniciou o Grau 1 aos 7 anos de idade e 26 por cento iniciou este grau com 9 anos de idade. Por oposição, 29 por cento das crianças no grupo mais rico iniciou o Grau 1 aos 7 anos de idade. Através da

combinação de matrícula tardia e repetição, este padrão é mantido em todos os graus. Apesar de mais rapazes iniciarem o Grau 1 aos 7 anos (22 por cento versus 14% das raparigas), as raparigas ultrapassaram os rapazes no Grau 3, devido a uma taxa mais baixa de repetição. As crianças das zonas rurais encontram-se em pior situação do que as crianças das zonas urbanas. Apenas 16 por cento das crianças das zonas rurais iniciou o Grau 1 aos 7 anos, em comparação com 28 por cento das crianças das zonas urbanas. Ao atingir o Grau 4, apenas 6 por cento tinha a idade adequada, em comparação com 12 por cento das crianças das cidades.

5.19 Elevadas Taxas de Desistência e Repetição: O Quadro 5.6 apresenta a distribuição da repetição, passagem e desistência em cada grau do ensino primário e secundário. Entre 20 e 25 por cento das crianças repetiu de ano e cerca de 10 por cento desistiu em cada grau do ensino primário e pré-secundário. Comparando com o ensino primário e pré-secundário, o ensino secundário regista um nível mais baixo de desistência e repetição. Isto deve-se provavelmente ao facto de os alunos que frequentam o ensino secundário serem mais perseverantes e porque também tendem a fazer parte de famílias mais abastadas, que não precisam do seu apoio laboral para sustentar a família. Os dados indicam também que as raparigas tendem a registar um nível mais baixo de repetições e de desistência e níveis mais altos de passagem de ano. Uma análise de grupo verificou que a este nível de eficácia interna, apenas 67 por cento atingiria o Grau 4, 47 por cento completaria o Grau 6 e 53 por cento desistiria. Em média, as desistências completariam 4 graus. O custo por estudante para 6 anos de educação primária é de cerca de US\$300. O custo por graduado é, no entanto, o dobro, devido à taxa de repetição e desistência.

Quadro 5.6: Taxas de Repetição, Passagem e Desistência por Grau (%)

Graus Primários	G-1	G-2	G-3	G-4	G-5	G-6
Homens						
Repetição	20	24	25	25	25	23
Passagem	70	68	66	67	66	68
Desistência	11	9	9	9	10	9
Mulheres						
Repetição	20	23	24	24	23	20
Passagem	70	69	68	68	69	72
Desistência	10	8	8	8	9	8
Graus Secundários	G-7	G-8	G-9	G-10	G-11	G-12
Homens						
Repetição	23	25	24	9	10	11
Passagem	71	68	69	87	86	87
Desistência	6	6	7	3	4	2
Mulheres						
Repetição	21	23	24	9	8	8
Passagem	75	70	70	89	90	90
Desistência	5	7	6	2	3	2

Fonte: Mapa Escolar 2001.

5.20 Este elevado nível de insucesso acarreta sérias implicações. Do ponto de vista educacional, os níveis de qualificação adquiridos por aqueles que se matricularam tenderão

a ser baixos, uma vez que cerca de metade destes não permanecem na escola tempo suficiente para aprender. Na perspectiva fiscal, isto acarreta elevados níveis de gasto sem que no entanto sejam educadas tantas crianças quanto seria desejado. O custo por graduado é o quantificador chave da eficácia do uso de recursos. O elevado número de crianças que ainda não frequenta a escola e o grande grupo de jovens que no futuro precisará de educação carregam o custo actual do uso ineficiente de recursos.

5.21 Crianças que não frequentam a escola: Como foi acima mencionado, existe ainda um grande número de crianças que ainda não frequenta a escola. Mais de um terço (36%) de todas as crianças com idade entre os 6 e 14 anos não frequenta a escola, e 61 por cento de todas as crianças entre os 6 e 9 anos não frequenta a escola (Caixa 5.2). Ao desenvolver estratégias para alcançar os objectivos educacionais, é importante ponderar sobre as razões que levam as crianças a não frequentar a escola. Por entre as crianças de 7 a 12 anos, cerca de 22 por cento acreditou não ter a idade correcta para frequentar a escola (Figura 5.6). Questões relativas à procura parecem ser o factor mais determinante. Cerca de 32 por cento das crianças mais pobres e 26 por cento das mais ricas “não tinha qualquer interesse” pelo ensino. Pelo lado da oferta, “a escola é longe demais” é o factor chave citado para justificar a não frequência. Entre as crianças com idade entre os 13 aos 15 anos, a falta de interesse é citada como a principal razão para nunca ter frequentado a escola.

Caixa 5.2: Quem são as crianças que não frequentam a escola?

Um terço das crianças com 6 a 18 anos de idade não se matriculou no ano lectivo de 2000/2001, mas uma grande parte destas não frequenta a escola devido à sua tenra idade. Mais de dois quintos destas crianças têm 6 e 7 anos de idade, e mais de metade deles dizem não frequentar a escola, porque estão abaixo da idade mínima para o fazer. Vinte por cento tem entre 8 e 9 anos e para estes a principal razão é a falta de interesse. Para as crianças mais velhas, a falta de interesse e a necessidade de trabalhar em casa ou na agricultura são razões importantes.

Distribuição das Crianças que Não Frequentam a Escola por Idade

Idade	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	6-18
%	26	15	12	8	5	3	3	2	3	5	4	6	8	100

Pouco mais de metade das crianças são do sexo masculino e tendem a pertencer ao grupo de consumo per capita mais baixo.

Distribuição das Crianças que Não Frequentam a Escola por Grupo

Grupo	1	2	3	4	5	Nacional
%	27	21	21	21	10	100

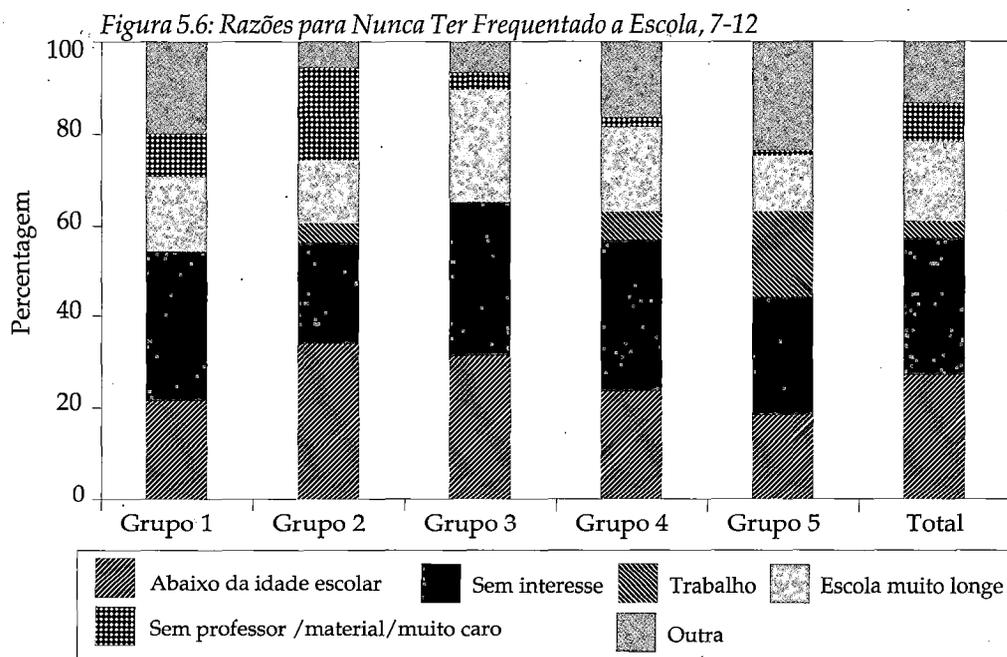
Pouco menos de metade das crianças que não frequentam a escola vive no Centro Rural e um quinto vive no Leste Rural. Em ambas as regiões, a sua percentagem entre as crianças que não frequenta a escola excede a percentagem de população em idade escolar. As zonas urbanas contribuem apenas com 15 por cento das crianças que não frequentam a escola, abaixo da sua percentagem entre a população de crianças em idade escolar.

Distribuição das Crianças que Não Frequentam a Escola por Área

Zona	Dili/Baucau	Outras urbes	Centro Rural	Leste Rural	Oeste Rural	Nacional	
% de população em idade escolar		13	10	40	19	19	100
% de crianças não frequentam escola		8	7	46	21	18	100

5.22 *Assiduidade.* Entre aqueles que frequentam a escola, o número de dias durante os quais os alunos se ausentaram da escola em 2000/01 indica se eles consideram valer a pena ir à escola. Os alunos do ensino primário dos dois grupos mais pobres registam a taxa de absentismo mais baixa nos últimos três meses, ao passo que o grupo mais rico regista a taxa mais alta. Vinte e dois por cento dos alunos do grupo mais pobre e 46 por cento dos grupos mais ricos estiveram ausentes da escola nos últimos três meses do ano lectivo. A grande maioria não regista mais de seis dias de ausência nesse espaço de três meses. O mesmo se passa ao nível do ensino pré-secundário e secundário.

5.23 A principal razão para o absentismo escolar é, em geral, a doença. Na escola primária, dois terços dos alunos de todos os grupos apontaram o factor doença para justificar a sua ausência da escola, na escola pré-secundária esta percentagem aumenta para 78 por cento, e na escola secundária a percentagem é de 82 por cento. No ensino primário, a distância a percorrer até à escola é um factor com mais peso nos quatro grupos mais baixos, mas não afecta de todo o grupo mais rico. No ensino secundário, a distância até a escola e a necessidade de trabalhar em casa afecta de forma mais desproporcionada o grupo mais pobre.



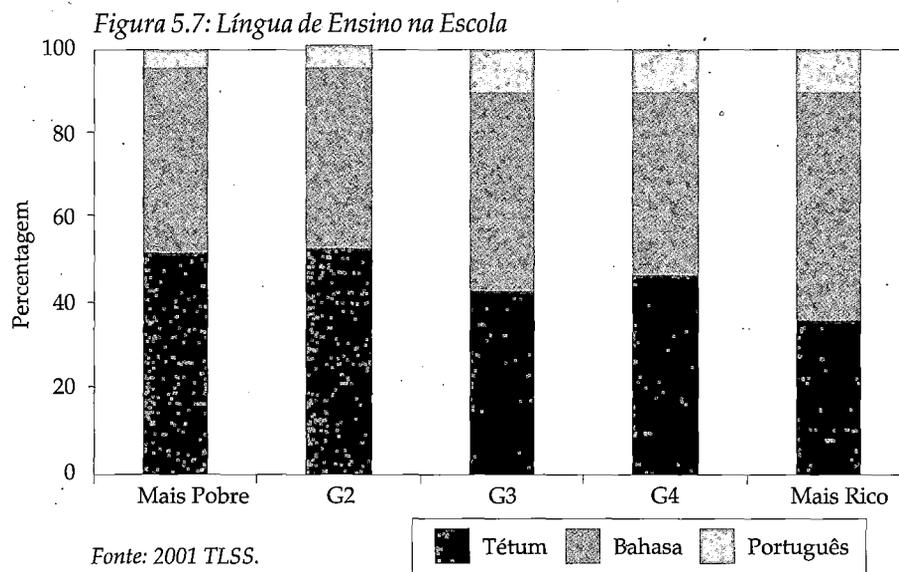
Fonte: 2001 TLSS.

Factores Relativos à Oferta

5.24 O acesso e a qualidade de ensino são factores importantes aquando da decisão de ir à escola. Ainda que seja difícil quantificar a qualidade, o levantamento de núcleos familiares questionou sobre as suas várias vertentes.

5.25 **Língua de Ensino:** Esta questão envolve um grande desafio. Português e Tétum são as línguas oficiais de Timor-Leste. No sector da educação, a política seguida tem sido de introduzir progressivamente o português como língua de ensino. A partir do ano lectivo de 2000/2001, o ensino seria conduzido em português para os alunos do grau 1 e 2 e seria introduzido como língua segunda nos graus acima. Isto criou uma série de problemas, uma

vez que apenas 5 por cento da população fala português e, conseqüentemente, poucos professores falam português. Apenas 158 professores foram aprovados como professores de português, 44 por cento dos quais vivem em Dili/Baucau. A Figura 5.7 ilustra a língua de ensino na escola por grupo. Para efeitos práticos durante a transição, o ensino é dividido de forma quase igual entre Tétum e Bahasa Indonésio, com cerca de 8 por cento em Português. O tétum é de uso mais comum nas escolas frequentadas pelo grupo mais pobre, ao passo que uma maior proporção de escolas frequentadas pelos ricos usa o português.

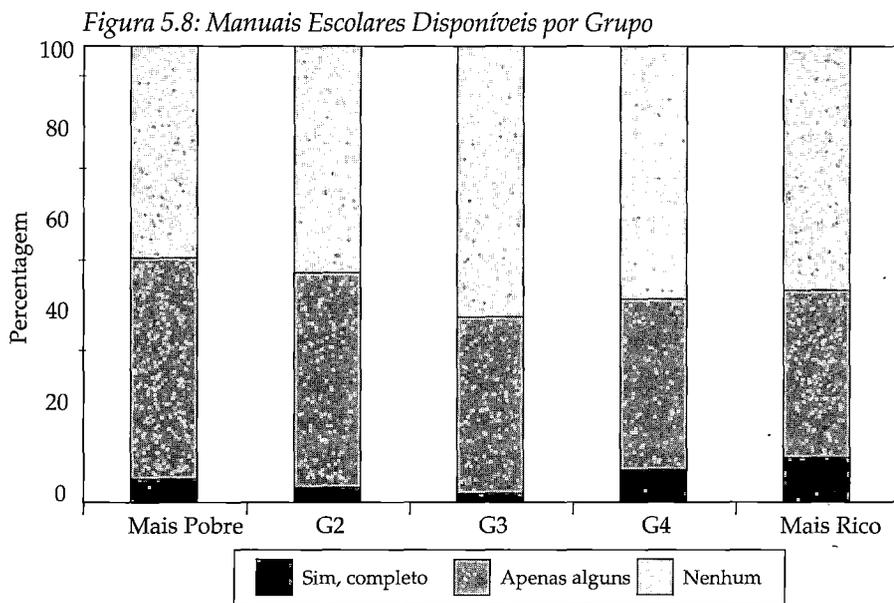


5.26 Acesso à Escola. Como é indicado acima, a distância da escola e os meios de transporte afectam a decisão de ir à escola. Os dados indicam que a maioria das crianças que frequentam a escola vão a pé para a escola (94 por cento ou mais nos quatro grupos mais baixos), e mesmo três quartos do grupo mais rico vai a pé para a escola. Em média, a viagem num sentido até à escola primária demora 24 minutos, aumentando para 49 minutos no caso da escola pré-secundária.

5.27 Qualidade e Infra-estrutura da Escola. A Figura 5.8 apresenta a distribuição de manuais escolares (em três categorias) por grupo. Verifica-se que, em todos os grupos, cerca de metade dos alunos não possui um conjunto completo de manuais escolares. A vasta maioria obteve os livros na escola. A segunda forma mais comum de obter os livros é através da sua compra em segunda mão. Cerca de 81 por cento dos alunos de todos os grupos têm uma mesa de trabalho e uma cadeira onde se sentar, mas 20 por cento não possui estes materiais. A maioria referiu a presença permanente dos professores (63 por cento) ou quase permanente (31 por cento), mas 7 por cento ainda se queixa do absentismo dos professores. A proporção média entre professor/aluno é de 62 por cento nas escolas públicas primárias, variando bastante entre 17 (numa escola em Dili) e 243 (numa escola em Turisca, sub-distrito de Manufahi)⁴⁵. A variação de distrito para distrito varia de 40 em Covalima, até 89 em Aileu. Dados referentes a 2001/2002 mostram que com o aumento significativo no número de professores, particularmente em distritos sub servidos, este número diminuiu para 47, com

⁴⁵ Ver Relatório de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste (2002), PNUD

um estreitamento no valor entre distritos. A média varia entre 44 em Ermera e 52 em Manufahi⁴⁶. A média de horas por semana passadas a fazer trabalho de casa pode ser também um indicador da qualidade da escola, e os ricos tendem a passar mais tempo a fazer o trabalho de casa. A qualidade de ensino é baixa, sendo prioritária a melhoria das habilitações dos professores.



Fonte: 2001 TLSS.

Determinantes da Matrícula

5.28 As decisões tomadas relativamente à matrícula são determinadas por factores de procura e oferta. Nós realizamos uma análise multi-variante das determinantes na matrícula escolar de forma a nos permitir definir os efeitos das diferentes variáveis. É estimado separadamente um modelo de frequência escolar⁴⁷ para crianças da escola primária (6-12 anos) e crianças do ensino secundário (13-18 anos). As regressões são conduzidas independentemente para zonas urbanas e rurais. O modelo inclui como características variáveis explicativas da criança (idade, sexo, língua materna) a escolaridade e idade dos pais, características do chefe do núcleo familiar (sexo e ocupação), composição demográfica do núcleo familiar, despesa per capita, acesso à escola e variáveis da qualidade da escola determinadas pela percentagem de crianças com manuais escolares, com cadeiras e mesas, a língua de ensino, absentismo do professor e custo da frequência escolar, o qual é determinado pelo custo médio do ensino público primário no suco.

5.29 O que determina a frequência escolar para as crianças de 6 a 12 anos de idade? Tal como era esperado, a idade é um factor determinante da frequência e é associado de forma positiva ao estar na escola tanto nas zonas urbanas como rurais. Uma criança de 12 anos de idade tem 45 por cento mais probabilidades de frequentar a escola de que uma criança de 6

⁴⁶ Os números ao nível distrital baseiam-se no documento de antecedentes (*Timor Leste Education Sector Expenditure Review – Revisão da Despesa do Sector da Educação de Timor-Leste (2002)*) para a Revisão da Despesa Pública do Banco Mundial (2003).

⁴⁷ É estimado um modelo teste, que determina o valor 1 se a criança frequenta a escola, e zero se não frequenta. São estimados os impactos marginais, que calculam o efeito da variável sobre a probabilidade de frequência.

anos. As raparigas tendem a frequentar mais a escola nas áreas rurais. Em conformidade com dados de outros estudos, as crianças com pais mais escolarizados tendem a frequentar mais a escola – isto verifica-se especialmente se o pai ou a mãe tem alguma habilitação secundária. Ter a mãe viva é um factor muito importante, especialmente para as crianças das zonas rurais. A acessibilidade à escola é importante nas zonas rurais – a existência de ensino primário na comunidade aumenta a probabilidade de frequência escolar em 11 por cento, e uma maior distância da escola diminui a frequência escolar. Este efeito é mais fortemente sentido nas raparigas. O custo de frequência escolar é apenas importante para as raparigas nas zonas rurais. As variáveis de qualidade escolar têm em geral sinal positivo, mas não são normalmente significativas. A riqueza do núcleo familiar é uma determinante da frequência escolar apenas para as raparigas entre os 6 e 12 anos de idade nas zonas rurais.

5.30 Em relação à frequência do ensino secundário, a idade continua a ser um importante factor, mas agora as crianças mais velhas são as que tendem a não frequentar a escola. É menos provável que as raparigas continuem a estudar. As habilitações dos pais são importantes, especialmente as habilitações do pai. O facto de a mãe estar viva é particularmente importante nas zonas rurais. A dimensão do núcleo familiar é associada de forma negativa à matrícula no ensino secundário nas áreas urbanas. Mais uma vez, a presença de uma escola secundária na comunidade aumenta a probabilidade de frequência em 23 por cento. A riqueza do núcleo familiar aumenta a frequência escolar, particularmente nas zonas rurais.

SAÚDE

5.31 Timor-Leste enfrenta um grande número de desafios ao nível da saúde. O fardo de doenças deve-se em grande parte a doenças transmissíveis, tal como a malária, tuberculose, infecções do tracto respiratório e doenças infantis. A mortalidade materna é elevada – estima-se que sejam 800-840 partos em 100.000, que por sua vez está associada a uma saúde reprodutiva pobre. Estima-se que as taxas de mortalidade infantil e de crianças sejam igualmente elevadas (Quadro 5.7). A falta de água potável e saneamento contribuem também para uma saúde pobre. Uma em duas pessoas vive sem água potável e três em cinco pessoas vive sem saneamento. A esperança de vida é baixa, estabelecendo-se aos 57 anos. Como foi mencionado no Capítulo 3, as taxas de vacinação para crianças diminuíram em 2001, relativamente aos níveis de 1999, já se si baixos. Indo contra esta situação, Timor-Leste procura restaurar o acesso a serviços básicos para toda a população. Esta secção examina em primeiro lugar o impacto do gasto público na saúde junto dos pobres. De seguida, debruça-se sobre o padrão e custos da utilização de cuidados de saúde.

Quadro 5.7: Indicadores de Saúde para Timor-Leste

	Timor Leste 2002	Países Baixo Rendimento 2000
Taxa de Mortalidade Infantil (por 1000 nados vivos)	88	76
Homens	99	n.a.
Mulheres	77	n.a.
Taxa de mortalidade de crianças menos de 5 anos (por 1000 nados vivos)	125	115
Homens	142	n.a.
Mulheres	108	n.a.
Taxa de mortalidade materna*	420	n.a.
Esperança de vida **	57	59
Homens	56	58
Mulheres	59	60
Antropométrico ***		
Desnutrição (peso por idade)	43	n.a.
Desnutrição crónica moderada ou severa (altura para a idade)	47	n.a.
Desnutrição aguda (peso para altura)	12	n.a.

* Dados são de 1999.

** Os valores de esperança de vida são de 2001.

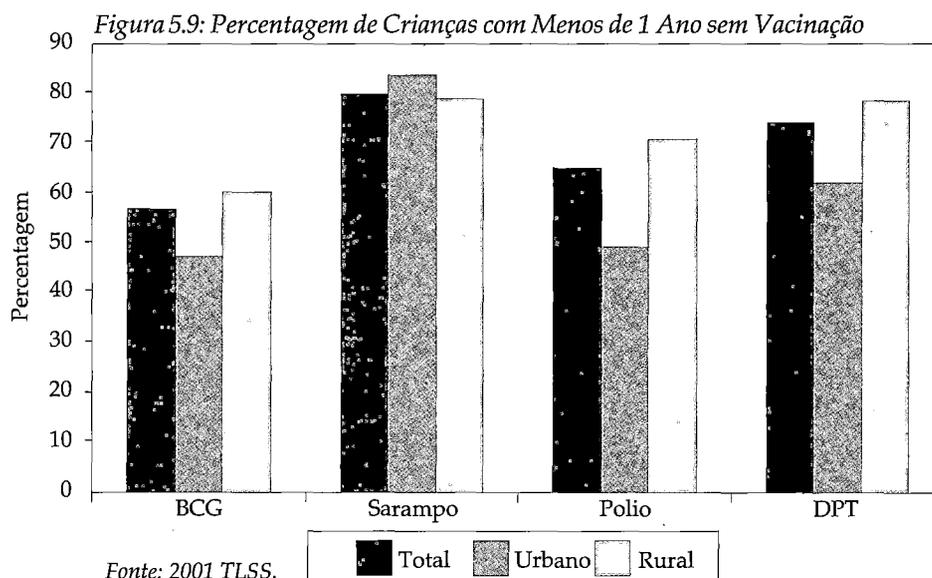
*** Percentagem de crianças moderadamente desnutridas com menos de 5 anos.

Fonte: PNUD (2002), UNICEF (2002) e Base de Dados SIMA Banco Mundial

5.32 A Figura 5.9 apresenta a percentagem de crianças com idade inferior a 1 ano imunizadas em 2001.⁴⁸ O levantamento MICS regista uma melhoria em 2002, com maiores taxas de cobertura para todas as vacinas, mas continuam significativamente mais baixas do que as estatísticas do Ministério da Saúde. Em geral, a cobertura de vacinação é mais baixa no Leste Rural e mais alta em Dili/Baucau. Normalmente, as crianças com menos de 1 ano nas zonas urbanas tendem a estar vacinadas. Há uma maior tendência para as crianças das zonas urbanas estarem imunizadas pela DPT (38 por cento) do que as crianças das zonas rurais (22 por cento de cobertura). O nível de imunização DPT completa é ainda mais baixo, sendo que menos de uma em dez crianças recebe o ciclo completo de inoculações DPT. As taxas de vacinação DPT completa em Agosto de 2002 tinham duplicado. No entanto, e mais uma vez, existe uma discrepância significativa entre estes valores resultantes do levantamento e as estatísticas do Ministério da Saúde, as quais mostram uma cobertura de 53 por cento da vacinação completa de DPT entre as crianças com idade inferior a 1 ano. O padrão é consistente com a experiência retirada de vários países, na medida em que os dados administrativos são frequentemente mais optimistas dos que os dados resultantes de levantamentos de núcleos familiares, consequência dos incentivos institucionais de sobrevalorizar os resultados. Para além disso, os dados administrativos poderão subestimar o número de crianças imunizadas, acrescentando à propensão para exagerar a cobertura de vacinação. No entanto, os dados do levantamento a núcleos familiares que, em relação aos dados de vacinação em Timor-Leste, dependem da memória das mães, poderão sofrer as consequências de problemas de memória, conduzindo a informação incompleta. O Ministério da Saúde está a realizar, em 2003, uma revisão do seu Sistema informático de Gestão de Saúde, a fim de verificar a consistência das

⁴⁸ Os números são muito mais baixos do que as estatísticas dos serviços recolhidas pelo Ministério da Saúde, que indicam 38 por cento de cobertura das crianças com menos de 1 ano de idade com a vacina contra o sarampo. Os últimos números avançados pelo Ministério da Saúde mostram uma cobertura DPT de 53 por cento para crianças com menos de 1 ano de idade.

fontes de dados. O Levantamento Demográfico e de Saúde e os Levantamentos de Comportamentos Pró-Saudáveis planeados para 2003 permitirão actualizar a informação sobre o progresso na vacinação.



5.33 A desnutrição é um grave problema em Timor-Leste, onde mais de quatro crianças em dez, com idade inferior a cinco anos, se encontrava moderadamente ou gravemente desnutrida em 2002⁴⁹. A debilitação, medida pela proporção de peso para a altura, é usada como indicador de acesso a curto prazo a alimentação adequada e é assim afectado pela existência sazonal de alimentos. Mais de uma em dez crianças estão moderadamente ou gravemente debilitadas. O atrofiamento, que é medido pela proporção altura para a idade, é um indicador de deficiência nutricional a longo prazo, ao longo de múltiplas temporadas. Uma em duas crianças está moderadamente ou gravemente atrofiadas. Esta realidade aponta para uma prevalência generalizada de desnutrição crónica.

Gasto Público na Saúde

5.34 A estrutura do programa usado no sector da saúde permite fazer uma discriminação dos gastos por nível de serviço.⁵⁰ Aos serviços terciários – hospitais – é atribuído um pouco menos de metade do gasto CFET para o sector da saúde (Quadro 5.8). Este padrão contrasta com o objectivo da política de saúde, o qual é limitar os gastos com hospitais a 35-40% da despesa CFET. O padrão de gasto é ainda mais desviado a favor de serviços terciários quando é tomado em consideração o gasto TFET, aumentando para cerca de dois terços da despesa combinada. No entanto, o grosso do gasto TFET em serviços terciários é constituído por pagamentos pontuais para a reabilitação e equipamento de hospitais, ao invés de custos operacionais correntes. Dados mais recentes para FY2003 do Ministério da Saúde mostram que a percentagem de gasto atribuída a serviços hospitalares piorou para 41 por cento⁵¹. O gasto da Saúde em hospitais é também alto devido ao custo de médicos estrangeiros.

⁴⁹ A desnutrição é medida pela proporção de crianças abaixo do peso normal, com base no peso para a idade.

⁵⁰ Esta secção é retirada de Banco Mundial (2002b). Infelizmente, não é possível analisar projectos bilaterais por nível de serviço.

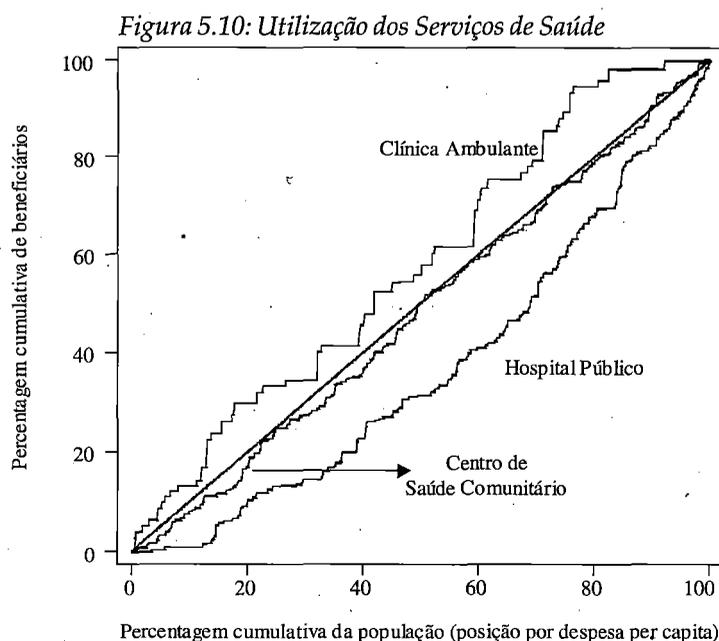
⁵¹ Ver documento de antecedentes sobre o Sector da Saúde para a Revisão da Despesa Pública de Timor-Leste.

Quadro 5.8: Gasto na Saúde por Fonte de Fundos, Programa e Nível de Serviço, FY2002, (%)

Programa/Nível de Cuidados	CFET	TFET	Bilateral	Total
Por Programa				
Apoio a Prestação de Serviços a Decorrer	68	17	25	32
Tipo e Qualidade de Serviço	25	66	35	48
Política e Gestão	8	16	40	20
Total	100	100	100	100
Por Nível de Cuidados				
Cuidados Primários e Secundários	51	34	-	39
Cuidados Terciários	49	66	-	61
Total	100	100	-	100

Fonte: Ministério das Finanças e Ministério da Saúde.

5.35 A análise de incidência do levantamento de núcleos familiares mostra que os núcleos familiares pobres tendem a visitar mais os serviços de cuidados primários do que os hospitalares. Dadas as dificuldades em derivar custos unitários por nível de prestação, o gráfico ilustra apenas a distribuição de beneficiários por todos os níveis de serviços (Figura 5.10). As clínicas ambulantes são as mais favoráveis aos pobres, ao passo que centros de saúde comunitários são neutros. Os hospitais públicos estão em forte regressão. As clínicas ambulantes, usadas por 10 por cento da população, estão em progressão. Custos unitários mais elevados para os hospitais públicos tornariam a distribuição do gasto ainda mais desigual. Estes dados suportam a reconsideração da atribuição de gasto público, transferindo-o dos hospitais para os serviços de nível mais baixo, como indicado no PDN, a fim de beneficiar mais os pobres.



Acesso à Saúde e Utilização⁵²

5.36 O Desafio de Construir um Sistema de Saúde. Como foi acima indicado, os indicadores de saúde de Timor-Leste são baixos. No passado, a população tinha uma interacção limitada com os serviços de saúde. Os baixos níveis de utilização dos serviços de saúde não eram um sinal de que estavam de boa saúde, mas sim um sinal da situação política geral. Uma diminuição acentuada na percentagem de contactos mensais, de 14,3 por cento em 1997 para 6,8 por cento em 1998, é indicativa da instabilidade e falta de confiança no governo durante esse período.⁵³ O desafio para Timor-Leste é construir um sistema de saúde que gere uma procura dos cuidados de saúde, particularmente de cuidados preventivos, em todas as facções da sociedade, e assegurar que a oferta de serviços de qualidade dê resposta à procura.

5.37 O levantamento de núcleos familiares confirma a visão moderada da utilização dos serviços de saúde e acesso a estes. Determina uma linha comparativa contra a qual se poderá medir o progresso alcançado à medida que o sistema de saúde se desenvolve. Os dados de TLSS foram recolhidos um ano após o primeiro projecto de saúde ter entrado em vigor, e numa altura em que a responsabilidade pela prestação de serviços ao nível distrital estava a ser transferida das mãos das ONGs internacionais para as recém nomeadas equipas de gestão distrital do Ministério da Saúde. O recrutamento de pessoal médico tinha sido recentemente finalizado e os veículos, incluindo as motorizadas, para as clínicas ambulantes tinham acabado de ser entregues nos distritos. O processo de recrutamento de médicos estrangeiros estava numa fase inicial, com não mais de dois ou três a exercer na altura. Os assessores da gestão distrital ainda não tinham sido nomeados. Com a implementação das instruções determinadas pelo Ministério da Saúde na sua política quadro, com particular ênfase nos serviços básicos, e numa divisão 60/40 de recursos para cuidados primários e hospitalares, as melhorias deveriam tornar-se palpáveis em pouco tempo. O sector da saúde está agora equipado; os responsáveis pela gestão da saúde a nível central e distrital estão já no cargo, e estão a ser recrutados médicos estrangeiros para preencher o vazio deixado por médicos timorenses a receber formação. Assim, apesar do lento progresso nas fases iniciais em atingir as metas de reconstrução, a atenção dada inicialmente ao desenvolvimento de uma política quadro para a saúde, para aqui enraizar os esforços de reconstrução, recebe agora os seus dividendos. O Ministério da Saúde tem-se posicionado bem no planeamento e estabelecimento de prioridades relativamente às suas acções políticas na implementação do PDN, e tem focado a sua atenção na prestação de serviços. Durante algum tempo, enquanto o governo restabelece o sistema de saúde, os objectivos de equidade e eficácia serão seguidos através da ênfase na prestação de serviços preventivos e curativos simples ao nível comunitário.

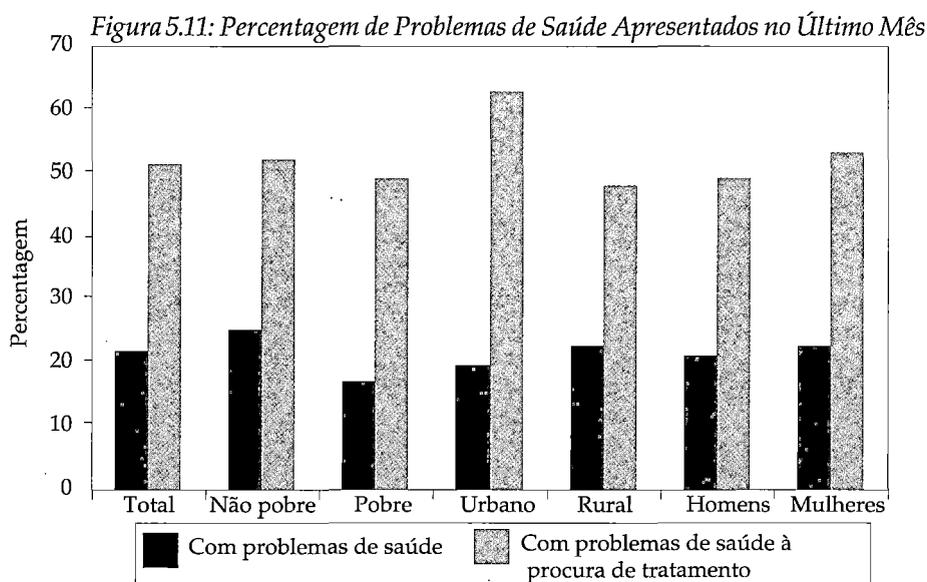
5.38 A Incidência de Doença e Procura de Tratamento. Os pobres estimam ter uma saúde melhor do que os não pobres.⁵⁴ É menos provável também que os pobres prestem informação sobre uma condição de saúde nos últimos 30 dias e, dependente de uma queixa sobre estado de saúde, é menos provável que procurem tratamento (Figura 5.11). Os residentes das zonas rurais registam uma maior taxa de problemas de saúde do que os residentes nas zonas

⁵² A análise da saúde do TLSS tem como base Nassim (2002).

⁵³ Saadah, Pradhan e Surbakti (2000)

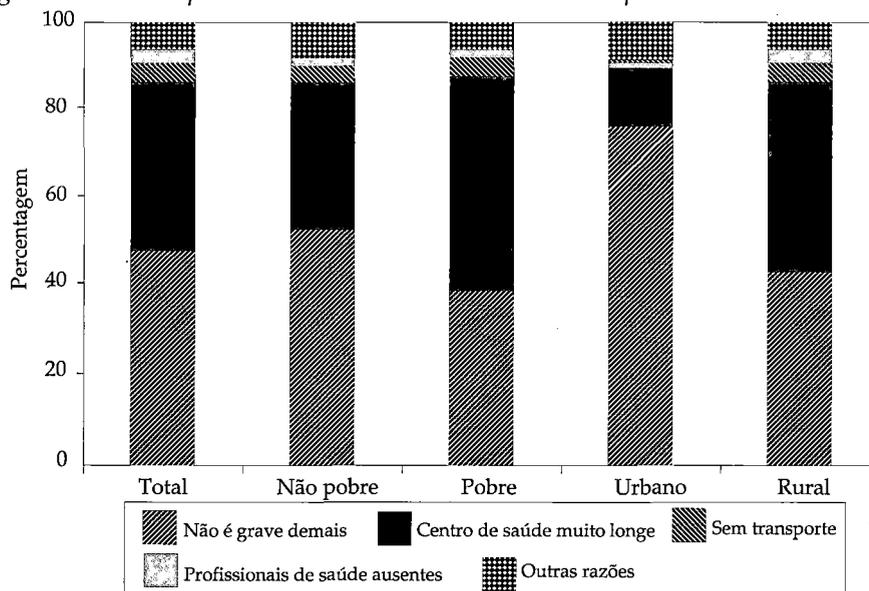
⁵⁴ Isto poderá a princípio parecer inesperado, mas poderá ser um reflexo do facto que os ricos têm uma maior interacção com os prestadores de serviços de saúde, podendo assim conduzir a relatórios de doenças.

urbanas, mas é menos provável que procurem tratamento. As principais razões avançadas para a não procura de tratamento, apesar do seu problema de saúde, é de que o seu problema não é suficientemente sério, ou que a distância ao serviço de saúde é muito grande (Figura 5.12). É mais provável que os pobres refiram a distância, do que os não pobres. Isto não constitui uma surpresa, visto que o acesso aos serviços não é um problema para os que residem nas zonas urbanas, sendo sim um impeditivo para os que procuram os cuidados de saúde nas zonas rurais. Não existe uma diferença entre os homens e as mulheres. Da população que declarou um problema de saúde, 40 por cento eram crianças com idade inferior a 14 anos.



Fonte: 2001 TLSS.

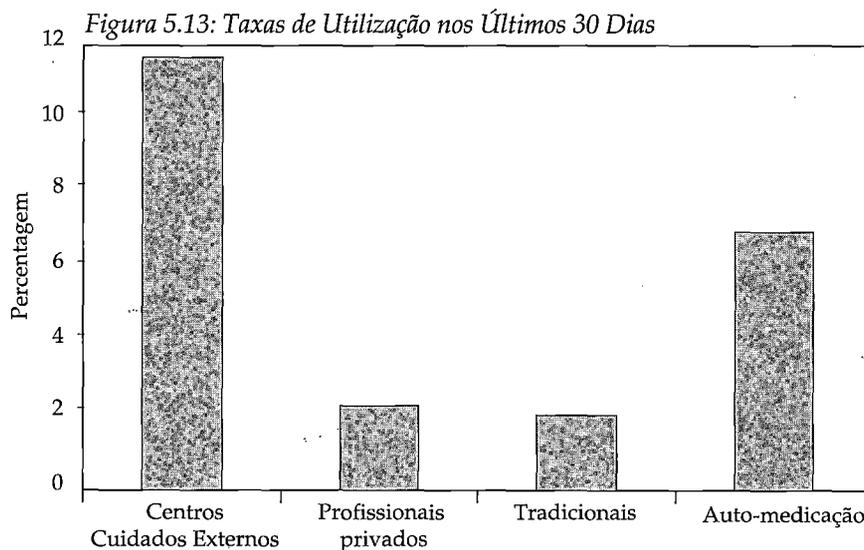
Figura 5.12: Razões para Não Procurar Cuidados de Saúde Apesar de Ter um Problema de Saúde



Fonte: 2001 TLSS.

5.39 Utilização dos Serviços de Saúde. O levantamento questionou indivíduos sobre a sua utilização de diferentes tipos de prestadores (serviços de saúde, serviços privados) de cuidados ambulatoriais no último mês, a quantidade de auto-medicação e as taxas de internamento hospitalar no último ano. A Figura 5.13 mostra que a população depende dos

serviços de saúde, usando muito pouco os serviços privados ou cuidados ambulatoriais. A auto-medicação é exercida por 7 por cento da população. As taxas de utilização de internamento são muito baixas, registando-se a 1%. Apenas cerca de 12 por cento da população referiu ter utilizado os serviços de saúde para cuidados ambulatoriais – tratamento ou prevenção – no mês que precedeu o levantamento, apenas 4 por cento mais do que aqueles que procuraram tratamento para a sua doença (Figura 5.14). Esta baixa taxa de utilização geral, em particular dos serviços preventivos, é o principal desafio do sector da saúde.⁵⁵ Grandes diferenças são encontradas entre os pobres e os não pobres.⁵⁶ Existe também uma grande diferença entre os não pobres e os não pobres do sexo feminino (14,9 por cento e 9,1 por cento, respectivamente).⁵⁷ As mais altas taxas de contacto verificam-se em Dili (14 por cento).



Fonte: 2001 TLSS.

5.40 A Figura 5.15 ilustra a distribuição de serviços/prestadores de serviços usados por aqueles que procuraram cuidados ambulatoriais nos últimos 30 dias.⁵⁸ No momento, três quartos da população utiliza os serviços públicos quando necessita de cuidados ambulatoriais. O uso de serviços privados é muito mais alargado entre os não pobres, 29 por cento usando serviços privados ou da Igreja, por oposição a 14 por cento dos pobres. Dada a distribuição dos pobres, e serviços, existe uma grande divisão rural-urbana quando se trata da escolha de serviços de saúde. Os residentes nas zonas urbanas dependem de hospitais e serviços privados. Metade dos habitantes rurais, por oposição, depende principalmente de centros de saúde comunitários, ao passo que os hospitais públicos e serviços privados são utilizados, cada um, por menos de um quinto da população. As clínicas ambulatoriais são o serviço mais importante para o grupo mais baixo – 20 por cento utiliza este serviço quando se trata

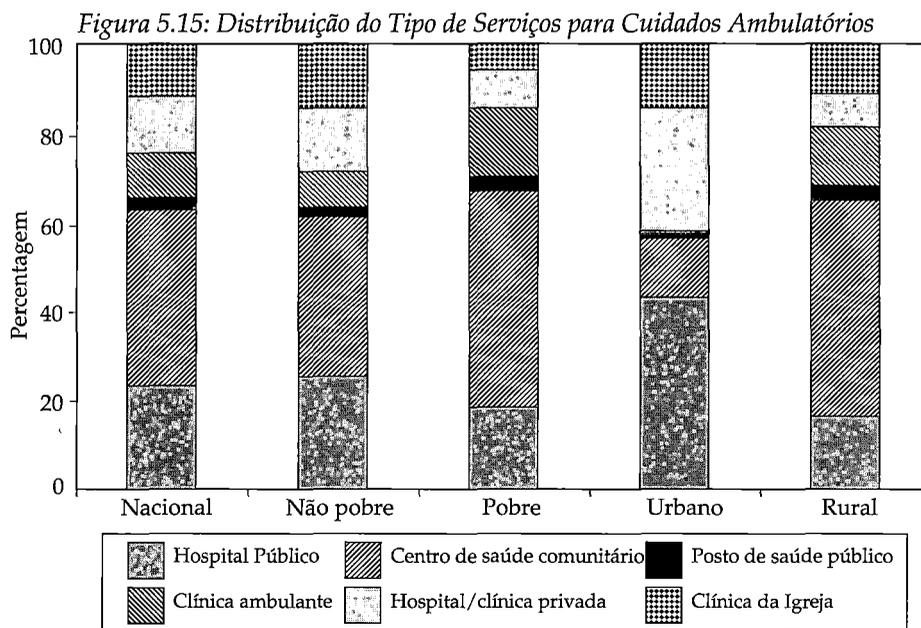
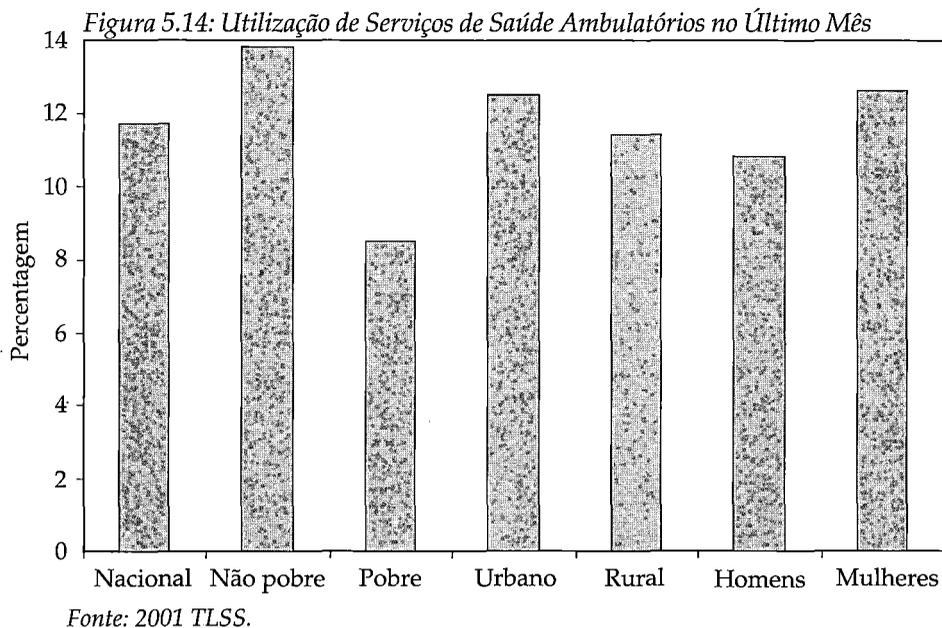
⁵⁵ As taxas de contacto ambulatorio são semelhantes às da Indonésia antes de Timor-Leste ter votado a favor da independência – em 1997 a taxa era de 14,3 e em 1998 era de 6,8 por cento (Saadah et al, 2000).

⁵⁶ As diferenças são maiores quando se considera o grupo mais baixo (8,5 por cento) e o grupo mais rico (15,1 por cento). Ver Nassim (2002).

⁵⁷ Este padrão de utilização daqueles que procuram tratamento quando está doente é semelhante às taxas de utilização de cuidados ambulatoriais, mas neste volume apenas nos referimos ao primeiro.

⁵⁸ As taxas de contacto ambulatorio são semelhantes às verificadas na Indonésia antes de Timor-Leste ter votado a favor da independência – em 1997 a taxa era de 14,3 e em 1998 era de 6,8 por cento (Saadah e tal, 2000).

de tratamento ambulatorio. Enquanto o sistema de saúde é desenvolvido, as clínicas ambulatorias são usadas em lugar dos postos de saúde, sendo assim possível determinar se melhores transportes e/ou uma maior procura de centros comunitários mais bem servidos e equipados tornará os postos de saúde cada vez mais desnecessários.⁵⁹



5.41 Esta dependência de serviços governamentais, e as diferenças socioeconómicas existentes na utilização de serviços governamentais, sublinha a importância do compromisso do Governo relativamente a objectivos de equidade – abranger os pobres e aqueles que

⁵⁹ No entanto, as novas clínicas ambulatorias são servidas por enfermeiros/as e através de motorizadas, ao invés dos veículos operados por ONGs, muitas vezes equipados com médicos. É uma questão em aberto se as clínicas ambulatorias servidas por motorizadas continuarão a ser importantes na prestação de cuidados de saúde aos mais pobres e em geral nas zonas rurais.

residem nas zonas rurais – se estas diferenças não aumentarem à medida que o sistema de saúde se desenvolve. Um sinal importante é dado pela utilização urbana de hospitais públicos para tratamento ambulatorio – mas os hospitais tendiam a ser a base de operações das ONGs, podendo este padrão alterar-se. O desafio a nível de política é limitar a utilização de hospitais para serviços que podem ser oferecidos em melhores condições nos centros de saúde, e resistir às exigências das populações urbanas, tipicamente mais bem organizadas politicamente, de recursos para os hospitais às custas de cuidados de saúde primários para os menos bem servidos nas zonas rurais.

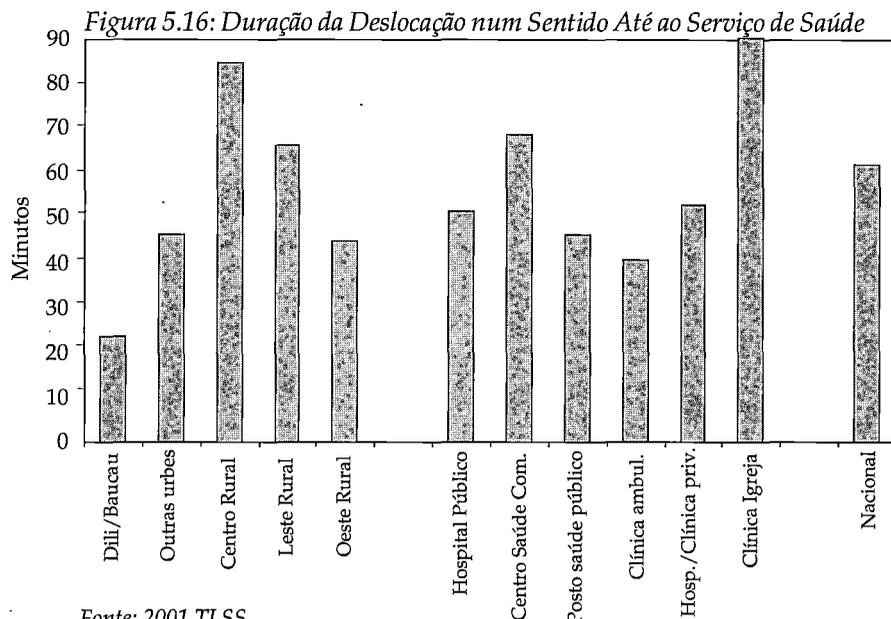
5.42 O Quadro 5.9 apresenta as razões que as pessoas indicam para procurar as visitas ambulatorias. Pouco acima da metade das visitas – 52 por cento – devem-se à necessidade de medicamentos, sendo a segunda principal razão (28 por cento) os exames de rotina. Os pobres, mais do que os não pobres, são os que tendem a referir a necessidade de medicamentos como razão para procurar este serviço. Regista-se uma baixa procura de serviços preventivos, excepto entre os mais ricos. Apenas 2,5 por cento das visitas ambulatorias visavam cuidados pré e pós natal ou parto.

Quadro 5.9: Razões para as Visitas Ambulatorias por entre os Não Pobres e Pobres

	Não-pobre	Pobre	Total
Vacinação	0.4	0.5	0.5
Exame médico geral de rotina	30.5	21.1	27.8
Consulta	10.8	6.5	9.6
Medicação	47.5	63.8	52.2
Injecção	5.1	5.7	5.3
Tratamento de ferimentos/doença	2.9	1.5	1.2
Cuidados Pré-natais	1.1	0.5	0.9
Parto	0.4	0.0	0.3
Cuidados pós-nascimento	0.2	0.0	0.1
Outro	1.1	0.5	0.9

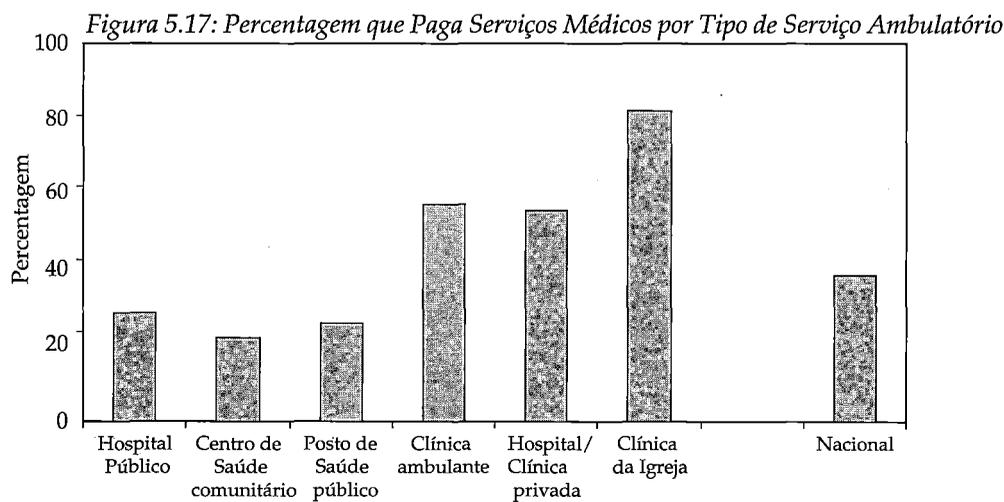
Fonte: 2001 TLSS.

5.43 **Custo: Transportes e Serviços.** Ainda que os cuidados de saúde públicos sejam nominalmente gratuitos, existem custos associados ao usufruto de cuidados ambulatorios. Os custos incluem os custos de deslocação (tempo e dinheiro) e custos de medicamentos ou serviços, em alguns casos até mesmo quando recorrendo a serviços públicos. Em média, os indivíduos pagam um pouco menos de US\$2 por pessoa, por mês, para cobrir os custos monetários de cuidados de saúde. Os custos monetários mais elevados verificam-se em Dili e Centro Rural e os mais baixos no Oeste Rural. Por entre aqueles que recorrem a serviços de saúde, a duração média da viagem até ao serviço de saúde é de 62 minutos (Figura 5.16). A forma de deslocação mais comum é a pé, prática seguida por dois terços da população. Isto poderá ser encarado como um impedimento à procura de cuidados quando os indivíduos estão doentes e impossibilitados de caminhar ou de transportar crianças pequenas para receber cuidados preventivos ou para tratamento. A duração das viagens varia de acordo com o local e tipo de serviço, sendo particularmente elevada no Centro Rural.



5.44 Os custos médios de transporte são de menos de um dólar, apesar de dois terços da população não pagar custos de transporte para receber cuidados ambulatoriais. Entre aqueles que pagam, o custo é duas vezes mais alto⁶⁰. Existem também custos incorridos por serviços e medicação – em média US\$1, com os não pobres a pagar US\$1,16 e os pobres a pagar 65 centimos. É indicada a disponibilidade para pagar, provavelmente pelo menos os medicamentos. Cerca de dois quintos pagam os cuidados médicos e isto varia de acordo com o tipo de prestador de serviço. Mesmo nos serviços públicos, um quarto paga pelos cuidados de saúde, e mais de metade paga nas clínicas ambulatoriais.

5.45 Em relação aos medicamentos, tem havido alguma preocupação sobre a dimensão da auto-medicação. O TLSS indica que quase 10 por cento dos não pobres e 2,5 por cento dos pobres comprou medicamentos sem receita médica no último mês, maioritariamente de quiosques e vendedores ambulantes, e não em farmácias.



⁶⁰ Exclui duas observações com custos de transporte muito elevados.

5.46 **Saúde Maternal.** Apenas 8 por cento das mulheres actualmente casadas usam alguma forma de contraceptivo. Estas estatísticas são semelhantes aos números apresentados pelos dados SUSENAS, que mostram um baixo uso de contraceptivos em Timor-Leste, sendo a percentagem de 11 a 13 por cento das mulheres casadas entre 1997-1999. As diferenças urbanas/rurais são mínimas, com 9 por cento de utilização nas zonas urbanas e 7,7 por cento nas zonas rurais. As razões mais comuns para não usar contraceptivos são de que as mulheres “querem filhos” (31 por cento), crenças religiosas (28 por cento) e medo de efeitos secundários (13 por cento). Valores igualmente baixos são encontrados no levantamento MICS. Os dados do MICS também apontam para elevados níveis de fertilidade – as mulheres têm mais de sete crianças, encontrando-se entre as mais altas do mundo. Para além disso, o levantamento MICS realça os baixos níveis de cuidados pré-natal e partos acompanhados por pessoal qualificado. Tal como foi anteriormente mencionado, apenas uma em quatro mulheres são acompanhadas por um funcionário médico qualificado durante o parto. Metade é assistida por membros da família ou parentes, e uma em cinco não teve qualquer assistência.

RESUMO E QUESTÕES POLÍTICAS

5.47 O **gasto público** no período pós independência apoia largamente as funções de prestação de serviços, com a educação a representar um quarto do gasto CFET e a saúde 10 por cento. O gasto CFET per capita é de US\$7,3 na saúde e US\$19 na educação, ao passo que o gasto per capita geral na educação, em 2002, equivale a US\$58, e US\$32 na saúde, significativamente mais do que na maioria dos países de baixo e médio rendimento. Ainda que estes custos elevado reflectam as despesas capital para criar sistemas de educação e saúde, neste momento Timor-Leste encontra-se na impressionante situação de atribuir elevadas quantias aos sectores sociais. Mantém-se a questão de assegurar a sustentabilidade no futuro. À medida que o financiamento externo diminuir, os custos de funcionamento irão ser transferidos para o orçamento, o que coloca um desafio à manutenção de atribuições adequadas aos sectores prioritários da educação e saúde. É ainda necessário determinar se estes níveis de gasto público são sustentáveis no futuro. Deveriam ser consideradas medidas de recuperação de custos para aqueles que têm como pagar, mantendo ao mesmo tempo serviços a baixo custo para os pobres.

5.48 Um segundo aspecto desta questão é a atribuição de recursos públicos a serviços utilizados pelos pobres. Na educação e saúde existe alguma preocupação relativamente à proporção de gasto atribuído aos serviços terciários, que beneficiam maioritariamente os ricos. Os centros de saúde comunitários, os serviços mais usados pela população, são em geral neutros, ao passo que a incidência de gasto hospitalar é regressiva. O actual nível gasto nos cuidados de saúde terciários (60 por cento de todo o financiamento) cria alguma preocupação. A implementação das direcções políticas apresentadas no Plano de Desenvolvimento Nacional que limitam esta percentagem a 40 por cento é uma prioridade e dados recentes mostram que uma parte do gasto CFET com os hospitais encontra-se neste nível. O ensino primário público é progressivo, na medida que a percentagem de beneficiários pobres excede a sua percentagem na população, ao passo que o ensino secundário e terciário é regressivo.

5.49 Na **educação**, em 2001, o sistema escolar estava quase totalmente reconstruído. O número de matrículas aumentou drasticamente entre 1998/99 e 2000/01, especialmente para os pobres, raparigas e crianças das zonas rurais, o que levou a uma diminuição da diferença entre os grupos mais pobres e mais ricos, rapazes e raparigas, e zonas urbanas e zonas rurais. A redução no custo privado do ensino foi significativa e contribuiu provavelmente para o aumento no número de matrículas. Apesar dos sucessos alcançados, a implementação está a ser dificultada pela falta de uma política quadro para o sector. Ainda que o acesso tenha aumentado drasticamente, a qualidade da educação, incluindo o desenvolvimento de currículos e formação de professores, foi objecto de menos atenção. Para além disso, a educação enfrenta vários desafios – (i) o sector tem uma grande população em idade escolar e elevadas taxas de analfabetismo adulto; (ii) a eficácia interna do sistema de educação é reduzida, com um grande número de crianças de idade avançada no sistema: e elevadas taxas de repetição e desistência. O custo por estudante, para 6 anos de ensino primário, é de cerca de US\$300. O custo por graduado, no entanto, é duas vezes mais alto devido ao número de repetições e desistência; e (iii) um quarto das crianças de 6-18 anos nunca frequentou a escola.

5.50 A ênfase do Plano de Desenvolvimento Nacional sobre a melhoria do acesso, especialmente para os pobres, e a melhoria da qualidade de aprendizagem e ensino na educação primária e secundária é correcta. Apesar da diminuição das diferenças entre pobres e ricos ao nível das matrículas, a probabilidade é de que as crianças que se encontram fora do sistema sejam pobres. O desafio refere-se ao desenvolvimento de uma política de sector para orientar a implementação da estratégia, estabelecendo prioridades nas acções e financiando-as para alcançar os objectivos na educação no âmbito do programa de despesa a médio prazo. Por exemplo, existem compromissos entre aumentar o acesso e aumentar a qualidade, entre aumentar o acesso e oferecer um ensino gratuito, e entre expandir o ensino primário e ter o número necessário de professores no futuro. As questões em relação à oferta, que afectam a procura da educação, constituem uma preocupação. Existe uma oferta insuficiente de professores devidamente qualificados e uma falta de materiais de ensino apropriados. Estes compromissos terão de ser avaliados no contexto do estabelecimento de prioridades nos planos de acção que o Ministério se encontra a preparar no momento. Dado o grande grupo de crianças em idade escolar, o financiamento sustentável das necessidades educacionais no futuro constitui uma prioridade chave a ser considerada agora e deveria incluir medidas para melhorar a eficácia interna do sistema de educação.

5.51 Os resultados ao nível da saúde em Timor-Leste encontram-se entre os mais baixos no Leste Asiático. Em 2001, a imunização, que é uma das medidas de saúde mais eficazes financeiramente, tinha uma cobertura incrivelmente reduzida. As taxas de utilização de cuidados de saúde eram igualmente muito baixas. Apenas 8 por cento procurou cuidados de saúde, apesar de sofrer de um problema médico. Ainda que a falta de seriedade seja um das principais razões, a distância a percorrer até ao serviço de saúde é citada por dois quintos da população como sendo a principal razão para não procurar cuidados de saúde. Isto constitui um problema especialmente nas zonas rurais. Os serviços de saúde públicos são o principal prestador de serviços de saúde, particularmente nas zonas rurais. Nas zonas urbanas, o sector privado desempenha um papel importante, onde mais de dois quintos dos indivíduos utiliza serviços privados ou clínicas da Igreja. Existem alguns custos associados

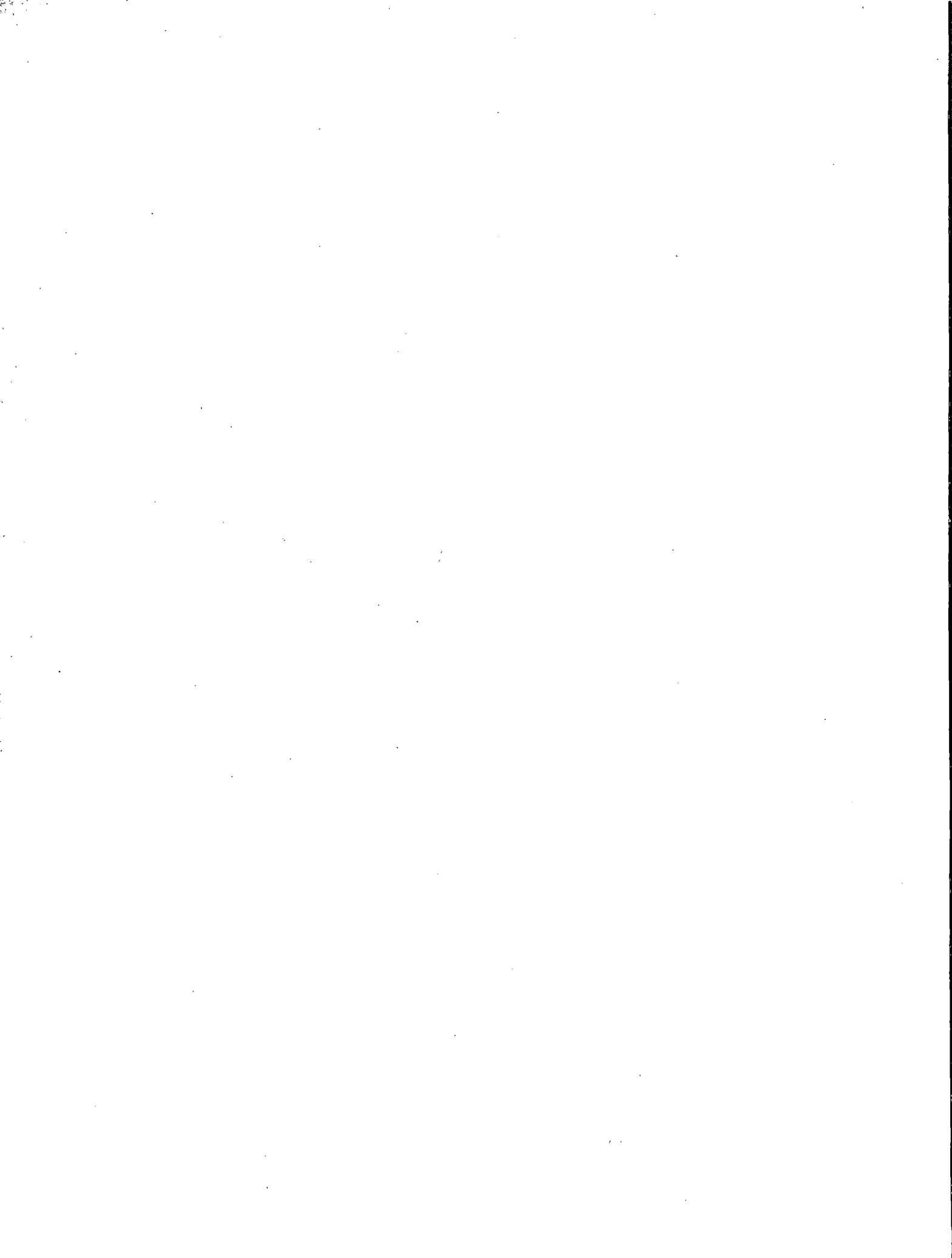
à utilização de tratamento ambulatorio. Em média, o custo total para os núcleos familiares do uso de serviços de saúde é um pouco abaixo dos US\$2 por pessoa, por mês. Apenas um terço dos indivíduos paga o transporte e serviços médicos. Os pobres, em média, pagam metade da quantia paga pelos não pobres. A quantia é ainda assim uma grande parte das despesas dos pobres. O pagamento de serviços é mais alto nos serviços privados e da Igreja, e mesmo os serviços públicos cobram uma determinada quantia.

5.52 O Plano de Desenvolvimento Nacional sublinha a prestação de serviços básicos de saúde, particularmente para mulheres e crianças, focando o aumento de programas preventivos. Estas são as prioridades. O Ministério da Saúde também beneficia da atenção dada no início ao desenvolvimento coerente de uma política quadro onde enraizar as acções de reconstrução. O desafio será estabelecer prioridades nas acções no âmbito dos limites ao nível da despesa e avaliando os compromissos entre as diferentes prioridades da política de saúde. Mas, dados os fortes alicerces, o Ministério da Saúde encontrava-se bem posicionado no exercício de estabelecimento de prioridades e uma sequência, realizado como parte do processo de planeamento deste ano.

QUESTÕES A ESTUDAR

5.53 Na educação, a análise das determinantes de matrícula, taxas de repetição e de desistência ajudará a formular estratégias que melhorem os resultados ao nível da educação. A compreensão dos factores que contribuem para a melhoria de resultados de aprendizagem será essencial para centrar os recursos nos elementos financeiramente mais produtivos. O trabalho do sector da educação centra-se no momento em resolver as muitas questões aqui identificadas: formação dos professores, língua de ensino e estratégias para aumentar o número de alunos com o ensino secundário completo. Para além disto, oferecerá uma orientação sobre o papel adequado do financiamento público na educação, com a visão a médio prazo tendo em conta as limitações orçamentais e de capacidade.

5.54 Na saúde, as taxas de utilização dos serviços de saúde são muito baixas. É necessário trabalhar mais para compreender se esta situação está associada à falta de informação, falta de confiança, custos, acesso limitado ou qualquer outro factor. Esta análise terá de considerar os efeitos da reorganização administrativa ocorrida no sector da saúde desde a altura do levantamento. Um estudo de financiamento dos cuidados de saúde poderá examinar as opções para prestar serviços de saúde a baixo custo de forma sustentável.





Segurança do Núcleo Familiar

6. SEGURANÇA DO NÚCLEO FAMILIAR

6.1 Nos países em vias de desenvolvimento, os núcleos familiares são expostos a muitas mudanças de circunstâncias imprevistas que ameaçam os seus meios de subsistência. Esta vulnerabilidade à pobreza é uma vertente importante da privação e pode, em si mesmo, tornar-se uma causa da pobreza. Neste capítulo, vamos debruçar-nos sobre dois aspectos da vulnerabilidade que são realçados na Estratégia do Governo para Redução da Pobreza (Caixa 6.1). A primeira parte focará a sua atenção nos grupos em particular desvantagem quando se trata de lidar com circunstâncias adversas. A segunda parte volta a sua atenção para a vertente temporal da vulnerabilidade e apresenta testemunhos sobre segurança alimentar.

Caixa 6.1: Estratégia de Redução da Pobreza: Segurança

Nos últimos vinte e cinco anos, a segurança tem sido uma das principais preocupações das pessoas de Timor-Leste, particularmente em termos de segurança do indivíduo e da propriedade, mas também em termos de segurança alimentar e segurança dos meios de subsistência, e protecção contra desastres naturais. O Plano de Desenvolvimento Nacional delinea o enquadramento alargado de uma rede de segurança social para os vulneráveis. A ênfase é colocada na parceria, com o Governo a apoiar as iniciativas da comunidade, ONGs e Igreja. O PDN realça uma série de áreas de preocupação chave.

- Merecem particular atenção os grupos desfavorecidos, incluindo viúvas e órfãos da resistência, veteranos, crianças-soldado e os traumatizados.
- Deve aumentar a disponibilidade de alimentos em geral no país e a segurança alimentar ao nível dos núcleos familiares. A distribuição de alimentos aos mais vulneráveis durante períodos de particular tensão deveria ser continuada, em conjunto com o emprego em obras públicas, nomeadamente manutenção das estradas, como uma forma direccionada de assistência. Uma vez que as mulheres e crianças estão particularmente em situação de risco, isto incluiria a alimentação na escola e fornecimento direccionado de leite e suplementos alimentares para as mulheres grávidas e crianças pequenas.
- Deve ser alvo de acção a insegurança de meios de subsistência ou emprego, causada pela falta de reconhecimento de direito de propriedade e arrendamento de terra agrícola, ou falta de acesso a recursos como florestas ou outras propriedades comunitárias. Os programas, visando a melhoria da participação económica, visarão aqueles afectados por choques económicos, incluindo aqueles que sejam despedidos com a redução da missão da ONU e serviços de apoio.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Nacional (2002)

Principais Mensagens

- A análise mostra que os núcleos familiares chefiados por mulheres, viúvas e crianças órfãs passam por sérias dificuldades. Um elemento importante de qualquer estratégia de redução da pobreza passará pela formulação de respostas políticas apropriadas de forma a oferecer apoio a estes grupos desfavorecidos.
- A insegurança alimentar está presente em toda a parte de Timor-Leste e é associada aos ciclos de colheitas, sendo que os níveis mais altos de insegurança são sentidos entre Novembro e Fevereiro, no final de cada colheita de milho e antes da colheita do arroz. As acções para melhorar a oferta de alimentos durante este período de tempo são essenciais para melhorar o bem-estar dos núcleos familiares.

6.8 Em Timor-Leste, os valores culturais em geral, e as tradições da vida familiar em particular, baseiam-se principalmente em crenças católicas. Neste contexto, a chefia feminina surge por duas razões. Primeiro, algumas famílias perderam o seu ganha-pão masculino na sequência dos anos de violência vividos durante o período indonésio e a época do referendo. Segundo, a esperança de vida das mulheres é superior à dos homens. Consequentemente, quase todas as chefes femininas são viúvas.⁶²

6.9 Ambos os factores sugerem que os núcleos familiares chefiados por mulheres são constituídos por um número inferior de membros do que os núcleos familiares chefiados por homens, ao passo que o segundo aspecto implica que os chefes quando mulheres são em média mais velhos do que os chefes homens, significando por sua vez que terão uma menor percentagem de crianças. No geral, mais de um em sete chefes de núcleos familiares são mulheres. Os núcleos familiares chefiados por mulheres são mais pequenos do que os núcleos familiares chefiados por homens (3,1 membros por oposição a 5,3 membros); assim, em termos de população, cerca de um em dez indivíduos vive em núcleos familiares onde o chefe é uma mulher. Nos núcleos familiares chefiados por um homem, sete em cada dez indivíduos tem um chefe de família com idade inferior a 50 anos. O número correspondente nos núcleos familiares chefiados por uma mulher é de apenas 5 em dez. A percentagem de crianças nos núcleos familiares chefiados por um homem é em média 20 por cento superior aos núcleos familiares chefiados por uma mulher.

6.10 A comparação relativamente ao bem-estar é ilustrada no Quadro 6.2. Tal como anteriormente, os resultados sobre a pobreza são sujeitos ao aviso de falta de informação sobre a distribuição intra-núcleo familiar. A pobreza é entre um terço e metade mais elevada no caso de núcleos familiares chefiados por homens. No entanto, tal como foi discutido no ponto anterior, os núcleos familiares chefiados por um homem ou por uma mulher diferem no que diz respeito à sua dimensão e composição. Especialmente ao considerar as economias de escala, a posição poderá reverter, uma vez que os núcleos familiares chefiados por um homem são um terço maiores dos que os núcleos familiares chefiados por uma mulher. Concluimos que o posicionamento em relação à pobreza de núcleos familiares chefiados por homens ou mulheres não são resistentes a mudanças em escalas de equivalência ao longo de uma amplitude plausível.

6.11 Relativamente a outras vertentes do bem-estar, incluindo a educação, saúde e bem-estar subjectivo, os núcleos familiares chefiados por um homem encontram-se de forma consistente numa melhor situação do que núcleos familiares com uma mulher à cabeça. Nos núcleos familiares chefiados por homens, as crianças com menos de 6 anos de idade possuem taxas de vacinação substancialmente mais altas, e as crianças em idade escolar apresentam menos problemas de saúde e melhores resultados escolares. O mesmo acontece com adultos em idade activa e idosos. Por fim, os indicadores de bem-estar subjectivo sugerem que os adultos em núcleos familiares chefiados por homens sentem ter uma melhor situação económica e de poder. Um melhor bem-estar nos núcleos familiares chefiados por homens poderá não estar associado a preconceito com base no sexo. Pode simplesmente ser um reflexo de que os núcleos familiares chefiados por mulheres estão privados de um ganha-pão importante.

⁶² No entanto, um terço de todas as viúvas é chefe de um núcleo familiar. No Capítulo 6, Volume II, analisamos as viúvas separadamente.

Quadro 6.2: Liderança Feminina e Bem-Estar (%)

	0 a 6		7 a 14		15 a 49		50 ou mais	
	Mulher à cabeça	Homem à cabeça						
Pobreza								
Índice de pobreza	31.9	44.5	43.8	47.7	26.2	36.6	19.4	34.9
Lacuna de pobreza	8.9	13.6	13.7	14.6	6.4	10.9	5.6	9.8
Severidade	3.8	5.7	5.8	6.2	2.4	4.5	2.2	3.9
Vacinação								
BCG	39.2	54.9						
Polio	40.3	60.6						
DPT	40.7	56.1						
DPT3	5.6	8.9						
Sarampo	37.5	51.1						
Vitamina A	2.4	7.3						
Saúde								
Nenhum problema no último mês	70.7	73.1	83.7	87.5	77.2	81.4	55.3	60.7
Estado de Saúde Subjectivo (1 a 5)	3.9	3.9	3.8	3.9	3.3	3.6		
Educação								
Taxa Líquida de Matrícula Primário			57.1	62.4				
Taxa Líquida de Matrícula na Primeira Classe			12.8	18.6				
Escolarização			76.2	80.2	53.5	57.3	2.3	9.2
Grau completado (1 a 6)					2.1	2.1	1.0	1.1
Alfabetismo					54.1	58.9	5.5	11.3
Bem-Estar Subjectivo								
Felicidade (1 a 5)					3.03	3.19	2.97	3.14
Mudança na condição de vida desde a violência (1 a 3)					1.85	1.80	1.94	1.83
Situação Económica (1 a 9)					2.17	2.43	1.87	2.35
Mudança na situação económica desde violência (-8 a 8)					0.22	0.13	-0.04	0.10
Situação de Poder (1 a 9)					3.68	3.86	3.26	3.64
Mudança na situação de poder desde a violência (-8 a 8)					2.12	2.20	1.85	1.95

Nota: Este quadro baseia-se nos Quadros 6.4 e 6.5 no Volume II.

Fonte: 2001 TLSS.

Crianças Sem Pai ou Mãe

6.12 A contrapartida da liderança feminina, do ponto de vista das crianças, é ter rapazes e raparigas sem o progenitor. Em qualquer país, um dos grupos mais desfavorecidos é o das crianças sem pais. Em Timor-Leste, o legado de uma longa história de conflito violento é o facto de uma em cada dez crianças ter apenas um ou nenhum dos progenitores vivos. O maior grupo é o de crianças sem pai, representando quatro em cinco das crianças sem pelo menos um dos progenitores.⁶³ Esta secção irá discutir o bem-estar das crianças sem pais.

6.13 Um forma simples de identificação do impacto de ter perdido um dos progenitores é comparando o bem-estar das crianças com e sem pais ou mães. Separámos três grupos: aqueles com ambos os progenitores ainda vivos, aqueles cujo pai morreu e a mãe continua viva, e aqueles cuja mãe morreu e o pai continua vivo.⁶⁴ As categorias representam 89%, 6,5% e 3,5% de todas as crianças com idade inferior a 15 anos, respectivamente.⁶⁵ Consideremos primeiro

⁶³ Das crianças com ambos os progenitores vivos, mais de nove em dez destas crianças vive com os dois e quase todos vive com pelo menos um deles.

⁶⁴ Entre as crianças com idade inferior a 15 anos, a mãe de 19 em cada vinte crianças está viva.

⁶⁵ Não temos um número suficiente de observações sobre crianças órfãs (1,0 por cento de todas as crianças) para apresentar estatísticas de confiança.

os dois maiores grupos, crianças com ambos os pais vivos versus as crianças cuja mãe está viva mas cujo pai já faleceu.

Quadro 6.3: Bem-Estar da Criança e Situação Parental (%)

	Pai e mãe vivos	Pai falecido mãe viva	Pai vivo mãe falecida
Pobreza			
Índice de Pobreza	45.3	51.2	42.5
Lacuna de Pobreza	13.8	15.7	13.6
Severidade	5.8	6.8	5.7
Educação			
Escolarização	66.6	63.6	57.9
Matriculou-se com idade específica à escola	63.6	52.8	51.8
Matriculou-se com idade específica ao grau	19.4	10.2	11.9
Vacinação			
BCG	55.0	27.8	50.6
Polio	60.7	36.6	50.6
DPT	56.0	47.2	39.9
DPT3	9.0	4.2	0.0
Sarampo	50.7	47.1	44.6
Vitamina A	7.4	0.0	1.8
Saúde			
Nenhum problema no último mês	40.5	31.6	34.3

Nota: Este quadro baseia-se nos Quadros 6.8 e 6.9 no Volume II. Crianças são definidas pela idade de 15 anos ou mais jovens. A taxa de vacinação refere-se a crianças com menos de 5 anos.

Fonte: 2001 TLSS.

6.14 As crianças sem pai vivem em núcleos familiares onde não existe o ganha-pão principal típico, razão pela qual esperamos encontrar um elevado nível de pobreza. Este é com efeito o caso (Quadro 6.3). As taxas de pobreza infantil são 15 por cento mais altas para aqueles cujo pai já faleceu. Esta categorização é resistente a mudanças na escala de equivalência. Em termos da educação, percebemos que as crianças sem um pai ou mãe vivem em piores condições do que as crianças com ambos os pais vivos: é menos provável que não tenham recebido qualquer educação; a taxa líquida de matrícula é mais baixa, tanto na escola primária como em todo, como para cada grau da escola primária. Em relação à saúde infantil e vacinação, as crianças com ambos os pais vivos apresentaram menos problemas de saúde durante o último mês, e as crianças com menos de cinco anos de idade e com o progenitor vivo estão mais bem imunizados do que as outras crianças.

6.15 Voltando para as crianças cujo pai está vivo, mas a mãe já falecida, a diferença não é significativa em termos de pobreza, por comparação a crianças cujos ambos os pais estão vivos. No entanto, os indicadores relativos a habilitações literárias, vacinação e saúde mostram de forma consistente que as crianças sem mãe encontram-se em pior situação do que aquelas cujos ambos os pais estão vivos.

6.16 A nossa análise indica que as crianças sem o progenitor estão sujeitas a maiores níveis de pobreza e menos bem-estar do que as crianças cujo pai está vivo. Esta é apenas uma análise preliminar e necessita de ser estudada de forma mais aprofundada, para descobrir qual o impacto de cuidados infantis sobre o bem-estar das crianças sem progenitores ou

órfãs. No entanto, estes números sugerem que a presença do progenitor aumenta o bem-estar das crianças envolvidas. Para além disso, cremos que em relação à educação e vacinação, as crianças sem progenitores, seja sem a mãe ou pai, encontram-se de forma consistente em pior situação do que as crianças com ambos os pais.

SEGURANÇA ALIMENTAR

6.17 A pobreza significa mais do que consumo, educação e saúde inadequado. Significa igualmente um receio pelo futuro. Faz parte da vida dos pobres viver permanentemente em risco de que uma crise os afecte a qualquer momento, não sabendo se conseguirão ultrapassá-la. As pessoas pobres encontram-se muitas vezes entre os mais vulneráveis da sociedade, porque estão expostas a uma grande variedade de riscos. Um baixo rendimento implica que as pessoas pobres têm uma menor capacidade para poupar e acumular bens, o que, por sua vez, restringe a sua capacidade para ultrapassar uma situação de crise quando esta se impõe. As pessoas pobres desenvolveram mecanismos elaborados para lidar com os riscos, alguns dos quais oferecem protecção a curto prazo, mas com um preço a pagar a longo prazo, eliminando qualquer hipótese de escapar da pobreza.

6.18 O risco é uma característica difundida nas vidas em países em vias de desenvolvimento. Ainda que esteja fora do alcance deste relatório a discussão alargada sobre as múltiplas fontes de vulnerabilidade, a TLSS permite-nos explorar uma única questão de vulnerabilidade mais pormenorizadamente: a segurança alimentar.⁶⁶

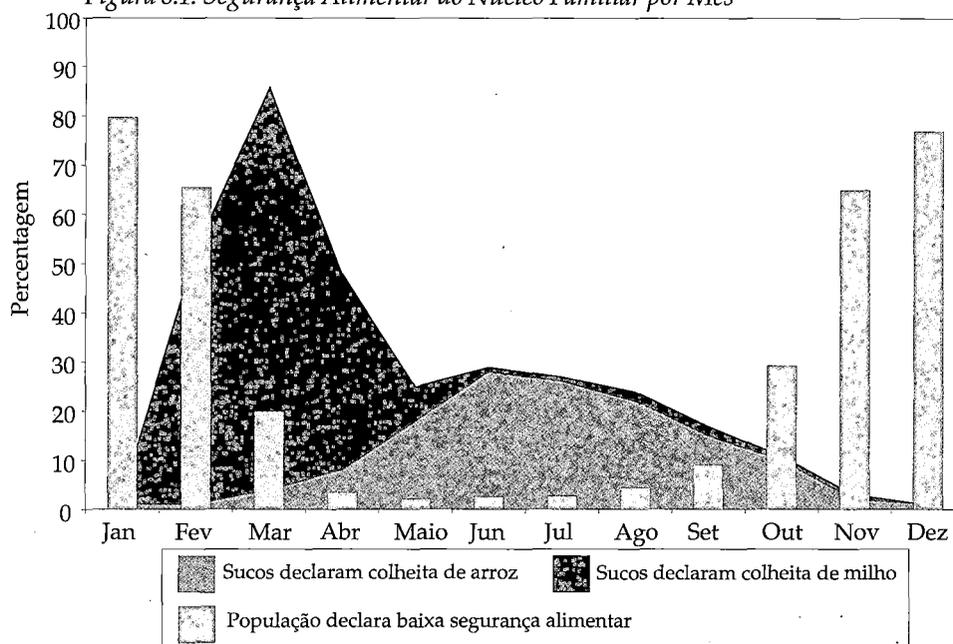
Prevalência

6.19 A segurança alimentar refere-se ao acesso permanente assegurado a alimentos suficientes para levar uma vida activa e saudável. Idealmente, gostaríamos de basear os factos empíricos em dados recolhidos durante todo o ano, cobrindo diferentes etapas das estações agrícolas. Contudo, a TLSS fez um levantamento de núcleos familiares apenas entre fim de Agosto e princípio de Dezembro e não quantificou o consumo alimentar ou desnutrição. No entanto, o levantamento inclui uma série de questões sobre a percepção de segurança alimentar. Ainda que estes indicadores subjectivos levantem questões em relação à comparabilidade das respostas, eles ainda assim oferecem indicadores instrutivos sobre a dimensão e padrão da insegurança alimentar.

6.20 A avaliação subjectiva da suficiência alimentar sugere que a insegurança alimentar é generalizada. Perto de nove em dez pessoas sofre num determinado momento do ano de insuficiência alimentar, ao passo que menos de um em dois têm alimentos em demasia durante qualquer mês do ano. A segurança alimentar está directamente associada à existência suficiente de arroz e milho. A escassez de alimentos está a par com os ciclos das colheitas, tal como é ilustrado na Figura 6.1. Esta escassez é maior em Novembro e Fevereiro, no final da colheita do arroz e antes da colheita do milho.

⁶⁶ O Capítulo refere-se ao Capítulo 7, Volume II

Figura 6.1: Segurança Alimentar do Núcleo Familiar por Mês



Fonte: 2001 TLSS and Suco Survey.

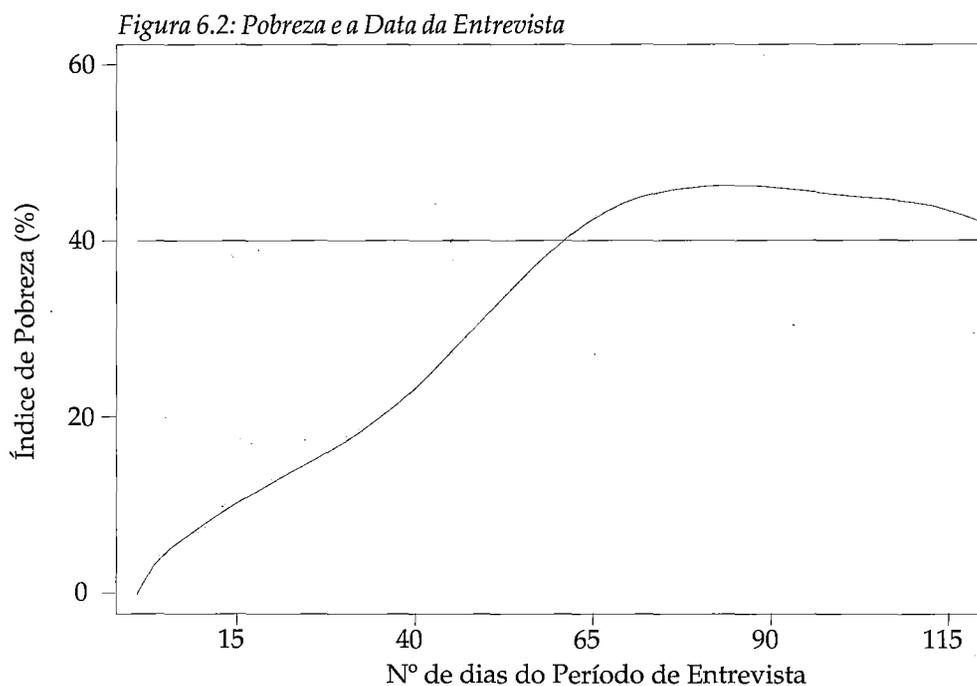
6.21 Os principais centros urbanos têm normalmente acesso a alimentos suficientes durante todo o ano, ao passo que outros locais do país registam uma maior flutuação em relação à suficiência alimentar, registrando escassez de alimentos cerca de duas vezes mais frequentemente do que excesso de alimentos. Uma possível interpretação deste facto é a diferença na capacidade de manter o consumo constante durante todo o ano. Uma maior dependência de fontes de rendimento não agrícolas permite aos núcleos familiares de Dili e Baucau manter um consumo constante e a um nível adequado durante todo o ano. Primeiro, a probabilidade é de que os rendimentos urbanos variem menos, visto que dependem menos das estações agrícolas. Segundo, na medida em recebem uma maior parte do rendimento em dinheiro, os habitantes das cidades poderão mais facilmente iniciar poupanças de parte do seu rendimento.

Segurança Alimentar e Pobreza

6.22 A agricultura é de extrema importância para as condições de vida. Cerca de sete em dez pessoas vive com chefes de núcleos familiares que trabalham na propriedade da família e mais de três quartos vive com chefes de núcleos familiares cuja principal ocupação é a agricultura. Dada a dependência das estações agrícolas, qual é a consequência do ciclo intra-ano de segurança alimentar para a pobreza?

6.23 Os indicadores subjectivos de segurança alimentar indicam que a suficiência alimentar estava a par com os ciclos das colheitas. Agosto foi o último mês da estação rica e a falta de alimentos torna-se mais grave a partir de Setembro, e até ao final do ano, atingindo o seu pico em Janeiro. Com base neste padrão, esperávamos que a pobreza aumentasse consideravelmente a partir do início do levantamento até ao final do levantamento. Na Figura 6.2, apresentamos o padrão nacional, associando o índice médio de pobreza ao número de dias do levantamento. Verificámos com efeito uma forte dependência do índice de pobreza em relação ao momento da realização da entrevista. Menos de uma em dez pessoas vive

abaixo do limiar da pobreza no início do levantamento. A percentagem de pobres aumenta continuamente até cerca de três meses após o início do levantamento, ou cerca de meados de Novembro, atingindo o seu pico a cerca de 45 por cento. Esta percentagem manteve-se depois constante durante o último mês.



Fonte: 2001 TLSS.

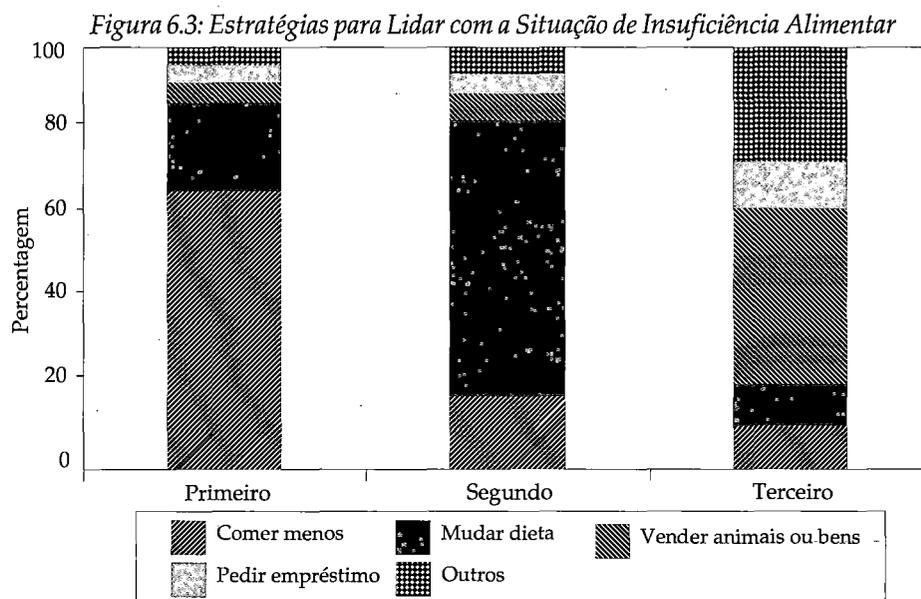
6.24 Este forte testemunho de periodicidade da pobreza levanta imediatamente uma questão. Na análise do perfil da pobreza, argumentamos que cerca de dois quintos da população vive abaixo do limiar da pobreza. Em face das flutuações intra-ano das condições de vida, esta estimativa é específica ao período de levantamento. Quão representativa de todo o ano é então esta taxa de pobreza de 40 por cento? Na ausência de informação sobre o padrão de consumo durante o ano, temos de depender da segurança alimentar subjectiva para obtermos uma avaliação aproximada. Comparamos o valor médio da segurança alimentar no período do levantamento com a média anual. Tomando como pesos de medida a percentagem de entrevistas realizadas em Agosto, Setembro, Novembro e Dezembro, calculamos que a percentagem dos que não têm alimentos suficientes durante o período do levantamento é de 30 por cento. A média anual para esta variável é de 34 por cento. No geral, esta comparação sugere que a taxa de pobreza do "levantamento" está muito próxima e, possivelmente, um pouco abaixo da taxa de pobreza "anual".

Lidar com a Escassez de Alimentos

6.25 O que acontece quando a família enfrenta o risco de escassez de alimentos? E como é que o núcleo familiar responde a uma crise alimentar? Os agricultores estiveram sempre expostos a riscos relacionados com as condições atmosféricas e ao longo do tempo desenvolveram formas de reduzir, mitigar e lidar com estes riscos (Besley 1995, Dercon 2002). A gestão de risco tradicional abrange acções realizadas tanto antes ("ex-ante") como depois ("ex-pos") de o acontecimento de risco ocorrer (Siegel e Alwang 1999). Estas estratégias são frequentemente muito dispendiosas, visto diminuírem a vulnerabilidade a curto prazo às

custas de uma maior vulnerabilidade a longo prazo. Por exemplo, a diversificação de cultivos poderá ajudar o agricultor a reduzir a exposição a uma falha completa de cultivos, mas poderá também contribuir para a baixa produtividade e assim manter a sua família na pobreza.

6.26 A segurança alimentar está associada a mais a formas de lidar mais ex-ante? Em Dili/Baucau, a característica diferenciadora dos núcleos familiares em termos de segurança alimentar é estar empregado em sectores não agrícolas. Por oposição, fora dos Principais Centros Urbanos, a dependência da agricultura é quase universal e a segurança alimentar está associada não só a ser mais diversificada, mas também a mais bens e resultados, em termos de poupanças, número de animais, culturas e trabalho.



Fonte: 2001 TLSS.

6.27 TLSS questionou os núcleos familiares sobre que acções tomavam em resposta à escassez de alimentos. A Figura 6.3 mostra as acções ex-pos tomadas pelas famílias quando em face de falta de alimentos. Foi pedido aos chefes de núcleos familiares que indicassem até três respostas, por ordem de importância. Quase todas as famílias (99 por cento) referiram duas acções e perto de 90 por cento referiu três acções. A necessidade de recorrer a estratégias múltiplas é por si só uma indicação de vulnerabilidade. O número de estratégias para lidar com o problema está associado à pobreza: daqueles que referiram no máximo duas acções, apenas um em quatro eram pobres, em comparação com quase um em dois daqueles que referiram três estratégias.

6.28 A divisão de estratégias para lidar com a situação sugere uma sequência das respostas. Primeiro, o chefe do núcleo familiar sente ansiedade em face da insuficiência alimentar, conduzindo a decisões que levem à redução do orçamento alimentar do núcleo familiar, alterando a qualidade ou variedade dos alimentos consumidos pela família. No geral, em face de uma insuficiência alimentar, quase todos os núcleos familiares ou mudam a sua dieta ou eliminam uma refeição. Estas duas acções não eram apenas as mais generalizadas, mas também as prioritárias em relação a outras acções.

6.29 Núcleos familiares realizavam vendas penhoradas de animais e outros bens agrícolas, apenas se a situação exigisse ajustamentos adicionais. Um em dois núcleos familiares referiu esta resposta, na maioria dos casos como terceira solução. A venda de bens produtivos é claramente usada em última instância. Possibilita colmatar a necessidade daquele dia, reduzindo, no entanto, uma fonte futura de rendimento. Além disso, requer, antes de mais, a posse de bens comercializáveis. Por exemplo, apenas um quarto daqueles sem animais referiu a venda de bens, em comparação a metade daqueles que possuem animais.

6.30 Outras estratégias são secundárias. As transferências privadas são formas informais através das quais os indivíduos trocam dinheiro, alimentos e vestuário, empréstimos informais e assistência com trabalho e tomando conta de crianças. Apenas uma em cinco famílias obtinha recursos de amigos, familiares e vizinhos. Mais de metade dos núcleos familiares a receber transferências privadas declaram estas como sendo a sua terceira forma de resposta. A ajuda alimentar, seja do governo, ONGs ou outras comunidades internacionais, era irrelevante – apenas uma em cem pessoas beneficiou deste tipo de auxílio.

6.31 A importância extrema dos ajustamentos ao nível da dieta compara-se à dependência de venda de bens e apoio de outros, podendo estar também associada à natureza do risco. A insegurança alimentar está relacionada com o ciclo agrícola e com riscos de produção associados às condições climáticas, e é um risco “co-variado”. Afecta, ao mesmo tempo, muitos núcleos familiares numa comunidade ou região. Sob uma grande pressão, os acordos informais tendem a ser quebrados, visto que os membros da comunidade, ou um “grupo de risco”, são afectados de igual forma. O rendimento da aldeia como um todo é reduzido, despoletando o colapso dos acordos informais relativos a seguro com base na comunidade (Morduch 1998). Por exemplo, quando os agricultores tentam vender os animais para resolver o problema depois de uma seca, os preços dos animais caem, uma vez que a oferta excede a procura. À semelhança, os vizinhos das famílias e amigos enfrentam o mesmo choque negativo de rendimento e é provável que sintam relutância, ou sejam incapazes de lhes oferecer empréstimos ou subsídios.

6.32 Quando os núcleos familiares eliminam refeições ou alteram a sua dieta, quem é que mais sofre? O levantamento pediu às famílias que identificassem até três membros do núcleo familiar que são mais afectados quando há escassez de alimentos. O resultado impressionante é de que as crianças parecem ser quem mais sofre com a situação. Eles representam entre três quintos e três quartos dos três indivíduos mais afectados, ainda que eles representem apenas pouco mais de metade de todos os membros do núcleo familiar. Uma vez que a desnutrição em tenra idade pode levar a problemas de saúde a longo prazo, isto aponta para uma consequência prejudicial potencialmente permanente, mesmo quando a escassez alimentar é apenas pontual.

RESUMO E QUESTÕES POLÍTICAS

6.33 Vulnerabilidades temporais e específicas a grupos são vertentes importantes da pobreza. A análise sobre grupos desfavorecidos confirma testemunhos de outros países. Os núcleos familiares chefiados por mulheres, viúvas e crianças sem progenitores passam por sérias dificuldades. As possíveis intervenções podem variar entre apoio às estruturas

tradicionais da comunidade; transferências ou actividades geradoras de rendimento para viúvas e apoio direccionado à escolarização e cuidados de saúde.

6.34 As avaliações subjectivas de suficiência alimentar sugerem que a insegurança alimentar é generalizada. A suficiência alimentar anda a par com os ciclos das colheitas a nível nacional e regional. Os principais centros urbanos têm normalmente acesso a alimentos suficientes durante todo o ano, ao passo que outras partes do país registam maior flutuação relativamente à suficiência de alimentos e registam escassez de alimentos cerca de duas vezes mais frequentemente do que o excesso de alimentos. A insegurança alimentar durante as épocas fracas está também associada a uma maior pobreza. Os núcleos familiares lidam com a insegurança alimentar de múltiplas formas, as quais poderão diminuir a vulnerabilidade a curto prazo, mas isto acontecerá às custas de uma maior vulnerabilidade a longo prazo. Quase todos os núcleos familiares ou alteram a sua dieta ou eliminam refeições quando perante uma falta de alimentos – sendo as crianças as mais prejudicadas.

6.35 No geral as políticas deveriam tentar ajudar as pessoas pobres a gerir a situação de risco de uma melhor forma, reduzindo ou mitigando o risco e diminuindo o impacto dos choques. Estes abrangem várias medidas, que vão desde o desenvolvimento dos recursos humanos, melhoria do acesso a recursos produtivos e emprego remunerado, expansão dos mercados, infra-estrutura, crédito e instituições, até à boa governação e políticas comerciais e macroeconómicas.

QUESTÕES A ESTUDAR

6.36 A análise aponta para grupos que enfrentam graves dificuldades – núcleos familiares chefiados por mulheres, viúvas e crianças sem progenitores. Um estudo mais aprofundado é necessário para explorar na totalidade a complexa dinâmica entre estrutura familiar, apoio comunitário e bem-estar. Isto ajudaria na elaboração de respostas políticas apropriadas que complementem, não desloquem, as estruturas de apoio familiar e comunitário.

6.37 A insegurança alimentar é generalizada. Os resultados sobre a segurança alimentar exigem mais trabalho de pesquisa destinado especificamente a capturar a vertente temporal da segurança alimentar e pobreza e para investigar as estratégias usadas pelos núcleos familiares para lidar com a situação. A compreensão das causas subjacentes à segurança alimentar (falta de rendimento monetário que permita aos núcleos familiares comprar alimentos durante os períodos de escassez, falta de alimentos nos mercados, ou falta de armazenamento) ajudaria a formular políticas adequadas.



○ Desafio do Desenvolvimento

7. O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO

7.1 O país mais novo do mundo encontra-se perante um desafio intimidante de desenvolvimento humano e económico. Apesar do impressionante progresso alcançado durante a transição desde 1999, o legado de quatro séculos de governação colonial, um quarto de século de ocupação e conflito, e a destruição que se seguiu ao referendo sobre a independência, continua visível. Com a independência, as pessoas de Timor-Leste ganharam a oportunidade, e a responsabilidade, de enfrentar o desafio de desenvolvimento de eliminar as múltiplas privações que as suas vidas enfrentam.

7.2 Este capítulo apresenta o desafio de desenvolvimento de Timor-Leste. Primeiro, examinamos cuidadosamente onde Timor-Leste se encontra hoje em dia em relação ao desenvolvimento humano, referindo os mais recentes indicadores para as Metas de Desenvolvimento do Milénio (MDMs). A segunda parte lança um olhar para o futuro e estuda a MDM abrangente sobre a pobreza. A terceira parte apresenta cenários que associem progresso na redução da pobreza, a crescimento agregado e desigualdade. A parte final resume as mensagens chave deste relatório, questionando que tipo de mudanças políticas e económicas conduzirão à redução da pobreza.

METAS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

7.3 A 27 de Setembro de 2002, Timor-Leste tornou-se o 191º país membro das Nações Unidas, dois anos depois de estados membros das Nações Unidas terem adoptado por unanimidade a Declaração do Milénio. As Metas de Desenvolvimento do Milénio (MDMs) são parte de um mapa orientador da implementação desta declaração. Através delas a comunidade internacional compromete-se a uma visão de desenvolvimento alargada, onde o desenvolvimento humano é central para o progresso social e económico sustentável. Os indicadores de desenvolvimento chave contidos no PDN baseiam-se claramente nas MDMs globais.

7.4 As MDMs abarcam sete metas, cada uma delas abordando uma vertente principal da pobreza.⁶⁷ As metas são definidas em termos transparentes e quantificáveis. As MDMs oferecem apenas uma planificação global que deve ser adaptada às circunstâncias nacionais. Com base em números tão centralizados, os países, em conjunto com os seus parceiros de desenvolvimento, podem delinear um curso de acção a fim de alcançar as metas e aferir o progresso.

⁶⁷ Uma oitava meta diz respeito à parceria de desenvolvimento global.

PANORÂMICA

7.5 A Caixa 7.1 apresenta as metas MDM, Objectivos e Indicadores. O Quadro 7.1 apresenta os indicadores MDM mais recentes para Timor-Leste e outros países do Leste Asiático. Nós apresentamos informação sobre 6 das 7 metas, 8 de 11 Objectivos e 13 de 31 Indicadores. Muitos indicadores representam trabalho em curso. Em alguns casos as observações são escassas, encontrando-se ainda a ser compiladas ou não tendo sido ainda totalmente recolhidas. Esta informação permite-nos posicionar Timor-Leste relativamente a outros países do Leste Asiático.⁶⁸ Os números confirmam que Timor-Leste se encontra entre os países mais pobres do Leste Asiático. A posição é muito baixa em relação à mortalidade infantil, taxa de prevalência de contraceptivos e educação; abaixo da média para pobreza e sustentabilidade ambiental; e média para igualdade entre os sexos.

7.6 Estas MDMs oferecem apenas uma planificação global que deve ser adaptada às circunstâncias nacionais. Por exemplo, uma meta diz respeito ao analfabetismo. A população engloba etnias e características linguísticas diferentes, com mais de 30 línguas ou dialectos em uso. Timor-Leste adoptou o Português e o Tétum como línguas oficiais, tendo sido atribuído ao Inglês e à língua Indonésia o estatuto de línguas de trabalho. Tal como é ilustrado na Figura 7.1, não mais de um em vinte é fluente em português e apenas um em dez tem o tétum como língua materna, ainda que seja falada por quatro em cinco pessoas. Esta situação coloca um desafio único de comunicação entre o Governo e a população e no seio do próprio Governo.

⁶⁸ É importante manter em mente que os alvos MDM dos países são formulados em termos de conseguir alcançar uma certa melhoria relativamente a 1990, ou atingindo um nível específico até 2015.

Caixa 7.1: MDMs – Lista de Metas, Objectivos e Indicadores

Meta 1. Erradicar a extrema pobreza e fome

Objectivo 1. Diminuir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento é inferior a \$1/dia

1. Proporção da população abaixo de \$1 por dia
2. Relação de diferença de pobreza (incidência x profundidade de pobreza)
3. Percentagem do grupo mais pobre em consumo nacional

Objectivo 2. Diminuir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem de fome

4. Prevalência de crianças abaixo do peso normal (com menos de cinco anos de idade)
5. Proporção da população abaixo do nível mínimo de consumo de energia alimentar

Meta 2. Alcançar educação primária universal

Objectivo 3. Assegurar que, até 2015, as crianças em todo o mundo, rapazes e raparigas, sejam capazes de completar na totalidade o ensino primário.

6. Proporção líquida de matrícula no ensino primário
7. Proporção de alunos que inicia o grau 1, atingindo o grau 5
8. Taxa de analfabetismo dos 15 aos 24 anos.

Meta 3. Promover igualdade entre os sexos e capacitar as mulheres

Objectivo 4. Eliminar as disparidades entre sexos no ensino primário e secundário, de preferência até 2015, e em todos os níveis de ensino até 2015

9. Relação entre raparigas e rapazes no ensino primário, secundário e terciário.
10. Relação entre analfabetismo feminino e masculino de 15 aos 24 anos
11. Relação entre mulheres e homens em trabalho assalariado no sector não agrícola.
12. Proporção de lugares tidos por mulheres em parlamentos nacionais.

Meta 4. Reduzir a mortalidade infantil

Objectivo 5. Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade das crianças com menos de cinco anos

13. Taxa de mortalidade de crianças com idade inferior a cinco anos.
14. Taxa de mortalidade infantil
15. Proporção de crianças com 1 ano de idade imunizadas contra o sarampo.

Meta 5. Melhorar a saúde materna

Objectivo 6. Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a proporção de mortalidade materna

16. Proporção de mortalidade materna
17. Proporção de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados.

Meta 6. Combate ao HIV/SIDA, malária e outras doenças

Objectivo 7. Ter reduzido para metade até 2015 e iniciado a regressão do HIV/SIDA

18. Prevalência HIV entre as jovens mulheres grávidas entre os 15-24 anos.
19. Taxa de prevalência de contraceptivo.
20. Número de crianças órfãs devido ao HIV/SIDA

Objectivo 8. Ter reduzido para metade até 2015 e iniciado a regressão da incidência de malária e outras grandes doenças

21. Taxa de prevalência e mortalidade associadas à malária
22. Proporção da população em áreas de risco de malária, usando medidas eficazes de prevenção e tratamento
23. Incidência de tuberculose (por 100.000 pessoas)
24. Proporção de casos de tuberculose detectados e curados sob tratamento de curta duração observado directamente.

Meta 7. Assegurar a sustentabilidade ambiental

Objectivo 9. Integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter as perdas de recursos ambientais.

25. Proporção de terra coberta de florestas.
26. Área de terra protegida para manutenção da diversidade biológica.
27. PIB por unidade de uso de energia (como modelo para eficiência energética)
28. Emissões dióxido de carbono (per capita)

Objectivo 10. Reduzir para metade até 2015 a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável

29. Proporção da população com acesso sustentável a melhor fonte de água

Objectivo 11. Até 2020, ter alcançado melhorias significativas nas vidas de pelo menos 100 milhões de residentes em locais degradados.

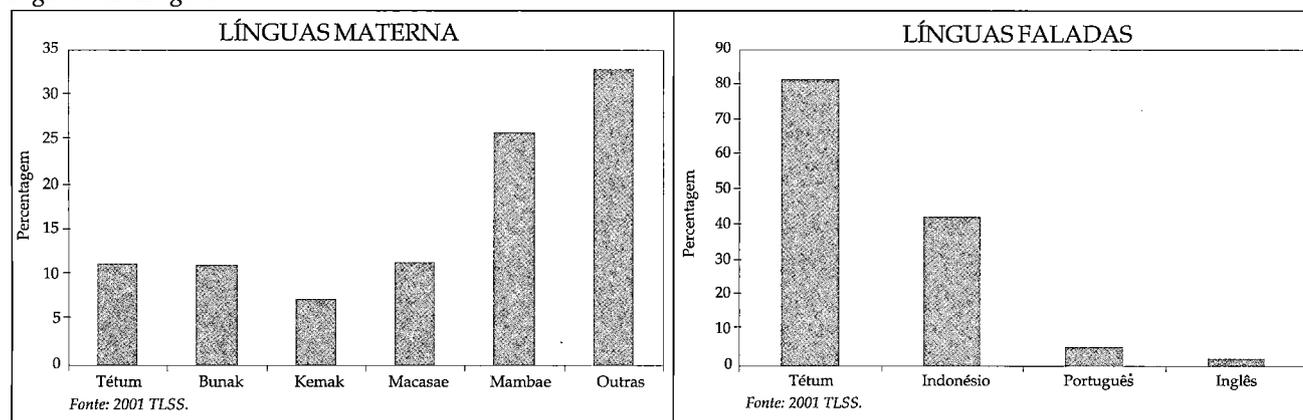
30. Proporção de pessoas com acesso a melhor saneamento.
31. Proporção de pessoas com a acesso a propriedade segura (urbana/rural)

Quadro 7.1: Metas de Desenvolvimento do Milénio no Leste Asiático

Meta	1	1	2	2	3	3	4	4	4	6	7	7	7
Alvo	1	1	3	3	4	4	5	5	5	7	9	10	11
Indicador	1	3	6	8	9	10	13	14	15	19	25	29	30
	População abaixo \$1-dia (%)	Percent. de grupo mais pobre no consumo nacional	Rácio de matrícula líquida no ensino primário	Taxa de alfabetismo 15-24 (%)	Rácio de raparigas para rapazes no ensino primário e secundário (%)	Rácio de mulheres alfabetizadas para homens de 15-24 (%)	Taxa de mortalidade entre crianças menos 5 anos (por 1,000 nados vivos)	Taxa de mortalidade infantil (por 1,000 nados vivos)	Crianças com 1 ano vacinadas contra sarampo (%)	Taxa de prevalência de contraceptivo (%)	Área de terra coberta por floresta (%)	População com acesso sustentável a melhor fonte de água (%)	População com acesso a melhor saneamento (%)
Timor-Leste	21	7	75	77	97	96	125	88	6	7	58	63	42
Leste Asiático e Pacífico	14	..	92	97	89	97	44	35	83	83	27	75	47
Posição de Timor-Leste	9	6	13	12	3	22	20	19	21	10	8	14	14
Países de baixo rendimento	76	79	85	114	76	57	..	27	76	45
Nº de observações	12	12	13	16	13	24	20	21	21	10	22	20	18

Fonte: UNICEF (2002), Banco Mundial (2002a) e base de dados SIMA Banco Mundial.

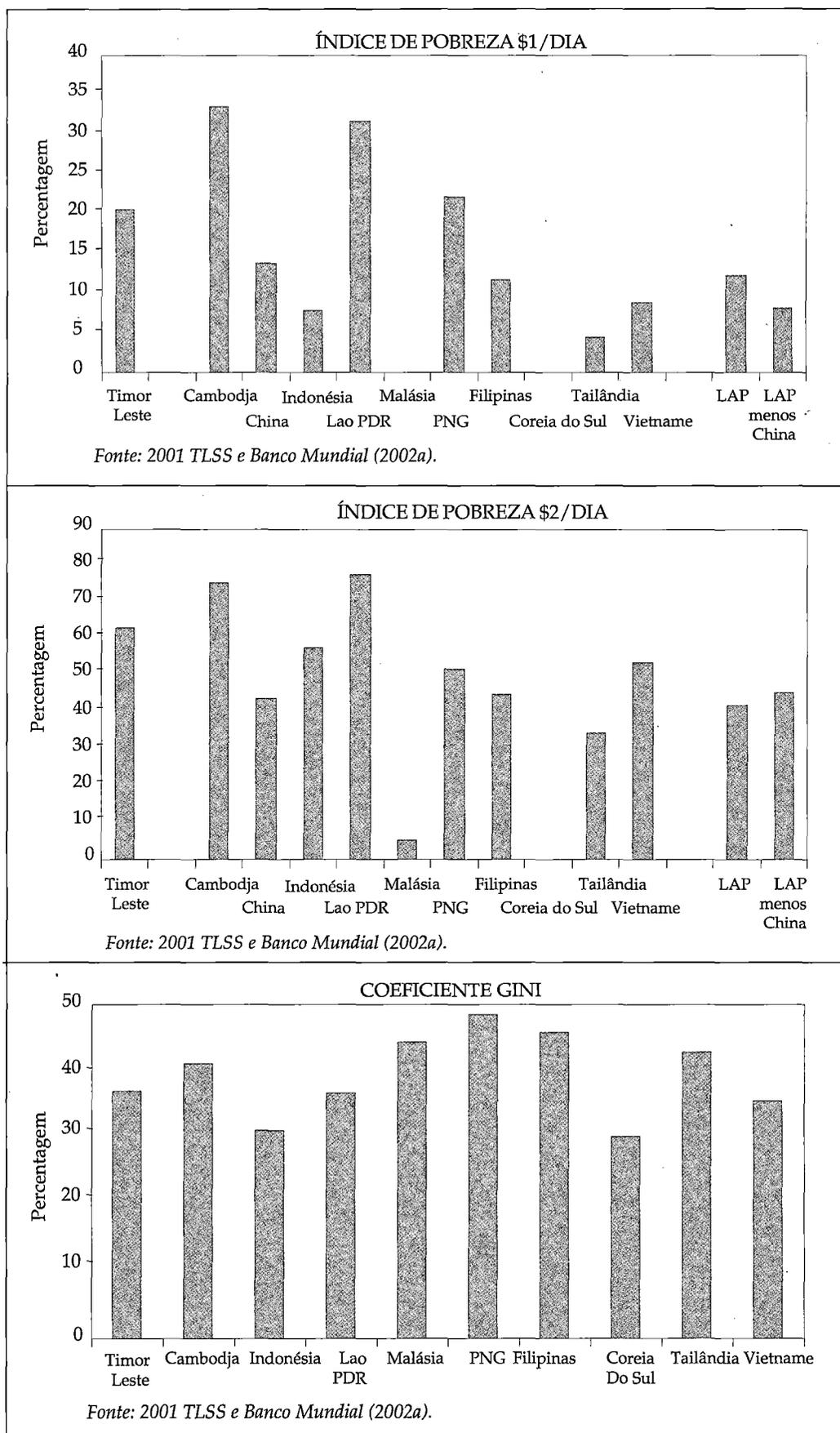
Figura 7.1: Línguas



MDM na Pobreza

7.7 Nas duas próximas secções, vamos debruçar-nos sobre a MDM na pobreza. Esta primeira MDM abrangente é de diminuir, até 2015, para metade a proporção de pessoas que vivem em situação de pobreza, em comparação a 1990. As diferenças ao nível da pobreza entre todos os países podem reflectir as diferenças no desenvolvimento económico, distribuição de bens, qualidade e capacidade de resposta das instituições estatais, grau de inclusão das sociedades e gestão de risco. É importante realçar a diversidade de resultados. Permite uma identificação dos sucessos e insucessos na redução da pobreza e, assim, melhorar a nossa compreensão do que causa a pobreza e a melhor forma de a reduzir. A consciencialização destas diferenças ajudará aqueles que formulam políticas a estabelecer prioridades, centrando as acções onde são mais necessárias.

Figura 7.2: Pobreza no Leste Asiático



7.8 Como se pode comparar Timor-Leste a outros países da região? Para comparações internacionais de pobreza, usamos limiares de pobreza internacionais determinados em cerca de US\$1 por dia e US\$2 por dia.⁶⁹ As estimativas nacionais e regionais dos índices de pobreza para estes dois limiares de pobreza, com base nos levantamentos mais recentes de núcleos familiares, são ilustradas na Figura 7.2. As estimativas de US\$1 por dia indicam uma pobreza substancialmente maior em Timor-Leste do que no Leste Asiático no seu todo (20 por cento versus 12 por cento). Dos onze países listados, Timor-Leste é o quarto país mais pobre, com apenas Laos PDR, Cambodja e Papua Nova Guiné a mostrar um estado de privação ainda mais acentuado. A US\$2 por dia, a diferença em relação ao Leste Asiático é igualmente pronunciada (63 por cento versus 42 por cento). Laos PDR e Cambodja são ainda mais pobres, mas a PNG possui agora um menor nível de pobreza do que Timor-Leste. No geral, os números confirmam que a posição de Timor-Leste é a de um dos países mais pobres do Leste Asiático. Ainda que a discussão nesta secção seja apenas baseada num indicador de pobreza, esta conclusão deveria manter-se se fossem consideradas outras medidas normais de pobreza.

7.9 A redução da pobreza tem lugar num processo mais alargado de distribuição de rendimento pela actividade económica. Obviamente, a pobreza e desigualdade estão estreitamente associadas – já que dados os recursos económicos, quanto mais desigual for a sua distribuição, maior a percentagem de população a viver na pobreza. A Figura 7.2 mostra igualmente o coeficiente de desigualdade Gini. O valor de 38 coloca Timor-Leste a meio da lista no contexto Asiático, com uma desigualdade no consumo substancialmente mais alta do que na Coreia do Sul e Indonésia e substancialmente mais baixa do que na PNG e Filipinas.⁷⁰

POBREZA, CRESCIMENTO E DESIGUALDADE: PROJECCÕES

7.10 Timor-Leste pode enfrentar o desafio MDM? Em Timor-Leste há grandes grupos de população muito próximos do limiar da pobreza, o que sugere que a pobreza reagiria ao crescimento. Cerca de um sétimo de todos os indivíduos encontra-se num raio de 10% do limiar da pobreza. O crescimento económico, especialmente na agricultura, pode ser um factor importante para levar a sair da pobreza aqueles que estão apenas um pouco abaixo do limiar da pobreza. No entanto, o crescimento económico geral raramente se traduz por um aumento equitativo do rendimento para todas as pessoas de um país. O impacto geral do crescimento agregado sobre a pobreza depende também do crescimento populacional e de

⁶⁹ Estas estimativas de pobreza diferem das taxas nacionais de pobreza, uma vez que se baseiam em outros limiares de pobreza. Para ser mais preciso, os limiares da pobreza são fixados em US\$1,08 e US\$2,15 por pessoa, por dia, para todos os países. São usadas taxas de câmbio de Paridade de Poder de Compra (PPP) para 1993 para converter as moedas locais em valores constantes. O limiar de pobreza nacional de Timor-Leste, avaliado pelo PPP, é igual a cerca de US\$1,5 por dia. Assim, o índice de pobreza ao limiar de pobreza nacional equivale a cerca de meio ponto percentual (40%) dos números de US\$1 por dia e US\$2 por dia. Além disto, os limiares de pobreza nacionais permitem normalmente diferenciais espaciais de custo de vida no país, que são omitidas nos cálculos da Figura 7.2, de forma a manter uma metodologia consistente a todos os países.

⁷⁰ O Índice Gini aumenta com a desigualdade. Um índice Gini de zero indica uma igualdade perfeita e um índice de 100 indica uma desigualdade perfeita. O coeficiente Gini é de 38 em despesa de consumo nominal per capita e 37 com base da despesa de consumo per capita ajustada a diferenças espaciais de custo de vida. As comparações de desigualdade em todo o país são, no entanto, dificultadas por uma variedade de problemas relativos às diferenças na definição de medida subjacente de bem-estar, períodos de lembrança, elaboração do levantamento e implementação do levantamento.

como o rendimento adicional é distribuído no país. Se uma expansão económica é acompanhada de menos desigualdade, então, este crescimento favorável à redução da pobreza conduzirá a avanços mais rápidos na redução da pobreza.

7.11 Esta interdependência entre pobreza, crescimento e desigualdade é ilustrada em três projecções para Timor-Leste. A primeira MDM prevê a redução para metade da pobreza num período de 25 anos. Isto significa que até 2007, o último ano abrangido pelo PDN, não mais de 17,4 por cento da população viverá abaixo dos US\$1 por dia.⁷¹ Conseguirá Timor-Leste atingir esta meta? As simulações indicam que isto depende essencialmente de dois factores: elevado nível de crescimento e baixo nível de desigualdade. O Quadro 7.2 apresenta três casos. O primeiro cenário incorpora por completo os pressupostos do enquadramento económico a médio prazo. O PIB contrai durante 2002 e 2003, maioritariamente devido à retirada gradual do pessoal internacional e a redução do investimento para a reconstrução. A economia recupera depois, atingindo até 2007 uma taxa de crescimento de 5,6 por cento, e um crescimento de menos de 2 por cento por ano, durante o período abrangido pelo PDN. No entanto, presumindo que a população aumente a um ritmo semelhante ao da primeira metade dos anos 90, isto implicará uma taxa média de crescimento per capita de pouco abaixo de 0.

Quadro 7.2 Pobreza, Crescimento e Desigualdade – Cenários, 2002-2007

	Real 2001	Projeções											
		PDN-Base Comparativa			Crescimento Lento			Desigualdade Crescente			População em Expansão		
		2002-03	2004-07	2007	2002-03	2004-07	2007	2002-03	2004-07	2007	2002-03	2004-07	2007
Crescimento real do PIB	18.3	-1.4	4.2	6.1	-2.2	3.3	5.2	-1.4	4.2	6.1	-1.4	4.2	6.1
Crescimento real do PIB per capita	15.9	-3.8	1.8	3.7	-4.6	0.9	2.8	-3.8	1.8	3.7	-4.6	1.0	2.9
Coefficiente Gini	37.0	36.3	35.6	35.5	36.6	36.2	36.3	37.5	39.2	40.4	36.3	35.6	35.5
Índice de pobreza	39.7	39.2	33.6	29.5	41.8	41.5	39.9	40.2	37.6	35.1	40.0	36.2	32.8
Lacuna de pobreza	11.9	11.5	9.5	8.1	12.6	12.5	11.9	12.7	12.9	12.7	11.9	10.4	9.1
Severidade	4.9	4.7	3.7	3.1	5.3	5.2	4.9	5.5	6.3	6.5	4.9	4.1	3.6
Número de pobres ('000)	329	337	309	282	358	382	381	345	346	335	347	345	328

Nota: PDN-Linha Comparativa representa os pressupostos do quadro económico a médio prazo do PDN.

Crescimento Lento altera o PDN-Linha Comparativa, reduzindo a taxa de crescimento anual na agricultura em 3 por cento.

Desigualdade Crescente altera o PDN-Linha Comparativa, aumentando o Coeficiente Gini na agricultura em 1,5 por cento anualmente.

População em Expansão altera o PDN-Linha Comparativa, aumentando a taxa anual de crescimento da população de 2,4 para 3,2 por cento.

Fonte: Estimativas do Pessoal.

7.12 Apesar de uma pequena contracção no PIB per capita durante todo o período, as taxas de pobreza são simuladas de forma a cair graças ao forte crescimento agrícola, principal fonte de meios de subsistência para quatro em cinco pobres. O PDN pressupõe para este sector uma taxa de crescimento anual perto dos 6 por cento durante todo o período. Isto conduz a uma redução da pobreza de 17,6 por cento até 2007, de acordo com o objectivo da MDM. Ainda assim, devido ao crescimento populacional, o número absoluto de pobres em 2007 excederá ligeiramente o número referente a 2001. A desigualdade diminui moderadamente, à medida que a agricultura recupera relativamente à indústria e serviços.

7.13 Dadas as taxas de crescimento agrícolas no passado e a experiência internacional, poderá não ser provável que a agricultura cresça 6 por cento ao ano, durante o período do

⁷¹ Isto traduz-se na redução do índice para 10 por cento até 2026. Um objectivo mais ambicioso seria reduzir para metade a percentagem de pobres até 2015. O índice de pobreza alvo para 2007 seria então de 15,2 por cento.

Plano. Assim, simulamos um cenário alternativo com um crescimento económico lento, especialmente na agricultura. Nesta segunda projecção, estipulamos uma recuperação mais lenta no geral, devido a uma taxa de crescimento mais baixa na agricultura, a qual aumentaria dois por cento menos do que o pressuposto pelo PDN. Com o PIB per capita a contrair agora cerca de 1 por cento ao ano, o número de pobres aumenta para quase 40.000 e o índice de pobreza aumenta para mais de 21 por cento. A desigualdade diminui, na medida em que a agricultura continua a ser superior a outros sectores, mas a diminuição é inferior à registada no primeiro caso.

7.14 O impacto do crescimento sobre a redução da pobreza pode ser também diminuído por um aumento na desigualdade. No cenário 3, pressupomos um ritmo de crescimento igual ao do cenário PDN, mas incorporamos um alargamento na distribuição do rendimento na agricultura, presumindo que o crescimento agrícola exclui os agricultores de subsistência. O coeficiente Gini aumenta agora, ultrapassando os níveis de 2001. A pobreza cai abaixo dos 20 por cento apenas em 2007, cerca de dois por cento acima do objectivo MDM, e o número de pobres excede em 20.000 o número de 2001.

7.15 Por fim, o progresso na redução da pobreza depende do crescimento populacional: quantas mais bocas houver para alimentar, menos haverá disponível para cada uma delas. Nos três primeiros cenários, presumimos que a população aumentaria 2,4 por cento, de acordo com a experiência da primeira metade dos anos noventa. No entanto, o MICS de 2002 avançou que as mulheres de Timor-Leste possuem taxas de fertilidade que se encontram entre as mais altas no mundo, com uma média de mais de sete crianças nascidas por mulher durante o seu período fértil. O Cenário 4 assume as hipóteses do cenário PDN, modificado através da incorporação de um crescimento populacional de 3,2 por cento, um terço maior do que antes. Ainda que a percentagem de pobres na totalidade da população caia para 33 por cento em 2007, de acordo com a meta MDM, e desigualdade diminua, o número absoluto de pobres mantém-se inalterado, a cerca de um terço de milhão.

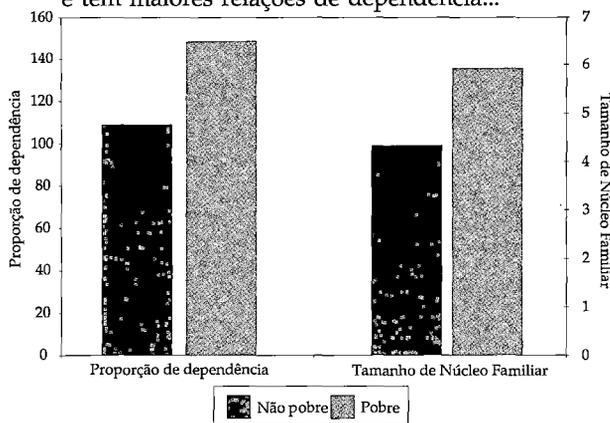
DETERMINANTES DA POBREZA⁷²

7.16 A secção anterior realçou a importância de um crescimento de base alargada para a redução da pobreza. No entanto, quais são as mudanças económicas, sociais e políticas necessárias para dinamizar a actividade económica? Como é que pode ser alcançado um crescimento agrícola de 6 por cento? Esta parte apresenta uma análise que separa as várias determinantes na pobreza. O valor de quadros duais, tal como os apresentados no capítulo anterior, é limitado à identificação de tais fontes de crescimento favorável à redução da pobreza. A Caixa 7.2 resume as características chave dos pobres. Ainda que estas relações bilaterais sejam informativas sobre as associações entre factores, elas não podem responder à questão chave de se estas relações se manterão quando outras influências se mantiverem constantes. Por exemplo, há uma correlação clara entre a educação do chefe do núcleo familiar e a pobreza. Mas esta ligação poderia ter origem em três factores relacionados tanto à educação como à pobreza, ocupação e bens do núcleo familiar.

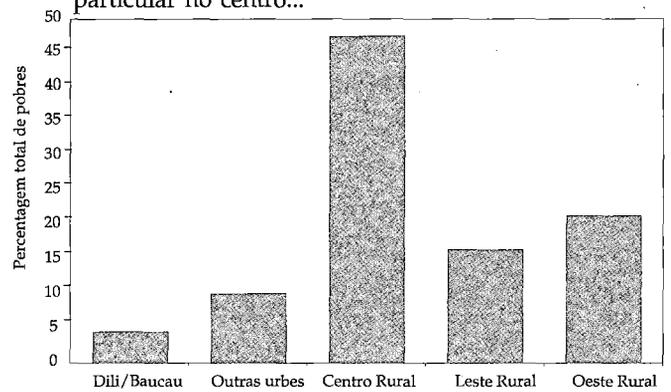
⁷² Esta parte refere-se ao Capítulo 7, Volume II

Caixa 7.2: Quem são os pobres?

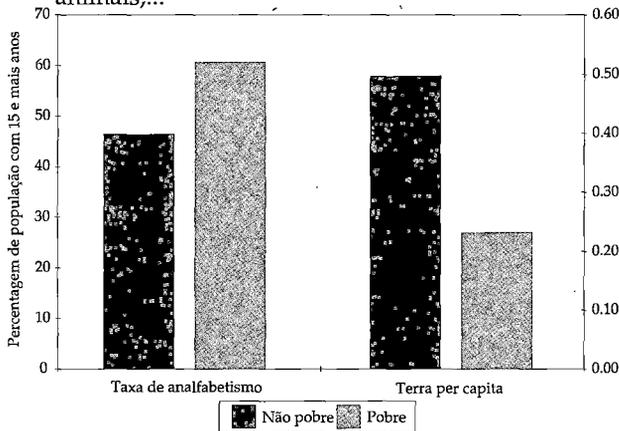
Os pobres vivem em núcleos familiares maiores e têm maiores relações de dependência...



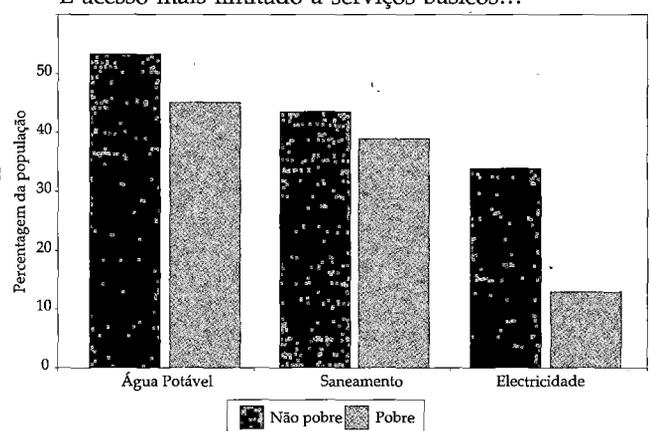
E residem predominantemente nas zonas rurais, em particular no centro...



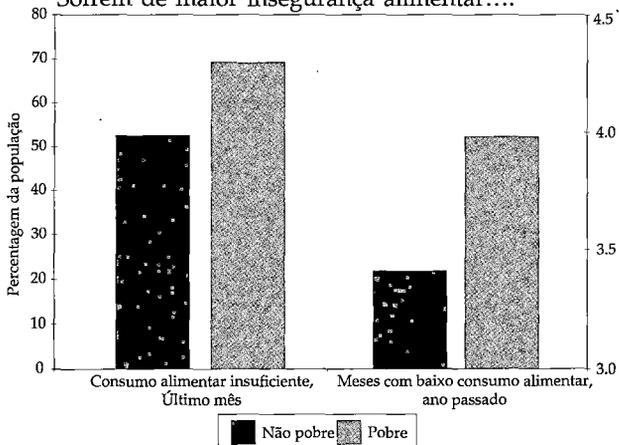
Têm menos bens – menos capital humano, terra e animais,...



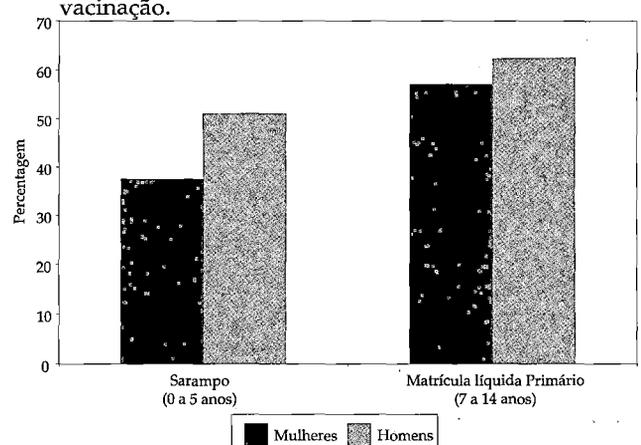
E acesso mais limitado a serviços básicos...



Sofrem de maior insegurança alimentar...



E são mais vulneráveis, por exemplo, as crianças que vivem em núcleos familiares chefiados por mulheres registam uma taxa mais baixa de matrícula e de vacinação.



7.17 A forma mais comum de abordar esta questão é realizando uma análise multivariante das determinantes das condições de vida. Este tipo de exame pode ajudar a identificar as correlações entre variantes, tais como aquelas entre consumo, características do chefe do núcleo familiar, demografia e bens do núcleo familiar e características da comunidade. Nesta secção, analisamos as determinantes de uma vertente particular das condições de vida: consumo per capita do núcleo familiar e a probabilidade implícita de ser pobre a nível do consumo.

Modelo de simulação

7.18 Nesta secção, descrevemos a abordagem básica para a modelação de determinantes da pobreza e para obter simulações. Adoptamos um processo de três passos.⁷³ Primeiro, fazemos regressir o consumo real per capita numa variedade de determinantes. Depois, obtemos desta regressão o índice de pobreza previsto. Consideramos as diferenças regionais, estimando separadamente a regressão em Dili/Baucau, Outros Centros Urbanos, Oeste Rural, Centro Rural e Leste Rural. Por fim, usamos este modelo estimativo para prever o impacto de mudanças nestas determinantes sobre a pobreza.

7.19 De forma a estimar a regressão, temos de especificar as determinantes do consumo. A selecção de variáveis é motivada por cinco considerações. Primeiro, a análise empírica é obviamente limitada a factores que são observados e quantificados no TLSS e Levantamento de Suco. Assim, não pode identificar todas as determinantes e correlações da pobreza. Em particular, o papel da exclusão e capital social na promoção da pobreza não podem ser analisados adequadamente devido a lacunas nos conjuntos de dados disponíveis. Segundo, a análise bi-variante sobre o perfil de bem-estar sugeria uma série de motores chave para consumo e pobreza que deveríamos ter em conta na análise. Terceiro, incluímos igualmente um conjunto de determinantes ao nível da comunidade, tanto ao nível da aldeia (12 variáveis) como ao nível do Suco (10 variáveis). Isto não só assegura que os factores ao nível do núcleo familiar são expurgados de determinantes observadas ao nível comunitário, mas permite-nos também simular mais tarde o impacto das variáveis ao nível da comunidade sobre o consumo do núcleo familiar.

7.20 As determinantes podem ser agrupadas nas seguintes categorias:

- a) *Demografia do núcleo familiar*: tamanho do núcleo familiar (número de pessoas) e número de pessoas nestes grupos etários (menos de 6 anos, 7-14, 15-49, e mais de 50).
- b) *Características do chefe*: sexo, idade, idade ao quadrado, cinco categorias de escolarização (nenhum grau de ensino, primeira metade do ensino primário (Grau 1-3), segunda metade do ensino primário (grau 4-6), pré secundário e pós pré-secundário (incluindo a universidade)), e seis categorias de ocupação (trabalho doméstico, agricultor, trabalhador não agrícola, comerciante, professor/funcionário público e outros).
- c) *Características do conjuge*: indicador variável para o conjuge presente, idade, idade ao quadrado e as cinco categorias de escolarização.

⁷³ Esta abordagem segue Chaudhuri (2000), Datt e Jolliffe (2001), Hentschel e tal (2000), IFPRI (1998) e Ravallion (1996).

- d) *Agricultura e bens*: valor da produção agrícola total, número de animais e poupanças, todos em Rupia per capita; propriedade de terra per capita (hectare); e três indicadores para mistura de culturas (café, arroz e milho).
- e) *Habitação*: indicador variável para propriedade da habitação e número de anos que habitou na casa.
- f) *Infra-estrutura*: três indicadores variáveis sobre acesso do núcleo familiar a água potável, saneamento e electricidade.
- g) *Acesso*: minutos da habitação a estrada onde passam veículos, indicador de se esta estrada é acessível durante a época das chuvas, e distância em quilómetros da aldeia ao centro do suco (do Levantamento de Suco).
- h) *Aldeia*: doze indicadores variáveis sobre os serviços da comunidade (escola primária, escola secundária, centro de saúde, igreja, quiosque, loja, mercado diário, mercado periódico, banco, moinho, estrada para veículos, estrada pavimentada).
- i) *Suco*: indicador variável sobre a irrigação, também se o núcleo familiar produz arroz; indicador variável sobre a presença de importante empregador privado (mais de cinco empregados); relação entre número de professores e estudante e número de salas de aula por professor: relação entre número de parteiras e assistentes tradicionais de parto por população e número de dias de funcionamento do serviço de saúde por população.
- j) *Líderes Comunitários*: características normais dos inquiridos no Levantamento de Suco, em termos de idade, grau de ensino e número de anos vividos no Suco.

7.21 As nossas simulações ilustram o impacto de mudanças de variáveis políticas e outras determinantes sobre a pobreza. É igualmente importante olhar para factores que não estão directamente sob o controle dos que tomam decisões, uma vez que podem oferecer informação útil para possibilitar a canalização de recursos públicos para a população e subgrupos regionais. No entanto, não é provável que nos ofereçam a condição de vida chave possível, que resulte de uma política em particular ou mudança económica, devido a sete dificuldades. Primeiro, consideramos apenas uma das vertentes das condições de vida. Outras consequências do bem-estar são igualmente importantes e devem ser levadas em consideração ao avaliar os méritos relativos de intervenções políticas. Segundo, a qualidade das simulações só pode ser tão boa quanto o modelo subjacente. O nosso modelo representa no geral três quintos da variabilidade de consumo, significando que dois quintos são devidos a factores que não controlamos. Além disso, as nossas estimativas não desvendam por si a relação causal, mas apenas correlações condicionais. Em particular, o nosso modelo refere-se apenas a dados de um determinado período de tempo e não pode revelar a interacção dinâmica entre factores. Terceiro, as simulações são realizadas sob o pressuposto "*ceteris paribus*", significando que a mudança considerada na determinante não afecta os parâmetros do modelo ou outras variáveis. Este pressuposto pode ser defensável para mudanças marginais ou faseadas, mas torna-se implausível no caso de grandes reformas políticas. Por exemplo, não é provável que a mudança de ocupação de uma pessoa, de agricultor para comerciante, afecte os resultados do mercado. Por oposição, se muitos agricultores estiverem envolvidos, a remuneração destas ocupações e preços dos produtos serão ajustados e os núcleos familiares,

mesmo os que inicialmente não eram afectados, alterarão por seu turno o seu comportamento. Estes “efeitos de equilíbrio gerais” tornam difícil uma previsão do impacto de importantes políticas e ajustamentos económicos.

7.22 Quarto, o impacto de uma alteração numa determinante poderá diferir de núcleo familiar para núcleo familiar. No entanto, o nosso modelo representa apenas os impactos diferenciais entre regiões, através de parâmetros regionais separados, aplicando o mesmo efeito a todos os núcleos familiares afectados pela mudança na região. Quinto, as determinantes diferem quanto à forma como são permeáveis a decisões políticas e quanto ao espaço de tempo que necessitarão para se ajustar. Por um lado, os factores que são directamente afectados por uma política de resposta rápida podem contribuir em maior grau para a redução da pobreza num curto espaço de tempo. Este grupo inclui variáveis relativas a infra-estruturas e saúde. Por outro lado, algumas determinantes, como as variáveis demográficas, estão mais afastadas de uma intervenção política e mais lentas na mudança, mas ainda assim poderão ser importantes para a redução da pobreza de uma geração para a outra. Sexto, as simulações centram-se apenas nos potenciais benefícios em termos de redução de pobreza, mas ignoram qualquer diferença de custo nas várias intervenções. Por exemplo, iremos perceber que prover toda a população com electricidade contribui mais para a redução da pobreza do que a instalação de saneamento em todos os núcleos familiares. Contudo, a primeira intervenção poderá ser muito mais dispendiosa do que a segunda. Esta diferença poderia ser tão grande, que, para um determinado nível de recursos, talvez a pobreza tivesse diminuído mais se o governo tivesse investido no saneamento básico ao invés da electricidade. Por fim, Timor-Leste já modificou significativamente desde que foi realizado o levantamento – quando a denominação inglesa era ainda “*East Timor*”. No entanto, o modelo reflecte o ambiente económico durante os finais de 2001.

Simulações de Pobreza

7.23 Os resultados das simulações são apresentados no Quadro 7.3. Consideramos as simulações em relação a cinco grupos de variáveis (demografia, educação, agricultura, infra-estrutura e economia). Os resultados são apresentados para seis populações diferentes: nacional, urbana e rural separadamente, ambas para a totalidade da população e para a população “afectada” apenas, i.e., aqueles núcleos familiares para quem o valor de pelos menos uma variável do lado direito foi alterado. O quadro apresenta a percentagem de mudanças de consumo per capita e pobreza. Na nossa discussão dos resultados centramo-nos nos impactos sobre a pobreza.

7.24 *Demografia.* O tamanho do núcleo familiar, composição e, nas zonas urbanas, o sexo do chefe são importantes para a pobreza. A redução do tamanho do núcleo familiar em um membro, em todos os núcleos familiares com mais de um membro, reduz a pobreza em 7 por cento a nível nacional e mais nas zonas urbanas do que nas rurais. Por oposição, mudar a composição do núcleo familiar, substituindo uma criança com idade inferior a 6 anos por um adulto em idade activa, reduz a pobreza em cerca do dobro nos núcleos familiares com pelo menos uma criança, e o efeito é maior nas zonas rurais do que nas urbanas. Por fim, núcleos familiares chefiados por uma figura masculina são menos pobres apenas nas zonas urbanas. Estes resultados implicam que, em comparação com os núcleos familiares urbanos, as famílias rurais são menos afectadas pela dimensão do núcleo familiar e sexo do chefe,

mas mais pela composição etária. Ainda que as características demográficas evoluam ao longo das gerações, esta informação pode ser ainda usada para direccionar a assistência pública ou programas de investimento.

7.25 *Educação.* A formação de capital humano dos chefes e conjugues conduz à redução de pobreza. Isto é confirmado nas Simulações 4 e 5, onde observamos o impacto de aumentarmos o grau de ensino de todos os chefes e conjugues em pelo menos quatro anos de ensino. Isto é uma grande experiência – afecta cerca de sete em dez chefes e conjugues - com um resultado significativo: a pobreza diminui cerca de 12 a 15 por cento a nível nacional. Em face do elevado número de pessoas afectadas, é claramente irrealista que os resultados para a educação continuem inalterados, lançando dúvidas sobre as estimativas. Ainda assim, mesmo se para mudanças pequenas, mantém-se três mensagens. Primeiro, a educação diminui a pobreza. Segundo, os ganhos gerais são maiores com o aumento do grau de ensino para os conjugues do que para os chefes. Terceiro, enquanto os efeitos da educação do conjugues são iguais nas zonas urbanas e rurais, a educação do chefe é mais importante (cerca do dobro) nas cidades do que nas aldeias. Uma possível explicação é de que os chefes são o principal ganha-pão, e os resultados da educação sobre a ocupação são mais altos nas zonas urbanas do que nas rurais.

7.26 *Agricultura.* A actividade não agrícola, culturas de elevado valor e a irrigação são as três formas principais de escapar à pobreza, tal como é ilustrado nas Simulações de 6 a 12. Mais uma vez, ilustramos o impacto de grandes reformas, daí que o nosso principal enfoque seja na direcção, ao invés do ponto estimado das mudanças. Mudar a ocupação dos chefes, passando de agricultores (três quartos da população) a comerciantes, despoleta uma diminuição da pobreza em um quarto (Simulação 6). Os benefícios são especialmente marcantes nas zonas urbanas, sugerindo que o comércio é mais lucrativo nas cidades do que nas aldeias. É essencial o correcto pacote de cultivos: os produtores de milho são pobres, ao passo que os produtores de café não são pobres. Para dadas contribuições e produção de culturas, a transferência para grupos de cultivos de maior valor, tal como é simulado através do cultivo do café ou eliminando a produção de milho, reduz a pobreza em 15 por cento (Simulações 7 e 8). No entanto, a manutenção de uma produção mista constante aumenta a produtividade, cultivando mais terra, ou aumentando o número de animais, reduz a pobreza em não mais de 1 a 4 por cento (Simulações 9 a 11). Por fim, alargar a irrigação a todo o ano e a todos os núcleos familiares diminui a pobreza em áreas afectadas, representando cerca de dois quintos de todos os núcleos familiares, em cerca de 10 por cento (Simulação 12).

7.27 *Infra-estrutura.* O saneamento e a electricidade são importantes para melhorar as condições de vida. O fornecimento de saneamento básico a todos os núcleos familiares diminui a pobreza em 9 por cento, entre as famílias recentemente abrangidas, e até 20 por cento entre os núcleos familiares nas cidades (Simulação 13). Fornecer electricidade a todos os núcleos familiares, uma intervenção mais dispendiosa do que o alargamento do saneamento, reduz a pobreza em mais de um quarto, entre os beneficiários (Simulação 14). Por oposição; melhorar o acesso a estradas rodoviárias não produz muitos resultados, em parte porque a maioria dos núcleos familiares já se encontram a menos de 10 minuto a pé destas estradas (Simulação 15).

Quadro 7.3: Simulações de Mudanças no Consumo e Pobreza (%)

Descrição	Indicador	Toda a População			População Afectada		
		Nacional	Rural	Urbano	Nacional	Rural	Urbano
Demografia							
1 Reduzir em um o número de membros do núcleo familiar	PCC	5.0	4.0	7.2	5.1	4.0	7.2
	POV	-6.7	-5.9	-10.6	-6.7	-5.9	-10.6
	POP	100	100	100	100	100	100
2 Substituir uma criança com idade 0-6 por um adulto com idade 15-49	PCC	3.8	6.5	-1.4	8.6	11.6	2.8
	POV	-9.1	-10.5	-1.3	-13.8	-15.0	-7.1
	POP	100	100	100	72	72	71
3 Trocar chefe família de mulher para homem	PCC	0.3	-0.2	1.3	2.5	-1.9	14.3
	POV	-0.3	0.1	-2.6	-3.8	2.0	-30.9
	POP	100	100	100	10	10	9
Educação							
4 Aumentar escolarização chefe família para 4-6 anos de ensino primário	PCC	8.0	6.8	10.4	13.9	9.9	30.5
	POV	-11.5	-9.9	-20.4	-15.3	-12.8	-31.2
	POP	100	100	100	66	72	46
5 Aumentar escolarização de conjugue para 4-6 anos de ensino primário	PCC	8.6	10.4	5.2	13.5	14.1	11.4
	POV	-15.0	-15.3	-13.3	-18.8	-18.8	-18.8
	POP	100	100	100	71	77	55
Agricultura							
6 Trocar ocupação do chefe de família de agricultor para comerciante	PCC	20.1	17.8	24.6	30.9	21.7	79.3
	POV	-26.1	-23.3	-41.8	-30.3	-25.8	-64.0
	POP	100	100	100	76	86	44
7 Introduzir o cultivo de café em todos núcleos familiares agrícolas	PCC	12.0	8.6	18.8	23.6	14.1	58.7
	POV	-16.1	-14.7	-24.0	-23.6	-21.5	-35.5
	POP	100	100	100	59	64	45
8 Abolir cultivo de milho em todos os núcleos familiares agrícolas	PCC	8.4	12.3	0.6	12.4	14.8	1.7
	POV	-14.3	-16.9	0.0	-16.3	-18.8	0.0
	POP	100	100	100	78	86	52
9 Aumentar produção agrícola em 50% em todos os núcleos familiares agrícolas	PCC	0.9	1.5	-0.2	1.2	1.6	-0.6
	POV	-0.7	-1.0	1.1	-0.7	-1.1	1.3
	POP	100	100	100	85	95	55
10 Aumentar posse de terra em 0.1 ha per capita para todos os núcleos famili	PCC	1.3	1.8	0.5	1.8	1.9	1.2
	POV	-3.4	-3.7	-1.4	-3.6	-3.8	-1.7
	POP	100	100	100	86	95	55
11 Aumentar posse de animais em 50% em todos núcleos familiares com animais	PCC	1.5	2.3	-0.2	1.8	2.5	-0.3
	POV	-1.6	-1.6	-1.4	-1.8	-1.8	-1.7
	POP	100	100	100	85	90	71
12 Aumentar irrigação todo o ano em todos os sucus	PCC	5.8	5.1	7.4	14.8	11.8	22.7
	POV	-4.1	-2.9	-10.6	-9.5	-6.8	-25.2
	POP	100	100	100	41	43	36
Infra-estrutura							
13 Aumentar saneamento básico em todos os núcleos familiares	PCC	4.4	4.7	3.7	8.4	7.0	16.6
	POV	-5.5	-5.0	-8.3	-8.9	-7.6	-20.0
	POP	100	100	100	58	67	30
14 Aumentar electricidade em todos núcleos familiares	PCC	12.9	17.0	4.9	20.9	20.2	28.8
	POV	-22.3	-23.8	-14.1	-25.7	-25.5	-28.0
	POP	100	100	100	74	89	28
15 Reduzir percurso até estrada mais próxima em 10% para todos núcleos familiares	PCC	0.0	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1
	POV	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1
	POP	100	100	100	80	81	77
Economia							
16 Aumentar empregadores privados (mais de 5 empregados) em todos os sucus	PCC	11.1	14.9	3.6	14.8	17.3	6.7
	POV	-7.7	-6.7	-13.1	-9.2	-7.6	-22.1
	POP	100	100	100	79	87	53
17 Aumentar mercados periódicos em todos os sucus	PCC	22.9	22.7	23.2	28.2	28.6	27.5
	POV	-25.0	-26.2	-18.0	-30.4	-32.3	-20.7
	POP	100	100	100	81	80	85

Nota: PCC refere-se a Consumo real per capita, POV a Índice de pobreza, e POP a população.

Fonte: 2001 TLSS.

7.28 Economia. Infra-estruturas, para além da irrigação, podem trazer benefícios também para as comunidades. Isto é ilustrado em duas simulações, ainda que uma elevada co-variação de factores comunitários torne problemático o isolamento de uma intervenção em particular. A presença de importantes empregadores privados reduz o índice de pobreza em cerca de um décimo, e mais de um quinto nas zonas urbanas (Simulação 16). A criação de mercados periódicos completos em todos os sucos está associado a reduções na pobreza de mais de 30 por cento nas zonas rurais (Simulação 17).

7.29 Visto o Governo possuir recursos limitados, nem todas estas políticas podem ser implementadas simultaneamente. Isto levanta a questão de estabelecimento de prioridades. A medida com maior impacto estimado deveria ser a primeira a ser tomada? Não. Estas simulações são apenas ilustrativas e os outros aspectos realçados anteriormente devem ser considerados cuidadosamente. No Quadro 7.4, as medidas são classificadas em termos de quatro vertentes adicionais, independentes do seu provável impacto sobre a pobreza. Primeiro, o impacto de alterações numa determinante difere de núcleo para núcleo familiar. Alguns núcleos familiares são directamente afectados por uma medida, outros apenas indirectamente, e outros não o são de todo. Segundo, as determinantes diferem em relação a até que ponto são sensíveis a decisões políticas e ao período de tempo que poderão levar a ajustar-se. Terceiro, as simulações centram-se apenas nos benefícios potenciais, em termos de redução da pobreza, mas ignoram qualquer diferença de custo para as diferentes intervenções. Quarto, a maioria das medidas têm um impacto sobre mais de uma MDM e estas sinergias teriam de ser tomadas em consideração aquando da avaliação dos méritos relativos de intervenções políticas.

Quadro 7.4: Cinco Vertentes da Acção Pública

Medida	Descrição	Pobreza	Subgrupo População	Influência Política	Custos	MDMs
Agricultura	Agricultor para comerciant	-26	Agricultores	Baixa	Elevados	Ambiente
Economia	Mercados de suco	-25	Zonas rurais	Alta	Baixos	
Infra-estrutura	Electricidade	-22	Famílias c/electricidade	Alta	Elevados	Ambiente
Agricultura	Café	-16	Agricultores	Baixa	Elevados	Ambiente
Educação	Educação de conjugue	-15	Conjugues	Alta	Baixos	Educação, Sexo, Saúde
Agricultura	Sem milho	-14	Agricultores pobres	Baixa	Elevados	Ambiente
Educação	Educação do chefe	-12	Chefes	Alta	Baixos	Educação
Demografia	Criança para adulto	-9	Famílias	Baixa	Baixos	Ambiente
Economia	Empregador privado	-8	Zonas rurais	Baixa	Baixos	Sexo, Saúde
Demografia	Tamanho de núcleo familia	-7	Famílias	Baixa	Baixos	
Infra-estrutura	Saneamento	-5	Famílias c/ saneamento	Alta	Elevados	Sexo, Saúde
Agricultura	Irrigação	-4	Zonas rurais	Alta	Elevados	Ambiente

Fonte: 2001 TLSS, Banco Mundial.

RESUMO E QUESTÕES POLÍTICAS

7.30 Timor-Leste enfrenta um enorme desafio de desenvolvimento. A pobreza é elevada e o capital humano e físico é reduzido. Uma em cada cinco pessoas em Timor-Leste vive abaixo do US\$1 por dia, e três em cinco abaixo dos US\$2 por dia. Timor-Leste está entre os países menos desenvolvidos do Leste Asiático em relação à maioria dos indicadores. Timor-Leste não é só uma nação jovem, é também uma nação de jovens: uma em duas pessoas tem menos de 15 anos. Esta nação de cerca de 830.000 pessoas irá crescer rapidamente à medida que os grandes grupos de jovens crescem e atingem a idade reprodutiva.

7.31 As projecções ilustrativas mostram que mesmo o objectivo relativamente modesto de reduzir para metade o índice de pobreza durante um período de 25 anos depende de um forte crescimento per capita, especialmente na agricultura, e de uma vasta participação da população nas oportunidades de expansão da economia. Nós realçamos algumas das determinantes chave para um crescimento favorável à redução da pobreza, usando um modelo estatístico que reúne alguns dos resultados chave deste relatório. No entanto, temos de interpretar estes dados com muita precaução, dado que a abordagem peca por uma série de limitações. Com estas qualificações em mente, as simulações confirmam mensagens importantes. Uma diminuição da relação de dependência e do tamanho dos núcleos familiares, a promoção de capital humano masculino e feminino, a promoção de actividades não agrícolas, incentivo à produção de culturas de elevado valor, desenvolvimento de serviços de extensão como a irrigação, construção de infra-estruturas de saneamento e electricidade, criação de um ambiente empresarial favorável aos empregadores privados e a melhoria de rede de mercados, todos eles ajudam a reduzir a pobreza. O trabalho futuro planeado de acordo com o estudo de despesa pública irá ajudar a ponderar diferentes opções políticas.

7.32 Ainda que a agenda social seja assustadora, Timor-Leste tem perspectivas sólidas de fluxos futuros advindos da riqueza do recurso natural do país, e o compromisso de doadores, incluindo o Banco Mundial, de apoio ao seu desenvolvimento. O alcance de melhorias sociais sustentáveis aumentará a qualidade e ritmo de crescimento a longo prazo e assegurará que a economia não se desenvolva na dependência total do petróleo e ajuda. Tal como foi realçado no PDN, será essencial a atribuição de forma eficaz da ajuda e recursos *off-shore* a objectivos de desenvolvimento de elevada prioridade. As MDMs podem oferecer um enquadramento para estabelecer prioridades e monitorizar o desenvolvimento humano. Uma "focalização" de MDMs em Timor-Leste será um instrumento importante para tornar as políticas de redução da pobreza eficazes. Isto envolve a identificação de indicadores que são apropriados à avaliação do progresso comparativamente às metas MDM em Timor-Leste e para definição de objectivos que sejam realistas (ver Capítulo 8). Isto pode ser realizado no contexto dos planos de acção a ser preparados pelos Ministérios, com base no PDN. As comunidades e a sociedade civil terão de desempenhar um papel central neste processo. Além disso, o enquadramento de despesa a médio prazo pode melhorar o realismo de políticas anti-pobreza. Os desafios chave serão assegurar uma relação entre as estratégias de redução da pobreza e o nível de orçamento operacional. As decisões orçamentais deveriam ser motivadas por prioridades políticas para a pobreza e as escolhas políticas devem, por sua vez, ser disciplinadas por recursos e realidade de implementação a médio prazo.



Monitorização da Pobreza

8. MONITORIZAÇÃO DA POBREZA

8.1 Os sistemas de monitorização e avaliação permitem ao Governo aferir quão eficaz é uma estratégia de redução de pobreza para a redução da pobreza. A monitorização diz respeito à quantificação do progresso em direcção às metas de redução da pobreza. A avaliação de políticas e programas permite determinar até que ponto melhores resultados são devidos a acções públicas específicas. O Plano de Desenvolvimento Nacional realça a importância da monitorização e avaliação, funcionando como elemento indispensável para aferir o progresso em direcção às metas articuladas no Plano.

8.2 A monitorização do progresso na redução da pobreza em Timor-Leste implicará a institucionalização de um sistema de recolha de dados, análise e divulgação de um conjunto bem definido de indicadores. Isto envolve a definição de indicadores chave, o seu acompanhamento ao longo do tempo e a verificação de que mudanças tiveram lugar. Como parte da implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional, está a ser realizado um trabalho para desenvolver este conjunto de indicadores quantificáveis e metas. Ao compilar esta base de dados, terão de ser consideradas várias questões. Primeiro, é importante incluir vários tipos de informação, indo dos levantamentos quantitativos e qualitativos até aos dados administrativos e orçamentais. A Caixa 8.1 oferece uma panorâmica das fontes de dados existentes que podem ser utilizadas para criar uma base comparativa contra a qual o progresso poderá ser monitorizado.

Levantamento de Condições de Vida em Timor-Leste: O levantamento de 1800 núcleos familiares representativo da nação oferece dados sobre consumo, educação, saúde, mercados de trabalho e agricultura. O levantamento foi realizado entre o fim de Agosto e Novembro de 2001. O levantamento é representativo das grandes cidades (Dili/Baucau) e outros centros urbanos e zonas rurais. Nas zonas rurais, oferece informação sobre o Leste, Centro e Oeste. Estes dados foram recolhidos pelo Gabinete de Estatísticas, no Ministério do Plano e Finanças.

Levantamento de Sucos: O levantamento a todos os 498 sucos de Timor-Leste oferece um inventário das infra-estruturas e características populacionais no início de 2001. Estes dados foram recolhidos pelo Gabinete de Estatísticas, no Ministério do Plano e Finanças.

Levantamento de Múltiplos Indicadores: Um levantamento representativo da nação a 4000 núcleos familiares que oferece dados sobre a saúde maternal e infantil, em particular sobre a mortalidade natal e infantil, educação, água e saneamento, saúde infantil e desnutrição e saúde reprodutiva. A recolha de dados foi concluída entre Agosto e meados de Setembro de 2002. Estes dados foram recolhidos pelo Gabinete de Estatísticas, no Ministério do Plano e Finanças.

Mapeamento Escolar: Os dados foram recolhidos em 2001, em todas as escolas de Timor-Leste. A informação foi recolhida sobre as matrículas por grau e idade, número de estudantes, número de professores (tanto para as escolas privadas como públicas) e a percentagem de salas de aula em funcionamento.

Dados Administrativos: Os Ministérios recolheram indicadores de desempenho que estão relacionados com a prestação de serviços. Os dados frequentemente referem-se às capacidades (como por exemplo, o número de salas de aula, número de professores) e às vezes aos resultados, como por exemplo as taxas de matrícula e taxas de vacinação. A relevância, qualidade e período temporal dos dados recolhidos difere de Ministério para Ministério e, em alguns casos, estão em desacordo com os dados recolhidos através dos levantamentos de núcleos familiares.

Dados Orçamentais: As atribuições orçamentais e, mais importante, o gasto real pelos diferentes Ministérios nos seus programas oferecem importantes indicadores sobre se os recursos estão a ser gastos e em que diferentes componentes (por exemplo, salários dos professores, aquisição de manuais, construção de escolas).

8.3 Segundo, o objectivo da recolha de dados deveria ser determinar o tipo, frequência e nível de desagregação. O principal fim de um sistema de monitorização é acompanhar as mudanças registadas na pobreza ao longo do tempo, de forma a aferir o efeito global da estratégia de desenvolvimento. Dada a natureza multi-dimensional da pobreza e o compromisso em relação às Metas de Desenvolvimento do Milénio, isto requer a monitorização da pobreza com base no consumo e outras vertentes do bem-estar, como por exemplo o acesso a serviços básicos (como a educação, saúde, água potável). A informação desagregada por região e características do núcleo familiar é indispensável à compreensão de como tendências globais estão relacionadas com o bem-estar de grupos específicos. As alterações na pobreza podem ser comparadas a alterações nas despesas públicas, de forma a aferir o impacto de políticas governamentais. Um objectivo mais ambicioso na compreensão das determinantes da pobreza exige informação adicional. Aspectos relativos a como os pobres ganham o seu ganha-pão, acedem a bens e crédito, como por exemplo terra, educação ou transferências de família e amigos, são relevantes neste contexto. Isto requer diferentes tipos de dados, desde levantamentos detalhados de núcleos familiares até levantamentos de comunidade sobre infra-estruturas sociais e económicas. O mesmo acontece em relação a outras vertentes da pobreza. Por exemplo, para investigar porquê algumas crianças frequentam a escola e porquê outras não, é importante conhecer as características da criança, por exemplo, idade e sexo, do núcleo familiar, como por exemplo o seu tamanho e constituição, posse de bens, habilitações literárias e ocupação dos membros do núcleo familiar, para além da informação sobre a distância e custo de transporte até à escola e a qualidade da escola,

como por exemplo as qualificações dos professores e a proporção aluno-professor. Isto exige informação dos levantamentos de núcleos familiares e escolas.

8.4 Terceiro, as actividades de monitorização precisam de ser realizadas por instituições que sejam competentes e que tenham uma forte ligação com aqueles que tomam decisões, isto se querem ser úteis na formulação e implementação do PDN. Grande parte da monitorização e avaliação tem lugar sem o desenvolvimento adequado de capacidade no terreno e sem fortes ligações a processos chave de tomada de decisão. São assim perdidas oportunidades valiosas para identificar o que funciona e o que não funciona. É assim importante formar capacidade e, em particular, fortalecer os processos que permitam transmitir *feedback* aos que formulam as políticas e outros sobre o impacto de políticas e programas.

8.5 Para além disto, a divulgação de resultados é essencial. Os resultados que não são largamente divulgados, através de mecanismos adequados a diferentes grupos da sociedade civil, não serão usados e os recursos gastos na obtenção destes resultados terão sido desperdiçados. Os actores não governamentais, sejam instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil, grupos de interesses específicos ou outros, têm um importante papel a desempenhar na elaboração do sistema de monitorização e avaliação, na realização dessas actividades de monitorização e avaliação e no uso de resultados.

8.6 Olhando para o futuro, será importante construir sobre a base de dados existente para avaliações actualizadas do progresso na implementação do PDN. Instrumentos diferentes de dados podem enriquecer um sistema de monitorização:

- *Recenseamento da População*: O recenseamento planeado para 2004 é essencial. Apresentará informação actualizada sobre as características da população e oferecerá uma amostra quadro, a partir da qual se poderão criar amostras para futuros levantamentos. Ao elaborar o Recenseamento Populacional seria útil considerar a opção de desenvolver "mapas de pobreza", que combinem os levantamentos de núcleos familiares e o Recenseamento Populacional para disponibilizar estimativas de despesa-pobreza para pequenas unidades geográficas, como os sucos.
- *Levantamento de Condições de Vida*: Tendo em conta o rápido desenvolvimento da situação económica de Timor-leste, seria desejável realizar um segundo levantamento integrado de núcleos familiares nos próximos dois anos, de forma a obter estimativas actualizadas de despesa-pobreza, outros indicadores e as suas determinantes. De forma a assegurar a comparabilidade com as estimativas de pobreza para 2001, será importante manter na medida do possível o mesmo questionário usado no primeiro levantamento de núcleos familiares e realizar o levantamento na mesma altura do ano (Agosto-Novembro) a fim de evitar divergências resultantes da questão sazonal. O levantamento de núcleos familiares deveria ser realizado em conjunto com um levantamento comunitário (suco) e de preços, para assim disponibilizar informação sobre o ambiente económico dos núcleos familiares. Estes levantamentos deveriam ser implementados regularmente, todos os três ou cinco anos.
- *Levantamentos com Objectivo Especial*: Para além do levantamento de condições de vida, poderão ser necessários levantamentos com objectivo especial (como por exemplo,

Levantamento Demográfico e de Saúde ou de Indicadores Múltiplos) que foquem a saúde da criança e maternal.

- *Dados Administrativos*: Ainda que as estimativas despesa-pobreza sejam normalmente recolhidas num ciclo multi-anual, é geralmente preferível a recolha mais frequente de alguns indicadores (através de fontes administrativas ou recolha de dados ao nível da comunidade). Uma monitorização assim frequente pode disponibilizar indicações antecipadas de problemas económicos emergentes. Por exemplo, a informação sobre preços de serviços chave e ordenados rurais podem ser recolhida mensalmente e os dados sobre a saúde e educação a partir de dados administrativos podem ser recolhidos semestral ou anualmente. Isto asseguraria igualmente a oportuna disponibilização de informação a servir de contribuição para o processo anual de planeamento orçamental.
- *Levantamentos Participativos*: A formulação da visão de Timor-Leste e o PDN foi enformada por extensas consultas com a população. Seria de desejar o envolvimento continuado de diferentes partes interessadas na monitorização e implementação do PDN, através de um plano sistemático que apresente os diferentes elementos e metodologias para esta consulta.

8.7 Em resumo, Timor-Leste possui uma grande variedade de fontes de dados que dão uma imagem coerente da pobreza e que oferecem uma base comparativa para a monitorização de progresso na redução da pobreza, tal como é apresentado no Plano de Desenvolvimento Nacional. O desafio chave encontra-se na formulação de um plano de monitorização que inclua tanto os elementos quantitativos como os participativos, e os mecanismos institucionais para análise de dados e divulgação de forma a assegurar que os dados recolhidos sejam usados no processo de formulação de políticas e de programas.

9. REFERÊNCIAS

- Arrow, Kenneth J., 1950, "A difficulty in the concept of social welfare", *Journal of Political Economy*, 58, 328-46.
- Atkinson, Anthony B., and François Bourguignon, 1987, "Income distribution and differences in needs" in George R. Feiwel, ed., *Arrow and the foundations of the theory of economic policy*, New York University Press, 350-70.
- AusAID, 2001, "Employment Patterns and Skill Requirements in East Timor, and Their Implications for Technical and Vocational Education and Training".
- Bartholomew, D.J., 1982, *Stochastic Models for Social Processes*, 3rd edition, John Wiley.
- Beegle, Kathleen and Martín Cumpa, 2002, "Labor Markets, Employment and Poverty in East Timor", mimeo, World Bank, Washington, DC.
- Besley, Timothy, 1995, "Savings, Credit and Insurance", *Handbook of Development Economics*, 3A, 2123-2207, Handbooks in Economics, vol. 9. Amsterdam, New York and Oxford: Elsevier Science, North Holland.
- Bhalotra, Sonia and Christopher Heady, 2001, "Child Farm Labour: The Wealth Paradox", Bristol Discussion Paper 00/492, Department of Economics, University of Bristol, UK.
- Birdsall, Nancy, Allen Kelley, and Steven Sinding, 2001, *Population Does Matter: Demography, Growth, and Poverty in the Developing World*, Oxford University Press, New York.
- Blackorby, Charles, and David Donaldson, 1987, "Welfare ratios and distributionally sensitive cost-benefit analysis", *Journal of Public Economics*, 34, 265-90.
- Canagarajah, Sudharshan and Helena Nielsen, 1999, "Child Labor and Schooling in Africa: A Comparative Study", SP Discussion Paper 9916, World Bank, Washington, DC.
- Case, Anne, and Angus Deaton, 2002, "Consumption, Health, Gender, and Poverty", Working Paper 212, Research Program in Development Studies, Princeton University.
- Chaudhuri, Shubham, 2000, "Empirical methods for assessing household vulnerability to poverty", mimeo, Department of Economics and School of International and Public Affairs, Columbia University.
- Conlisk, John, 1990, "Ranking mobility matrices", *Journal of Mathematical Sociology*, 15, 173-91.
- Datt, Gaurav and Dean Jolliffe, 2001, "Poverty in Egypt: Modeling and Policy Simulations", mimeo.

- Deaton, Angus, 1997, *The Analysis of Household Surveys: A microeconomic approach to development policy*, Published for the World Bank, The John Hopkins University Press, Baltimore and London.
- Deaton, Angus, and John Muellbauer, 1986, "On measuring child costs: with applications to poor countries", *Journal of Political Economy*, 94, 720-44.
- Deaton, Angus, and Salman Zaidi, 1998, "Guidelines for Constructing Consumption Aggregates for Welfare Analysis", LSMS Working Paper 133, World Bank, Washington, DC.
- Dercon, Stefan, 2001, "Assessing Vulnerability and Poverty", Jesus College and CSAE, Department of Economics, Oxford University.
- East Timor Transitional Administration, Asian Development Bank, World Bank and United Nations Development Programme, 2001, "The 2001 Survey of Sucos: Initial Analysis and Implications for Poverty Reduction", Timor-Leste.
- Foerster, Jean, 2002, "Agriculture and Poverty in East Timor", mimeo, World Bank, Washington, DC.
- Foster, James, J. Greer, and Eric Thorbecke, 1984, "A class of decomposable poverty measures", *Econometrica*, 52, 761-65.
- Hentschel, Jesko, J.O. Lanjouw, P. Lanjouw, and Javier Poggi, 2000, "Combining Census and Survey Data to study Spatial Dimensions of Poverty: A case study of Ecuador", in David Bigman and Hippolyte Fofack, ed., *Geographical Targeting for Poverty Evaluation: Methodology and Applications*, World Bank, Washington, DC.
- Howes, Stephen, and Jean Olson Lanjouw, 1995, "Making poverty comparisons taking into account survey design: How and why", Policy Research Department, World Bank, Washington, DC, and Yale University, New Haven.
- International Food Policy Research Institute (IFPRI), Ministry of Planning and Finance, and Eduardo Mondlane University, 1998, *Understanding Poverty and Well-Being in Mozambique: The First National Assessment (1996-97)*.
- Indonesian 1990 Population Census on Timor-Leste, Central Bureau of Statistics, Jakarta, Indonesia.
- Kremer, Michael, A. Onatski, and James Stock, 2001, "Searching for prosperity", NBER Working Paper No. 8250, NBER, Cambridge, Massachusetts.
- Lanjouw, Peter, Giovanna Prennushi, and Salman Zaidi, 1996, "Building blocks for a consumption-based analysis of poverty in Nepal", mimeo, World Bank, Washington, DC.

- Morduch, Jonathan, 1999, "Between the Market and State: Can Informal Insurance Patch the Safety Net?", *World Bank Research Observer*, 14 (2), 187-207, World Bank, Washington, DC.
- Muñoz, Juan, 2001, "Timor Loro Sa'e Living Standards Survey Sampling Design and Implementation", mimeo, World Bank, Washington, DC.
- Narayan, Deepa, Raj Patel, Kai Schafft, Anne Rademacher and Sarah Koch-Schulte, 2000a, *Voices of the Poor: Can Anyone Hear Us?*, Published for the World Bank by Oxford University Press, New York.
- Narayan, Deepa, Robert Chambers, Meera Kaul Shah, and Patti Petesch, 2000b, *Voices of the Poor: Crying Out for Change*, Published for the World Bank by Oxford University Press, New York.
- Nassim, Janet, 2002, "Health and Equity in East Timor: The Starting Point", mimeo, World Bank, Washington, DC.
- Planning Commission, 2002, East Timor National Development Plan, Dili, Timor-Leste.
- Pradhan, M., and Robert Sparrow, 2000, "Basic education outcomes during crisis - An analysis using the 1995, 1997, 1998 and 1999 Susenas", mimeo.
- Pradhan, Menno, Asep Suryahadi, Sudarno Sumarto, and Lant Pritchett, 2000, "Measurements of Poverty in Indonesia: 1996, 1999, and Beyond", SMERU Working Paper, Social Monitoring and Early Response Unit, Jakarta.
- Quah, Danny, 1993, "Empirical Cross-Section Dynamics in Economic Growth", *European Economic Review*, 37, 426-34.
- Quah, Danny, 1994, "Convergence empirics across economies with (some) capital mobility", mimeo, London School of Economics, London.
- Ravallion, Martin, 1994, "Poverty comparisons", Harwood Academic Press Fundamentals of Pure and Applied Economics, volume 56, Chur, Switzerland.
- Ravallion, Martin, 1996, "Issues in Measuring and Modelling Poverty", *The Economic Journal*, 106, 1328-1343.
- Ravallion, Martin, 1998, "Poverty lines in theory and practice", LSMS Working Paper 133, World Bank, Washington, DC.
- Rohland, Klaus and Sarah Cliffe, 2002, "The East Timor Reconstruction Program: Successes, Problems and Tradeoffs", CPR Working Paper 2, World Bank, Washington, DC.

Saadah, F., M. Pradhan, and S. Surbakti, 2000, "Health Care During Financial Crisis: What can we learn from the Indonesian National Socioeconomic Survey?", HNP Discussion Paper, World Bank, Washington, DC.

Shorrocks, Anthony F., 1978, "The measurement of mobility", *Econometrica*, 46, 1013-24.

Siegel, Paul and Jeffrey Alwang, 1999, "An Asset-Based Approach to Social Risk Management: A Conceptual Framework", Social Protection Discussion Paper 9926, World Bank, Washington, D.C.

UNICEF 2002, Multiple Indicators Cluster Survey (MICS); draft Report, UNICEF, Timor-Leste.

United Nations Development Programme, 2002, East Timor Human Development Report 2002, UNDP, Timor-Leste.

United States Department of Agriculture, USDA Nutrient Database for Standard Reference, http://www.nal.usda.gov/fnic/cgi-bin/nut_search.pl, Agricultural Research Service.

World Bank, 2001, *World Development Indicators*, World Bank, Washington, DC.

World Bank, 2001a, *World Development Report 2000/2001: Attacking Poverty*, Oxford University Press, New York.

World Bank, 2002, *East Timor: Policy Challenges for a New Nation, Country Economic Memorandum, Poverty Reduction and Economic Management Unit*, East Asia and Pacific Region, Washington, DC.

World Bank, 2002a, *East Asia Update, East Asia Rebounds, But How Far?, Regional Overview*, East Asia and Pacific Region, Washington, DC.

World Bank, 2002b, *East Timor Public Administration: Public Expenditure Management and Accountability Note*, Poverty Reduction and Economic Management Unit, East Asia and Pacific Region, Washington, DC.

ANEXO

QUADRO A 1: PERFIL POR REGIÃO

	Nacional	Dili/ Baucau	Outras Urbes	Rural		
				Centro	Leste	Oeste
Pobreza, desigualdade e despesa						
Índice de Pobreza	39.7	13.9	38.4	49.3	32.0	47.5
Lacuna	11.9	3.8	10.0	15.8	9.4	13.2
Severidade	4.9	1.6	3.7	6.9	3.8	5.2
Taxas de pobreza alimentar (despesa alimentar vs linha alimentar)						
Índice de Pobreza	39.5	34.3	35.2	42.6	34.1	45.5
Lacuna	11.6	10.4	9.6	13.0	10.2	12.2
Severidade	4.7	4.1	3.4	5.4	4.0	4.8
Gini *	37.0	36.4	36.0	35.8	32.6	29.7
Despesa per capita (US Dólares por mês)	24.2	40.1	25.9	20.5	24.6	18.9
Alimentação (% de despesa total)	63	41	57	75	65	69
Compras	34	36	33	35	31	37
Produção em casa	24	3	21	34	30	29
Em género	4	1	3	6	4	4
Renda (% da despesa total)	22	42	23	15	14	20
Outros (% da despesa total)	15	18	20	10	20	10
Constituição do núcleo familiar **						
Tamanho do núcleo familiar	4.9	6.0	4.9	5.0	4.3	4.5
Rácio de dependência (%)	125	102	117	139	117	123
Crianças (% tamanho do núcleo familiar)	45	41	43	49	43	45
Infra-estrutura						
Água Potável (% população)	a/	50	84	51	48	50
Saneamento (% população)	b/	42	86	52	39	30
Electricidade (% população)	c/	26	90	50	10	9
Danos e reabilitação de habitação						
Danificado na violência (% de núcleos familiares)	29	28	48	17	10	58
Totalmente destruídos (como % dos danos)	85	52	82	90	90	88
Reabilitado (como % dos danos)	62	49	60	65	75	63
Totalmente reabilitado (como % dos danos)	21	11	24	22	48	18
Acesso						
Distância até centro da aldeia (km)	1.9	1.3	1.4	1.3	4.7	0.7
Distância do centro da aldeia (km)						
Mercado diário	20.6	1.6	6.2	28.9	25.7	14.5
Mercado periódico	8.5	3.8	4.3	9.5	11.6	4.8
Estrada acessível a veículos	0.7	0.1	0.4	0.8	1.4	0.1
Estrada pavimentada	3.1	0.1	0.6	5.3	3.1	1.1
Educação						
Taxa de alfabetismo (% de 15 e mais velhos)	51	20	46	58	55	62
Escolarização do chefe (anos)	3.1	6.7	3.4	2.4	2.6	2.2
Primário, Taxa líquida de matrícula	d/	73	77	80	70	75
Pré-secundário, Taxa líquida de matrícula	d/	25	49	43	15	23

QUADRO A 1: PERFIL POR REGIÃO

		Nacional	Dili/ Baucau	Outras Urbes	Rural		
					Centro	Leste	Oeste
Saúde							
Vacinação (% crianças com menos de 1 ano de idade)							
BCG		33	52	47	28	18	35
Sarampo		6	7	13	4	0	9
DPT (completa)		9	16	20	3	4	17
Polio (completa)		6	10	13	3	2	9
Problemas de saúde no último mês (% população)		22	22	17	22	26	20
Taxas de utilização (% população)							
Cuidados públicos externos		12	14	10	12	11	10
Cuidados privados		2	2	3	1	4	2
Cuidados de saúde tradicionais		2	1	2	1	6	3
Auto-medicação		7	9	6	8	5	5
Emprego							
	e/						
Taxa de participação		60	48	59	68	55	61
Taxa de participação feminina		40	29	41	50	30	38
Taxa de desemprego		5.3	19.7	4.4	3.7	2.7	3.1
Número de horas de trabalho semanais							
	f/						
Meio		40	47	41	37	44	36
Mediano		41	48	42	38	48	36
Número de horas de trabalho semanais (%)							
	f/						
Até 15		3	2	1	2	4	2
16 a 35		29	18	23	33	13	45
36 a 50		54	44	64	58	56	41
Mais de 50		15	35	12	7	26	12
Agricultura							
	g/						
Terra per capita (ha)	h/	0.38		0.26	0.48	0.33	0.29
Per capita irrigada (ha)	h/	0.08		0.06	0.06	0.15	0.05
Entre proprietários de terra:							
Média de terra per capita (ha)	h/	0.41		0.29	0.51	0.36	0.31
Média de terra irrigada per capita (ha)	h/	0.09		0.06	0.06	0.16	0.06
% de terra irrigada	h/	18		12	17	28	13
Média de valor de terra por ha (US Dólares) ***	i/	7.2		7.7	6.6	10.2	4.5
Valor mediano de terra por ha (US Dólares) ***	i/	1.5		1.3	1.6	1.2	1.1
Uso de Produção (como % do valor total)							
Vendas		29		30	45	3	24
Troca de géneros		2		2	2	0	1
Perdido		4		5	3	9	3
Pagamentos		1		1	1	1	0
Auto-Consumo		62		61	48	81	72
Subsistência (% população)	j/	33		29	11	81	32
Contribuições agrícolas (% núcleos familiares)							
Uso de adubo, fertilizantes, pesticidas ou herbicidas		3		3	0	5	5
Compra ou recebimento de milho, arroz ou sementes de feijão		25		18	17	33	35
Uso de qualquer das contribuições acima mencionadas		27		20	17	37	39

QUADRO A 1: PERFIL POR REGIÃO

	Nacional	Dili/ Baucau	Outras Urbes	Rural		
				Centro	Leste	Oeste
Criação Animal						
	g/					
Média de valor per capita de animais em 2001 (US Dólares)	95		87	81	143	74
Valor mediano per capita de animais em 2001 (US Dólares)	35		42	35	44	21
Média de valor per capita de animais em 1999 (US Dólares)	221		214	137	196	434
Valor mediano per capita de animais em 1999 (US Dólares)	62		65	51	57	116
Entre proprietários de animais em 2001:						
Média de valor per capita de animais em 2001 (US Dólares)	106		96	88	151	93
Valor mediano per capita de animais em 2001 (US Dólares)	40		48	39	48	28
Média de valor per capita de animais em 1999 (US Dólares)	242		237	147	206	524
Valor mediano per capita de animais em 1999 (US Dólares)	72		78	56	60	173
Bem-Estar Subjectivo						
Vida comparada a 1999 (% população com 15 e mais)						
Muito melhor	29	37	35	26	25	31
Igual	60	52	55	66	62	56
Muito pior	11	11	10	8	13	14
Mobilidade económica (% população com 15 e mais)						
Descendente	23	22	25	23	12	34
Nenhuma	43	34	42	45	58	26
Ascendente	35	44	33	32	29	40
Mobilidade de poder (% população com 15 e mais)						
Descendente	6	3	5	6	3	10
Nenhuma	10	10	9	11	6	12
Ascendente	85	86	87	82	91	78
Segurança alimentar						
Consumo alimentar abaixo de suficiente, último mês (% população)	59	35	52	68	66	54
Meses com baixo consumo alimentar, último ano	3.6	1.8	3.7	3.7	4.2	3.9
Meses sem arroz ou milho suficiente para comer no último ano	3.6	1.8	3.7	3.8	4.2	3.9

Nota: Os distritos de Oecussi, Bobonaro e Cova Lima constituem o Oeste; Baucau, Lautem e Viqueque representam o Leste; e Aileu, Ainaro, Dili, Ermera, Liquica, Manufahi e Manatuto pertencem ao Centro.

a/ Água engarrafada, água de torneira, bomba, poço protegido ou nascente protegida.

b/ Retrete com descarga, latrina tradicional ou tanque séptico.

c/ Público ou privado.

d/ Ano lectivo 2001/02

e/ Considera pessoas com idade entre 15-64 e um período de lembrança de uma semana.

f/ Exclui pessoas que não trabalharam na última semana mas que têm um emprego.

g/ Exclui Dili/Baucau.

h/ Considera terra classificada como Colheitas Anuais ou de pousio e Plantação.

i/ Pesado primeiro por zona no núcleo familiar e depois por núcleo familiar.

j/ Um núcleo familiar é considerado de subsistência se apenas usa as suas colheitas para consumo próprio, como forma de pagamento numa troca em géneros.

** Exclui seis observações com consumo real mensal per capita superior a 200 US\$.** Pesado por núcleo familiar.*

**** Exclui sete observações com valores de terra por ha de pelo menos 1,000 US\$/ha.*

Fonte: 2001 TLSS.

QUADRO A 2: PERFIL URBANO E RURAL POR POBREZA

	Nacional			Urbano			Rural		
	Total	Não-pobre	Pobre	Total	Não-pobre	Pobre	Total	Não-pobre	Pobre
Desigualdade e Despesa									
Gini *	37.0	28.7	15.3	38.9	32.5	14.3	34.2	25.2	15.5
Despesa per capita (US Dólares por mês)	24.2	33.0	10.8	33.8	41.2	11.4	21.2	29.6	10.7
Alimentação (% de despesa total)	63	60	76	46	44	71	71	69	77
Compras	34	34	35	35	34	43	34	34	33
Produção em casa	24	22	37	9	8	25	32	29	39
Em gênero	4	4	5	2	2	3	5	5	5
Renda (% da despesa total)	22	25	11	35	37	16	16	17	10
Outros (% da despesa total)	15	16	13	18	19	13	14	14	12
Constituição do núcleo familiar **									
Tamanho do núcleo familiar	4.9	4.3	5.9	5.4	5.2	6.2	4.7	4.1	5.9
Rácio de dependência (%)	125	109	148	109	103	126	130	112	152
Crianças (% tamanho do núcleo familiar)	45	41	52	42	40	48	46	41	53
Infra-estrutura									
Água Potável (% população)	a/ 50	53	45	69	75	52	44	44	44
Saneamento (% população)	b/ 42	44	39	70	75	55	33	30	36
Electricidade (% população)	c/ 26	34	13	72	82	45	11	14	8
Danos e reabilitação de habitação									
Danificado na violência (% de núcleos familiares)	29	28	29	39	36	49	26	26	26
Totalmente destruídos (como % dos danos)	85	82	91	72	65	91	89	89	90
Reabilitado (como % dos danos)	62	61	66	56	53	66	64	64	66
Totalmente reabilitado (como % dos danos)	21	21	22	20	16	31	22	23	19
Acesso									
Distância até centro da aldeia (km)	1.9	2.2	1.4	1.3	1.5	0.9	2.0	2.5	1.5
Distância do centro da aldeia (km)									
Mercado diário	20.6	19.3	22.7	4.0	4.0	4.1	25.1	24.6	25.8
Mercado periódico	8.5	8.3	8.7	4.2	3.6	5.4	9.3	9.3	9.2
Estrada acessível a veículos	0.7	0.7	0.7	0.3	0.2	0.5	0.8	0.9	0.7
Estrada pavimentada	3.1	2.4	4.2	0.3	0.3	0.6	3.8	3.1	4.8
Educação									
Taxa de alfabetismo (% de 15 e mais velhos)	51	46	61	31	26	49	58	55	63
Escolarização do chefe (anos)	3.1	3.9	1.9	5.3	6.1	2.7	2.4	3.0	1.7
Primário, Taxa líquida de matrícula	d/ 73	72	73	78	79	76	72	70	73
Pré-secundário, Taxa líquida de matrícula	d/ 25	31	18	46	50	32	19	22	16
Saúde									
Vacinação (% crianças com menos de 1 ano de idade)									
BCG	33	39	23	50	52	42	27	32	19
Sarampo	6	5	6	9	8	12	4	4	5
DPT (completa)	9	12	4	18	21	10	6	8	3
Polio (completa)	6	9	2	11	14	5	4	6	1

QUADRO A 2: PERFIL URBANO E RURAL POR POBREZA

	Nacional			Urbano			Rural			
	Total	Não-pobre	Pobre	Total	Não-pobre	Pobre	Total	Não-pobre	Pobre	
Problemas de saúde no último mês (% população)	22	25	17	20	21	16	23	27	17	
Taxas de utilização (% população)										
Cuidados públicos externos	12	14	8	12	13	9	11	14	8	
Cuidados privados	2	3	1	2	3	1	2	3	1	
Cuidados de saúde tradicionais	2	3	2	1	2	1	3	3	2	
Auto-medicação	7	10	3	8	9	3	7	10	2	
Emprego	<i>e/</i>									
Taxa de participação	60	61	58	53	53	55	62	65	59	
Taxa de participação feminina	40	41	36	35	34	37	41	44	36	
Taxa de desemprego	5.3	6.1	3.9	12.4	13.4	8.7	3.3	3.5	3.0	
Número de horas de trabalho semanais	<i>f/</i>									
Meio	40	41	39	44	45	41	39	39	38	
Mediano	41	42	40	45	47	42	40	41	40	
Número de horas de trabalho semanais (%)	<i>f/</i>									
Até 15	3	3	2	2	1	2	3	3	2	
16 a 35	29	28	30	21	21	19	31	30	31	
36 a 50	54	52	58	55	52	63	54	52	57	
Mais de 50	15	17	10	23	26	15	13	15	9	
Agricultura	<i>g/</i>									
Terra per capita (ha)	<i>h/</i>	0.38	0.50	0.23	0.26	0.30	0.19	0.40	0.53	0.23
Per capita irrigada (ha)	<i>h/</i>	0.08	0.11	0.04	0.06	0.06	0.05	0.08	0.12	0.04
Entre proprietários de terra:										
Média de terra per capita (ha)	<i>h/</i>	0.41	0.54	0.24	0.29	0.35	0.20	0.42	0.57	0.24
Média de terra irrigada per capita (ha)	<i>h/</i>	0.09	0.12	0.04	0.06	0.07	0.05	0.09	0.13	0.04
% de terra irrigada	<i>h/</i>	18	20	17	12	10	15	19	21	17
Média de valor de terra por ha (US Dólares) ***	<i>i/</i>	7.2	8.6	4.6	7.7	6.3	10.3	7.1	8.9	3.9
Valor mediano de terra por ha (US Dólares) ***	<i>i/</i>	1.5	1.4	1.5	1.3	1.3	1.4	1.5	1.4	1.5
Uso de Produção (como % do valor total)										
Vendas		29	31	27	30	33	26	29	31	27
Troca de gêneros		2	1	2	2	2	2	2	1	2
Perdido		4	4	5	5	4	6	4	4	5
Pagamentos		1	1	1	1	1	1	1	1	1
Auto-Consumo		62	61	63	61	59	64	62	61	63
Subsistência (% população)	<i>j/</i>	33	36	31	29	30	28	34	36	31
Contribuições agrícolas (% núcleos familiares)										
Uso de adubo, fertilizantes, pesticidas ou herbicidas		3	4	1	3	3	3	3	4	0
Compra ou recebimento de milho, arroz ou sementes de feijão		25	28	19	18	22	9	26	29	20
Uso de qualquer das contribuições acima mencionadas		27	32	19	20	24	11	28	33	20

QUADRO A 2: PERFIL URBANO E RURAL POR POBREZA

	Nacional			Urbano			Rural		
	Total	Não-pobre	Pobre	Total	Não-pobre	Pobre	Total	Não-pobre	Pobre
Criação Animal	g/								
Média de valor per capita de animais em 2001 (US Dólares)	95	124	56	87	104	58	96	127	56
Valor mediano per capita de animais em 2001 (US Dólares)	35	40	29	42	48	34	34	39	28
Média de valor per capita de animais em 1999 (US Dólares)	221	296	124	214	289	95	222	298	127
Valor mediano per capita de animais em 1999 (US Dólares)	62	80	51	65	94	46	61	79	51
Entre proprietários de animais em 2001:									
Média de valor per capita de animais em 2001 (US Dólares)	106	137	64	96	119	62	107	140	64
Valor mediano per capita de animais em 2001 (US Dólares)	40	47	35	48	56	35	39	45	35
Média de valor per capita de animais em 1999 (US Dólares)	242	320	138	237	329	99	242	319	143
Valor mediano per capita de animais em 1999 (US Dólares)	72	96	58	78	106	46	72	94	59
Bem-Estar Subjectivo									
Vida comparada a 1999 (% população com 15 e mais)									
Muito melhor	29	27	32	36	35	40	27	24	31
Igual	60	61	59	54	53	56	63	65	60
Muito pior	11	12	9	10	12	4	11	11	9
Mobilidade económica (% população com 15 e mais)									
Descendente	23	25	18	23	24	19	22	25	18
Nenhuma	43	38	50	37	33	52	44	41	50
Ascendente	35	37	32	40	43	29	33	34	32
Mobilidade de poder (% população com 15 e mais)									
Descendente	6	6	4	4	4	4	6	7	5
Nenhuma	10	8	13	10	9	12	10	8	13
Ascendente	85	86	83	86	87	84	84	85	82
Segurança alimentar									
Consumo alimentar abaixo de suficiente, último mês (% população)	59	53	69	43	36	65	64	60	70
Meses com baixo consumo alimentar, último ano	3.6	3.4	4.0	2.6	2.3	3.5	3.9	3.8	4.0
Meses sem arroz ou milho suficiente para comer no último ano	3.6	3.4	4.0	2.7	2.4	3.5	3.9	3.8	4.1

a/ Água engarrafada, água de torneira, bomba, poço protegido ou nascente protegida.

b/ Retrete com descarga, latrina tradicional ou tanque séptico.

c/ Público ou privado. d/ Ano lectivo 2001/02

e/ Considera pessoas com idade entre 15-64 e um período de lembrança de uma semana.

f/ Exclui pessoas que não trabalharam na última semana mas que têm um emprego.

g/ Exclui Dili/Baucau.

h/ Considera terra classificada como Colheitas Anuais ou de pousio e Plantação.

i/ Pesado primeiro por zona no núcleo familiar e depois por núcleo familiar.

j/ Um núcleo familiar é considerado de subsistência se apenas usa as suas colheitas para consumo próprio, como forma de pagamento numa troca em géneros.

* Exclui seis observações com consumo real mensal per capita superior a 200 US\$.

** Pesado por núcleo familiar.

*** Exclui sete observações com valores de terra por ha de pelo menos 1,000 US\$/ha.

Fonte: 2001 TLSS.

QUADRO A 3: PERFIL REGIONAL POR POBREZA

	Nacional		Dili/Baucau		Outras Urbes		Rural						
							Centro		Leste		Oeste		
	Não-pobre	Pobre	Não-pobre	Pobre	Não-pobre	Pobre	Não-pobre	Pobre	Não-pobre	Pobre	Não-pobre	Pobre	
Desigualdade e Despesa													
Gini *	28.7	15.3	31.8	16.2	29.5	13.3	26.3	16.2	24.3	14.5	22.3	14.2	
Despesa per capita (US Dólares por mês)	33.0	10.8	44.8	11.2	34.9	11.4	30.3	10.5	31.0	10.9	25.8	11.2	
Alimentação (% de despesa total)	60	76	40	62	53	75	73	78	64	75	66	77	
Compras	34	35	36	48	31	41	36	32	31	30	36	39	
Produção em casa	22	37	3	13	19	30	31	41	28	40	27	33	
Em género	4	5	1	1	3	4	6	5	4	4	3	5	
Renda (% da despesa total)	25	11	42	22	25	13	16	10	15	8	23	13	
Outros (% da despesa total)	16	13	18	16	22	12	10	11	21	18	10	11	
Constituição do núcleo familiar **													
Tamanho do núcleo familiar	4.3	5.9	5.9	6.7	4.4	5.9	4.3	6.1	3.9	5.5	3.8	5.8	
Rácio de dependência (%)	109	148	100	117	108	131	117	162	103	148	113	135	
Crianças (% tamanho do núcleo familiar)	41	52	40	46	40	49	44	54	38	51	41	49	
Infra-estrutura													
Água Potável (% população)	a/	53	45	85	78	59	40	48	48	30	36	57	43
Saneamento (% população)	b/	44	39	88	70	53	49	32	46	27	21	32	27
Electricidade (% população)	c/	34	13	93	69	61	34	11	8	21	7	12	6
Danos e reabilitação de habitação													
Danificado na violência (% de núcleos familiares)	28	29	30	13	43	61	18	16	10	8	60	56	
Totalmente destruídos (como % dos danos)		82	91	49	100	77	91	90	89	90	92	87	91
Reabilitado (como % dos danos)		61	66	47	81	56	65	64	66	71	92	63	64
Totalmente reabilitado (como % dos danos)		21	22	11	10	20	32	23	18	52	31	18	19
Acesso													
Distância até centro da aldeia (km)		2.2	1.4	1.4	0.6	1.6	1.0	1.5	1.0	4.9	4.3	0.8	0.6
Distância do centro da aldeia (km)													
Mercado diário		19.3	22.7	1.1	4.2	7.5	4.1	29.1	28.7	24.7	27.9	13.9	15.2
Mercado periódico		8.3	8.7	2.7	7.2	3.8	5.1	7.5	11.8	13.5	7.5	5.6	3.8
Estrada acessível a veículos		0.7	0.7	0.1	0.2	0.3	0.6	0.6	0.9	1.6	0.8	0.0	0.1
Estrada pavimentada		2.4	4.2	0.1	0.2	0.5	0.7	4.3	6.3	2.6	4.2	1.3	0.8
Educação													
Taxa de alfabetismo (% de 15 e mais velhos)		46	61	17	45	43	50	56	61	54	58	55	70
Escolarização do chefe (anos)		3.9	1.9	7.4	2.3	3.7	2.9	3.0	1.8	3.0	1.8	2.9	1.5
Primário, Taxa líquida de matrícula	d/	72	73	78	72	81	78	65	75	74	63	74	76
Pré-secundário, Taxa líquida de matrícula	d/	31	18	51	34	49	31	18	12	23	22	27	19
Saúde													
Vacinação (% crianças com menos de 1 ano de idade)													
BCG		39	23	52	50	53	40	32	24	23	9	45	18
Sarampo		5	6	7	0	10	15	2	7	0	0	12	4
DPT (completa)		12	4	15	21	31	7	6	0	3	5	21	10
Polio (completa)		9	2	10	10	21	4	6	0	0	5	15	0

QUADRO A 3: PERFIL REGIONAL POR POBREZA

		Nacional		Dili/Baucau		Outras Urbes		Rural					
								Centro		Leste		Oeste	
		Não-pobre	Pobre	Não-pobre	Pobre	Não-pobre	Pobre	Não-pobre	Pobre	Não-pobre	Pobre	Não-pobre	Pobre
Problemas de saúde no último mês (% população)		25	17	22	22	18	14	27	17	29	20	23	16
Taxas de utilização (% população)													
Cuidados públicos externos		14	8	15	13	11	8	16	9	13	7	11	8
Cuidados privados		3	1	2	1	3	2	1	1	5	2	3	2
Cuidados de saúde tradicionais		3	2	1	1	2	1	1	1	7	3	2	4
Auto-medicação		10	3	10	3	7	3	13	3	6	2	8	2
Emprego	e/												
Taxa de participação		61	58	48	51	61	56	72	63	56	51	62	58
Taxa de participação feminina		41	36	28	36	43	38	57	40	33	23	37	40
Taxa de desemprego		6.1	3.9	20.2	17	4	5.1	3.3	4.3	3.3	0.8	4.1	1.8
Número de horas de trabalho semanais	f/												
Meio		41	39	47	46	41	40	37	38	44	45	38	35
Mediano		42	40	48	48	42	41	36	39	48	48	37	36
Número de horas de trabalho semanais (%)	f/												
Até 15		3	2	2	4	0	2	3	2	5	1	1	4
16 a 35		28	30	18	16	24	21	34	31	14	10	44	46
36 a 50		52	58	44	46	61	70	56	61	53	66	39	44
Mais de 50		17	10	36	35	14	7	7	6	27	23	16	6
Agricultura	g/												
Terra per capita (ha)	h/	0.50	0.23			0.30	0.19	0.71	0.24	0.40	0.19	0.34	0.23
Per capita irrigada (ha)	h/	0.11	0.04			0.06	0.05	0.09	0.03	0.19	0.07	0.06	0.04
Entre proprietários de terra:													
Média de terra per capita (ha)	h/	0.54	0.24			0.35	0.20	0.76	0.25	0.44	0.20	0.36	0.25
Média de terra irrigada per capita (ha)	h/	0.12	0.04			0.07	0.05	0.10	0.03	0.21	0.07	0.07	0.05
% de terra irrigada	h/	20	17			10	15	19	15	28	28	15	11
Média de valor de terra por ha (US Dólares) ***	i/	8.6	4.6			6.3	10.3	9.3	2.9	10.9	8.3	5.6	2.6
Valor mediano de terra por ha (US Dólares) ***	i/	1.4	1.5			1.3	1.4	1.5	1.8	1.1	1.6	1.3	1.0
Uso de Produção (como % do valor total)													
Vendas		31	27			33	26	53	36	4	3	23	24
Troca de géneros		1	2			2	2	1	4	0	1	1	1
Perdido		4	5			4	6	2	3	9	7	1	6
Pagamentos		1	1			1	1	1	2	1	2	1	0
Auto-Consumo		61	63			59	64	41	54	81	82	74	69
Subsistência (% população)	j/	36	31			30	28	8	13	81	82	31	34
Contribuições agrícolas (% núcleos familiares)													
Uso de adubo, fertilizantes, pesticidas ou herbicidas		4	1			3	3	0	0	6	1	8	0
Compra ou recebimento de milho, arroz ou sementes de feijão		28	19			22	9	18	14	34	30	42	24
Uso de qualquer das contribuições acima mencionadas		32	19			24	11	18	14	40	30	48	24

QUADRO A 3: PERFIL REGIONAL POR POBREZA

	Nacional		Dili/Baucau		Outras Urbes		Rural					
	Não-pobre	Pobre	Não-pobre	Pobre	Não-pobre	Pobre	Centro		Leste		Oeste	
							Não-pobre	Pobre	Não-pobre	Pobre	Não-pobre	Pobre
Criação Animal	g/											
Média de valor per capita de animais em 2001 (US Dólares)	124	56	104	58	106	55	177	70	99	48		
Valor mediano per capita de animais em 2001 (US Dólares)	40	29	48	34	40	33	52	31	26	17		
Média de valor per capita de animais em 1999 (US Dólares)	296	124	289	95	180	94	249	83	614	235		
Valor mediano per capita de animais em 1999 (US Dólares)	80	51	94	46	59	45	82	37	257	78		
Entre proprietários de animais em 2001:												
Média de valor per capita de animais em 2001 (US Dólares)	137	64	119	62	114	61	188	73	117	63		
Valor mediano per capita de animais em 2001 (US Dólares)	47	35	56	35	44	37	56	34	30	25		
Média de valor per capita de animais em 1999 (US Dólares)	320	138	329	99	191	101	264	86	702	306		
Valor mediano per capita de animais em 1999 (US Dólares)	96	58	106	46	67	48	89	41	280	111		
Bem-Estar Subjectivo												
Vida comparada a 1999 (% população com 15 e mais)												
Muito melhor	27	32	38	29	30	45	20	34	25	26	32	29
Igual	61	59	51	65	57	52	72	59	63	60	51	61
Muito pior	12	9	11	6	13	3	8	8	12	14	17	9
Mobilidade económica (% população com 15 e mais)												
Descendente	25	18	22	19	28	19	26	18	14	8	41	24
Nenhuma	38	50	31	52	36	52	39	53	57	62	19	35
Ascendente	37	32	47	30	36	29	35	29	29	30	39	41
Mobilidade de poder (% população com 15 e mais)												
Descendente	6	4	3	5	5	4	8	4	4	2	11	7
Nenhuma	8	13	10	16	8	10	10	13	4	10	9	16
Ascendente	86	83	87	79	87	87	82	83	92	88	80	77
Segurança alimentar												
Consumo alimentar abaixo de suficiente, último mês (% população)	53	69	30	71	46	62	63	74	61	76	51	58
Meses com baixo consumo alimentar, último ano	3.4	4.0	1.6	3.2	3.7	3.6	3.7	3.9	4.1	4.4	3.7	4.2
Meses sem arroz ou milho suficiente para comer no último ano	3.4	4.0	1.6	3.2	3.7	3.7	3.6	3.9	4.1	4.4	3.7	4.2

Nota: Os distritos de Oecussi, Bobonaro e Cova Lima constituem o Oeste; Baucau, Lautem e Viqueque representam o Leste; e Aileu, Ainaro, Dili, Ermera, Liquica, Manufahi e Manatuto pertencem ao Centro.

a/ Água engarrafada, água de torneira, bomba, poço protegido ou nascente protegida.

b/ Retrete com descarga, latrina tradicional ou tanque séptico.

c/ Público ou privado.

d/ Ano lectivo 2001/02

e/ Considera pessoas com idade entre 15-64 e um período de lembrança de uma semana/ Exclui pessoas que não trabalharam na última semana mas que têm um emprego.

g/ Exclui Dili/Baucau.

h/ Considera terra classificada como Colheitas Anuais ou de pousio e Plantação.

i/ Pesado primeiro por zona no núcleo familiar e depois por núcleo familiar.

j/ Um núcleo familiar é considerado de subsistência se apenas usa as suas colheitas para consumo próprio, como forma de pagamento numa troca em géneros.

* Exclui seis observações com consumo real mensal per capita superior a 200 US\$.

** Pesado por núcleo familiar.

*** Exclui sete observações com valores de terra por ha de pelo menos 1,000 US\$/ha.

Fonte: 2001 TLSS.

